

Março de 2014

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambientent](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago,  
Massomba Dominique  
e Venancio Carlos

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>	
1.1	Números de novos empregos em 2013	1
1.2	Sector da construção empregou 5 mil empregados em 2013	1
1.3	Mais vulneráveis continuam excluídas	2
1.4	Cartão Kikulia Ilude Pobres	2
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>4</b>	
2.1	Banco público revelou números dos empréstimos	4
2.2	Angola investe apoia projectos com 60mmil milhões de kwanzas	4
2.3	O crédito e a sua função	5
2.4	Crédito malparado cresce 50% mas lucros aumentam 4,4%	6
2.5	Aumentou Credito Malparado no país	7
2.6	BESA quer ser o primeiro a lançar fundos mobiliários no país	7
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>10</b>	
3.1	Reconversão do negócio de rua reforça o futuro	10
3.2	A eterna maka da zungueiras na capital	11
3.3	Novas Bancadas Retiram Zungueiras das Ruas	12
3.4	Vendedoras Garantem o Sustento de Milhares de Famílias	13
3.5	Ambulantes e GPL concertam ideias	14
3.6	Praças vazias	14
3.7	Levados para longe do antigo trabalho ficam sem emprego	15
3.8	Roulotes e barracas retiradas da via pública	15
3.9	Vendedores apresentam as suas preocupações	16
3.10	Novo mercado Catinton com milhares de bancada	17
3.11	Zungueiras	17
3.12	Fiscais vão apostar numa intervenção de diálogo	18
3.13	Inquérito rigoroso aos fiscais	20
3.14	Mercados continuam a provocar congestionamento nas vias	20
3.15	Ex-moradores do Quilombo transformam mercado em dormitórios	20
3.16	Os jacarés não nos deixam pescar'	22
3.17	Uíje constrói e amplia diversos mercados	22
3.18	Milhares de microempresas criadas em todo o país	23
3.19	Quem Fiscaliza os Fiscais do GPL	24
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>25</b>	
4.1	OGE 2014 MINFIN "bloqueia" contas da educação e saúde	25
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>26</b>	
5.1	UNITA realiza jornadas com os olhos nas autarquias	26
5.2	Há necessidade de se estabelecer novo paradigma	26
5.3	Unita não acredita para já nas eleições autárquicas	27
5.4	Nem pensar em cancelamento	28
5.5	Autarquias condicionadas à Legislação	29

5.6	Assembleia reúne hoje em plenária para votação	30
5.7	Parlamento reprovava projecto proposto pela UNITA	31
5.8	O exemplo de Malanje	32
5.9	Municípios desestruturados	32
5.10	Não há vontade política	33
5.11	Oposição bloqueada no Parlamento	33
5.12	Parlamento chumba poder local da Unita	34

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

37

6.1	Governo entrega habitações a famílias mais necessitadas	37
6.2	Ordens de despejo contra moradores do Kilamba	37
6.3	Casas económicas no Nzeto	38
6.4	Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais	39
6.5	Petrolíferas provocam boom imobiliário	40
6.6	Centralidade do zango apartamentos invadidos	41
6.7	Delta vai ter concorrência nas novas centralidades	42
6.8	SONIP quer corrigir erros do passado	43
6.9	Nem tudo é mar de rosas	45
6.10	Números de Projectos Habitacionais Cresce Exponencialmente	47
6.11	Km 44 fica mais longe	48
6.12	Sonip deu mão a palmatória	49
6.13	Vêm aí mais centralidades	50
6.14	Bairros desordenados ofuscam as cidades	51
6.15	BESA quer ser o primeiro a lançar fundos mobiliários no país	51
6.16	Centenas de novas casas erguidas no Soyo	53
6.17	Mais empresas entrarão no negócio das casas nas centralidades	54
6.18	Sonip sem data prevista para iniciar vendas nas novas centralidades	55
6.19	Chuvas revelam em mau Estado	56
6.20	Inquilinos do Kilombo recebem ordem de despejo	57
6.21	Kilamba: invasores serão expulsos da cidade	58
6.22	Os serventes angolanos na 'pedreira chinesa'	58
6.23	Perguntas sem resposta	59
6.24	SONIP coloca à disposição 40 mil casas no mercado	59
6.25	Habitacionais começam nos próximos dias	61
6.26	Parlamentares elogiam Kilamba	61
6.27	Sonip procura Guerra	61
6.28	Casas Sociais á disposição da população	62
6.29	'Não sei qual será o destino das famílias do Morro'	62
6.30	Por dentro do morro da Samba	63
6.31	Construção dirigida em debate	64
6.32	O que deve ser modelo wall Up?	64
6.33	Uma dor de cabeça pala os governadores	65
6.34	Maior celeridade na elaboração das leis Conselho Consultivo recomenda a valorização do crescimento demográfico	65
6.35	Luanda Sul tem bons exemplos na construção e casas	66

## 7. TERRA

68

7.1	Desalojados de Chuva de Cacuaco continuam em tendas a sete anos	68
7.2	Dirigentes do MPLA usurpam terras numa clara neocolonização negra	69
7.3	Bairros desordenados ofuscam as cidades	70
7.4	Indígenas podem perder Terra	71
7.5	Casas impróprias, delinquência e chuva complicam a vida	71
7.6	Entregues Lotes de Terreno para a construção de casas	72

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 73

8.1	"Água para Todos" ganha dinamismo	73
8.2	"Água para todos" atinge 57 por cento do território nacional	73
8.3	Em 2013 'Água para Todos' beneficiou mais de 432 mil nas zonas rurais	74
8.4	Especialista em políticas públicas diz: metade da população angolana não consome água potável	75
8.5	Luanda agregada 35% dos casos de malária de todo o país	75
8.6	Panguila com mais água potável e energia	76
8.7	Sistema de água em Caparacassa	76
8.8	Água da EPAL desviada para abastecer fábrica de gelo de chineses	76
8.9	Águas para Todos aumenta a taxa de cobertura em 5%	77
8.10	Auscultados os problemas da população	78
8.11	Água continua rara na centralidade de Cacuaco	78
8.12	Requalificação na Terra-Nova dificulta fornecimento de água e luz	79
8.13	Sector de energia e águas no Huambo aborda normas de aquisição de serviços	80
8.14	Água potável chega às aldeias	81
8.15	Água potável vai atingir todo território nacional	81
8.16	Melhora o fornecimento de Água potável à região	82
8.17	Mais água potável e energia para os habitantes da Caála	84
8.18	Água e luz em Lunda: ano novo velhos problemas	84
8.19	Expansão de serviços na Huíla	85

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 86

9.1	Habitantes do Benfica/Tendas dormem sobressaltados	86
9.2	Discriminação e Violência continuam a Somar	86
9.3	Crimes violentos tomam conta de Luanda	87
9.4	Delinquência Juvenil aumenta em Luanda	88
9.5	Polícia de Viana estanca criminalidade no Camadeira	90
9.6	Pessoas morrem afogados	90

## 10. AMBIENTE 92

10.1	Chuva torrencial provoca estragos	92
10.2	Famílias desalojadas são apoiadas	92
10.3	Fundo contra seca no Cunene	92
10.4	Sofrimento causado pela chuva vai durar mais um pouco	93
10.5	Chuvas deixam muitas famílias sem casa	93
10.6	Desalojados de Chuva de Cacuaco continuam em tendas a sete anos	94
10.7	Administração Recupera Zonas mais Afectadas	95
10.8	Chuvas desalojam famílias em Luanda e Cabinda	96
10.9	Chuvas revelam em mau Estado	96
10.10	Governo lança campanha para plantação de 1 milhão de árvores	97
10.11	Chuva danifica prédio em Luanda	97
10.12	Milhares de famílias afectadas pela seca	98
10.13	Ministro Kussumua avalia o processo de apoio as vítimas	98
10.14	Ajuda de emergência aos sinistrados das Chuvas	98
10.15	Chuvas podem ter consequências graves	99
10.16	Programa de limpeza na praia da Mabunda	100
10.17	Juventude Ecológica defende a actualização dos dados florestais de Angola	100
10.18	Subida das águas do rio causa mortes a escuteiros	101
10.19	Chuvas deixam 230 pessoas sem abrigo no Cazengo e Ambaca	101
10.20	Famílias vítimas da seca recebem apoio alimentarem	102
10.21	Exploração de inertes	102

## II. IMIGRACAO

103

11.1	Trabalho direito/dever, do não declarado formal	103
11.2	Colonização Chinesa ainda mas Forte	104
11.3	Imigração Clandestina	105
11.4	A “crimigração” nas políticas de combate à imigração ilegal	105

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Números de novos empregos em 2013

*Jornal O PAÍS*  
07 De Março de 2014

Total de empregos criados pelo Estado:

158,98mil

Total de empregos criados pelas empresas

Por ramos:

Energia e Águas

39,309

Postos de trabalho.

Comércio:

24,189

Postos de trabalho

Transportes:

17,938

Postos de trabalho

Geologia e Minas:

17,938

Postos de trabalho

Turismo:

15,497

Postos de trabalho

## I.2 Sector da construção empregou 5 mil empregados em 2013

*Jornal O PAÍS*  
07 De Março de 2014

Não acha que postos de empregos para pedreiros, pintores, ladrilhadores, serralheiros, marceneiros e

outros deveriam ser preenchidos em primeira instância por cidadãos nacionais?

Temos algumas coisas que devemos melhorar, como o sistema de formação profissional, com uma outra vertente que é a educação laboral, porque temos bons profissionais. A prioridade é primeiro do angolano, a lei 5/95 estabelece que numa empresa apenas 30% da mão-de-obra pode ser estrangeira, ou seja, 70% dos empregos têm que ser para nacionais.

Quantos técnicos estrangeiros funcionam no país e quais são as suas nacionalidades?

Posso dizer que os que estão nesse momento na liderança são os portugueses, chineses, brasileiros e vietnamitas.

Quais são as principais áreas em que empregam estes quadros expatriados?

Que mecanismo se utilizou para aferir a formação e qualidade destes técnicos?

Para obterem o visto de emprego são avaliados e o organismo de tutela, para o caso o da construção civil, faz um rastreamento do profissional antes de lhe conceder o visto. E a meta do desafio é dos empregadores e das empreiteiras, cabe a eles fazerem a sua avaliação.

o país ainda tem necessidade de importar estes quadros apesar de anualmente estarem a ser formados cidadãos nos vossos centros e nas universidades angolanas?

A mão-de-obra estrangeira, ela vem como complementaridade das necessidades locais, o país tem feito um esforço na formação de quadros para dar resposta a esta situação. Temos que apostar na formação, para combatermos as necessidades do mercado. Estamos a formar muitos jovens, isto é bom, todos formados em diferentes áreas. Vamos suprimir as necessidades do novo mercado, porque a dinâmica do desenvolvimento do país é grande. Angola é um dos países que têm taxas de crescimento das mais elevadas, por isso temos, a título de complementaridade em algumas áreas específicas, contado como o apoio da mão-de-obra expatriada.

O que é que o executivo tem feito para nivelar os salários entre nacionais e expatriados com as mesmas qualificações?

O que se tem feito exige o qualificador ocupacional porque é um instrumento que diz o que cada um deve fazer, para exercer a profissão. Primeiro temos que saber se somos competentes em relação a outra pessoa, se assim for, devemos denunciar e só dali veremos onde é que está a injustiça.

Apelo aos jovens para em primeiro lugar terem em conta o conceito de formação, saber o que pretendem ser no futuro. Não devemos cair numa determinada profissão porque queremos um diploma, têm que olhar mais para as oportunidades do mercado de emprego, para garantir o rendimento na nossa vida. Sabendo que o sonho de todos nós é termos uma licenciatura, mestrado ou doutoramento ...

### 1.3 Mais vulneráveis continuam excluídas

*Novo Jornal*

*07 De Março de 2014*

A BAIXA RENDA, a pouca escolaridade, a falta de estruturas e equipamentos sociais de apoio e a ausência de mecanismos legais de defesa dos mais vulneráveis, constituem entre outras, dinâmicas socioeconómicas potenciadoras do fenómeno exclusão anunciou quinta-feira, dia 6, em Malanje, o ministro da Assistência e Reinserção Social (MINARS), João Baptista Kussumua. O governante falava na abertura do 21º conselho consultivo do MINARS, que decorre sob o lema "combater a exclusão social é um compromisso da Nação", afirmou ser necessário a protecção social dos mais vulneráveis, através da promoção de programas e projectos, que visam o combate ao referido flagelo. As acções concebidas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), segundo o ministro, devem contar com a comparticipação de todos os sectores, estão direccionadas para a "recolha dos dados, pois eles poderão permitir identificar os factores críticos e as áreas, que carecem de uma maior intervenção e investimento político, no sentido de as metas propostas, relativamente exigentes, possam ser efectivamente atingidas".

A dignidade humana e a justiça social, na opinião de João Baptista Kussumua, são valores fundamentais e o equilíbrio da vida colectiva depende das probabilidades do governo em melhorar as condições das pessoas, que vivem em piores condições e que os valorizem, mas, que produzam actos positivos para as suas vidas.

O Ministério da Assistência e Reinserção Social decidiu apoiar, a partir de 2013, cerca de 3.053.000 pessoas em situação de vulnerabilidade, onde 36.450 constam dos programas de reintegração dos ex-militares. Na mesma ordem, estão 55.956 pessoas em instituições com 180.484 carenciadas encontram-se em situação de vulnerabilidade.

O ministro da Assistência e Reinserção Social garantiu ainda, que 2.736.000 cidadãos sinistrados e 9.377 angolanos

deficientes foram apoiados com meios de locomoção e ajudas técnicas, enquanto que, 4.120 outras estão inseriu das em projectos de geração de trabalho e renda e moto táxi.

Quanto ao número de famílias assoladas pelas chuvas que destruíram várias residências, o titular do sector precisou que 3.217 beneficiaram de chapas de zinco, 28.436 crianças tiveram acesso ao leite e papa.

#### Redução da mortalidade

João Baptista Kussumua afirmou ainda que a redução da mortalidade infantil em Angola já é uma realidade, e os dados recentes apontam para a assistência de 28.436 petizes, dos zero aos dois anos de idade, num leque de órfãos e seropositivos, "com a distribuição de mais de 74 toneladas de leite e papas".

As acções desenvolvidas no ano de 2013 atingiram um desempenho na ordem de 177 por cento, com a avaliação de 34 cronogramas de medidas, programas e projectos prioritários pertencentes ao PND.

No encontro de Malanje, os delegados receberam, designadamente informações sobre a reunião anterior, o relatório de execução do programa de monitorização de 2013, a síntese do cronograma de medidas, programas e projectos para 2014.

Participam no encontro os directores nacionais das 18 provinciais angolanas, chefes de departamentos, o administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, além de convidados.

### 1.4 Cartão Kikuiá Ilude Pobres

*Jornal de Angola*

*08 De Março de 2014*

Os investimentos feitos, em vários programas de redução da pobreza em Angola, terão iludido a ministra do Comércio ao anunciar, para este ano, o lançamento do Cartão Kikuiá, nas zonas rurais para supostamente permitir, aos ; cidadãos em situação de pobreza extrema, adquirirem de forma gratuita uma "cesta básica" com bens de primeira necessidade, no valor de KWZ: 5000,00 (cinco mil Kwanzas) mês.

Os cartões terão somente utilidade em lojas comunitárias, que irão abrir nas 18 províncias e nestas, também, em alguns dos mais emblemáticos mercados oficiais das regiões, prevendo-se ainda a construção nas "aldeias Kikuiá", de cerca de 50 lojas comunitárias. Espera-se que não seja mais um sonho megalómano e eleitoralista do MPIA, através da ministra.



Numa altura que surge mais este .Projecto de Rosa Pacavira, não nos podemos esquecer de outros, que diziam ser para combater ou reduzir a pobreza populações e redundaram num fiasco, tai como,cozinhas Comunitárias, os balções BUE, os apoios aos camponeses, os Engraxadores de sapatos, as mamãs quitadeiras, entre outros, todo, absolutamente, todos, sem sucessos por serem enganosos e em véspera eleitoral. O analista económico, Paulo Mendembo, realçou a necessidade de serem reabilitadas urgentemente as estradas secundárias e terciárias de modo a facilitar a assistência à população miserável nas zonas recônditas.

"A falta de estradas, também é um factor que dificulta o desempenho dos programas de combate a pobreza nas zonas rurais ou pequenas aldeias, onde estão concentradas pessoas com maior dificuldade".

O economista Justino Pinto de Andrade, especialista em economia "Rolf Traeger", em entrevista a VOA, acusou o governo de "fazer guerra aos pobres" em vez de combater a pobreza. "As vias para os países menos desenvolvidos abandonarem o subdesenvolvimento e saírem da pobreza, passa pela estratégia de diversificar a economia como forma de saída da vulnerabilidade, daquilo que acontece no mercado e indústria do petróleo".

Finalmente, o economista avança o facto da "melhor defesa para a economia nacional é alargar o campo da riqueza, incorporar a sociedade neste processo de desenvolvimento económico, embora haver uma ânsia em enriquecer alguns à custa do erário público, à custa dó tráfico de influência, á custa do depauperamento daquilo que devia ser de todos," concluiu.

### O EMBUSTE DA CESTA BÁSICA

A cesta básica assenta num conjunto de medidas do programa de combate a pobreza, aprovado pela Assembleia Nacional, que deveria beneficiar a população mais carenciada, sobreviventes de um salário mínimo e sem capacidade de compra dos produtos de primeira neces idade, nas lojas comerciais, custam mais de Kwz: 22.000,00 (vinte e dois mil Kwanzas), valor superior ao salário mínimo em vigor no país.

E ao invés de se atacar a causa, a ministra pensa que os pobres, podem continuar a sobreviver com uma cesta básica de Kwz: 5.000,00 (cinco mil Kwanzas), mês, valor, que seguramente, fica aquém do gasto mensalmente, para alimentar os cães dos ministros e governantes.

No entanto, dizem, os governantes que haverá um regime de preços vigiados nos produtos da cesta básica; arroz, açúcar, feijão, fuba de milho, fuba de

mandioca, farinha de trigo, massa alimentícia, carne seca, óleo de soja, óleo de palma, sabão em barra, sal leite em pó.

"Os produtos da cesta básica estão isentos de qualquer taxa, ao entrar para o país, no entanto é necessário que tenhamos preços vigiados", esclareceu a ministra, lembrando um Memorando apreciado em finais de Junho pelo Conselho de Ministros.

O documento contém um conjunto de medidas de natureza tributária, legal e administrativa para a redução das despesas aduaneiras e dos encargos portuários com a importação dos produtos que integram a cesta básica, diminuindo assim o preço final dos mesmos junto dos consumidores. o entanto, o grande busílis, para a maioria dos trabalhadores, continua a ser o baixo valor do salário mínimo, que o governo defende como "ajustado à realidade económica do país", mas com um governo, cujos dirigentes enriquecem cada vez mais, delapidando o erário público, na mesma proporção do aumento dos pobres.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Banco público revelou números dos empréstimos

*Jornal de Angola*  
06 De Março de 2014

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) concedeu em 2012 e 2013 cerca de 1,431 mil milhões de kwanzas em créditos inseridos no programa Angola Investe, uma iniciativa do Executivo destinada a fortalecer as micro, pequenas e médias empresas angolanas, informou o director de Empresas e Instituições do banco. Luís de Almeida disse que 903,113 milhões de kwanzas foram cedidos a sete empresas, em empréstimos submetidos às condições do crédito bonificado. Outros 527,840 milhões beneficiaram o mesmo número de empresas nos termos do Fundo de Garantia de Crédito.

O responsável revelou que, em Março de 2013, o banco assinou com o Ministério da Economia um memorando financeiro no qual se compromete a adicionar dois mil milhões de kwanzas ao valor inicialmente disponibilizado.

De acordo com Luís de Almeida, isso significa que o compromisso do banco para com o programa Angola Investe passou para quatro mil milhões de kwanzas.

Os empréstimos foram concedidos, em parte, para financiar a concretização de um projecto de produção, purificação e comercialização de água mineral na província do Cuanza Norte, uma fábrica de molho de tomate, embalagens para sumo e polpa de fruta no Waco Cungo (Cuanza Sul), duas padarias e uma fábrica de carteiras escolares.

### 2.2 Angola investe apoia projectos com 60mil milhões de kwanzas

*Economia e Finanças*  
07 De Março de 2014

Os créditos aos empresários, no âmbito do programa do Executivo de apoio às micro, pequenas e médias empresas "Angola Investe", devem, até 2015, atingir a cifra de 150 mil milhões de kwanzas, segundo fez saber o administrador do Inapem, Samora Kitumba.

A par disso, a iniciativa pretende também facilitar a oferta de 300 mil postos de trabalho. Nesta base, os indicadores de implementação do Angola Investe atestam que um total de 600 milhões de dólares (cerca de 60 mil milhões de kwanzas) foram concedidos até ao momento a empresários, no quadro do programa

do Executivo 'Angola Investe', que visa apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) nacionais.

A informação foi prestada, recentemente, em Luanda, pelo administrador do Inapem, que adiantou que este valor foi cedido pelos bancos comerciais envolvidos no programa e destinou-se ao financiamento de 204 projectos empresariais aprovados ao longo de quase 18 meses, informou o responsável.

O administrador abordou o assunto à margem da conferência promovida pelo Jornal Expansão que teve como tema central "O OGE 2014 e o desenvolvimento de Angola" realizada na capital do país.

Novos projectos Segundo a fonte, o montante corresponde ao financiamento de empresas e ou projectos de várias dimensões e diversos sectores. Tendo que este ano o programa (lançado em finais de 2012) venha a financiar cerca de 500 projectos, face à sua solidez, operacionalidade dos bancos e o elevado nível de informação que os empresários já acumulam sobre o "Angola Investe".

Com a criação do Programa Angola Investe, o Executivo pretende apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas, vocacionadas a investimentos em sectores de actividade produtiva, com prioridades para a Agricultura, Pecuária, Pescas, Materiais de Construção, serviços de apoio ao sector Produtivo, Indústrias Transformadoras, Energia e Minas.

O montante máximo de financiamento varia em função da dimensão e especificidade dos projectos, para as micro empresas está previsto 20 milhões de kwanzas, para as pequenas 150 milhões de kwanzas e para as médias 500 milhões de kwanzas. As taxas de juro são calculadas em função da avaliação do banco, mas no máximo é de 5%.

O prazo de reembolso é de sete anos no máximo, com, carência de pagamento de capital de seis meses. O pedido de financiamento deste projecto, que consiste essencialmente na facilitação do acesso ao crédito às MPME, é apresentado num banco comercial acompanhado por um estudo de viabilidade 'detalhado.

Por sua vez o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, considerou que o programa "Angola Investe" é excelente e adequado às características do empresariado nacional que, certamente, surgiu para resolver em parte o problema de garantias dos beneficiários de créditos neste âmbito.

A propósito dos resultados deste projecto do Executivo angolano, lançado em 2012, o "Angola

Investe" está a contribuir significativamente no processo de diversificação da economia nacional e a gerar muitos postos de trabalho, com incidência nos sectores das bebidas, agro-indústria e material de construção.

Pequenos negócios

A fonte defende que os empresários optassem maioritariamente por projectos inerentes a pequenos negócios ou de média dimensão, uma vez que os riscos, o compromisso com o banco e as exigências de garantia são menores, além de haver mais facilidade na gestão, quer da empresa/negócio, quer dos valores disponibilizados pelo banco.

Quanto aos constrangimentos do processo, apontou imperfeição dos projectos empresariais apresentados e algum excesso de zelo por parte de determinados bancos comerciais, e solicitou aos concorrentes ao crédito do "Angola Investe" a contactarem a AIA para consultoria e orientações técnicas.

"Muitos dos beneficiários da maior fasquia financeira (500 milhões de kwanzas) no quadro do programa Angola Investe não conseguem cumprir com as garantias".

O Governo angolano criou o programa "Angola Investe" em meados de 2012, para apoiar Micro, Pequenas e Médias Empresas, vocacionadas a investimentos em sectores de actividade produtiva, com prioridades para a Agricultura, Pecuária, Pescas, Materiais de Construção, Serviços de apoio ao Sector Produtivo, Indústrias Transformadoras, Energia e Minas.

As taxas de juro são calculadas em função da avaliação do Banco, mas no máximo 5 por cento.

Montantes

Os montantes máximos de financiamento variam em função da dimensão e especificidade dos projectos, sendo que para as Micro Empresas estão previstos 20 milhões de kwanzas, para as Pequenas 150 milhões de kwanzas e para as Médias 500 milhões de kwanzas.

Dados do Ministério da Economia, até final de Agosto do ano passado, o programa Angola Investe desembolsou créditos de 6 mil milhões de kwanzas para 44 projectos que vão criar 1415 empregos.

## 2.3 O crédito e a sua função

*Economia e Finanças*

*07 De Março de 2014*

O crédito tem sido uma das ferramentas mais importantes usadas pelos Governos para suprir os inúmeros problemas de falta de liquidez no circuito económico, jogando assim um papel fundamental no processo de desenvolvimento social de um país. Apesar de as operações creditícias gerarem sempre uma diminuição nos activos possuídos, - pois quem pede emprestado hoje tem de pagar amanhã e com juros, - ainda tem sido, em alguns países, a única fonte de crescimento e desenvolvimento de uma sociedade.

Hoje, os Governos principalmente os dos países com poucos rendimentos líquidos, sobretudo as nações da África subsaariana, do Sul da Europa e parte da América Latina, vivem de financiamentos externos e cedo se aperceberam que só com essa modalidade é que conseguirão ultrapassar as grandes dificuldades económicas e sociais que ainda enfrentam.

As organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), têm desempenhado um papel fundamental na melhoria da situação económica dos países membros, com as suas políticas de crédito com taxas atractivas, razão pela qual alguns países aderiram as políticas de concessão de crédito como forma de combater a fome e a pobreza no seio das comunidades rurais e não só.

Por isso, em Angola, todas as políticas de combate à fome, à pobreza e à exclusão social, têm tido o apoio incondicional do Executivo em parceria com os bancos comerciais que actuam no sistema financeiro nacional.

E com o fito de tomar mais célere o processo da redução das desigualdades sociais, o Executivo angolano tem implementado vários programas de crédito, como o Crédito de Campanha Agrícola, o Balcão Único de Empresa (BUE), e o crédito ao consumo concedido aos funcionários públicos.

Muitas dessas políticas têm sido conduzidas pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e o Ministério da Economia para apoiar as políticas agrícolas e industriais.

A concessão desses créditos têm causado um impacto muito positivo no seio das famílias, pois têm servido para acudir as inúmeras dificuldades ligadas à habitação, transporte e educação.

Além de reduzir a fome e a pobreza, têm gerado mais empregos e têm igualmente contribuído para a

redução das importações, sobretudo, dos produtos transaccionáveis.

Assim, os, principais beneficiárias não têm sido apenas a população do meio rural, ou seja, as camadas mais desfavorecidas, também os desmobilizados das Forças Armadas Angolanas (FAA), antigos combatentes e órfãos de guerra.

Os mais recentes dados disponíveis sobre o crédito dão conta de que o número concedido tem elevado a cada ano, pois além de melhorar a qualidade de vida das famílias, tem contribuído também para a redução do analfabetismo, a diminuição da taxa de mortalidade materno-infantil e a diminuição da delinquência no meio rural.

## 2.4 Crédito malparado cresce 50% mas lucros aumentam 4,4%

*Jornal Expansão*  
07 De Março de 2014

O crédito em situação irregular na banca atingiu cerca de 327 mil milhões Kz em 2013, contra os 217 mil milhões de 2012, um aumento de mais de 50%. Apesar disso, os lucros dos 23 bancos em efectiva actividade no País cresceram 4,4% em 2013, ao passar de 99,7 mil milhões Kz, em 2012, para 104,1 mil milhões Kz a 31 de Dezembro de 2013, indicam dados preliminares das estatísticas monetárias e financeiras do Banco Nacional de Angola (BNA), publicados no seu website.

O crescimento do crédito malparado, provocado em grande medida pelos atrasos dos pagamentos do Estado aos empreiteiros, que força os bancos a aumentarem as provisões [para a cobertura do risco de crédito], tem sido apontado como o principal factor que impede o crescimento dos lucros na banca nacional. Outro factor que não tem sido ignorado prende-se com o aumento dos custos operacionais.

Uma leitura aos dados estatísticos do banco central permite perceber que as provisões e amortizações, por exemplo, aumentaram 19%, de 278,8 mil milhões Kz para 332,0 mil milhões Kz. Com o crescimento de 4,4% nos lucros, a banca começa assim a recompor-se do trambolhão que sofreu em 2012, em que o conjunto dos cinco maiores players do mercado registou uma queda nos lucros acima dos 33%.

Não foram ainda publicados os resultados do exercício de 2013 dos bancos do top five, mas são já conhecidos os números do Banco Espírito Santo Angola (BESA), do Banco de Fomento Angola (BFA) e do Banco Millennium Angola, através das demonstrações das respectivas "casas-mãe".

Os lucros do Banco Espírito Santo Angola (BESA) voltaram a cair em 2013, atingindo 40,3 milhões EUR [5,3 mil milhões Kz], face aos 53 milhões EUR registados em 2012. A queda, de acordo com a apresentação de resultados do BES, cuja posição no BESA passou de 51,94% para 55,71% após o aumento de capital de 500 milhões USD realizado no ano passado, resulta do investimento na abertura de novos balcões, na redução de comissões e no reconhecimento de imparidades.

No documento da apresentação de resultados divulgado recentemente, o banco liderado em Portugal por Ricardo Salgado - que teve em 2013 o seu pior ano de sempre, com prejuízos de 517,6 milhões EUR, que contrastam com lucros de 96,1 milhões em 2012 - explica que no ano passado foram abertas 30 novas agências e três centros de empresas no âmbito do novo plano estratégico.

As operações do BFA, detido em 50,1% pelo BPI, mantiveram-se como as mais relevantes do grupo em 2013, gerando um lucro total de 247,3 milhões USD (cerca de 24 mil milhões Kz) com as suas 172 unidades comerciais e cerca de 1,2 milhões de clientes.

No resultado consolidado do BPI, o BFA 'pesou' 88 milhões EUR (11,6 mil milhões Kz), mais 10,4% face a 2012. Por sua vez, o resultado do Banco Millennium Angola, subiu 13,6% face 2012, para 40,8 milhões EUR (ou perto de 5,4 mil milhões Kz), com um forte aumento na captação de recursos de clientes (avançaram 44,9%, para 1,219 milhões) e no crédito (mais 31,7%, para 744 milhões).

Segundo o BCP, o produto bancário do Millennium subiu 10,8%, também impulsionado pelas comissões e margem financeira, tendo a rede crescido em seis balcões e o número de colaboradores em 48, face a Dezembro de 2012.

Crédito cresceu 16,2%

O stock de crédito à economia, incluindo o Estado, passou de 3,5 biliões Kz, em 2012, para 4,1 biliões Kz no ano passado, o que representa um crescimento de cerca de 16,2%. Por sectores, as actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais foi o mais representativo, com 639,4 mil milhões Kz, seguido de particulares, com 563,9 mil milhões Kz.

O comércio por grosso e a retalho (498,7 mil milhões Kz), actividade imobiliária, alugueres e serviços prestados às empresas (321,5 mil milhões Kz), construção (288,4 mil milhões Kz), indústria transformadora (220,7 mil milhões Kz) e a indústria extractiva (95,9 mil milhões Kz) também se destacam entre os beneficiários.

No que tem que ver com o crédito por moeda, é notório um crescimento do empréstimo em kwanzas em cerca de 28,8%, de 2,1 biliões Kz para 2,8 biliões Kz, e uma queda no crédito em moeda estrangeira de 4%.

Tal como o crédito, os depósitos na banca em 2013 também cresceram, passando de 4,0 biliões Kz para 4,7 biliões Kz, um aumento de aproximadamente 18%.

Do valor total dos depósitos, 2,2 biliões Kz correspondem a depósitos em Kz, que cresceram 33,5%, enquanto os restantes 1,7 biliões Kz foram feitos em moeda estrangeira, num aumento de apenas 1,1% face a 2012, um indicio de que a política de 'desdolarização' da economia desenvolvida pelo órgão regulador do mercado bancário e financeiro nacional começa já a surtir efeitos.

## 2.5 Aumentou Credito Malparado no país

*Jornal de Angola*

*10 De Março de 2014*

Segundo Fernando Teles, o banco ultrapassou em 2013 a barreira dos 600 mil milhões de kwanzas em crédito e tem liquidez para apoiar mais projectos, mas não o faz por manifesta falta de qualidade dos que lhe são apresentados.

"Nós gostávamos de disponibilizar mais crédito às empresas, mas infelizmente não aparecem assim tantos projectos com empresários credíveis, para trabalhar e rentabilizar as empresas, para produzir e ganhar dinheiro", lamentou.

O crédito em situação irregular na banca atingiu 327 mil milhões de kwanzas em 2013, contra os 217 mil milhões de 2012, um aumento de mais de 50 por cento, indicam dados preliminares do Banco Nacional de Angola (BNA).

Apesar disso, os lucros dos 23 bancos em actividade cresceram 4,4 por cento em 2013, ao passar de 99,7 mil milhões de kwanzas, em 2012, para 104,1 mil milhões de kwanzas a 31 de Dezembro de 2013. O crescimento do crédito malparado, provocado em grande medida pelos atrasos dos pagamentos do Estado aos empreiteiros, que força os bancos a aumentarem as provisões para a cobertura do risco de crédito, tem sido apontado como o principal factor que impede o crescimento dos lucros na banca nacional.

Outro factor que não tem sido ignorado prende-se com o aumento dos custos operacionais. Uma leitura aos dados estatísticos do BNA permite perceber que

as provisões e amortizações aumentaram 19 por cento, de 278,8 mil milhões de kwanzas para 332 mil milhões de kwanzas.

Com o crescimento de 4,4 por cento nos lucros, a banca comercial começa a recompor-se da queda que sofreu em 2012, em que os cinco maiores bancos do mercado registaram uma queda nos lucros acima dos 33 por cento. Não foram ainda publicados os resultados do exercício de 2013 dos cinco maiores bancos, mas são já conhecidos os números do Banco Espírito Santo Angola (BE-SA), do Banco de Fomento Angola (BFA) e do Banco Millennium Angola, através das demonstrações das respectivas "casas-mãe". Os lucros do Banco Espírito Santo Angola (BESA) voltaram a cair em 2013, atingindo 40,3 milhões de euros (5,3 mil milhões de kwanzas), face aos 53 milhões de euros registados em 2012. A queda, de acordo com a apresentação de resultados do BES, cuja posição no BESA passou de 51,94 por cento para 55,71 por cento após o aumento de capital de 500 milhões de dólares realizados no ano passado, resulta do investimento na abertura de novos balcões, na redução de comissões e no reconhecimento de imparidades.

No documento da apresentação de resultados, o banco liderado em Portugal por Ricardo Salgado, que teve em 2013 o seu pior ano de sempre, com prejuízos de 517,6 milhões de euros, que contrastam com lucros de 96,1 milhões em 2012, explica que no ano passado foram abertas 30 novas agências e três centros de empresas no âmbito do novo plano estratégico.

## 2.6 BESA quer ser o primeiro a lançar fundos mobiliários no país

*Semanário Económico*

*13 De Março de 2014*

Tornar-se pioneiro na introdução de fundos mobiliários em Angola é um dos grandes objectivos do Banco Espírito Santo Angola (BESA), logo que a legislação angolana o permitir. Os seus responsáveis aguardam com expectativa o lançamento do mercado de capitais, diz o presidente executivo, Rui Guerra, em entrevista ao "Semanário Económico" (SE).

Que balanço faz das actividades desenvolvidas pelo banco?

2013 foi para o Banco Espírito Santo Angola um ano muito positivo. Os próprios accionistas, no final de 2012, decidiram que estava na altura de dar um novo rumo ao banco, um pouco em sintonia com o crescimento continuado da economia que se perspectiva. Há uma forte expectativa de haver uma

classe média emergente e conseqüentemente muito mais acesso ao crédito e a outros tipos de produtos. Por isso, o BESA criou uma nova equipa de gestão que entrou em funções em 2013, que introduziu algumas modificações com intuito de ser multidisciplinar, com uma experiência local e internacional no sentido de trazer tudo que pode ser mais positivo na implementação dessa nova estratégia.

Como caracteriza os resultados concretos de 2013?

Fechámos o ano de 2013 com cerca de 54 milhões de dólares. Estes resultados estão, mais ou menos, em sintonia com os do ano anterior. Foi um ano que serviu para se lançarem as bases para o que perspectivamos para o BESA no futuro. Neste momento, o BESA é o banco mais capitalizado de Angola, tem fundos próprios de 1, 6 mil milhões de dólares. Esta nova equipa de gestão procurou adoptar medidas de impacto, a curto e a médio prazo, tendo em vista a preparação para esta nova era que Angola vive o que também implica outro tipo de clientes. Estamos a falar da classe média que tudo indica vai continuar a crescer em Angola. Queremos ser o banco dessa classe emergente portanto 2013 foi um ano que em que estabilizamos o banco e recrutamos cerca de 240 novos colaboradores.

E que desafios estão previstos para este ano?

Temos uma grande aposta na realização não só das áreas comerciais mais também de tudo que tem a ver com áreas de back Office de organização e de informática. Lançamos um novo plano de transformação operacional, que foi desenhado em 2013, mas se vai desenvolver nos próximos dois ou três anos. Há a ambição muito grande de nos equiparmos o melhor possível para sermos de facto um banco líder para os clientes que pretendemos conquistar, 2014 será um ano para consolidar o que começamos em 2013.

Relativamente ao plano de expansão do BFSA, confirma a abertura, este ano, de 80 a 90 agências e seis centros de empresa?

Queremos estar mais próximo possível dos clientes, por isso, apostamos no aumento do número de balcões e de centros de empresa. Abrimos cerca de 31 balcões num único ano e três centros de empresa. O plano estratégico que foi fechado no final de 2012 prevê a abertura de 80 a 90 agências. Abrimos 31 balcões em 2013, o que totaliza 71 e programamos para este ano a abertura de mais 14 agências, o que irá completar o número previsto de novas agências. Já temos seis centros de empresa e esperamos abrir mais seis este ano.

Em 2013 houve um reforço no capital do BFSA de 50 mil milhões de kwanzas, cerca de 500 milhões de dólares. A que se deve de facto esse aumento?

Este capital permite-nos ser um banco com uma solvabilidade muito grande, já que a confiança que os clientes têm em nós, é também resultado do capital que o banco possui. Como lhe disse, passámos a ser o banco mais capitalizado e, por outro lado, esse incremento permitiu - nos ter capital suficiente para desenvolver, de forma permanente, esse forte programa de desenvolvimento. A abertura de 31 balcões num só ano, a que se juntarão mais cerca de 14 este ano, implica um grande investimento. Pensamos também na formação e no recrutamento de novos colaboradores.

Até Abril, prevemos também ter uma nova plataforma de internet vocacionada para empresas e particulares e daí a necessidade de capitais suficientes para que o banco esteja equilibrado financeiramente.

O BESA vai abrir o seu capital para novos accionistas?

Não.

Qual é a política seguida pelo BESA em relação aos depósitos?

Queremos a maior captação de depósitos possível. Para 2014 temos um plano muito ambicioso de captação de recursos. Para isso, pensamos que além daquilo que é a questão da taxa de remuneração que queremos oferecer aos clientes' pretendemos também alargar a nossa base de produtos, para ser mais especializada em termos de segmentos, seja para particulares como para empresas.

O facto de o BES ser um dos accionistas principais do BESA e existir em vários países do mundo irá atrair mais investimentos para Angola?

Gostaríamos muito que isto acontecesse. Temos um posicionamento único relativamente à concorrência para atrair investidores estrangeiros. Por um lado, temos os accionistas angolanos, que são de primeira ordem e, por outro, temos um grupo internacional que é o BESA que está presente em mais de 20 países e tem cerca de 140 anos. Temos vindo a promover encontros com investidores que vêm conhecer o mercado, alguns com projectos no sector da energia, da agricultura e noutros. E estes investidores vêem o BESA como um veículo que os pode ajudar a apostar em Angola.

Que balanço faz do volume de crédito concedido a empresas e a particulares em 2013?

O BESA continua a apostar na diversificação da economia e por isso continuamos a crescer no que respeita ao crédito, essencialmente ao crédito destinado aos sectores não petrolíferos. No final do ano de 2013, fechámos o crédito com cerca de 7,8 mil milhões de dólares. Tem havido também uma aposta grande do BESA na promoção do programa "Angola Investe", mas de facto, o número de projectos fechados não são muitos, por causa do perfil dos nossos clientes.

Que acções tem o BESA, no âmbito do programa de "Educação Financeira" promovido pelo BNA? Temos um projecto muito específico que vai permitir aos nossos clientes disporem de informações privilegiadas com tudo que se relaciona com literacia financeira.

Queremos lançar um protocolo com o Ministério da Educação, no sentido de levar às escolas alguns programas de educação financeira.

O BNA tem como meta aumentar para 30 por cento a taxa de bancarização. Na sua opinião, o que deve ser feito para a concretização deste objectivo?

O maior incentivo, penso já ser uma realidade: diz respeito ao desenvolvimento da economia angolana acelerada, que tem vindo a verificar-se nos últimos anos e isso vai levar a uma maior distribuição da riqueza no país. Com essa distribuição haverá uma tendência de bancarização. Os bancos têm feito o seu papel, basta olharmos para os balcões que têm vindo a abrir em todo o país. Em 2006, Angola tinha cerca de 300 balcões, hoje tem à volta de 1200 espalhados por todas as províncias. Penso que isso é reflexo de uma aposta muito grande da banca' que acompanha o crescimento de Angola.

A seu ver quais os principais desafios que se colocam à banca angolana?

Há um desafio universal para o sector bancário: a existência de uma muito maior regulamentação no sentido de beneficiar o controlo dos bancos e os seus depositantes, porque o banco existe para servir os clientes. O BESA apercebeu-se desses desafios, por isso aprovou e está a implementar o seu plano estratégico 2012-2017.

OBESA destaca-se pela forte política voltada para a banca de investimento. Como funciona exactamente esse segmento? Temos uma equipa dedicada a esta área composta por especialistas em banca de investimento, que permite o melhor aconselhamento no que respeita ao desenvolvimento dos seus "business" planos. Essa equipa tem também a missão de encontrar parceiros para os empreendedores

angolanos. Algumas dessas operações são depois financiadas pelo banco.

É um bom exemplo de com o BESA encontra soluções proactivas, com essa equipa de especialistas. Voltando à questão anterior, pelo facto de termos um grupo internacional (BES) connosco muito activo na banca de investimento em muitos países, podemos encontrar melhores soluções para o mercado angolano.

Foi no âmbito da política de investimento que o banco desenvolveu as sociedades gestoras denominadas Besa1easing e o Besaactif? Evidentemente. Essas associadas gestoras foram criadas na óptica de o nosso banco se centrar na aposta de ter equipas e produtos especializados. São empresas autónomas mas que fazem parte do grupo BESA. São equipas especializadas com o objectivo único de se dedicarem apenas ao cliente.

Ainda no âmbito da banca de investimento, qual a política de gestão que o banco vai implementar no fundo de investimento imobiliário, por exemplo?

Temos neste momento dois fundos imobiliários mas queremos aumentar esse número. Logo que seja possível e que a legislação permitir, queremos ser o primeiro banco a lançar fundos mobiliários. Tudo isso está muito associado ao lançamento do mercado de capitais que pensamos ser fundamental para o desenvolvimento do país. Acreditamos que haverá novos produtos no mercado, quer através dos fundos de investimento quer através das equipas especializadas nessa matéria e associadas ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Qual é a sua expectativa em relação à futura bolsa de valores de Luanda?

A expectativa é muito grande. Acreditamos que a bolsa de valores vai, numa primeira fase, abraçar tudo que tem a ver com empréstimos obrigacionistas do Estado e de empresas, para depois, se calhar em 2015 ou 2016, haver alguma maturidade para ter algumas empresas cotadas no que respeita a acções. Pensamos que é uma fonte alternativa de financiamento muito importante para o desenvolvimento da economia angolana, que pode ser utilizada pelos bancos e pelo próprio Estado.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Reconversão do negócio de rua reforça o futuro

*Jornal de Angola*  
05 De Março 2014

A integração dos agentes económicos do sector Informal no formal, através de um processo da sua conversão em micro e pequenas empresas, é uma das estratégias adoptadas pelo Executivo para o robustecimento da economia. Para a concretização deste objectivo, foi criado o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), cuja estratégia assenta em apoio conceptual e logístico, a par de benefícios fiscais e concessão de crédito.

A ser operacionalizado pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), o programa, aprovado recentemente em Conselho de Ministros, vai ser o grande destaque do Conselho Consultivo da instituição, que se realiza a 27 e 28 de Março, em Luanda.

O administrador do INAPEM, Samora Kitumba, explicou que o PREI tem semelhanças com o programa "Meu negócio, minha vida", mas introduz melhorias significativas e apresenta novas características. A grande inovação reside no facto de estar orientado em três frentes, que passam pela formalização, formação e financiamento do micro empreendedor. O programa foi aprovado e aguarda apenas operacionalização do crédito.

Na componente da formalização, objectivo é retirar os agentes económicas do sector informal para os integrar no formal. Para tal, devem ter bilhete de identidade, conta bancária e número de contribuinte. Uma vez formalizado, o potencial empreendedor deve candidatar-se a um pequeno financiamento com juros bonificados. A quantia a ser concedida é pequena: entre 300 e 70 (mil kwanzas). O objectivo é apoiar 1 pequenas iniciativas de negócio, como recauchutagem, cabeleireiro, entre outras.

Em relação à formação, o administrador do INAPEM explicou não se tratar de formação académica ou profissional, mas apenas empresarial. "Uma coisa é aprender o ofício de padeiro ou electricista e outra é aprender como transformar o ofício num pequeno negócio. Até agora, o instituto deu formação dirigida a micro e pequenas empresas. A partir daqui, a formação está voltada para o micro e pequeno empreendedor. "

A primeira incubadora do INAPEM é inaugurada este mês. Samora Kitumba esclareceu que ela vai funcionar como uma espécie ninho, onde estão criadas condições de trabalho para as "star-ups", ou pequenas empresas em início de actividade. "A incubadora ajuda as empresas com as dificuldades típicas do arranque, com custos fixos e aspectos relacionados com a gestão e consultoria", referiu.

Incubadora

A incubadora permite, ainda, que diferentes empresas partilhem alguns espaços físicos, além de beneficiarem de uma gestão única, formação, assistência técnica, serviços de contabilidade e consultoria.

O objectivo é levar as empresas a terem uma cultura de troca de experiências na abordagem ao mercado, tomando-as maduras e prontas a enfrentar "riscos". Na incubadora, cada empresa vai poder exercer a sua actividade comercial de forma autónoma e gerir as suas contas.

o espaço tem secretária, internet, telefone e outros serviços, o que minimiza o esforço inicial de arrendar um local e pagar serviços.

Periodicamente, o instituto vai pôr empresas de consultoria e gestão na incubadora para orientar o rumo das actividades empresariais, de modo a que durante o período em que estiverem incubadas, em geral dois a três anos, possam ganhar fôlego e andar por si.

Ideia Brilhante

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas lança este mês, em Luanda, a segunda edição do concurso "Ideia brilhante", uma iniciativa que capta, valoriza e dá corpo a ideias capazes de se transformarem em negócio.

"O nosso objectivo é que uma boa ideia seja transformada num plano de negócio e que venha a repercutir-se na constituição de uma empresa", disse Samora Kitumba.

O prémio é definido em valor. Mas não são entregues cheques, porque o que se pretende é que o autor da ideia não fique por aí. "Estam os na disposição de suportar todos os custos da criação de uma empresa. O que queremos é que a ideia se traduza em empresa, gere emprego e comece a funcionar", sublinhou.

Em relação aos dez vencedores da primeira edição, o INAPEM tem encontrado soluções variadas. Alguns apresentaram a documentação exigida e avançaram para a constituição de empresas, mas outros, nem por isso, porque ficaram estagnados. Só cinco devem



iniciar actividade empresarial em regime "start up" na nova incubadora.

#### Conselho consultivo

Com o Conselho Consultivo do INAPEM, a instituição deve reunir todos os responsáveis dos centros provinciais para debater aspectos de índole interna e organizacional, além de novos projectos. A par da questão interna, deve servir, também, para actualizar a informação dos responsáveis dos centros provinciais nos mais diversos domínios, para que estejam alinhados com as novas políticas e orientações do Ministério da Economia, com realce para o programa Angola Investe, cuja operacionalização tem registado falhas.

"E preciso corrigir o tiro para que determinado tipo de situações não voltem a acontecer", referiu Samora Kitumba. Aliás, o balanço do programa Angola Investe vai ser outra questão a ser debatida pelo Conselho Consultivo.

#### Revitalização

O INAPEM foi criado há 20 anos, com o objectivo de apoiar as pequenas e médias empresas. Ao longo destes anos, teve altos e baixos, com algumas das suas acções de apoio a não chegarem a bom porto. Tal deveu-se ao facto de os recursos que deviam estar adstritos ao instituto terem sido, de alguma forma, negligenciados.

Com a criação do Programa Angola Investe foram identificadas as grandes razões por que ao longo dos anos não surgiram novas pequenas e médias empresas.

Uma delas foi a falta de competência do próprio empreendedor, o suporte que precisava e o conhecimento para avançar na vida empresarial. Foi nessa altura que se tornou necessário revitalizar o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Para responder aos novos desafios de apoio às pequenas e médias empresas, Samora Kitumba disse que o INAPEM, já revisto e actualizado, está actualmente dotado de um orçamento robusto, uma nova estrutura e um novo conselho de administração.

### 3.2 A eterna maka da zungueiras na capital

*O Continente*

*07 De Maio 2014*

O trabalho das zungueiras nas ruas da cidade de Luanda, é um fenómeno que agudizou-se mais ainda

com a liberalização do mercado quando Angola saiu do mono partidarismo para o multipartidarismo no início da década de noventa.

Por causa do elevado índice de analfabetismo que o país registava naquela altura e por causa do conflito armado e outros constrangimentos políticos e sociais, várias mulheres, homens não conseguiam emprego e para sustentarem as suas famílias não viram outra solução senão optar pela venda ambulante.

Passados cerca de duas décadas, e mesmo com a Paz assinada à 4 de Abril de 2002 o quadro quase que não mudou, e essa actividade considerada ilegal pelo Estado ainda é tida como um meio de sobrevivência de milhares de famílias.

Associada à falta de qualificação para acederem à um emprego, algumas zungueiras contactadas pela reportagem Continente, disseram que os baixos salários auferidos pelos parceiros e a falta de lugar apropriado para o exercício da actividade, também não lhes deixam outra saída senão continuar na zunga, apesar dos vários perigos que anda sempre á espreita, desde os assaltos, os atropelamentos as balas e os poretos das autoridades policiaes. "Depender do salário mensal não dá porque é tão baixo que não dá para sustentar as nossas famílias com o agravante do mesmo demorar para ser pago" frisou Femanda de 39 anos, zungueira há oito anos e residente no município do Cazenga.

A falta do emprego, foi apontado como um dos principais factores que terá levado muitos jovens a optarem pelo mundo da zunga para conseguirem alguns valores para continuidade na formação académica, do que roubar ou entrar em negócios ilícitos.

Apesar das perseguições vindas da polícia e dos fiscais ao invés do fenómeno diminuir a tendência é aumentar porque a pobreza ou o analfabetismo aumente mas muito mais por falta de políticas que visem estanca-lo sem agravar ainda mais a situação de subsistência não dessas mulheres batalhadoras mas principalmente o seu agregado familiar fundamentalmente constituído por crianças, dos vários perigos que anda sempre á espreita, desde os assaltos, os atropelamentos as balas e os poretos das autoridades policiaes. " Depender do salário mensal não dá porque é tão baixo que não dá para sustentar as nossas famílias com o agravante do mesmo demorar para ser pago" frisou Femanda de 39 anos, zungueira há oito anos e residente no município do Cazenga. A falta do emprego, foi apontado como um dos principais factores que terá levado muitos jovens a optarem pelo mundo da zunga para conseguirem alguns valores para continuidade na

formação académica, do que roubar ou entrar em negócios ilícitos.

Apesar das perseguições vindas da polícia e dos fiscais ao invés do fenómeno diminuir a tendência é aumentar porque a pobreza ou o analfabetismo aumente mas muito mais por falta de políticas que visem estanca-lo sem agravar ainda mais a situação de subsistência não dessas mulheres batalhadoras mas principalmente o seu agregado familiar fundamentalmente constituído por crianças.

### 3.3 Novas Bancadas Retiram Zungueiras das Ruas

*Jornal de Angola*  
08 De Março 2014

O governo provincial de Luanda, numa clara demonstração da sua míope gestão do casco urbano e suburbano, não tem conseguido dar resposta a demanda dos vendedores formais e informais. Tanto assim é que transformou o parque de estacionamento do Mercado do São Paulo, autorizando a construção de forma precária de cerca de 450 barracas, que vedam a sua visibilidade, tudo numa lógica eleitoralista e partidária.

Agora e aproveitando a parte lateral do mercado principal, que permite uma extensão, terão sido construídas cerca de 800 (oitocentas) bancadas, para atender mais de mil quitandeiras.

Segundo a administradora do mercado, Carla Lobato, a colocação das vendedoras na nova ala, assenta no programa do combate à venda ambulante concentradas em mercados informais, criados em locais impróprios, causando transtornos à circulação de veículos e pedestres.

"Os lugares estão a disposição de todas quitandeiras interessadas em abandonar a prática de venda ilegal, em quintais e nas zonas circundantes ao mercado" assegurou.

Para além do aumento dos novos lugares, 800, juntam-se as 1200 bancadas, ocupadas por diferentes quitandeiras, muitas, provenientes do ex-mercado Roque Santeiro, perfazendo agora um total de 2000 bancadas. A administração cobra uma taxa diária de Kwz: 150,00, que com a capacidade outrora instalada, arrecadava mais de 120.000,00 Kz por dia, distribuídos em 75% para o Tesouro Único e 25% para as despesas do mercado, esmerando-se um aumento dos lucros, não só pelas novas bancadas, como ainda pelo aluguer dos parques de estacionamento.

Antónia Bernardo, quitandeira com mais de 15 anos e proveniente do ex Roque Santeiro, espera ansiosa por uma bancada. "Depois de nos tirarem o Roque, comecei a vender no Panguila, lá não víamos dinheiro porque não tem clientes, então comecei a zungar aqui no Arreio Arreio, mas graças a Deus nos deram este lugar aqui no estacionamento e agora vamos para as novas bancadas no quintal".

Já Susana João, prefere continuar a vender no quintal, porque os clientes dificilmente entram no mercado, "aqui no quintal é como na rua os clientes aparecem mais do que dentro do mercado", esclareceu

#### COMBATE À VENDA AMBULANTE

Em função do programa que visa combater a venda ambulante, através de medidas administrativas, quando deveria ser com a promoção de mais oferta, o governador Provincial de Luanda, Bento Sebastião Bento, orientou uma vez mais, o uso da força, que causa agressões gratuitas e assassinatos, os Serviços de Fiscalização a trabalharem com a Polícia Nacional visando combater severamente toda a concentração de vendedores de rua. "Temos dois anos para reverter as coisas, os que não cumprirem e afrontarem a Polícia têm que ser penalizados" é a verdadeira lógica da ditadura fascista: "porrada se refilares", mas que a Polícia traduz em: "assassinar se refilares", daí o cortejo de mortes, que ficam impunes.

#### REACÇÃO DAS ZUNGUEIRAS

Para as zungueiras, a violência é uma característica gratuita do consulado de Bento Bento, pois, alegam, desde que prometeu procurar lugares provisórios para a venda ambulante, enquanto os mercados não estiverem concluídos, orientou as autoridades a tomar medidas museuladas de roubo, violação e assassinatos por parte da Polícia e da Fiscalização, denuncia Rosa Zenga, ante as arbitrariedades e corrupção por parte dos agentes da Fiscalização e Policial, que exigem pagamento de "propina", para as não prender, nem confiscar os seus produtos.

A zungueira, Célia Canela, de 42 anos, vendedora desde 2008, viúva com 7 filhos para sustentar, todos eles sem nível de escolaridade, revelou ter pago aos agentes da polícia para ser solta. "O que eles fazem é nos dar muita corrida e nos levar presas, caso não paguemos 50 mil kwanzas", denunciou ao F8, adiantando, "há famílias sem dinheiro e se ninguém lhes paga, podem ficar a apodrecer muito tempo", lamentou. Outra zungueira, Lena Limpo, foi barbaramente espancada, na presença do repórter F8, por fiscais do Distrito do Sambizanga. Mãe de 6 filhos, aos 36 anos, tem de vender onde der, uma vez o salário do marido taxista, não chega para enfrentar as

necessidades do lar. Levaram-nos para a esquadra e colocaram-me numa cela mista, com homens".

Margarida Joaquim, de 39 anos, alega já ter sido detida várias vezes por não aceitar namorar com um dos agentes do posto policial do São Paulo e talvez por isso, também não consegue obter uma bancada (custo do arrendamento e contrato; Kwz: 40.000,00, para além de 2000,00 diário), nem no mercado do São Paulo, tão pouco nos Congolenses. "Eu estou cansada de me perseguirem pelos fiscais e policcias. Se na realidade estes lugares que construíram no mercado São Paulo, são para nós, irei para lá sem hesitar", explicou. Maurício José, pedestre, contesta a política de repressão policial, contra as vendedoras ambulantes promovidas pelo governo de Luanda, dando plenos poderes para abusarem sem escrúpulos mulheres indefesas, ante o silêncio cúmplice da organização feminina OMA

"Isso não vai dar certo. O governo deve construir mercados alternativos para as vendedoras, ao invés de orientar a Polícia e a Fiscalização para espancar as mulheres e jovens, mas que até nos levam ao colo, nas eleições", referiu. Manuela Abreu, detida por fiscais do Sambizanga, no dia 23.02, por estar a vender roupa no Arreio-Arreio do São Paulo. "Os fiscais dividiram a minha roupa e a sua prática ficarem com os nossos negócios., enquanto isso a Polícia fotografar-nos e regista dizendo que numa próxima vez seremos encaminhadas para a Cadeia de Viana e responderemos em tribunal pelo crime de desobediência". Mário Chitoka, de 23 anos, passou sete dias no cárcere, por vender óculos de sol "Nos bateram muito e éramos 21 pessoas na mesma cela, depois veio um senhor que começou a nos aconselhar a não vender mais ali", revelou o zungueiro.

### 3.4 Vendedoras Garantem o Sustento de Milhares de Famílias

*Jornal de Angola*  
08 De Março 2014

Maria Jorge, de 23 anos, disse à reportagem do Jornal de Angola que frequentava a sétima classe quando engravidou: "fui obrigada a abandonar os estudos e dedicar-me à venda ambulante para não faltar nada à criança".

Esta zungueira já concluiu toda a que ainda vão a tempo de aprender outras lições, lança um alerta: "é difícil estar grávida, andar carregada com a bacia do negócio à cabeça, em baixo do sol, e sem um lugar fixo para vender".

Maria Jorge luta todos os dias nas ruas de Luanda para sustentar a família. Mas há dias em que os negócios correm mal: "ando por toda a cidade mas não consigo vender a mercadoria. Fico muito triste porque nesses dias não posso comer. Ao meu filho pequenino é que não pode faltar nada. Tudo o que ganho é em primeiro lugar para ele". Maria Jorge é mãe de três filhos.

"Os meus dois primeiros filhos vivem com a minha mãe no Lubango e mensalmente dou 10.000 kwanzas para ajudar a pagar as despesas com as crianças", acrescentou. O mais pequeno está com ela: "tenho a ajuda de uma vizinha que todos os dias toma conta do meu bebé", frisou Maria Jorge que quando a vizinha não pode tomar conta da criança, ela não vai trabalhar. E nesses dias falta tudo em casa, até a comida da criança.

Maria Jorge disse ainda que ganha todos os dias de cinco a dez mil kwanzas: "desse dinheiro compro comida para casa. O único dia que tenho para cuidar do meu bebé é aos domingos e o jantar é a única refeição que tenho diariamente", realçou.

#### Amparo da família

Outra história de coragem e luta é de Maria Lombe, de 24 anos que também teve de abandonar os estudos muito cedo: "perdi os meus pais aos 14 anos e como irmã mais velha tinha de fazer alguma coisa para ajudar os meus irmãos". Ainda na adolescência teve que assumir as responsabilidades de um chefe de família. No tempo dos sonhos, das brincadeiras e da escola, Maria Lombe teve que ser adulta, à pressa, sem tempo para crescer.

Hoje é uma chefe de família exemplar e dá tudo o que pode para que nada falte aos irmãos mais novos. Mas na luta pela sobrevivência encontrou um homem que lhe fez dois filhos. A família cresceu mas os rendimentos nem por isso. A luta diária é cada vez mais árdua e difícil.

"Todos os dias saio de casa às seis horas da manhã para ir vender na praia da Camuxiba e junto à ponte do Zamba 11". Quando os negócios correm mal, a família não come. O emprego do marido "dá quase nada, faz um biscate de vez em quando". Maria Lombe continua a percorrer as ruas de Luanda até que os irmãos e os filhos arranjam um trabalho fixo, com salário certo. Conseguiu pôr toda a família a estudar, menos uma irmã de 11 anos: "ela toma conta da casa e cozinha para todos nós. Se um dia for possível, também vai estudar. Mas agora tem mesmo que cuidar da casa. Sem ela eu não podia andar na zunga".

A menina de 11 anos que não vai à escola para fazer os trabalhos domésticos, está a seguir a mesma via de

milhares de outras mulheres que nunca conseguiram estudar. A irmã zungueira tem consciência da tragédia: "isso deixa-me muito triste, porque gostava de cuidar da minha família sem precisar que a minha irmã não fosse à escola. Também tenho vontade de voltar a estudar, mas o que ganho não 'é suficiente para pagar as despesas", disse.

#### Mulher com liberdade

Conceição Álvaro é uma mulher com muitos anos de experiência.

Vende peixe na praia da Mabunda e a vida corre-lhe bem. Disse à reportagem do Jornal de Angola que se sente feliz "porque hoje as mulheres têm mais liberdade e ocupam lugares de destaque no desporto, na política e na cultura".

Dona Mabunda, como é tratada pelos clientes e vizinhos, afirmou que vende peixe desde os 18 anos. Com este negócio conseguiu organizar a vida e dar formação aos filhos. Lança um alerta: "a juventude de hoje está a perder-se porque os jovens não fazem sacrifícios para ter as coisas, os pais dão-lhes tudo".

#### Mulher de armas

Esperança Eduardo trabalha como agente de protecção física. Explicou à nossa reportagem porque decidiu fazer um trabalho que habitualmente é feito por homens: Mamá Mabunda continua a vender "não aguentava mais que o meu marido fosse o único a contribuir para as despesas de casa, por isso decidiu fazer alguma coisa para ajudar a família".

Esta agente de protecção física tem uma reclamação a fazer: "muitas vezes sou insultada por pessoas que acham que este trabalho é só para homens". Esperança Eduardo disse ainda que o horário ajuda a cuidar da família: "no início foi difícil fazer compreender ao meu filho mais velho que tinha de fazer este trabalho, mas graças ao diálogo ele conseguiu entender".

A agente de segurança pede a todas as mulheres para abandonarem a vergonha e o preconceito: "qualquer uma pode desempenhar bem esta profissão, basta ter coragem e saber enfrentar a realidade".

### 3.5 Ambulantes e GPL concertam ideias

*Jornal de Angola*  
14 De Março 2014

O Governo da Província de Luanda realiza, hoje, na Cidadela Desportiva, um encontro alargado com os vendedores ambulantes que operam na capital.

O Governo Provincial de Luanda anunciou, em comunicado divulgado ontem, que o encontro é dirigido pelo governador Bento Bento e se destina a auscultar as preocupações dos vendedores ambulantes, sobretudo no que se refere a questões de segurança.

Por sua vez, a Organização da Mulher Angolana (OMA) realiza, em todos os municípios da província, actos de homenagem à quitandeira, com actividades recreativas e culturais nos mercados, praças e outros locais de venda.

Para responder aos desafios da redução da mortalidade materna e infantil, da violência doméstica e de género, as direcções provinciais da Saúde e da Família realizam, também amanhã, no Largo da Família, uma feira de prestação de serviços.

Na feira vão estar à disposição da população serviços de saúde com assistência médica, através de consultas pré-natais, pediátricas, puericultura e oftalmologia.

Os técnicos de saúde vão ainda fazer rastreio de doenças como a tuberculose, hipertensão, diabetes, malária, cólera, VIH Sida e lepra. Na feira, que termina amanhã, são realizadas palestras sobre saúde e distribuídos preservativos e cloro.

### 3.6 Praças vazias

*Jornal De Angola*  
14 De Março de 2014

Vivo no Bairro Estalagem no Município de Viana, e há tempos passei num bairro denominado "Seis" e vi uma praça espaçosa com poucos vendedores e poucos clientes. Não compreendo como muitas pessoas alegam vender nas ruas por falta de locais próprios para a venda. Nos últimos anos vários mercados foram construídos e outros reconstruídos a fim de aumentar a qualidade de comercialização dos produtos e reduzir o nível de desemprego no país.

Mas muitas pessoas insistem em vender nas ruas, pontes e estradas, pondo em risco as suas vidas e causando má higiene à cidade. Apelo aos vendedores para fazerem os seus negócios em lugares próprios para a venda, para que se mantenha uma cidade limpa e organizada.

### 3.7 Levados para longe do antigo trabalho ficam sem emprego

*Jornal O PAÍS*

28 De Março de 2014

O cidadão António Guilherme Chiteculo completou o seu 40º aniversário, no passado dia 22 do corrente mês, da maneira que nunca lhe passou pela cabeça. Com força e vontade para trabalhar, encontra-se sem emprego porque não tem meios suficientes para se deslocar do seu novo bairro para o antigo local de serviço.

Na esperança de inverter a situação, nosso interlocutor juntou-se ao coro de pessoas que solicitam às autoridades que orientem a TCUL para que voltar a meter à sua disposição os quatro autocarros que tinham a missão de os transportar daquele local para o centro da cidade, gratuitamente. Dos quatro autocarros, dois subiam diariamente do Cemitério da Santa Ana à Cabala à partir das 8 horas da manhã e os outros faziam o mesmo trajecto no sentido inverso. A última viagem era feita às 14 horas.

"Agradecemos imenso o facto de nos estarem a dar as chapas, barrotos e pregos para fazermos as nossas casas.

Mas a falta de transporte e dos bens que o meu vizinho acabou de mencionar está a causar muitos problemas a nossa comunidade", disse.

Sem desprimor para os seus vizinhos, desabafou que poucos deles que se encontram em idade produtiva estão neste momento a contribuir para o desenvolvimento do país, o que considera ser bastante prejudicial para o cumprimento das metas de combate a pobreza e o desemprego a que o Executivo se propôs a alcançar.

Disse ainda que para além das facilidades que o transporte proporcionava a todas as pessoas que estavam empregados, os que se encontravam fora do mercado de trabalho tinham a possibilidade de ir buscar alimento em casa dos seus parentes que residem nos diversos bairros de Luanda.

Furiosa com a situação, a senhora Rosa Tavares dos Santos, 29 anos, revelou que a clareza dos postos de iluminação pública não tem sido suficiente para afugentar as cobras. Para exemplificar, disse que, um dias antes, os seus vizinhos agarraram uma cobra no interior da tenda 12. "E eu mesmo fui fazer as necessidades maiores na mata e quase fui mordida por uma cobra", disse Rosa dos Santos.

E a mesma senhora queixou-se mais: "Para além das cobras, algumas tendas estão a ser mal montadas. Se

tiverem dúvida podem ir ver a tenda 50 que caiu anteontem e feriu gravemente uma criança de apenas um mês de idade e a sua mãe.

À semelhança dos seus companheiros, Rosa dos Santos, contou que a chuva que constantemente tem caído sobre aquela zona de Luanda tem obrigado muitas das famílias que se encontram nas tendas a sair, porque muitas delas não estão a resistir.

"Se o Governo nos realojesse num local com as condições a que todo o ser humano tem direito estaríamos bastante agradecidos, mas aqui onde nos vieram transferir está muito mal", disse a jovem que também tem uma criança de um ano adoentada.

### 3.8 Roulotes e barracas retiradas da via pública

*Jornal de Angola*

17 De Março de 2014

O administrador municipal, Altamiro Benjamim, que falava à margem da sessão extraordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, orientado pelo governador Paulo Pombolo, disse que a cidade do Uíge está a (conhecer uma degradação acentuada, resultante da proliferação de roulotes, barracas, casebres e comércio ilegal na via pública.

Altamiro Benjamim disse que os estabelecimentos, para além de deturparem a imagem da cidade, são mentores da fuga ao fisco, de negócios ilegais (venda de drogas), o que contribuiu negativamente para o aumento da criminalidade, prostituição e violação sexual de menores.

O administrador referiu que a cidade do Uíge, em tempos idos, foi uma grande urbe, mas algumas praças têm degradado a cada dia que passa o perfil que se pretende devolver à capital da província, principalmente pelo surgimento em locais inadequados de serviços mercantis.

Altamiro Benjamim disse que as autoridades estão a mobilizar as populações, com recurso às autoridades tradicionais, igrejas, comissões de moradores e ao Conselho Provincial da Juventude, no sentido de levar a mensagem da conservação e tratamento da imagem da cidade.

O responsável da administração salientou que a medida não impede a realização de negócios, mas sim a sua organização. "Empreendedorismo não é uma actividade que se faz de qualquer maneira e à margem da lei, isso não vamos permitir", advertiu Altamiro Benjamim.

O administrador municipal do Uíge informou que todos os indivíduos interessados em promover negócios na urbe devem comparecer na administração municipal, para aí serem orientados sobre as regras que devem cumprir no exercício da sua actividade comercial.

Quanto à venda ambulante, o administrador Altamiro Benjamim apontou a Rotunda do Songo e as ruas por trás do mercado municipal e a de acesso ao aeroporto do Uíge como os pontos mais críticos em termos de concentração dos vendedores. Este tipo de comércio a céu aberto tem graves consequências para a ordem pública, uma vez que os seus praticantes desafiam os veículos nestes troços, ocupando cerca de 70 por cento das faixas de rodagem, durante as vendas, referiu o administrador municipal do Uíge.

Ricardo Garcia, proprietário de um salão de beleza feito de material metálico, na Rua do Comércio, Bairro Caquia, já foi notificado por fiscais da administração municipal, para retirar a estrutura, mas até agora ainda não o fez.

Para ele, a decisão da administração é positiva, por se tratar de uma medida que visa o ordenamento da actividade comercial, mas defendeu a necessidade de se compensar os prejuízos que possam advir de tal posição administrativa.

"Há muitos motivos para se destruir as barracas, sobretudo as rouletes, por serem locais promotores do uso abusivo de álcool e de delinquência, mas também não se pode esquecer que muitos jovens são desempregados e procuram ali o seu ganha-pão", referiu.

O administrador municipal do Uíge revelou ainda existirem dois mercados, um construído de raiz, no Bairro Quindenuco, e outro de material artesanal, em Paco e Benze.

Estes espaços comerciais encontram-se praticamente às moscas, por os vendedores se negarem a ir para lá, alegando demasiada distância e falta de transporte, acrescentou o administrador Altamiro Benjamim.

### 3.9 Vendedores apresentam as suas preocupações

*Jornal de Angola*  
17 De Março 2014

O encontro foi marcado por momentos de muita alegria e descontração havendo até quem aproveitasse para "zungar" e ganhar alguns kwanzas enquanto esperava pelo começo da auscultação. Muitas foram as mulheres que subiram ao palco para apresentar os seus

direitos e pedir ao governador da Província de Luanda que "tome medidas para acabar com o seu sofrimento".

Mariana dos Santos participou no encontro e pediu em umbundu para, em nome da paz que o país vive, se arranjem soluções práticas que resolvam os problemas por elas enfrentados: "Somos mulheres sofredoras que carregam os filhos nas costas à procura do pão para eles comerem. Os nossos filhos estudam e precisam de ir à escola com batas limpas, material escolar completo e apanhar táxi. Como vamos fazer isso se não temos um sítio digno para trabalhar? Olhem por nós por favor", disse.

Marta Maria também é vendedora ambulante e conta que o mais difícil é ver o negócio ser levado pelos fiscais: "Muitos dos fiscais que levam o nosso negócio são nossos maridos que em casa não dão sustento à família. Nós temos de trabalhar também para eles porque senão estamos sujeitas a apanhar surra na rua e em casa, é humilhante viver assim, pedimos que nos ajudem."

#### Apoio às mulheres

Os homens não se sentiram traídos e acompanharam o encontro, dançaram, venderam e deram uma palavra de apoio aos pedidos feitos pelas mulheres.

Capita Manuel é vendedor ambulante desde 2007 e diz que esperou pelo dia em que os seus problemas fossem ouvidos e solucionados: "Queremos que essas promessas sejam cumpridas para vermos o nosso trabalho a progredir. Com novos mercados abertos e sítios próprios para vender os problemas que causamos por vendermos na rua vão acabar e a cidade vai ficar mais limpa."

Salomão Gonçalves veio do Bié para ganhar a vida na capital e disse que já comeu o pão que o diabo amassou: "Muitas foram as vezes que vi o meu negócio nas mãos dos fiscais e tive de dar o pouco dinheiro que tinha para reaver o meu sustento. Alguns fiscais aproveitam-se da farda para ganhar dinheiro fácil e as mulheres são as que mais sofrem com essas acções".

O vendedor ambulante disse que a punição aos fiscais e agentes da Polícia Nacional é bem-vinda e indicou que vai agora vender nos mercados e locais que forem indicados para a venda ambulante. Vamos aproveitar a oportunidade que nos foi dada e trabalhar".

Agora é a vez das zungueiras

O governador da Província de Luanda, Bento Bento, pediu aos vendedores ambulantes para pararem de vender nas estradas, passeios, passagens aéreas e outros locais impróprios: "Devem obedecer às ordens

dadas pelos fiscais, polícias e administradores e vender nos locais indicados para acabar com as "corridas", temos mercados vazios que devem ser ocupados".

Bento Bento disse que o Governo da Província já cumpriu com a sua parte e agora é a vez de as zungueiras cumprirem com a sua: "Construímos mercados e os locais próprios para a venda ambulante foram criados, agora ocupem esses espaços e vamos deixar a cidade limpa. Ao não cumprirem com o acordo os fiscais vão apreender os vossos negócios e a polícia vai continuar a dar-vos "corrida"".

O governador explicou aos vendedores que a Província de Luanda recebe muitos estrangeiros e por isso deve ser cuidada. "Os estrangeiros quando vêm o lixo falam mal de nós porque a cidade está suja. Devem recolher o lixo provocado pelas vendas, ponham-no em sacos e deem-no no contentor".

O encontro concluiu que todos os munícipes devem denunciar actos de violência física e moral, em nome do respeito pela integridade física, solidariedade e humanismo, disse Bento Bento.

"Os fiscais e agentes da Polícia Nacional, quando confrontados com situações que ponham em causa regulamentos e normas em vigor da ordem pública, devem ter atitudes pedagógicas e de persuasão com as vendedoras e pequenos praticantes de negócios."

Bento Bento, em conclusão, explicou que o Governo Provincial deve divulgar os locais próprios para os vendedores ambulantes fazerem a venda dos seus negócios.

Participaram no encontro de auscultação vendedores dos mercados Asa Branca, Catinton, Feira Popular, Palanca, Sucupira, Caop, Kwanzas, Mercado do peixe Mabunda e S. Paulo. O grupo carnavalesco vencedor da edição 2014 do Carnaval de Luanda, União Sagrada Esperança do Município do Rangel, recebeu, no encontro do governador Provincial de Luanda com os vendedores ambulantes, uma geleira e uma televisão. Animaram o encontro os músicos Givago, Paulo Matumina e São Lurdes que fizeram os participantes dançar e cantar e por momentos esquecer as suas preocupações.

### 3.10 Novo mercado Catinton com milhares de bancada

*Jornal de Angola*  
19 De Março 2014

O Distrito Urbano da Maianga, em Luanda, vai beneficiar este ano de um mercado na zona do Catinton, com capacidade para três mil lugares, para

acomodar as vendedoras que comercializam os seus produtos nas redondezas, anunciou ontem a administração do distrito.

O futuro mercado está a ser erguido num espaço de mil metros quadrados, numa iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza. A Administração do Distrito Urbano da Maianga pretende erguer esta estrutura na localidade com vista a oferecer outra imagem à circunscrição e tomar a área de vendas num local com condições básicas de trabalho.

O mercado do Prenda, um dos mais antigos de Luanda, está a beneficiar de obras de melhoramento para acomodar de forma digna as vendedoras.

O Distrito Urbano da Maianga possui uma população calculada em 852 mil habitantes, distribuída pelas áreas da Maianga (sede) Cassequel, Prenda e Rocha Pinto.

A região é limitada a norte pelos distritos urbanos da Ingombota e Rangel, a sul pela Samba e a leste pelo Kilamba Kiaxi.

### 3.11 Zungueiras

*Jornal de Angola*  
21 De Março 2014

A decisão do Governo da Província de Luanda que autoriza a venda de produtos por zungueiras em qualquer esquina da capital de Angola, vai em sentido contrário às orientações anteriores.

Se bem estamos lembrados, a mesma autoridade que baixou esta orientação tinha proibido o comércio informal em pontos fixos das ruas e vielas.

As razões justas, na altura avançadas, baseavam-se em questões de higiene e de utilização do espaço público. Ora, na minha opinião, as razões que levaram as autoridades a limitar a actividade das zungueiras mantêm-se.

Agora, os utentes da via, como eu, que andam a pé na Baixa de Luanda e não só, vêm limitado o espaço de circulação dos peões devido à sua ocupação por zungueiras e outros vendedores ambulantes. E o que dizer dos automobilistas.

Também eles se podem queixar da situação, porque algumas vezes são prejudicados.

As zungueiras e outros vendedores ambulantes muitas vezes impedem o estacionamento de viaturas ou a sua

circulação por estarem mal posicionados na via pública.

E agora? Qualquer vendedor na via pública faz o que quer, somente porque alguns fiscais do Governo da Provincial de Luanda cometeram erros? Os agentes prevaricadores se fossem identificados pelas vítimas deviam responder pelos seus actos.

Se fossem exemplarmente sancionados por emprego da força, sem motivo ou por apropriação de bens os colegas pensavam duas vezes antes de agir à margem da lei.

A medida tomada pelo Governo da Província de Luanda vai contra a lógica e, por assim dizer, autoriza a anarquia? Certamente que não, mas há sempre os que de forma oportunista se procuram aproveitar das situações.

Os polícias não estão acima da lei, mas as zungueiras também não.

### 3.12 Fiscais vão apostar numa intervenção de diálogo

*Jornal O PAÍS*

*21 De Março de 2014*

Depois da auscultação realizada pelo Governo Provincial, os responsáveis da fiscalização a nível de Luanda reuniram-se' na Segunda-feira, para traçarem novas formas de actuação. A maioria deles contraria a informação de que sejam violentos, embora realcem que, nos próximos tempos, apenas vão insistir no diálogo e serem pacientes, até porque dizem não ter orientações contrárias.

Um fiscal que falou a O PAÍS sob anonimato considera que a questão da da corrupção e agressão existe somente na visão dos dirigentes por causa das informações que recebem das senhoras que vendem nas ruas.

'Será que um fiscal sai de sua casa para bater numa zungueira?' questionou o fiscal. Sem contrariar o que o responsável do GPL avançou, ele acredita que as coisas têm sido liminares assim porque muitas das vezes 'tem acontecido o contrário, nós temos sido vítima de agressões mas não podemos reagir, porque quem fica mal na fotografia somos nós" .

Segundo o funcionário da fiscalização' existem regulamentos que proíbem a vendas nas ruas e é isso que têm procurado travar. Para ele, as vendedeiras fizeram má interpretação do discurso do governador, pois, não lhes foi dada luz verde para vender nas ruas.

"Só que agora temos que antecipar os factos, apesar que sempre fizemos", informou.

Nos Congolese, as senhoras voltaram a comercializar nos passeios e nas estradas, depois do encontro que tiveram com o governador, segundo um fiscal deste mercado que disse chamar-se Miguel. Ele revelou que os aqueles espaços já estavam desocupados, mas com a nova ordem as zungueiras já estão a fazer das suas e muitas vendem ao pé dos polícias, de forma a zumbarem.

Miguel espera ver quanto' tempo a situação vai durar, embora frise que ele e os seus colegas fiscais sempre cumpriram orientações das administrações municipais. Diz ter sido inúmeras vezes ofendido e agredido nesta missão que visa manter as ruas da cidade capital organizada e limpa.

"Agressão como habito não faz o nosso tipo e ofensas corporais são puníveis na nossa Instituição. As zungueiras, particularmente, não respeitam o trabalho dos fiscais. Quantas vezes partiram os nossos carros. É preciso sentir na pele para entender o nosso trabalho", realçou.

Por outro lado, um fiscal do mercado do São Paulo comunicou que sempre procurou exercer bem as suas funções, apesar de algumas vezes colegas seus usarem a força para intimidar as senhoras.

Embora alguns usem chicotes para ameaçar, no sentido de que as senhoras obedeçam, elas muitas vezes acabam por se rebelar e agridem os fiscais, segundo o fiscal do mercado de São Paulo.

"Ninguém tem intenções de bater nelas, pois elas são as nossas mães e irmãs. O que acontecia é que as zungueiras são mulheres teimosas. Com palavras elas não escutavam, mas vamos esperar para ver o resultado destas orientações!", desabafou o fiscal.

Administmçõe5 entregam cinco mil kwanzas às vendedoras tal como Bento Bento tivera prometido as zungueiras e quitandeiras que participaram da actividade, as administrações municipais começaram a entregar os cincos mil Kwanzas às participantes.

No Cacucaco, a administração criou um grupo técnico para distribuir os valores. As primeiras a receber foram as senhoras que vendem nos mercados pequenos do município. Depois receberam as comerciantes do mercado do Kikolo e do Sábado, na Funda, por serem as maiores, informou a administradora Rosa dos Santos.

No Cazenga, a entrega começou na Quarta-feira, as privilegiadas foram as dos mercados localizados na zona 18 e 19. Segundo o administrador Nataniel



Narciso, para atender as três mil e 200 pessoas que participaram na actividade precisam de onze milhões de Kwanzas, mas só tinham recebido três milhões e 500 mil Kwanzas.

Já no distrito da Samba, o responsável da fiscalização Vasco Simão fez chegar o valor a cinquenta senhoras que vendem nos mercados situados no Zamba II. O responsável colocou o dinheiro num envelope e entregou consoante o número de pessoas que constam da lista feita no dia do encontro com Bento Bento.

Quitandeiras descontentes com a zunga

Esperança da Conceição, vendedeira de bebidas no mercado do São Paulo há 36 anos, pediu ao governador que coloque todas as zungueiras dentro do mercado. Há doze anos que coordena a área de bebida, Esperança considerou o mercado do São Paulo mãe de todos os outros que tem surgido, mas tem pouco espaço. "Nós queremos que o cerco onde as mães vendem também seja mercado" avançou.

Para a quitandeira, as zungueiras não aceitam vender no interior do mercado, os fiscais ficam atrás delas para que entrem, mas ainda assim não cumprem. As zungueiras aparecem primeiro lugar e os clientes já não entram no mercado, porque encontram os produtos expostos na rua. "E nós que pagamos a ficha ao Estado não temos clientes. Temos que pagar faculdade dos nossos filhos, sustentar os nossos netos, não conseguimos porque tem barreira das zungueiras que desviam os clientes. O governador tem que olhar pelo seu povo, porque as zungueiras estão a nos roubar os clientes", desabafou.

Por seu lado, Rosa Missanga, vendedeira da praça da Teixeira, distrito da Maianga, disse que está cansada de vender na vala. Desde os seus 18 anos de idade que começou a vender fuba naquele espaço, hoje, com 57 anos, a senhora pediu ao dirigente provincial um mercado digno para todas as senhoras que vendem na vala.

"Se O governo ajudar também será ajudado"

No momento de auscultação, Elisabeth Jacinto disse que as vendedoras e as ambulantes dependem do governador, por isso, pediram que pusesse fim nos seus sofrimentos diários. Mas acredita que 'se não tivermos um lugar e não formos ajudados pelo governador, acreditamos que a fiscalização também não ajudará'. Ela reconhece há confusão entre as vendedoras e os fiscais, e que não cumprem a ordem dada pelo Governo. "Estamos aqui para ouvir as orientações que nos vão dar e queremos a sumir a responsabilidade, pois não queremos mais problemas", afirmou.

Na sua mensagem ao governador, Esperança disse que vão colaborar e vender nos lugares cedidos, mas onde existam clientes, porque se for o contrário o negócio não rende. "Nos ajude e nós também te vamos ajudar senhor governador!", garantiu. Já Frederica Vintague, vendedora do município do Cacucaco, com seu cesto na cabeça e filho nas costas, mostrou-se grata por ter participado do encontro. Frederica disse que a vida da zunga não é fácil e sofrem muito.

"Os polícias nos batem várias vezes e os fiscais nos recebem as mercadorias. E para não perder o nosso negócio fizemos confusão e lutamos com os fiscais. Queremos mais mercados e que dê ordem aos fiscais para não receberem mais os nossos negócios, pois, só queremos sustentar os nossos filhos", disse.

A mensageira do mercado de Viana, Joana Lucas, também agradeceu a iniciativa e realçou que no exercício das suas actividades não tem sido fácil. Por isso, vão cumprir com todas as recomendações e orientações, reconhecendo que vender na rua não dignifica o valor da municipalidade, as zungueiras prometem não lutar mais com OS fiscais "Nós não roubamos clientes de ninguém, cada uma procura forma de sustentar os seus filhos. Mas a partir de agora estamos dispostas a entrar nos mercados onde nos colocarem", disse Josefina Domingos, zungueira do São Paulo, para depois cinco mil Kwanzas fornecidos pelo governador.

Rosa Gaspar, que zunga roupa dos fardos no mercado do São Paulo, disse que não tem lugar no interior do mercado, motivo pelo qual vende no passeio.

"O cliente não se rouba, o problema é que o negócio só rende bem fora do mercado, porque os clientes não gostam de entrar", explicou. A nossa entrevistada disse que gostou do encontro, e espera que tudo quanto foi dito se cumpra. "Eu gosto de ver pra crer, quando eles construírem os mercados e nos darem os lugares, vou fazer a minha parte. Perdemos todo dia aqui cinco mil não se compara com o que nós ganhamos durante o dia, mas o importante não foi o valor, mas sim a oportunidade de nos ouvirem", afirmou. Disse ainda que os fiscais apreendiam as zungueiras, e não pretendem continuar nessa briga, "apesar que somos nós que corrompemos os fiscais", Participaram do encontro de auscultação os vendedores dos mercados Asa Branca, Kikolo, Catinton, Feira Popular, Palanca, Sucupira, Caop, Kwanzas e Mercado do peixe Mabunda. Juntaram-se também as senhoras dos mercados do São Paulo, Benflica, Panguila, Africampos e Hoji- Ya - Henda, As senhoras que vendem nos mercados Nova luz, Morro Bento, Viana, Mercado do Cajueiros, Mercado da Funda também estiveram presentes.

### 3.13 Inquérito rigoroso aos fiscais

*Jornal O PAÍS*

*21 De Março de 2014*

Motivado pelo sofrimento das mulheres vendedoras de Luanda, que correm de um sítio para o outro e muitas vezes sofrem agressões físicas e são ofendidas moralmente, o Governo Provincial de Luanda convocou as vendeiras para juntos encontrarem soluções e melhor procedimento da fiscalização para com as zungueiras e quitandeiras.

Conforme o governador da província de Luanda, Bento Bento, chegaram ao conhecimento do senhor Presidente muitas queixas, segundo as quais em Luanda existem fiscais corruptos que batem e roubam as mercadorias das senhoras zungueiras e muitos ainda assediam as senhoras.

Durante a actividade, Bento Bento disse que vai ser feito um rigoroso inquérito para se encontrar os fiscais ora denunciados. Para além dos fiscais, os polícias também foram apontados como agressores, e para melhorar a situação foi orientado ao Comandante da Polícia da Província de Luanda que não haja mais perseguições e roubo das mercadorias das quitandeiras e zungueiras.

O governador informou que recebeu orientações para suspender imediatamente todos os fiscais que recebem os negócios das senhoras.

No mesmo encontro, o responsável provincial decretou que a partir daquele momento todos os mercados recém-construídos estavam abertos para as senhoras venderem mesmo sem ser inauguradas.

O governo da província de Luanda vai cumprir com a sua parte, e para tal orientou as administrações municipais a comissão administrativa de Luanda, aos presidentes das centralidades para baixar a ordem aos fiscais.

No encontro, que teve como tema "Organizemos e defendamos com segurança o nosso pequeno negócio", as quitandeiras e zungueiras foram chamadas atenção no sentido de cumprirem também com a sua parte. "A partir deste momento ninguém pode mais vender nas estradas, deixem de ocupar as passadeiras, as passagens aéreas. E onde não há mercados, as administrações e os distritos poderão definir as ruas e os locais onde passarão a vender, e as senhoras devem cumprir e respeitar os polícias", alertou.

Acrescendo que as senhoras devem recolher o lixo depois da venda, orientou o governador. E para acudir às questões de agressões que têm surgido, as

administrações vão indicar um gabinete, onde as ambuantes e quitandeiras apresentarão as queixas sobre os fiscais. A nível da província de Luanda, as senhoras podem apresentar as queixas no gabinete de inspecção, dando o nome do fiscal, hora, local e o que mesmo fizera, informou.

### 3.14 Mercados continuam a provocar congestionamento nas vias

*Semanário O Continente*

*21 De Março de 2014*

João Sapalo, funcionário que vive no Kicolo, disse que tem enfrentado dificuldades para chegar ao seu local de trabalho, tudo porque a partir das 6 horas da manhã á encontra constrangimentos antes do chamado novo mercado localizado junto ao banco BAI e BPC depois do Embondeiro na rua Ngola Kiluanje.

Segundo o mesmo, tudo acontece porque com o mercado ali, os taxistas encostam as suas viaturas esperando passageiros, estreitando a passagem. "No Embondeiro agora está livre de engarrafamento e ficou só para o novo mercado", sublinhou.

Marcela Tomás, moradora do município de Viana, revelou que o mesmo regista-se também com a estrada de Viana mais concretamente no antigo mercado da Estalagem, onde principalmente às tardes os constrangimentos têm sido notórios de regresso à casa. Ali, contou, a bicha de automóveis começa quase trezentos metros antes.

Os populares são de opinião que órgãos de direito trabalhassem no sentido de fazer permanecer os vendedores nos locais adequados, ou seja, distantes de estradas e a proibição dos automobilistas estacionarem em qualquer local para o carregamento de passageiros.

### 3.15 Ex-moradores do Quilombo transformam mercado em dormitórios

*Jornal O País*

*28 De Março de 2014*

*Texto: Paulo Sérgio e Alberto Bambi*

Os ex-moradores do bairro do Quilombo, comuna da Chicala, realojados pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), na Comuna da Cabala, município de Icolo e Bengo, que ainda não receberam as chapas de zinco para erguerem as suas moradias, viram-se obrigados a transformar as bancadas de betão armado do mercado (erguido no local) em camas, no período nocturno, e os contentores em quartos.

O sol começava a dar o ar de sua graça, na manhã desta segunda-feira' 24, quando a equipa de reportagem de O PAÍS encontrou dezenas de pessoas, jovens e velhos, a dormirem por cima e no interior das gavetas das bancadas, bem como nos espaços reservado a circulação de clientes e comerciantes do novo mercado da Cabala.

Para conseguir luz eléctrica, a comissão encarregada do realojamento instalou vários postes de iluminação pública à volta e pôs à disposição dos desalojados um gerador industrial.

A diversão, sobretudo para os mais os jovens, é assegurada em parte por quatro televisores fixados num dos alpendres no meio do mercado.

Quando chegámos ao local, um destes televisores encontrava-se ainda ligado e as lâmpadas, acesas. Mas como viriam os a saber mais tarde, a electricidade só costuma funcionar entre as 18h e as 7h:30 do dia seguinte, e este desperdício de luz não é habitual.

Entre os populares a viver nestas condições rudimentares, estava Gomes Miguel Chipungo, 39 anos, antigo pescador, que perdeu o seu emprego ao ser obrigado a ir viver para longe do mar. Aflito, ele não sabia como ajudar o seu filho que passara a noite adoentado.

A única forma de levar a criança ao posto de saúde mais próximo era com um dos taxistas que fazem o trajecto Quissama-Catete-Luanda e vice-versa, e ele não tinha dinheiro para isso. Os anteriores autocarros da TCUL, que inicialmente transportavam gratuitamente a população desalojada, deixaram de aparecer ...

"Passámos toda a noite acordados porque o meu filho apanhou disenteria e febre por causa da água do rio com barro que temos consumido. Daqui a pouco, vou entrar no meio daquela mata à procura de folhas de cajueiro para o esfregar na barriga de maneira a estancar a doença", desabafou com um ar de desespero.

Apesar dele se mostrar esperançoso de que as folhas fizessem o efeito necessário, a sua família e os vizinhos, que se aperceberam do estado da criança, torciam para que a equipa médica escalada para atender aquela comunidade aparecesse no posto improvisado numa tenda antes que a criança piorasse.

O pai, preocupado, contou que a mudança de residência o obrigara a integrar a lista desempregados por ter abandonado o serviço de marinheiro, na Ilha de Luanda" por causa das dificuldades de locomoção da Cabala até àquele longínquo posto de trabalho, uma

vez que os seus colegas se deslocam ao alto mar nas primeiras horas do dia.

Este pescador ilustra a situação porque passam todas as famílias que foram realojadas na Cabala pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), com o intuito de dar outro destino ao terreno onde antes tinham sido erguidas as suas casas, no Quilombo.

Quando falou com os jornalistas, Gomes Chipungo ainda tinha o rosto sujo, natural para quem tinha passado a noite naquelas difíceis circunstâncias. Mais tarde, porém, os seguranças do estaleiro da empresa que estava a fazer a vedação do local onde foi instalado o Centro de Formação Profissional Móvel do MAPTESS, deram à sua esposa um balde de água.

Entretanto, o nosso interlocutor ainda esperava que um dos dois camiões cisternas que foram postos à disposição da comunidade reaparecesse com água, e quebrasse o "jejum" de dois dias. "Aqui a vida está mal. Falta-nos escola, posto de saúde e água potável porque a que consumimos é proveniente do rio e cheia de barro. O que está a provocar disenteria nas crianças e adultos", disse o pai desesperado.

Gomes Chipungo contou que as pessoas que se refugiaram no interior do mercado e dos contentares de 40 pés, ali parados, tiveram que entregar as suas tendas aos membros da comissão criada para organizar a comunidade para receberem em troca as indicações dos seus respectivos lotes e as chapas de zinco que poderiam usar para erguerem as suas casas. Mas até essa promessa viria a tornar-se uma ilusão porque os materiais entregados foram quase sempre dados em quantidades insuficientes.

Além do actual estado de saúde do seu filho, Gomes Chipungo estava também bastante preocupado com o futuro das suas duas filhas. No Quilombo, elas frequentavam a segunda e terceira classes, numa das escolas situadas na Chicala. Ao saírem do bairro antigo tiveram também de abandonar o primeiro semestre, logo no princípio. E ao chegar ao novo bairro encontraram-no sem escolas onde pudessem inscrever-se e estudar.

O amargurado e infeliz pai de família considerou ainda muito grave as autoridades não terem distribuído redes mosquiteiras para se protegerem da praga de insectos assassinos que ali há. O paludismo grassa no bairro.

As condições sanitárias da Cabala são ainda mais graves porque não se instalaram balneários públicos. Nem tão pouco foram cedidas à comunidade meia e é poios necessários para que cada família fizesse a sua latrina.

### 3.16 Os jacarés não nos deixam pescar'

*Jornal O PAÍS*

*28 De Março de 2014*

Embora estejam longe do mar, o 'local onde muitos desenvolviam suas actividades laborais, então tidas como base de sustento de grande parte dessas famílias retiradas do bairro Quilombo, em Luanda, poucos não foram, entre eles, os pescadores que tentaram adaptar suas habilidades à pesca fluvial, já que não estão acampados muito longe do rio Kwanza.

Entretanto, a contrariedade do meio e o facto de local ser um forte habitat dos jacarés desencorajou, rapidamente, os homens do mar, ao ponto de terem preferido balançar a aplicação de suas forças entre o desemprego e alguns negócios, no referido mercado, de dia para vendas e de noite para dormir.

"Este rio está cheio de jacarés que não nos deixam pescar", revelou Tomás Capena, que se identificou também como pescador, tendo acrescentado que, alguns dias após àquela que considerou como chegada forçada à Cabala, ele e uns vizinhos do mesmo ofício tentaram desafiar as adversidades que o rio oferece aos homens habituados a pescar no mar, mas foram surpreendidos pela aproximação dos aligatores.

Sobre a aproximação desses reptéis, Tomás Capena disse ter ouvido histórias contadas de nativos da Cabala, segundo as quais, ao contrário de outros animais do género, em outras paragens do mesmo rio, que se escondem, ao descobrirem presença humana, os dali se sentem atraídos, porque esperam receber comida. Esse era um hábito criado pelos moradores, que, de acordo com interlocutor deste jornal, encontram neste pequeno exercício, o cumprimento de um rito pouco comum entre habitantes ribeirinhos,

"Há vezes em que os próprios homens servem de comida para eles, principalmente quando se trata de pessoas de fora", reforçou Capena, tendo cogitado que o fenómeno tinha a ver com a superstição reinante na vila.

O pescador, agora estacionado a mais de 40 quilómetros do mar, pediu ao Governo para reconsiderar a situação do povo do Quilombo, a fim de evitar que o mesmo passe sempre privações. A par disso, recordou o primeiro e único dia em que chegaram e receberam apoio do Executivo, no tocante a produtos de primeira necessidade, como arroz, feijão, tuba, óleo, sabão e outros, apontando, ao mesmo tempo, este como o caminho a ser retomado por parte de quem os quisesse ajudar.

Questionado se tal política de ajuda não havia de criar um comodismo, ao ponto de não se preocuparem com a busca de novos, Tomás Capena respondeu, de forma lacónica, que não tinham outro jeito.

### 3.17 Uíje constrói e amplia diversos mercados

*Jornal de Angola*

*28 De Março de 2014*

*Texto: António Capitão*

O Governo provincial do Uíge pretende construir mais mercados e ampliar os existentes, para coordenar o comércio informal, anunciou o governador. Paulo Pombolo visitou na terça-feira o mercado da Catapa, com capacidade para 150 vendedores, erguido em 2009, que não funciona devido à falta de condições, como armazéns para o depósito de mercadorias e reduzido número de lugares para as vendas.

O governador visitou igualmente

o mercado da feira, o maior a céu aberto na província, onde a maior parte dos vendedores de bens alimentares e industriais, roupa, electrodomésticos, peças de automóveis e motorizadas têm pedido melhores condições. Foi igualmente ver o espaço onde vai ser erguido um outro mercado no bairro Paco Benze.

Nos mercados visitados, Paulo Pombolo falou com os vendedores e explicou que existe um programa destinado a acomodá-los de forma digna. O mercado da Catapa vai ser ampliado e contar com um espaço para os vendedores grossistas, enquanto na feira vai ser feito um trabalho mais profundo, para, no próximo ano, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, se construir um novo mercado.

"Visitámos um mercado que tem cerca de 150 bancadas, mas que não funciona desde a sua construção, no ano de 2009. Passámos também pela feira e constatámos que é um espaço subaproveitado, onde podemos projectar um mercado de grande dimensão, com todas as condições e com capacidade para aglutinar mais gente", referiu.

No bairro Paco Benze, foi identificado o espaço onde vai ser erguido um novo mercado, que vai acolher os vendedores que vendem nas ruas, como na Rua Direita do aeroporto, da rotunda do GAI e Bairro Papelão.

"Temos de criar condições para que as pessoas adiram a estes novos mercados. Vamos construir naves, colocar bancadas, armazéns, instalações sanitárias e criar espaços para que os grossistas estejam mais

próximo dos retalhistas. O que queremos é que as pessoas consigam ganhar o seu dinheiro de forma digna e em local digno", referiu o governador.

"Enquanto não houver recursos financeiros e porque estamos numa situação de emergência em que precisamos acomodar centenas de vendedores, temos de fazer intervenções provisórias, com a organização dos mercados existentes, que foram ocupados de forma desordenada", acrescentou.

#### Ensino na UNIKIVI

O funcionamento e o processo de ensino e aprendizagem na Escola Superior Politécnica da província do Uíge (ESPU), na Faculdade de Direito e de Economia também foram constatados pelo governador provincial, que se deslocou às referidas instituições, onde assistiu, durante alguns minutos, a aulas de Informática e Anatomia, no curso de Enfermagem e Direito Costumeiro, na Faculdade de Direito. O governador Paulo Pombolo disse que a visita de constatação às unidades orgânicas da Universidade Kimpa Vita (UNIKIVI) foi dedicada fundamentalmente a verificar como decorrerem as aulas, em especial nas áreas técnicas.

Paulo Pombo lo concluiu que existe um empenho efectivo dos professores, alunos e corpo directivo. Durante as aulas que acompanhou, foi possível verificar que elas têm sido bem ministradas e há uma participação massiva dos estudantes, tendo em conta a interacção entre docentes e discentes, que eram rigorosas na formulação de perguntas e respostas. "Devemos continuar a aprimorar os métodos de acompanhamento, inspecção e acções que visam motivar os professores e alunos. Há informações quanto à existência de muitos problemas na universidade, o que nos levou a ir constatar o assunto".

### 3.18 Milhares de microempresas criadas em todo o país

*Jornal de Angola*  
29 De Março 2014

o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), de Iniciativa do Executivo, começa a ser executado na segunda quinzena de Abril, prevendo-se que formalize 26 mil micro empreendedores por ano em todo o país.

O presidente do conselho de administração do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Fernando Assis, disse ao Jornal de Angola que o PREI pretende inserir no mercado formal todos os micro empreendedores informais (zungueiras,

vendedores ambulantes e quitandeiras de bancada), assim como cidadãos interessados em desenvolver um micro negócio.

O I Conselho Consultivo do INAPEM encerrou ontem em Luanda e Fernando Assis disse que, actualmente, estão a ser feitos alguns acertos finais para o arranque do programa. "Os acertos finais estão concluídos. Vamos começar numa primeira fase com o processo de informação através dos órgãos de comunicação social em parceria com as várias associações empresariais, para que o micro empreendedor não tenha receios de abraçar a nova etapa do seu negócio."

Além disso, o PREI vai dar possibilidade aos micro empreendedores de se habilitarem a financiamentos bancários até 375 mil kwanzas, com taxas de juro bonificadas e um prazo de reembolso situado em um ou dois anos, de acordo com o negócio a dimensão a desenvolver. "Neste programa temos uma inovação: o micro crédito financiado pelos bancos comerciais que aderiram ao programa é assegurado pelo Fundo de Garantias Públicas", realçou Fernando Assis o Através do Balcão Único do Empreendedor (BUE), o vendedor pode registar-se como micro empreendedor, passa a ter um número fiscal e todos os documentos que lhe permitam o exercício legal da actividade económica.

"Todos os BUE do país foram reestruturados para se tornarem mais dinâmicos e operacionais com vista a atender a todos os empreendedores." Com a legalização do negócio, o micro empreendedor vai beneficiar de um curso de formação gratuita patrocinado pelo INAPEM, para elevar os seus conhecimentos de gestão de negócios. "O que nós pretendemos é que tenham noções básicas de administração, pequena contabilidade, lucro e receitas", apontou.

#### Certificação de empresas

O INAPEM certificou no ano passado 2.709 empresas, informou o presidente do conselho de administração. Deste número, 1.730 são micro empresas, 561 pequenas e 418 médias. Luanda continua com mais empresas certificadas (1.325 empresas), seguindo-se Benguela (186) e Huambo (152).

Nas outras províncias, os números referem indicadores "relativamente inferiores a uma centena", um resultado "que nos preocupa bastante, como é o caso das províncias do Bengo, com 29 empresas e Zaire, com apenas 17".

As empresas certificadas estão ligadas aos sectores do comércio, prestação de serviços, agricultura e produção de animais, hotelaria, pesca, transporte e construção civil. Em matéria de iniciação de negócios, o INAPEM formou 4.914 pessoas em 2013, assim como recebeu 305 pedidos de consultoria e elaborou 188 estudos de viabilidade no quadro do programa Angola Investe.

Incubadoras de empresas

O INAPEM prevê para este ano a inauguração de duas Incubadoras de empresa, uma na Zona Económica Especial (ZEE) e outra para o domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Os municípios do Cazenga e Cacucaco podem ter este ano Incubadoras de empresa, para cujo arranque se preparam condições, assim como foram adquiridos terrenos em Benguela e Huíla para construção desses empreendimentos.

O I Conselho Consultivo do INAPEM decorreu sob o lema "Formalização, formação e financiamento do micro empreendedor". Foi apresentado um balanço dos programas Angola Investe e de Reconversão da Economia Informal (PREI) e cada departamento teve a oportunidade de balancear as suas actividades ao longo de dois dias de trabalho.

N a reunião foram apresentados os resultados do concurso nacional de Empreendedorismo, denominado "Ideia Brilhante", no qual participaram representantes de todas as províncias, à excepção de Malanje, e 160 candidatas.

### 3.19 Quem Fiscaliza os Fiscais do GPL

*Revista Economia e Mercado*  
*Março de 2014*

Quase sempre, os fiscais do Governo Provincial de Luanda, cuja actividade muitas vezes se confunde com a dos inspectores económicos, embora seja complementar, cometem excessos nas suas operações.

O papel da Direcção de Inspecção e Investigação das Actividades Económicas consiste em prevenir e reprimir a prática de crimes contra a economia e contra a saúde pública, como o define o seu director, Alexandre Canelas. Por outro lado, a este órgão cabe também garantir a disciplina no exercício das actividades económicas, nomeadamente porque a criminalidade nesta área é das mais refinadas e provoca consideráveis prejuízos, às vezes não muito bem quantificáveis numa primeira análise, ao Estado e ao consumidor.

Sendo assim, justifica-se que o "Governo Provincial de Luanda tenha reforçado as acções de fiscalização na capital, o centro económico do país, onde, de acordo com dados oficiais, os índices de comércio ilegal e actividades afins são acentuados.

Esta acção, por outro lado, visa garantir alguma ordem urbana na província, onde o comércio informal e ambulante, do qual resulta uma grande produção de resíduos sólidos, infelizmente não recolhidos a tempo por quem é pago para desenvolver esta actividade, é feito de forma desordeira, roubando a já parca estética que resta à cidade.

Mas se os pressupostos são indiscutíveis, já a prática nem sempre o é. É que este programa revela falhas de concepção e/ou preparação, pois, e fazendo jus às palavras de Alexandre Canelas, compete-lhe, em primeira instância, garantir que quem o executa actue também numa lógica de prevenção. Assim, era de esperar que esta postura fosse visível nos agentes responsáveis pela sua operacionalização no terreno, ou seja, que os fiscais da província de Luanda fossem um espelho desse cuidado legislativo. Infelizmente, na sua grande maioria, estes representantes do Estado, que deveriam ser os primeiros exemplo da integridade e equilíbrio da lei, revelam uma gritante falta de preparação para este cargo, recorrendo, mesmo quando não se justifica, ao uso da força, num inaceitável atropelo ao respeito pelo cidadão e aos pressupostos que compõem a nossa estrutura legislativa.

Mais grave ainda, e consequência da falta de ética profissional e, provavelmente da carência de formação, que em si é um problema que afecta o país, como reporta o tema de capa desta edição da Economia & Mercado, verifica-se da parte dos fiscais do GPL um aproveitamento impróprio, e para fins pessoais, do "poder" da sua profissão. Para ser mais claro, é visível e elevado o índice de corrupção no seio destes operativos que, às vezes, desavergonhadamente e aos olhos de todos os que passam, extorquem bens e valores monetários a pacatos cidadãos que tentam ganhar a vida de forma honesta.

Atenção! Não se pretende de forma alguma defender ou promover a prática da venda desordeira e ilegal na cidade, sendo que é necessária a existência de um órgão que garanta a ordem neste aspecto. Mas com tantos atropelados à legalidade que é suposto representarem, faz todo sentido questionarmos a quem de direito: Quem é que fiscaliza os fiscais do GPL?

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 OGE 2014 MINFIN "bloqueia" contas da educação e saúde

*Jornal A Capital*  
07 De Março de 2014

O Ministério das Finanças (MINFIN) está a ser referenciado nos últimos dias pelas piores razões. Desta vez, o móbil assenta no atraso da execução do processo que dá autonomia financeira às Direcções Provinciais da Educação e Saúde no domínio da importação de equipamentos.

As representações provinciais dos dois sectores já remeteram, há muito, os documentos ao MINFIN, mas este ainda não deu luz verde para se tornarem unidades orçamentais independentes dos Governos Provinciais.

Fonte do Agora revelou que as 18 províncias já deram entrada dos documentos, faltando apenas homologação do ministro Armando Manuel que prometeu, em Novembro do ano passado, dar tratamento célere a todas as questões sob a sua alçada, por altura da apresentação do Orçamento Geral de Estado (OGE-2014).

Face a isso, a importação de equipamentos como carteiras escolares, quadros, giz e medicamentos para as unidades sanitárias do país está, praticamente, encalhada desde Janeiro.

"Estamos com sérias dificuldades na importação de medicamentos para os hospitais, porque as Finanças ainda não abriram as contas. Isso dificulta o nosso trabalho e a implementação dos programas de assistência sanitária", lamentou a fonte, um veterano do sector da Saúde, considerando que, deste modo, sai também chamuscada a concretização do Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS-2012-2025).

O PNDS prevê, entre outros aspectos, além do recrutamento e da formação da força de trabalho, melhorar a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Saúde (SNS), através da afectação dos recursos necessários e da adopção de normas e procedimentos que aumentem a eficiência e a qualidade da assistência médica e medicamentosa.

O plano conforma, igualmente, a participação na transformação do determinante social da Saúde e promove as parcerias nacionais e internacionais, visando a redução da mortalidade materna e infantil e dos programas de combate às grandes endemias.

"Neste país, tomam-se medidas, esboçam-se bons programas, mas, depois, peca-se na materialização. Se a meta é a redução dos indicadores da mortalidade no país, dotando os nossos hospitais com serviços de qualidade, tem de haver dinheiro para formar quadros, construir e equipar as nossas unidades hospitalares", notou o mesmo contacto, acrescentando que, fora deste quadro, será difícil reduzir o fluxo de pacientes à procura de tratamento nos países vizinhos.

Este funcionário da Saúde lembrou, ao mesmo tempo, que o que se está a passar é semelhante ao programa que previa autonomia financeira dos municípios, uma intenção que não andou, alegadamente por falta de quadros para a gestão do HOJE.

O DITO PELO NÃO DITO. "Se em Janeiro último o ministro das Finanças disse que a afectação de recursos para as distintas unidades orçamentais seria dinâmica, estamos a constatar o contrário. É que ninguém nos está a dizer nada. Havendo falhas na elaboração dos documentos, estes deviam voltar à primeira forma. Estamos com as mãos atadas por causa do dito pelo não dito", referiu a fonte.

O Agora ouviu fonte do MINFIN que confirmou que os processos das províncias, visando a abertura das respectivas contas para importação, deram entrada. "Estão a ser analisados e, a qualquer momento, poderão ser accionadas" .

Acrescentou que, se os processos estão à mesa do ministro, é porque estão a ser alvo de estudo.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 UNITA realiza jornadas com os olhos nas autarquias

*Jornal O PAÍS*  
07 De Março de 2014

A UNITA anunciou a realização das suas jornadas parlamentares para a próxima semana na cidade do Uíge (tal como o fez o MPLA) com o slogan "Primeiro o angolano, o angolano sempre", devendo assinalar naquela província o 48º aniversário da sua fundação.

O líder da bancada parlamentar da formação política, Raul Danda, disse à O PAÍS que os deputados vão reflectir, nos dias 12, 13 e 14 de Março, sobre a necessidade da satisfação das necessidades dos angolanos.

Contudo, o deputado da Oposição precisou que o tema sobre o desempenho da comunicação social pública vai merecer uma discussão especial entre os participantes.

"Vamos pôr um acento significativo sobre o papel da 'comunicação social pública em regimes democráticos porque em Angola é necessária a sua despartidarização", defendeu Raul Danda. A UNITA, segundo a fonte, insiste em como "a comunicação social é do Estado e de todos nós o seu papel deve ser de independência, equilíbrio e imparcialidade".

Danda disse que uma das bases para o desempenho imparcial da imprensa pública deve ser a transmissão em directo das sessões parlamentares de todos os actos realizados por outras sensibilidades do país.

"É falaciosa a justificação de que tão há condições técnicas para o fazer porque o que falta é a vontade política por parte do MPLA", afirmou.

As jornadas da UNITA vão ponderar sobre as eleições autárquicas e a necessidade da sua realização nos prazos prevista na Constituição. Raul Danda acusou o Governo e o partido que o sustenta de, alegadamente, mostrar desinteresse na sua efectivação por medo de perder "o seu poder absoluto sobre o país".

"O país é de todos nós e pensamos que o MPLA tem medo da descentralização do poder", disse.

Outro tema que vai a debate na reunião do "Galo Negro" está relacionado com a reconciliação nacional, tema que Raul Danda afirma dever ser discutido sem tabus.

"Queremos abordar este tema com profundidade dada a sua importância e vamos ouvir os políticos e figuras religiosas sobre o assunto".

Raul Danda disse que UNITA pretende que se acabe com os recalques sobre a guerra civil angolana e com a política de exclusão com base na qual os angolanos que não são do partido no poder são vistos como não donos do país. "Tem de haver oportunidades para todos para uma verdadeira reconciliação para todos. É absurdo e irracional quando os dirigentes do MPLA dizem que só eles é que fizeram tudo pelo país", defendeu.

Tal como o MPLA, a UNITA também prevê realizar encontros com a população local, no dia 13 de Março data que marca o 48º aniversário da sua fundação.

### 5.2 Há necessidade de se estabelecer novo paradigma

*Jornal A Capital*  
07 De Março de 2014

Para se perceber as razões por que, às vezes, a informação posta a circular não faz eco, é preciso perceber primeiro o que dificulta a aceitação da comunicação. Segundo Salvador Carima, da Rádio Mais, é necessário estabelecer um novo paradigma de convencimento. Para o autor deste texto, o importante em toda essa questão é que a comunicação social não seja discriminada, sendo uns vistos como 'filhos' e outros como 'enteados' do sistema ou de acesso a ela.

Defendeu que, ainda que de forma selectiva, os títulos de cargos públicos e outros devem perceber qual é a estratégia de cada órgão de informação, bem como do seu papel e do serviço prestado à sociedade, que é composta por pessoas que, obrigatoriamente, não têm de pensar nem ver as coisas da mesma forma.

O director desta publicação referiu, de igual modo, que é necessário que se tome a comunicação ou o acesso à informação mais abrangente, incluindo rios casos em que envolve o Chefe do Executivo.

Celso Malavoloneke, colaborador do Semanário Angolense, considerou importante esses encontros, por um lado, para desfazer equívocos, e, por outro, parafraseando Salvador Carima, para estabelecer novos paradigmas que permitam que toda a gente se sintam mais confortável.



Ainda em relação ao assunto, Celso Malavoloneke disse que todos temos de partir do princípio de que, em comunicação, o mais importante não é aquilo que queremos transmitir, mas a forma como somos recebidos.

No que diz respeito ao IFAL, aconselhou o aferimento das razões que dificultam a correcta compreensão do seu papel ou da sua função, e trabalhar-se em função deles.

Para Celso Malavoloneke, deve-se jogar mais com os factores informais e independentes, no sentido de os ministérios e as suas diferentes áreas compreenderem que os temas de agenda sejam tratados por todos, para que subam, porque senão se mantêm em baixo com os prejuízos consequentes para a sociedade.

A garantia foi dada pelo seu director, Ismael Mateus, porque não faz sentido, pois não há legislação aprovada, e essa é uma tarefa do Parlamento, e em resposta às questões colocadas por Reginaldo Silva, o IFAL não está a ministrar, neste momento, nenhum curso virado para as autarquias. E isso foi explicado ao líder da UNITA, Isaías Sarnakuva, durante uma visita que realizou em que, no final, mostrou o seu convencimento sobre o que o instituto está a fazer. Mas, como disse, passado algum tempo, voltaram a utilizar os mesmos argumentos, pois, como considerou, "lhes convém".

"Não estamos a ministrar nenhum curso virado especificamente para as autarquias", assegurou Ismael Mateus. "Programámos, desde o ano passado, disse ainda, primeiro uma pós-graduação em Direito Autárquico que queiramos fazer com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e que desistimos dessa parceria, porque a Universidade quis fazer mesmo assim e arrancou. E nós achámos que, não havendo leis angolanas, era vender 'gato por lebre' fazermos um curso de Direito Autárquico Angolano, feito na base do Direito Comparado. E não aceitámos".

Ismael deu, igualmente, conta que o IFAL só deve ministrar cursos que estejam em concordância com a legislação existente.

A garantia foi dada pelo seu director, Ismael Mateus, porque não faz sentido, pois não há legislação aprovada, e essa é uma tarefa do Parlamento Para Ismael Mateus, e em resposta às questões colocadas por Reginaldo Silva, o IFAL não está a ministrar, neste momento, nenhum curso virado para as autarquias. E isso foi explicado ao líder da UNITA, Isaías Samakuva, durante uma visita que realizou em que, no final, mostrou o seu convencimento sobre o que o instituto está a fazer. Mas, como disse, passado algum tempo,

voltaram a utilizar os mesmos argumentos, pois, como considerou, "lhes convém".

"Não estamos a ministrar nenhum curso virado especificamente para as autarquias", assegurou Ismael Mateus. "Programámos, desde o ano passado, disse ainda, primeiro uma pós-graduação em Direito Autárquico que queiramos fazer com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e que desistimos dessa parceria, porque a Universidade quis fazer mesmo assim e arrancou. E nós achámos que, não havendo leis angolanas, era vender 'gato por lebre' fazermos um curso de Direito Autárquico Angolano, feito na base do Direito Comparado. E não aceitámos".

Ismael deu, igualmente, conta que o IFAL só deve ministrar cursos que estejam em concordância com a legislação existente.

Daí que os dessa instituição sejam dirigidos para pessoas que trabalham na administração ou aos futuros quadros, no domínio do conhecimento dos sistemas de trabalho, das competências de liderança e do § ponto de vista administrativo, todas as lei que configuram o sistema legislativo angolano.

### 5.3 Unita não acredita para já nas eleições autárquicas

*Novo Jornal*

*07 De Março 2014*

O VICE-PRESIDENTE da UNITA, Ernesto Mulato, tem dúvidas que o partido aceite a realização das eleições autárquicas em 2015. Em declarações ao Novo JORNAL, Mulato disse que "isso só será possível quando o MPLA e o seu executivo acabarem de arquitectar uma fraude". "Estão a fazer um estudo sobre como devem manobrar as autarquias. Mas, desta vez, a UNITA está atenta", afirmou o vice-presidente, salientando que o seu partido "vai pressionar o Executivo para que as autarquias se realizem de acordo com a Constituição".

"As autarquias municipais devem ser instaladas ao mesmo tempo em todo o território nacional. E as eleições autárquicas devem ser realizadas no mesmo dia em todo o território nacional", frisou.

De acordo com o político, a UNITA apresentou à sociedade o seu projecto de Lei Orgânica de Organização e Funcionamento do Poder Local, mas o MPLA continua a atrasar o processo.

O vice-presidente sublinhou a importância de que se revestem as autarquias e deu como exemplo vários países que instituíram o poder local, visando a

melhoria das condições de vida das suas populações, como Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

O político frisou que em Cabo Verde, desde a institucionalização dos municípios, foram desenvolvidos esforços por todos os intervenientes políticos, no sentido de dotar o país de um poder local autêntico e capaz de liderar o processo de desenvolvimento e criar as condições que garantam a qualidade de vida das comunidades.

Mulato defendeu para as autarquias em Angola um papel importante na defesa dos interesses das comunidades locais e uma participação equilibrada no desenvolvimento nacional e na dinamização das condições básicas de vida, com destaque para o emprego, água e energia eléctrica, construção de infra-estruturas sociais, entre outros projectos.

"O MPLA não está interessado em eleições autárquicas porque o actual sistema privilegia a manutenção do poder", disse. Contrariando a pretensão do MPLA, Ernesto Mulato entende que o escrutínio para a eleição do poder local deve ser realizado em todo o país e não apenas em alguns municípios.

"O Executivo deve criar condições naqueles onde não existam, para que o processo seja inclusivo, com base na lei. Esta é a primeira condição para se evitar autarquias de forma gradual", salientou.

O político acrescentou que não obstante ser a primeira vez que o país realizará este tipo de eleições para a escolha das autoridades locais, o processo não difere muito do figurino de eleições legislativas "As Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações".

A organização e o funcionamento das Autarquias Locais, bem como a competência dos seus órgãos, são regulados por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

A lei define o património das Autarquias Locais e estabelece o regime de finanças locais, tendo em vista a justa repartição dos recursos ou mesmo gerais, e é com base nisso que defende intransigentemente que as autárquicas se estendam a todo o território nacional.

O Executivo tem vindo a garantir que está a criar as condições, para a implementação efectiva das autarquias locais. Públicos pelo Estado e pelas autarquias, a necessária correcção de desigualdades

entre autarquias e a consagração da arrecadação te receitas e dos limites de realização de despesas.

O que diz a Constituição

As Autarquias Locais dispõem de poder para regulamentar, nos termos da lei, e organizam-se nos municípios. Tendo em conta as especificidades culturais, históricas e o grau de desenvolvimento, podem ser constituídas autarquias de nível supra municipal.

A lei pode ainda estabelecer, de acordo com as condições específicas, outros escalões intra-municipais da organização territorial da Administração local autónoma.

"O processo de criação de condições, para a institucionalização das autarquias locais deve obedecer a diferentes fases, há que preparar os recursos humanos necessários, para que se efective a descentralização administrativa."

## 5.4 Nem pensar em cancelamento

*Semanário Angolense*

*15 De Março de 2014*

Os partidos da Oposição é que não estiveram nem estão pelos ajustes. Numa unanimidade rara, com a UNITA à cabeça, vieram a terreiro denunciar o que, na sua óptica, a realização parcial das eleições autárquicas seria uma manobra do «maioritário» para perpetuar-se no poder absoluto. Para eles, todos os argumentos aduzidos pelo Executivo não passam de pretextos para atirar as eleições autárquicas para as calendas gregas, algures depois das eleições gerais de 2017, depois do MPLA conseguir reparar os danos operados no seu eleitorado pelo incumprimento das suas promessas feitas durante a campanha de 2012.

E para provar isso mesmo, a UNITA diz estar a preparar a proposta de um pacote legislativo que viabilizaria as autarquias. «Se eles (MPLA) não conseguem fazer isso, usem o nosso», atirou com certa ironia um quadro sénior da UNITA. E não esteve com meias medidas: a 29 e 30 de Novembro do ano passado, apresentou à sociedade o seu projecto da Lei Orgânica de Organização e Funcionamento do Poder Local. Segundo apurou o confrade «O País», o pacote legislativo que regulará o Poder Local comporta, além da aludida Lei Orgânica de Organização e Funcionamento do Poder Local, a Lei das Autarquias, a Lei da Tutela Administrativa e a Lei do Regime Jurídico dos Detentores dos Cargos Autárquicos.

Entretanto, Isaías Samakuva embarcou numa maratona de visitas ao interior do país até agora nunca

vista num líder de um partido. Embrenha-se pelo país adentro de carro, pára, em todos os lugares onde puder, fala directamente com as populações, ouvida as suas reclamações, enfim. Pode-se esperar que daqui a pouco venha a dizer com justiça que percorreu o país de lés a lés. Estratégia que pode render a ele e à sua UNITA uns bons e suculentos frutos nas autárquicas - se e quando elas acontecerem.

O Bloco Democrático, por sua vez, veio a terreiro propor uma aliança entre todos os partidos políticos, por formas a apresentarem uma frente unida ao todopoderoso e omnipresente MPLA. Para este partido, as quase quatro décadas de presença governativa e a exiguidade de quadros não darão hipóteses de vitória aos partidos da Oposição, a não ser que «se dividam» os municípios, por formas a o que naqueles onde estivesse um partido da Oposição todos os outros o apoiariam não competindo entre si mas sim todos unidos contra o MPLA.

Proposta que tem o seu quê de brilhante não fosse a crónica falta de visão de que enfermam os outros partidos da oposição. Embora nenhum deles tenha negado directamente a proposta do BD. a indiferença com que a acolheram leva a crer que cada um vai tentar sozinho a sua sorte. Para gáudio do maioritário, que sem precisar de dividir, tem mais possibilidades de continuar a reinar. Num cenário em que os partidos da oposição parece se terem esquecido do velho aforismo do feixe de varas, que mais difícil de quebrar se torna se estiverem juntas.

A CASA-CE, se bem que mais discreta que a UNITA, também vai-se embrenhando país adentro à cata de votos. Em conversa com o Semanário Angolense, há alguns meses, o seu líder, Abel Chivukuvuku, afirmava que passa 15 dias no seu gabinete e outros 15 no interior do país tendo mesmo convidado o jornalista a acompanhá-lo numa destas digressões. «Mas terás de dormir em tendas», disse em jeito de humor. O convite ainda não chegou...

O PRS parece ao contrário dos outros partidos. não ter despertado ainda do marasmo em que caiu devido à insatisfação de membros da sua cúpula com o presidente Eduardo Kwangana. Com efeito, os «péreiesses» parecem inconformados com o facto de o seu presidente se ter locupletado, directa e indirectamente, de todos os cargos de Estado a que o partido tem direito: Conselheiro da República, Deputado (esses dois cargos com equivalência de Ministro) e Presidente do Partido. Daí que parece terem partido para uma resistência passiva ou, pelo menos, para uma manifesta falta de motivação e entusiasmo.

O que, a continuar poderá traduzir-se em mais perdas eleitorais, diante de uma CASA-CE com Lindo Bernardo Tito a espreitar o eleitorado do Leste.

Mas ainda assim, o PRS junta-se ao grito colectivo dos partidos da oposição: «eleições já!»

Da FNLA, essa, para além de uns pronunciamentos frouxos do Professor Lucas Ngonda, que se tomou presidente do partido por obra e graça do Tribunal Constitucional, nada que se vê. Para este académico «emprestado» à política, o que conta mesmo é esperar a choruda reforma de Deputado, porque o resto é conversa. Para desespero de Ngola Kabango e seguidores, saudosos de uma FNLA mais interventiva na vida política nacional.

## 5.5 Autarquias condicionadas à Legislação

*Jornal de Angola*

*15 De Março de 2014*

O secretário de Estado do Território, Adão de Almeida, defendeu quinta-feira, em Luanda, a aprovação de legislação adequada e a organização rigorosa do espaço territorial e administrativo do país antes do processo de Implementação das autarquias locais.

Adão de Almeida, que falava numa palestra destinada a jornalistas da Agência de Notícias Angola

Press-Angop, disse que o processo de implementação gradual previsto para as autarquias "é o aconselhável para evitar conflitos entre os órgãos centrais e locais".

O gradualismo, sublinhou é o processo mais seguro para a descentralização no país. O secretário de Estado

considerou que "há carência de quadros a nível das administrações e por isso é urgente criar uma lei que vai ditar a transferência de competências".

Adão de Almeida disse que as estruturas físicas actuais das administrações municipais são incapazes de garantir uma gestão autónoma nos vários sectores que se pretende descentralizar.

"A descentralização e a transferência de competências devem ser prudentes de forma a salvaguardar as estruturas do Estado e evitar erros", disse o secretário de Estado.

Adão de Almeida esclareceu que a realização das eleições autárquicas em Angola "não é o factor fundamental para o desenvolvimento do território

nacional, como defendem alguns actores políticos", acrescentando:

"Não podemos pensar que a solução dos problemas do desenvolvimento em alguns sectores do país passa absolutamente pela realização de eleições autárquicas nos próximos anos."

Adão de Almeida dissertava sobre a importância das autarquias no desenvolvimento das sociedades

esclarecendo que as eleições autárquicas são apenas uma parte do processo de implementação das autarquias da República de Angola, devendo-se criar condições para a descentralização de poderes administrativo e financeiro.

"Angola é ainda um Estado centralizado", explicou Adão de Almeida, "e está ainda em fase embrionária da criação de mecanismos para a transição contínua e paulatina do poder centralizado para o descentralizado". Os cidadãos devem preocupar-se mais com a organização das autarquias ao invés do prazo da realização das eleições nas actuais circunstâncias, disse o secretário de Estado dos Assuntos Eleitorais e Institucionais.

Adão de Almeida disse que o que está a acontecer actualmente não é um processo de preparação das eleições autárquicas, mas sim da criação de condições para a efectiva descentralização administrativa. "Nos debates realizados em torno do processo, os cidadãos preocupam-se mais com a realização das eleições autárquicas do que com a descentralização", salientou.

Na óptica do secretário de Estado, é necessário criar-se as condições para que se opere a transferência, sendo, no entanto, essencial que os municípios tenham condições para receber determinadas tarefas.

As tarefas fundamentais no âmbito da criação de condições para a efectivação da descentralização administrativa são a formação de recursos humanos e a organização territorial. A palestra de Adão de Almeida foi bastante concorrida.

## 5.6 Assembleia reúne hoje em plenária para votação

*Jornal de Angola*  
19 De Março 2014

A Assembleia Nacional reúne-se hoje, na sua sexta reunião plenária ordinária, para discutir e votar o Projecto de Lei que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre as Bases do Sistema de Protecção Social do Ministério do Interior.

A reunião parlamentar também vai discutir e votar na generalidade o Projecto de Lei Orgânico do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local.

A agenda da reunião inscreve a votação final e global das Propostas de Lei do Desporto e do Regime Jurídico das Associações Desportivas, e a que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e a pôr em circulação moedas metálicas de 20,00 kwanzas. Os deputados vão apreciar o relatório da Provedoria de Justiça referente ao ano de 2012, os planos de trabalho das comissões especializadas da Assembleia nacional referente ao ano parlamentar 2013-2014, e proceder á votação dos respectivos Projectos de Resolução.

O vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto, disse ontem que as Comissões de Especialidade da primeira e da quarta comissão da Assembleia Nacional recomendam a reprovação da aplicação do diploma sobre o funcionamento das Autarquias locais, porque é inconstitucional e viola os princípios estruturantes.

O deputado reforçou que durante os debates anteriores a primeira e a quarta comissão reprovaram o funcionamento das autarquias locais porque o modelo e as instituições adoptadas não são "nossos", confundindo-se, depois, com a autonomia local que a Constituição distingue bem.

O jurista explicou que em Angola autonomia local significa autarquias locais e poder tradicional, pois as autarquias locais são poderes legitimados pelas populações locais, circunscritos aos municípios. Realçou que para a sua implementação é importante atender a toda uma realidade no que concerne a separação e interdependência de poderes, o que considerou como uma devolução" porque é uma função administrativa do Estado, onde não se pode ignorar o Executivo, tão pouco a delimitação territorial, a movimentação demo gráfica, bem como o seu ordenamento e o urbanismo.

O vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA sublinhou também que sem este facto a proposta é uma iniciativa, mas que claudica por colidir com o regimento e com a Constituição da República de Angola. Acrescentou, por outro lado, que as comissões especializadas entendem que essa matéria deve ser reprovada porque o Executivo ainda não foi auscultado.

## 5.7 Parlamento reprova projecto proposto pela UNITA

*Jornal de Angola*

*20 De Março de 2014*

Após um debate de mais de uma hora, moderado pela presidente da Assembleia Nacional em exercício, Joana Lina, o documento recebeu 144 votos contra da bancada do MPLA e 31 a favor, todos eles da oposição. Não foi registada nenhuma abstenção.

Os deputados do partido maioritário justificaram o voto contra com o parecer desfavorável das comissões da Administração do Estado e do Poder Local e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional. Essas comissões referem que a matéria sobre a Organização e Funcionamento do Poder Local "não se coaduna com o princípio da separação e interdependência de funções, do qual resulta o dever de cooperação, a abordagem pela Assembleia Nacional do Projecto de Lei, sem qualquer consulta e coordenação do proponente, com o órgão de soberania, a quem cabe o exercício da função administrativa do Executivo".

O relatório-parecer conjunto das comissões refere que o respeito pelo princípio da separação e interdependência de funções resulta da obediência ao dever de cooperação institucional que impera no relacionamento entre os órgãos de soberania, para estabelecer consultas prévias entre o Legislativo e o Executivo, para a coordenação necessária à abordagem realista da matéria em questão, uma vez que se trata da implantação de órgãos que se inserem no exercício da função administrativa do Estado, de que o Executivo tem domínio.

Acrescentam que a desconformidade resulta ainda do facto de o Projecto de Lei proposto pela UNITA conter um calendário político que pretende ser vinculativo para a institucionalização efectiva dos órgãos autónomos do poder local em Angola, como se o exercício da função administrativa do Estado coubesse superiormente ao Parlamento.

As comissões sustentaram ainda que o modo como o documento foi elaborado deu-lhe o condão de um projecto assente numa realidade completamente alheia à angolana, com disposições que contrariam a Constituição da República e não admissíveis à discussão pelo plenário, nos termos da alínea a) do n.º] do artigo 170.º do Regimento da Assembleia Nacional.

No relatório-parecer conjunto consta ainda que o documento está eivado do vício de forma, ao consagrar o documento como "anteprojecto", quando a Constituição da República e o Regimento Interno da

Assembleia Nacional consagram uma forma específica, denominada de "projecto de lei", previsto no n.º3 do artigo 167.º da Constituição e artigo 169.º do Regimento.

As comissões esclarecem que a organização das autarquias locais, ao contrário das câmaras municipais, como refere o Projecto de Lei, são as que compreendem uma assembleia dotada de poder deliberativo, um órgão executivo colegial e um presidente da autarquia. "A câmara municipal não é, constitucionalmente, a autarquia local. Em Angola, de acordo com o artigo 218.º da Constituição, as autarquias locais serão os municípios", lê-se no relatório-parecer.

As justificações apresentadas pelas comissões de especialidade, segundo o vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, não fazem sentido, porque "os vícios de forma" de um diploma de tamanha importância nunca inviabilizariam a discussão na plenária. Para o deputado da UNITA, o Projecto de Lei, não sendo perfeito, pode ser melhorado, se todos os deputados estiverem comprometidos com o Estado de Direito Democrático e permitirem que se institucionalize Poder Local em Angola.

Os parlamentares da UNITA, CASA-CE e FNLA que intervieram na sessão plenária invocaram falta de vontade política do MPLA para a não-aprovação do Projecto de Lei Orgânica do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, pelo simples facto de ter sido da iniciativa legislativa de um partido da oposição. Antes da votação, os deputados da oposição apelaram à presidente da Assembleia Nacional em exercício para o documento ser revisto e enriquecido.

Alguns deputados do MPLA defenderam as suas posições, de um modo geral baseadas na questão da falta de condições para o Executivo institucionalizar simultaneamente o Poder Local em todos os municípios.

As propostas de Lei do Desporto, da Lei que aprova o Regime Jurídico das Associações Desportivas e da Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e pôr em circulação moedas metálicas de 20,00 kwanzas, submetidas a votação final global, foram aprovadas por unanimidade.

Durante a sessão plenária, os deputados à Assembleia Nacional também apreciaram o relatório da Provedoria de Justiça, referente ao ano 2012 e os planos de trabalho das comissões especializadas da Assembleia Nacional, referentes ao ano parlamentar 20 13-2014.

O ponto sobre a discussão e votação do Projecto de Lei que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre as Bases do Sistema de Protecção Social do Ministério do Interior, foi retirado da agenda por razões técnicas.

## 5.8 O exemplo de Malanje

*Jornal de Angola*  
21 De Março 2014

O Governo Provincial de Malanje criou um Comité Técnico de Autoria para averiguar as causas do número elevado e mortes mater nas, neonatais e infantis e a partir daí tentar encontrar soluções.

O novo órgão criado pelo governador Norberto dos Santos, que o coordena, tem o apoio de Organizações Não-Governamentais, administradores municipais e conjugues e outras autoridades, que passam a ser embaixadores de Boa Vontade.

A ideia deve ser louvada e seguida, pois infelizmente o problema não se circunscreve a Malanje e estende-se praticamente ao país inteiro, apesar dos esforços desenvolvidos pelo Executivo, na formação de quadros e na instalação de unidades sanitárias, algumas das quais etrechadas com equipamentos modernos.

Manjor Kanhangulo

A rua major Kanhangulo, até pelo nome que ostenta, devia merecer mais respeito da população, principalmente da que vive naquela artéria, mas também maior atenção das autoridades responsáveis sanitárias e de fiscalização.

O lixo que se acumula em alguns dos passeios daquela rua dá uma má imagem da cidade e é um atentado à saúde pública, principalmente no troço que vai do Amílcar Cabral ao Comando da Polícia Nacional.

Rara é a hora em que os contentores não estejam a transbordar e o lixo espalhado pelos passeios à mistura com restos de materiais de construção civil e de embalagens vazias certamente proveniente de estabelecimentos comerciais.

Às vezes os bons hábitos criam-se com medidas duras, com a aplicação de multas aos transgressores.

Democracia participada

A notícia que o Panguila Velho tem desde há dias uma casa própria onde a população pode reunir para debater problemas do dia-a-dia da comunidade e tentar em conjunto encontrar soluções não é nova, mas deve ser acolhida com satisfação.

No fundo, trata-se de uma nova versão do tradicional jango, possivelmente com melhores condições para guardar documentos e alguns materiais.

De qualquer forma, é um espaço que permite que os habitantes da localidade do Panguila Velho se juntem, discutam e apresentem as sugestões que julgarem importantes que posteriormente são entregues à Administração Comunal.

Esta é mais uma forma de democracia participada, que merece os melhores elogios.

Exemplo da Polícia

O comandante-geral da Polícia Nacional voltou a pôr o dedo na feida e a alertar para a importância dos efectivos da corpo razão serem respeitados e merecerem a confiança da população para quem trabalham.

Ambrósio de Lemos chamou o touro pelos nomes e referiu a importância dos polícia serem exemplo para a sociedade e evitarem o uso excessivo de bebidas alcoólicas e "outras práticas passíveis de mancharem o nome da instituição.

Mais, lembrou que o aumento dos salários aprovado recentemente pelo Executivo deve servir de encorajamento.

O que o comandante-geral da Polícia Nacional disse, embora de forma polida, é que o "sistema da gasosa" tem de acabar e que se nunca houve razão para existir, muito menos há agora. Estamos plenamente de acordo com Ambrósio de Lemos e todos nós civis devemos também ter em atenção as suas palavras e colaborar para que as coisas mudem. Não há corrupção sem corruptor. Por isso, não devemos ser nós a incentiva-las, mesmo que tenhamos, por exemplo, muita pressa de chegar a casa ou ao serviço. É altura de todos, polícias e não polícias, colaborarmos nesta campanha, que devia ter começado ontem.

## 5.9 Municípios desestruturados

*Semanário Angolense*  
21 De Março de 2014

Os administradores do Cazenga e Viana, municípios mais populosos de Luanda, são dos mais contestados pelas populações das suas circunscrições. Eles perderam toda a popularidade (se algum dia a tiveram), porque, como dizem os habitantes locais, dão prioridade à realização dos seus interesses pessoais, em detrimento do trabalho para que foram nomeados. «Por esse motivo, os municípios estão desestruturados e a viverem ao longo de décadas os mesmos problemas

de sempre, sem que se vislumbre melhorias e solução para eles», disse Manuel Paulo «Manucho», funcionário público e morador na Caop, Viana.

Enquanto a nível central se fala em trabalhar para o progresso do país e bem-estar das populações, ao nível municipal e distrital, as coisas vão sendo feitas totalmente ao contrário, Segundo uma nossa fonte, considerando a preocupação da população, é necessário que ela seja mais ouvida para se poder saber o que realmente fazem os administradores nas suas áreas de jurisdição. «Penso que os seus relatórios são simplesmente truncados e redigidos de acordo a camuflar as ilegalidades que vão sendo cometidas contra o interesse públicos, diz a fonte.

«Não se pode conceber que uma administração, que até tem um gabinete técnico apetrechado de máquinas e pessoal, não consiga fazer trabalhos para melhorar o saneamento básico ou efectuar uma simples operação de terraplanagem e tapa-buracos nas ruas», disse um morador do Cazenga, que anda muito agastado com o mau desempenho do administrador Tany Narciso.

Segundo ele, nesta circunscrição, os administradores comunais são relegados para plano inferior: não recebem qualquer verba, nem meios para efectuar trabalhos nas suas áreas. As comissões de morador, como diz, apenas existem quando é necessário mobilizar o cidadão para ir à um comício. «De resto, nada fazem. Nem conhecem os verdadeiros problemas do próprio bairro. As eleições autárquicas serão bem-vindas porque quem for eleito terá que dar o seu melhor para o bem de todos», desabafou.

## 5.10 Não há vontade política

*Novo Jornal*

*21 De Março de 2014*

A UNITA acusa o Presidente José Eduardo dos Santos de está a tentar bloquear o debate no Parlamento sobre o sufrágio para que não se aprove a lei sobre as autárquicas.

Mas eleições autárquicas deviam ter lugar em 2014. Já estamos em 2014 e não há legislação adequada para que essas eleições sejam realizadas. Parece-nos que não há vontade política da parte de quem dirige o país em preparar a legislação e fazer as eleições autárquicas em 2015.

Se não as fizermos este ano ou em 2015, a minha questão é se as podemos fazer em 2016, um ano antes das eleições gerais? Estamos preocupados", confessou há dias o presidente da UNITA, Isaias Samakuva "O MPLA tem a certeza de que a geografia eleitoral do país não lhe é favorável para a realização das eleições autárquicas, razão pela qual vai continuar a

adiar a sua efectivação", defende o politólogo Nelson Pestana Bonavena.

Por outro lado, o governo alega que quer preparar bem as autarquias locais e defende um estudo sério. O Executivo admite que a problemática das eleições autárquicas deve ser vista como uma questão a jusante do processo, ou seja, não se deve discutir eleições sem se definirem os elementos fundamentais para a sua criação e funcionamento.

O governo entende que ainda há muitas questões por discutir e decisões por tomar, por isso, sublinha ser necessário a realização de um debate sereno, tranquilo e inclusivo para que se possa chegar a conclusões adequadas à realidade angolana.

Em seu entender, urge a realização de um estudo de requisitos mínimos, capaz de responder se um ou outro município tem condições para ser transformado em autarquia, os recursos humanos que são necessários preparar para que as autarquias estejam em condições de fazer face a este desafio, assim como o tratamento a dar à questão do território dos municípios, no sentido de saber se mantêm a mesma extensão ou se a sua circunscrição sofre alterações.

Na opinião do Executivo é preciso também definir o modelo de eleição dos órgãos para as autarquias, assim como o sistema de governo a ser consagrado, saber qual o relacionamento entre o Estado e as autarquias (governo provincial e as autarquias) num plano municipal, o modelo de tutela administrativa e a relação entre as autarquias e o poder tradicional

## 5.11 Oposição bloqueada no Parlamento

*Novo Jornal*

*21 De Março de 2014*

O PRESIDENTE em exercício do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, concluiu quarta-feira, em Luanda, que "alguém bem conhecido não quer o poder local em Angola, neste momento".

"Para os angolanos não restam quaisquer dúvidas de que alguém bem conhecido não quer o poder local aqui no país, pelo menos por enquanto. Disso não há dúvidas", declarou o deputado, lamentando a atitude do MPLA que chumbou a Lei Orgânica do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local.

Para Adalberto Costa Júnior, "a dúvida que ainda subsiste é saber se essa falta de vontade será o único propósito para sugerir a morte anunciada deste projecto de Lei, ou se isso será parte de uma estratégia,

segundo a qual tudo o que não vem do MPLA e do seu Executivo é para chumbar".

"Deve ser por isso que a bancada do MPLA só viabiliza propostas do Executivo. Não apresenta propostas próprias. Digamos: Somos reféns do Executivo? A Assembleia Nacional é subserviente do executivo?", questionou.

O presidente em exercício do grupo parlamentar da UNITA lembrou que "essa proposta foi introduzida na Assembleia Nacional no ano passado, o presidente da Assembleia despachou-a para as competentes comissões para a emissão de pareceres, mas estas, como se tomou hábito, não cumpriram os prazos estabelecidos no Regimento e decidiram reunir os deputados, exactamente, no momento em que o Grupo Parlamentar da UNITA se encontrava no Uíge, em Jornadas Parlamentares".

"Só por aí se pode ver que a intenção é menos honesta. É a eterna vontade do monólogo na solução dos problemas", acusou.

O partido no poder travou, quarta-feira, o projecto de Lei Orgânica do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local. Uma iniciativa da UNITA, mas apoiada por toda a oposição.

#### MPLA TRAVA LEI ORGÂNICA

O projecto de lei foi chumbado com 144 votos contra e 31 votos a favor de toda a oposição: UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

Lamentando a atitude da maioria, a oposição diz haver pouca vontade política do MPLA para aceitar as propostas da oposição.

"Os projectos de leis que os parlamentares da oposição apresentam não são projectos que vêm de inimigos, mas vêm de cidadãos com outros pontos de vista", sublinhou o presidente da FNLA, Lucas Ngonda.

Ngonda explicou que o partido no poder deve colaborar quando a oposição apresenta propostas pertinentes. Benedito Daniel, do PRS, considerou necessária a proposta de lei apresentada pela UNITA, para "colmatar um vazio que é necessário preencher", enquanto Manuel Fernandes, da CASA-CE, acusou o MPLA de ter dificuldades em aceitar iniciativas vindas da oposição.

Na declaração de voto do MPLA, deputado João Pinto perguntou aos colegas da oposição se quando constantemente reprovam a proposta do Orçamento Geral do Estado é por ela ser feita "por um inimigo". "São visões diferentes. A democracia faz-se com a

diferença. Saber respeitar o voto da maioria é ser democrata", rematou João Pinto.

As comissões de especialidade da Administração do Estado e Poder Local e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional recomendaram ao plenário a não-aprovação na generalidade da referida proposta, por considerá-la inconstitucional.

Na apreciação da proposta da UNITA, a segunda nesta legislatura de iniciativa dos deputados deste partido, as comissões consideraram que os princípios da separação e interdependência de funções, consagrados na Constituição, não foram respeitados e que o projecto chegou ao Parlamento "sem qualquer consulta e coordenação" com o Executivo.

As comissões justificam que o princípio da separação e interdependência de funções, "do qual resulta o dever de cooperação", não foi respeitado quando o proponente submeteu o projecto de lei à apreciação do parlamento.

Na sessão de quarta-feira foram aprovados na generalidade, por unanimidade, a nova Lei do Desporto e do Regime Jurídico das Associações Desportivas e, também por unanimidade, a Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e pôr em circulação moedas metálicas de 20 kwanzas.

## 5.12 Parlamento chumba poder local da Unita

*Journal O PAÍS*  
*21 De Março de 2014*

Os 144 votos contra, expressos pela bancada do MPLA, foram determinantes para chumbar o "Projecto de Lei Orgânica do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local" apresentado pelo Grupo Parlamentar da UNITA durante a realização da 6ª Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Assembleia Nacional (AN).

O documento, enviado à Assembleia Nacional em [maio de 2013, foi considerado como estando eivado de incongruências, por isso, foi impedido de passar pelo crivo dos deputados da bancada "maioritária", apesar de o proponente ter contado com a solidariedade" da CASA-CE, PRS e FNLA, totalizando 31 votos a favor, mas que foram ínfimos. O relatório-parecer conjunto, elaborado pelas 1ª e 2ª Comissões (Administração do Estado e Poder Local e Assuntos Constitucionais e Jurídicos), após uma reunião realizada no dia 12 de Março, em Luanda, decidiu -se pela não aprovação na generalidade, por



considerar tratar-se de matérias de competência Legislativa da Assembleia Nacional (AN).

O documento refere constatar alguma contradição no Projecto de Lei apresentado pela bancada da UNITA, no que concerne ao princípio da separação e interdependência de funções, consagrado nos artigos 22 e nº 3 do artigo 1052 da Constituição. "Princípio da supremacia da Constituição e o princípio da tipicidade dos actos normativos" previstos no artigo 167º da Constituição.

O relatório, analisado e discutido na ausência do proponente, que, na altura, se encontrava na província do Uíge, de 12 a 14 de Março, onde realizou as suas 3ª Jornadas Parlamentares, acusou-o de não cooperar e nem consultar o órgão de soberania a quem cabe o exercício da "função administrativa do Estado, que é o Executivo".

Segundo o documento que temos vindo a citar, o princípio da obediência e cooperação impera no relacionamento entre os órgãos de soberania, estabelecendo consultas prévias entre o Legislativo e o Executivo, para a coordenação, o que não aconteceu da parte da bancada parlamentar da segunda maior força política no país.

#### Calendário Político

O relatório aponta ainda o facto de o Projecto de Lei conter em si um "Calendário Político", que, segundo se lê, pretende ser vinculativo, para a institucionalização efectiva dos "Órgãos Autónomos do Poder Local em Angola", confundindo o exercício da função administrativa do Estado e o do Parlamento.

O Projecto de Lei em referência é apontado ainda como passível de provocar gastos avultados para o presente ano fiscal, não previstos no Orçamento Geral do Estado para 2014, diz o documento que refere que "nem sequer deveria ser admitido", o que suscitou protestos da parte de deputados, não só os da UNITA, mas também de toda a Oposição.

#### Reacção

Adalberto Costa Júnior, vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, chamado a intervir

pela presidente, em exercício, da Assembleia Nacional, Joana Lina Baptista, não digeriu bem as declarações expostas no relatório-parecer conjunto das Comissões acima referidas, começando por acusar o Parlamento de estar subalternizado ao Poder Executivo.

Num tom que não lhe é peculiar, a vice da AN retorquiu dizendo que o Grupo Parlamentar da UNITA não estabeleceu qualquer consulta ou

coordenação com o Executivo, que tem a função administrativa do Estado para se evitar "misturar conceitos nessa confusão propositada entre a Administração Local do Estado, previsto no Título V da Constituição". Justificou Adalberto Júnior disse não ter gostado do historial do relatório no que concerne às consultas ao Titular do Poder Executivo, sobre a institucionalização do Poder Local. "Os nossos colegas do MPLA estão a sugerir que nós, deputados da UNITA, se queremos que se cumpra a institucionalização do Poder Local devíamos ir perguntar ao Titular do Poder Executivo", tendo em seguida exclamado: "Vocês só nos dão motivos para ficarmos tristes", afirmou.

Continuando, o político acusou a 1ª e 4ª Comissões de agirem com suposta desonestidade, pelo facto de a reunião destas duas comissões terem sido realizadas à margem do proponente do Projecto Lei, que, por essa altura se encontrava no Uíge. "Não ouviram deliberadamente o proponente", deplorou, acrescentando que "só por aí se pode ver que a intenção é menos honesta", declarou, Sobre os avultados gastos no Orçamento Geral de Estado (OGE), que poderiam eventualmente resultar com a aprovação do Projecto Lei em causa, Costa Júnior respondeu dizendo que "O documento entrou no ano passado, antes da discussão do Orçamento Geral de Estado".

#### Vontade Política

Inconformado com o "chumbo" do Projecto-Lei, o parlamentar, que já foi secretário para informação do seu partido, disse haver uma intenção deliberada da bancada parlamentar do "maioritário" de abortar qualquer iniciativa legislativa de partidos que se posicionam do lado direito da sala principal da Assembleia Nacional, "Tudo o que não é do MPLA e do seu Executivo é para chumbar" criticou,

Disse que o contrário acontece a favor do principal adversário político e seu concorrente directo, o MPLA, "Há pouco tempo trouxeram -nos uma Lei onde até a poluição sonora do menino que toca música alta na rua, para vossas excelências, era branqueamento de capitais", apontou.

Reforçou que quando uma outra força política propõe um diploma o Grupo Parlamentar do MPLA aponta a iniciativa como sendo plágio, ilegal ou conter insuficiências, interrogando-se em seguida se a posição era refém do Executivo. Apesar desta situação, Adalberto Júnior garantiu que o seu partido vai continuar a apresentar propostas, "ão vamos

deixar de vos ajudar a pensar Angola no Plural".

## Debates

Apesar das explicações da bancada do MPLA, baseadas no relatório-parecer conjunto, os deputados da Oposição que intervieram, insurgiram-se contra essa medida, havendo inclusive acusações que subiram de tom. E uma destas acusações foi a do deputado Manuel Fernandes, que em solidariedade com a bancada da UNITA, disse ter havido má-fé da parte da bancada do MPLA.

Manuel Fernandes, que ocupa uma das vice-presidências da nova coligação de Partidos Políticos, a CASA -CE, acusou o MPLA, tal como disse Alberto Júnior, de não aceitar as iniciativas dos outros partidos, procurando subalternizá-las mesmo sendo de muita importância para a vida do país. Condenou essa atitude dizendo não abonar a favor da jovem democracia que se pretende construir em Angola.

André Mendes de Carvalho (Miau), líder da bancada da CASA-CE, à semelhança do seu colega Fernandes, disse ser inaceitável que o documento fosse aprovado na ausência do autor (proponente), referindo ser um exercício tendencioso e que demonstra o partido que sustenta o Governo "não estar interessado em implementar eleições autárquicas em Angola".

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Governo entrega habitações a famílias mais necessitadas

*Jornal de Angola*  
02 De Março 2014

Famílias desfavorecidas que vivem na localidade da Tchavola, nos arredores do Lubango, têm estado a receber, durante a semana, novas moradias construídas pelo Governo Provincial da Huíla.

Numa primeira fase, estão concluídas 150 casas, destinadas a igual número de famílias. As primeiras 18 habitações já foram entregues na quinta-feira, pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge.

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Ndjila, garantiu que o Governo vai continuar a apoiar, dentro da urbanização da Tchavola, as populações que ali vivem. "A medida que as casas forem sendo terminadas, as autoridades da província da Huíla vão proceder à entrega aos seus proprietários", garantiu.

Depois da cerimónia de entrega das casas, que prossegue, o governador visitou as obras de construção das 200 casas que estão a ser construídas na centralidade da Eywa, para acolher as famílias que viviam no bairro da Lage.

Ernesto Francisco, 47 anos, que recebeu a primeira moradia, explicou que vivia no bairro Só Frio, no prolongamento do ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, numa casa de adobe, em condições precárias. Agora, a sua família, composta por sete elementos, passa a viver numa casa com sala comum, três quartos, duas casas de banho e cozinha. Neste momento, todas as moradias entregues às populações dispõem de energia e água.

### 6.2 Ordens de despejo contra moradores do Kilamba

*Jornal A Capital*  
04 De Março de 2014

Há duas semanas, os moradores dos blocos em causa, foram surpreendidos por agentes armados da Polícia Nacional e dos Serviços de Fiscalização que os intimaram a deixarem as casas. Segundo os moradores, a SONIP justifica essa atitude com o facto de os

apartamentos dos edifícios 30, 31 e 33 do bloco W e dos restantes blocos notificados serem reservas de alguns Ministérios, de empresas públicas e do presidente do conselho de administração da Sonangol. "A Polícia e os fiscais estiveram aqui e disseram que devíamos abandonar os apartamentos porque do rés-do-chão ao terceiro andar as casas são reserva pessoal do PCAda Sonangol", disse uma moradora do edifício W31 Que não QUis ser identificada.

- "Desdê que chegámos aqui, ninguém veio reclamar da nossa presença. Não temos para onde ir, por isso vamos ficar e resistir até ao fim porque fizemos os pagamentos", disse uma outra moradora visivelmente indignada com a situação.

Com a filha ao colo, Joana da Silva desconhece qual vai ser o desfecho deste drama, mas tem uma Certeza: para viver na sua casa, na Centralidade do Kilamba, deu todos os passos que a empresa Delta lhe exigiu e pagou o que foi contratado: "agora corro o risco de acabar no meio da rua com a minha filha ao colo. Não tenho para onde ir", explicou Joana, que durante os últimos meses de gravidez teve de dormir ao relento para conseguir a ficha de inscrição na empresa Delta.

Enquanto uns lamentam, outros choram perante o risco de perderem uma casa em que investiram todas as suas economias. "Daqui só saio morta" disse Inês Costa, acrescentando que decidiu aderir às casas do Kilamba por não ter mais condições de continuar a pagar a renda. "Pelo menos aqui, ao fim de 15 anos, este apartamento pode ser meu definitivamente, sem ter necessidade de pagar renda", disse.

Com 45 anos, Inês Costa diz que já não tem idade para "aguentar tanta humilhação" e pediu "mais respeito e dignidade" para com os moradores da Centralidade do Kilamba.

"Ninguém merece ser tratado desta forma. A SONIP e a Delta devem ser mais responsáveis e não estarem a brincar com as pessoas", disse.

Aflitos com a sua situação, os moradores contactaram a SONIP onde foram recebidos por um responsável da direcção de infra-estruturas imobiliárias que os remeteu para a Delta Imobiliária, empresa contratada para proceder à comercialização das habitações e com quem assinara os contratos.

A SONIP manda os moradores tratar do assunto com uma empresa que já nada tem a ver com o assunto. "A Delta disse-nos que está tudo bem e que não há problemas", referiu outro morador identificado apenas por Delfim, residente no bloco W133, que considera a ordem de despejo emitida pela SONIP "uma atitude maldosa" e "um golpe baixo", cujo fim desconhece.

"Obtida a resposta da Delta Imobiliária, voltamos de novo à SONIHP de quem recebemos a garantia ia de que a situação estava resolvida e que podíamos continuar a residir nas habitações", disse Delfino Mas ninguém se responsabilizou pela ordem de despejo que deixou centenas de moradores em pânico. Porque o documento foi acompanhado de agentes da Polícia Nacional, armados.

#### Contratos falsos

A situação dos moradores dos blocos A, T, W e Z está longe do fim: pode mesmo acabar em Tribunal em declarações à reportagem do jornal de Angola, o presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, revelou terem sido detectados contratos falsos na Centralidade do Kilamba.

A empresa apresentou queixa junto da Polícia Nacional, informou o responsável da SONIP. "Fizemos uma auditoria aos contratos e constatamos que existiam algumas fraudes. Apresentamos queixa à Polícia Nacional, e obviamente quem entrou ilegalmente nas casas não tem como continuar a viver nelas", disse Orlando Veloso.

Questionado sobre o número exacto de contratos falsos detectados, o presidente da comissão executiva da SONIP disse apenas que o processo de averiguações vai continuar no sentido de encontrar outros documentos falsos. "Aqueles que a Polícia está actuar são os que já estão identificados", referiu. Mas se há fraudes, o problema não é da Polícia Nacional. Só os Tribunais podem tomar uma decisão. Agentes armados não podem servir de juízes.

Para Orlando Veloso as pessoas notificadas têm que demonstrar que os contratos que possuem são verdadeiros e caso não sejam, são obrigadas a denunciar as pessoas que lhes venderam os falsos contratos.

Há moradores ameaçados cujos nomes saíram nas listas publicadas pela Delta, no Jornal de Angola. Não compraram contratos a ninguém. "A SONIP tem que ver com a Delta o que se passa e não pode andar a empurrar as pessoas sob a ameaça das armas. Quem tem de provar as fraudes e os contratos falsos é a SONIP", disse uma moradora, que exhibe o seu contrato com a Delta e as páginas do Jornal de Angola onde consta o seu nome.

Se eles estão perfeitamente legais não precisam estar preocupados, mas nós temos formas de comprovar se os contratos são legais ou não", explicou Orlando Veloso, sem no entanto revelar se já há pessoas detidas por estarem envolvidos na falsificação dos documentos.

O presidente da comissão executiva da SONIP confirmou que alguns edifícios da Centralidade do Kilamba constituem reservas de Ministérios e empresas públicas, "que em nenhum momento cederam os apartamentos a quem quer que seja".

#### Centralidade de Cacucaco

A água potável raramente corre nas torneiras dos apartamentos da Centralidade de Cacucaco, uma cidade com dez mil habitações. Os moradores andam de bidões e bacias à cabeça. Para os moradores, a situação parece não ter fim à vista, mas o presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, garante que o problema deve ser ultrapassado até ao final do primeiro semestre deste ano: "os problemas da falta da água nas Centralidades de Cacucaco e do Kilamba estão a ser resolvidos junto da Empresa Pública de Água de Luanda".

Informações postas a circular em Luanda dão conta de uma disputa sobre a gestão da estação de tratamento de água da centralidade do Cacucaco entre a SONIP e a EPAL. Uma fonte da EPAL, contactada pela reportagem do Jornal de Angola, confirmou que a fraca capacidade de abastecimento de água às centralidades se deve à construção de condutas de baixa capacidade.

"A EPAL já solicitou a gestão da estação de tratamento de água, quando isso acontecer vamos investir na construção de uma conduta de maior capacidade de bombagem de água às habitações", disse um responsável da EPAL.

Orlando Veloso nega existir uma disputa entre a SONIP e a EPAL, na medida em que "todas infra-estruturas públicas de água e energia construídas nas centralidades estão a ser entregues à EPAL e à EDEL para essas empresas gerirem. Logo que as obras acabem, entramos num processo de transferência dessas infra-estruturas. Este processo tem alguma especificidade, por isso, estamos num processo de treino dos funcionários que vão gerir as instalações", explicou, reafirmando que não há qualquer conflito entre as duas empresas.

### 6.3 Casas económicas no Nzeto

*Jornal de Angola*  
*06 De Março 2014*

O secretário de Estado da Construção, Ilídio de Jesus Martins, anunciou, ontem, em Mbanza Congo, a construção de 300 casas económicas nos municípios do Soyo, Nzeto e na capital provincial.

Ilídio Martins explicou, que o começo da construção das cem primeiras casas económicas tem lugar na comuna de Quiende, a cerca de 30 quilómetros da cidade de Mbanza Congo. O secretário de Estado da Construção inspeccionou os trabalhos das redes técnicas para o abastecimento de água potável, drenagem das águas pluviais, iluminação pública e sistema de telecomunicações.

Ilídio Martins mostrou-se satisfeito com o andamento das obras de ampliação do hospital provincial em Mbanza Congo e com a construção das primeiras cem casas na aldeia de Bela Vista. O governador do Zaire, Joanes André, referiu que a maior preocupação é o estado crítico dos troços rodoviários para a ligação entre a cidade de Mbanza Congo e os municípios de Nóqui, Cuimba e Nzeto-Soyo.

Joanes André garantiu à população que as obras da estrada nacional entre Mbanza Congo e Luanda vão ser concluídas em Maio. Com o fim destas obras, o Governo Provincial do Zaire vai transformar o município piscatório de Nzeto numa área de atracção turística, por estar localizado num eixo rodoviário que permite a ligação entre Mbanza e os municípios do Soyo e Tomboco.

O secretário de Estado da Construção trabalha hoje no município de Nzeto.

## 6.4 Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais

*Economia e Finanças*  
*07 De Março de 2014*

As moradias construídas na urbanização especial de Cabinda, corno está a ser designado o projecto imobiliário desta província, está quase pronto para entrega, faltando apenas a conclusão dos trabalhos de infra-estruturas externas, nomeadamente o abastecimento de água e luz eléctrica a partir de uma subestação que está a ser montada nas proximidades da centralidade.

Segundo o vogal da Sonip, engenheiro Hamilton Jorge Faria, que falava à imprensa durante uma visita de campo às novas centralidades do interior do país, a urbanização de Cabinda foi construída com base em modelos habitacionais de alto padrão diferentes das outras centralidades, daí a designação acima mencionada.

Com urna arquitectura atraente dos, a urbanização especial de Cabinda, localizada no município sede com o mesmo nome, estará totalmente pronto para comercialização em Março do próximo ano. "Neste

momento estão a ser feitos estudos que irão determinar o preço e datas exactas para a comercialização dos fogos construídos. Por isso, em momento oportuno faremos um comunicado para o efeito" afirmou Hamilton Faria.

Mais adiante, o vogal da Sonip referiu que a nova centralidade da província mais a Norte do país possui mil apartamentos com capacidade para albergar mais de seis mil habitantes, sendo que 768 residências são de tipologia T4 com cada moradia a ocupar urna área de 150 metros quadrados. Os restantes 234 apartamentos serão 13 com área de 120 metros quadrados erguidos em 90 edifícios de três pisos.

O projecto habitacional contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula com capacidade para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 13 camas, uma estação de tratamento de água e urna malha rodoviária de seis quilómetros de estrada.

### Construções simultâneas

À semelhança do que ocorre na província de Cabinda, a Sonip desdobra-se em esforços para concluir nos próximos dois anos outras centralidades. Tal é o caso das províncias da Huíla, Namibe e Benguela, além dos projectos que estão a ser concluídos em Luanda, que serão quase todos concluídos em 2016. Na província da Huíla, por exemplo, na localidade de Quilemba, município do Lubango, está a ser construída a maior centralidade em termos de área de implementação, ocupando uma superfície de construção equivalente a 1.100 hectares contra os 900 hectares da centralidade do Kilamba, em Luanda.

O projecto, que está a ser executado pela construtora chinesa CITIC e fiscalizada pela Soapro, teve início em Junho de 2012 e prevê-se que esteja concluído até segundo semestre de 2016. As residências variam entre apartamentos de tipologia 13 em edifício de três pisos e habitações sociais perfazendo um total de 4.000 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro escolas secundárias e oito creches.

De acordo com o engenheiro Hamilton Faria, o principal constrangimento enfrentado até agora com a centralidade do Lubango prende-se com as ocupações de terreno nas reservas fundiárias. "Das 11 mil habitações que prevemos construir nesta centralidade, cerca de 3.500 moradias estão impossibilitadas de serem erguidas devido a existência de fazendas e casas que foram erguidas dentro do perímetro da reserva fundiária" lamentou.

De igual modo, a província do Namibe também está a beneficiar da construção de duas centralidades, localizadas na praia Amélia e no 5 de Abril, numa área de 295 hectares onde serão construídas 1.656 habitações sociais e 344 apartamentos para 12 mil habitantes. Além da província de Benguela que conta também com centralidades na Baía Farta, no Luhongo (Catumbela) e Lobito.

## 6.5 Petrolíferas provocam boom imobiliário

*Jornal Expansão*

*07 De Março de 2014*

A falta de casas perto do complexo residencial da Chevron, na província de Cabinda, está a impulsionar um boom na construção, que após mais de uma década de paz tem necessidade de mais habitações.

O crescimento da indústria de petróleo no País tem ajudado a que se verifique uma essassez imobiliária em Cabinda, onde o projecto Mafumeira Sul, onde está localizada a Chevron, está a fazer com que nasça praticamente uma outra cidade. A Chevron está a investir 5,6 mil milhões USD (546 mil milhões Kz) no mar de Cabinda e, embora a empresa abrigue cerca de seis mil pessoas no Malongo, construído na década de 60, existe agora uma necessidade de a petrolífera americana procurar novos alojamentos para os seus funcionários.

A diminuta oferta imobiliária naquela região fez aumentar exponencialmente os preços das casas e criou, ao mesmo tempo, uma proliferação de instalações básicas. Só em projectos imobiliários, estão previstos investimentos de 200 milhões USD (19,5 mil milhões Kz) para albergar não só cabindenses, mas também estrangeiros de empresas como a Schlumberger, a maior companhia de serviços de campos petrolíferos do mundo, e que vão ajudar o Estado, ao mesmo tempo, a integrar as companhias de petróleo na economia em geral.

"Malongo parece uma colónia, e temos de acabar com isso, porque a guerra acabou", afirmou à Bloomberg Gianni Martins, um engenheiro de petróleo da companhia petrolífera estatal Sonangol. "Os expatriados têm necessidades, os locais têm serviços, e o que temos de fazer é juntá-los."

O projecto Futila Sea Breeze Condominium, um investimento de 100 milhões USD (cerca de 10 mil milhões Kz), vai abrir a primeira de suas 464 unidades de luxo em 2015, disse Pedro Godinho, presidente da Servicab SA.

Ali perto, a vizinha Malernbo Development Center (MDC), um investimento 97 milhões USD (9,5 mil milhões Kz), está a ser construída pela Operatec e OPI Internatio'nal, aijá alojar 280 trabalhadores dos 1.440 previstos de empresas como a Schlumberger, Saipem e Fugro, a maior firma de exploração sísmica em águas profundas.

O complexo Malembo, a ser construído ao longo de quatro fases, inclui piscinas, academia de ginástica, restaurante comum e 600 metros quadrados de lojas ligadas à distribuição destinadas a empresas de Cabinda, está a apenas três quilómetros e meio de Malorigo.

"O centro vai servir as necessidades da Chevron e a comunidade em geral, uma vez que está aberto não só para os trabalhadores do petróleo, mas também para os habitantes locais que prestam serviços", disse Clay Etheridge, director do MDC, acrescentando que este projecto é "uma vitória para a comunidade e para o sector de petróleo".

Os 1.200 hectares do complexo de Malongo tornaram-se numa verdadeira fortaleza para sobreviver à guerra da independência (1961-1975) e, mais tarde, a uma guerra civil de 27 anos. Empresas como a francesa Total, a brasileira Braspetro e a italiana Eni têm campos petrolíferos offshore em frente à província, que contribui com cerca de um quarto da produção de Angola.

A capital da província é repleta de pequenos edifícios inacabados ou abandonados. A governadora, Aldina Matilde da Lomba, iniciou o ano passado um programa para melhorar a área central e as estradas. Além disso, o porto principal foi dr agadoe ampliado, enquanto o porto de águas profundas está a ser reconstruído. A Vila Olímpica, construída inicialmente para os veteranos de guerra civil, está a ser alugada agora aos trabalhadores do petróleo, afirmou Pedro Sia, porta-voz da governadora.

Luís Franque, chefe de gabinete de Macário Lembe Romão, vice-governador para Assuntos Económicos, negou que a vila tenha sido construída para os veteranos da guerra e adiantou que 9 Governo construiu 150 casas no Condomínio Santa Catarina para os soldados.

"As pessoas vêem as multinacionais a arrecadarem milhões em dinheiro com os seus recursos e não recebem nada por isso", afirmou Pedro Godinho, da Servicab, acrescentando que algumas "que estão a morrer à fome e têm uma AK-47 na mão não têm nada a perder".

A Halliburton, um dos maiores fornecedores mundiais de serviços de fracturação hidráulica, também está a construir alojamentos em Cabinda para os seus trabalhadores, mas não avançou com mais pormenores.

## 6.6 Centralidade do zango apartamentos invadidos

*Novo Jornal*

*07 De Março 2014*

OS PONTEIROS do relógio rondavam as 03H00 da madrugada do passado dia 22 Fevereiro quando militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), acompanhados por agentes da Polícia Nacional (PN), irromperam pelos apartamentos do edifício onde residem os antigos moradores do então edifício da Cuca, no Condomínio "Vida Pacífica", localizado no Zango, em Viana.

Os moradores assustados não reagiram, pois sabiam a razão da presença da UGP [que faz habitualmente guarda ao local] e da polícia no local: ocupação de forma ilegal dos apartamentos pertencentes ao governo no edifício Cuca, do 8º ao 15º andar.

"Os apartamentos estavam vazios. De repente notamos que, aos poucos, estavam a ser ocupados por pessoas que não conhecíamos", denunciou um morador do ex-prédio da Cuca.

Dois dias depois, amigos das quarenta e seis pessoas presas na madrugada de sábado esperam ansiosos pelo início do julgamento, em frente ao Tribunal Municipal de Viana.

"Eles viviam no prédio da Cuca, com o nosso irmão. Por não terem sido abrangidos no processo de entrega de novas residências aqui no Zango, a minha irmã e o meu cunhado, acabaram por ocupar um apartamento no 12º andar", contou Rosa Alexandre que, ao aperceber-se da detenção da irmã e do cunhado, acompanhou "o processo de perto.

Segundo contou Rosa, a irmã foi detida porque o cunhado não se encontrava em casa na altura em que os militares da UGP e da PN irromperam pelos apartamentos.

"Como o meu cunhado não se encontrava em casa naquele momento, levaram a minha irmã", disse uma familiar de uma das jovens detidas no apartamento do Zango, que preferiu manter o nome da irmã no anonimato.

"Ela é inocente. Por isso não tenho por que espalhar a sua identidade", justificou a jovem que, na altura,

acompanhada pelo namorado e alguns amigos, aguardava ansiosa pelo início do julgamento.

Já Paulo Castro tem a cunhada detida e vai ser julgada por ocupação ilegal de apartamentos pertencentes ao governo angolano.

"Estou estupefacto como as coisas acontecem. A minha irmã vive nesse apartamento há um ano e, inclusive, paga o condómino. A SONIP já esteve reunida com estes moradores. Como é possível a UGP e a polícia surgirem de madrugada e prender assim os moradores, que agora são julgados de forma sumária", questiona Paulo Castro agastado.

Assim como Paulo Castro, outros moradores do condomínio Vila Pacífica, na centralidade do Zango, ocuparam apartamentos vagos no edifício porque, segundo eles, estavam a ser invadidos por delinquentes. Esta teoria é desmentida pelos moradores legais do antigo edifício da Cuca.

"Não é verdade. Não havia nem venda de drogas. Eles foram chegando aos poucos e ocupando os apartamentos", desabafou outro morador do condomínio Vila Pacífica. Entretanto, o julgamento que decorreu à porta fechada terminou três dias depois, com o tribunal a suspender a pena, por considerar "o caso confuso".

"Mandaram-nos regressar para os apartamentos. Vamos em liberdade para as nossas casas para serem notificados mais tarde. O Tribunal disse que terá, primeiro de ouvir a SONIP e a Casa Civil da Presidência da República para saber a quem pertencem os apartamentos, na realidade, e quem, de facto, fez as denúncias".

O Novo Jornal conseguiu saber através de fontes policiais que, das quarenta e seis pessoas implicadas no processo em causa, foram todas autorizadas a regressar aos apartamentos, até que o tribunal consiga averiguar o que se terá passado na realidade.

"Alguns regressaram mas, outros depois de se aperceberem da presença da polícia e da UGP no local, abandonaram os apartamentos", disse uma fonte afecta a SONIP na centralidade.

O Novo Jornal conseguiu ainda saber que grande parte dos apartamentos no Condomínio do Zango 5 está ainda em construção [oito mil unidades habitacionais T3]. De acordo com dados fornecidos à imprensa pela SONIP, a entrega destas residências começou com 1.297 unidades, já durante este mês, 1.989 em Junho, 2.087 em Setembro e, finalmente, 2.627 unidades em Dezembro.

No Zango 1 estão em fase de conclusão mais 1.456 unidades T3 e 1.008 T4. O programa de entregas está previsto para Dezembro de 2014.

## 6.7 Delta vai ter concorrência nas novas centralidades

*Jornal Expansão*  
07 De Março de 2014

A Delta Imobiliária pode deixar de ser a única parceira da Sonip na venda dos imóveis das novas centralidades, estando a Sonip a estudar a possibilidade de encontrar outros parceiros, anunciou o presidente do conselho da comissão executiva (PCE) da subsidiária da Sonangol para o imobiliário, Orlando Veloso.

"Estamos a estudar ainda, mas provavelmente vamos ter outros actores", disse o responsável, à margem de uma visita a centralidades de Luanda (K.K Cinco Mil, no Kilamba, e Zango Oito Mil, no Zango 8), domingo passado. Veloso destacou a "grande dimensão" dos projectos, sublinhando que, só em Luanda, estão em causa "mais de 13 mil habitações", e há "outras urbanizações nas províncias". "Provavelmente, uma empresa só não será suficiente para responder eficazmente à demanda", disse.

A decisão de introduzir novos actores neste processo resulta da experiência da primeira fase, que "foi difícil", por ter sido "a primeira" do género. "Acredito que todos os actores que intervieram na primeira fase do processo terão aprendido bastante e, obviamente terão uma melhor resposta no futuro", afirmou.

A concretizar-se a entrada de novos actores no processo, o cenário irá ao encontro do defendido por especialistas do sector imobiliário, que têm apelado à aposta em empresas especializadas, ainda que existam "muito poucas" no País, como sublinhou recentemente ao *Expansão* o director-geral da imobiliária Propria casa, Miguel Ribeiro.

"Há muito poucas empresas, duas ou três, que se dedicam de forma profissional à mediação imobiliária. Todas as outras que se apresentam como imobiliárias são, na verdade, criadas pelo dono do projecto para o comercializar. O caso Sonip/ Delta Imobiliária não é a excepção, as a regra do mercado angolano", afirmou. A comercialização, defendeu, deve ser "distribuída por empresas de mediação licenciadas, para dar seguimento e apoio aos compradores".

Entretanto, Orlando Veloso anunciou estar em curso o processo para início das operações do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), criado pela Sonangol para financiar as casas que serão

comercializadas pela Sonip. "Vamos acreditar que nas futuras vendas vamos contar com esta entidade", sublinhou.

Com a entrada em funcionamento do BPPH, "todos os que pretenderem adquirir residências construídas e comercializadas pela Sonip terão de passar pela contratação de crédito" junto daquele banco, explicou o PCE da Sonangol, Francisco de Lemos, em Junho de 2013, no anúncio da intenção de criação do banco, que recebeu autorização de funcionamento do Banco Nacional de Angola em Novembro passado.

Com a entrada do BPPH no processo, o Banco Angolano de Investimento (BAI) deixará de ser o banco parceiro da Sonip no processo, como aconteceu na primeira fase. No que diz respeito ao início das próximas vendas, Orlando Veloso garantiu que acontecerá "quando as condições assim permitirem", deixando a entender que será ainda este ano.

Casas sociais para atender à lista de espera Orlando Veloso anunciou ainda que as casas disponíveis para as pessoas que se encontram na lista de espera da urbanização do K.K Cinco Mil são sociais, contrariamente àquelas pelas quais os concorrentes pagaram a primeira prestação.

"Neste momento, o que vamos ter para satisfazer aquelas pessoas é esta urbanização, e as pessoas serão livres de optar: quem não quiser a casa social tem a possibilidade de requerer a devolução do valor correspondente à primeira prestação", explicou.

Estas casas, acrescentou, sendo sociais, serão mais baratas e ajustar-se-á o valor pago na primeira prestação ao custo da casa. O gestor acrescentou ser de opinião que as casas "têm todo o potencial para serem tão boas quanto as do Kilamba", O gestor reforçou a intenção da Sonip em resolver a lista de espera até ao final do ano.

A urbanização K.K Cinco Mil está enquadrada numa área de 75 hectares. Os apartamentos são de tipologia T3 e ocupam uma área bruta de 106 metros quadrados, em edifícios de cinco andares.

O projecto prevê a construção de 5.000 apartamentos, e a previsão de entrega dos primeiros 2.190 é o próximo mês de Junho, enquanto a conclusão do projecto está agendada para o final deste ano.

Sonip reconhece fraudes

O presidente da Sonip apresentou as razões pelas quais os alguns proprietários de imóveis na cidade do Kilamba estão a ser notificados no sentido de comprovarem a legalidade da referida propriedade. Explicou que a forma como o processo foi conduzido



permitiu que houvesse "um número razoável de fraudes", que foram detectadas após a realização de uma auditoria.

"Apresentámos queixas, e a Polícia está a dar o devido tratamento. Acredito que quem tenha entrado de forma ilegal nas casas não tem como permanecer nelas. Ainda estamos no processo de averiguação, e as pessoas só têm é de demonstrar que os contratos são legais", concluiu.

## 6.8 SONIP quer corrigir erros do passado

*Novo Jornal*

*07 De Março 2014*

O PRESIDENTE da Comissão Executiva (PCE) da Sonangol imobiliária e Propriedade Lda (SONIP), Orlando Veloso, reiterou que o pagamento do remanescente dos contratos efectuados junto desta empresa para aquisição de uma moradia nas novas centralidades poderá arrancar a partir já deste mês, ou em Abril, em parcelas mensais.

O responsável, que falava à imprensa no final de uma recente visita às centralidades do Zango 5 e KK, em Luanda, reforçou que os respectivos pagamentos deverão ser efectuados sem qualquer alteração nos actuais preços dos imóveis. Segundo disse, até ao momento vigora a modalidade de compra e venda directas, de renda resolúvel e de arrendamento.

No que respeita ao processo de vendas, Orlando Veloso avançou que a empresa vai alterar as modalidades de comercialização de residências das novas centralidades, em construção no país.

A medida, segundo o responsável, visa acautelar erros e constrangimentos verificados aquando da primeira fase de comercialização das habitações de Luanda, sob responsabilidade da SONIP.

"Acreditamos, que não cometeremos os mesmos erros, que tivemos na primeira fase, que constituiu para nós um desafio e também uma etapa de aprendizagem. Cremos que desta vez teremos a oportunidade de corrigir muitas das falhas cometidas", salientou, sem entrar em detalhes.

Ainda em relação a comercialização das habitações das novas centralidades, a SONIP deverá introduzir, como fez saber o seu PCE, novos elementos, actores e outras formas de comercialização, que certamente ajudarão a reduzir significativamente os problemas registados na primeira fase, "particularmente com as centralidades do KiLamba, Cacucaco, Musseque Kapari e Zango (Vida Tranquila)".

Orlando Veloso referiu, porém, que as inscrições para a compra de moradias nas novas centralidades ainda não estão abertas, mas, que a prioridade entre os beneficiários recai nos candidatos que já fizeram o pagamento. Acrescentou, que o processo de venda vai obedecer a outros critérios, que estão a ser afinados para maior facilitação.

Novas centralidades à vista Além do recente périplo efectuado às centralidades do Zango 5 e KK, em Luanda, a SONIP convidou a imprensa para uma digressão às novas centralidades que estão a ser construídas, sob a sua égide, nas províncias de Cabinda, Huíla, Namíbe e Benguela.

Todos os projectos atrás referenciados contemplam, além de moradias, infra-estruturas sociais como escolas, creches, hospitais, entre outros serviços. A estratégia de comercialização está igualmente a ser alvo de um minucioso estudo para prevenir eventuais falhas.

A centralidade de Cabinda possui 36 lotes, por onde estão repartidos 90 edifícios de três pisos. No total, existem nesta cidade 1.002 aparta mentes, dos quais 768 do tipo T4 e 234 T3. o total, o projecto deverá absorver cerca de 6 mil pessoas, à razão de seis para cada apartamento.

Situado numa zona a cerca de 15 quilómetros do centro da cidade, a também designada "Urbanização Especial de Cabinda" integra igualmente infra-estruturas sociais, nomeadamente uma escola primária, com 16 salas de aulas para 51 alunos, e um infantário (com quatro salas de aulas para 120 crianças).

Fazem ainda parte do projecto, um posto médico (com 13 camas), um supermercado, esquadra de polícia, edifício administrativo, além de uma estação de tratamento de águas residuais.

De acordo com o engenheiro Hamilton Faria da SONIP, o projecto arrancou em 2008, tem a sua conclusão prevista para este mês de Março.

Na província da Huíla está igualmente a ser edificada outra centralidade, numa área total de 1.100 hectares. Nesta fase, apenas 7500 fogos estão em execução no projecto, por uma considerável parte dos terrenos estar ainda na posse de alguns fazendeiros da região.

Segundo Hamilton Faria, a SONIP tem estado a negociar com o governo a ver se consegue obter a disponibilidade do espaço, que consta do projecto inicial (os 1.100 hectares) para concluir as obras.

O projecto da centralidade da Huíla, tal como os demais, contempla a instalação de infra-estruturas externas para permitir o fornecimento de água potável

e de energia eléctrica. Mas, para o êxito deste objectivo, será necessária a intervenção do Estado. "Estamos a trabalhar com entidades públicas, como o ENE (Empresa Nacional de Electricidade), para na altura em que as obras estiverem concluídas, fazerem chegar aqui electricidade. Só depois desta operação é que estaremos em condições de avançar com a comercialização do projecto", salientou Hamilton Faria.

O projecto teve início em Julho de 2012 e a previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2016. Estão previstas a construção de 11 mil habitações, repartidas entre moradias e apartamentos.

No total, o projecto vai integrar 160 moradias e 4.840 apartamentos. As moradias têm uma área de 103 metros quadrados e os apartamentos 106 metros quadrados.

Em termos de equipamentos sociais, a empreitada vai contar com cinco escolas primárias e 4 secundárias, cada uma com capacidade de 24 salas de aulas. Estão previstas ainda a construção de nove creches, com capacidade de oito salas de aulas.

Na província do Namibe está igualmente a nascer outra das muitas centralidades actualmente em construção no país. A cidade, convencionou-se designar Praia Amélia, está a ser construída numa área de 295 hectares. O projecto integra quatro tipos de moradias de tipologia diferente: Isoladas, gemi nadas, H3 (com 'um piso) e H4 (com três pisos).

O projecto Praia Amélia contempla, no total, 1.656 casas e 344 apartamentos. Integra igualmente vias de comunicação, rede de esgotos, escolas do primeiro e segundo ciclos, drenagem das águas pluviais e duas creches, ainda em fase de edificação.

O fornecimento de água potável e energia eléctrica estão salvaguardadas, estando de momento a decorrer um projecto para viabilizar o processo, coordenado pelo governo da província.

Nesta centralidade estão previstas a construção de 2 mil fogos. Começou a ser edificada em Junho de 2012 e tem a sua conclusão prevista para Março de 2015.

De acordo com a SONIP, em Luanda, três novas centralidades de diferentes modelos e características estão igualmente em construção em distintas localidades da cidade, com previsão de conclusão até 2015. Todas elas contam já com parte do projecto finalizado e deverão começar a servir a população em Junho deste ano.

Os apartamentos estão a ser edificados desde 2012 e devem estar totalmente acabados em 2015 para

beneficiar cerca de 108 mil pessoas de todos os estratos sociais, na lógica de seis em cada uma das 18 mil moradias, segundo o PCE da SONIP, Orlando Veloso.

As infra-estruturas estão a ser implantadas nas zonas do Zango 5 (projecto habitacional "Zango oito mil"), no município de Viana, do Kilamba ("KK cinco mil") e um outro também nos arredores da já habitada centralidade do Kilamba ("Cif Cinco mil"), ambos no município de Belas.

A nova centralidade do Zango está já executada a 75 por cento, estando a ser edificada numa área de 416 hectares. A mesma contempla oito mil habitações económicas de modelos combinados, das quais duas mil 780 moradias térreas (incluindo gemi nadas) e cinco mil 220 apartamentos.

Os prédios são de dois e três pisos de quatro apartamentos cada, todos de tipologia T3, tal como as moradias simples. A partir do final deste primeiro semestre do ano, 1.297 casas estarão concluídas e começam a ser imediatamente comercializadas, noticiou a agência Angop.

Diferente deste projecto habitacional, o "KK cinco mil" ocupa uma área de 75 hectares e caracteriza-se como um projecto habitacional composto por 184 edifícios, num total de cinco mil apartamentos T3, distribuídos por dois blocos, sendo o "Rt" com 81 prédios e "R2" com 103.

A planta dos prédios varia entre "estrela" (de cinco pisos de quatro apartamentos cada) e uma única entrada e os "lineares", uns de três entradas e 30 apartamentos por piso e outros com dois acessos e 20 apartamentos em cada andar, que começam a ser distribuídos em Junho deste ano.

Por seu turno, o "Cif - Cinco mil", igualmente situado nas imediações da Centralidade do Kilamba, abarca a construção de cinco mil residências do tipo T3 e, à semelhança do "Zango Oito mil", começou a ser erguido em Junho de 2012 e deve estar finalizado em 2015.

O KK será o primeiro a estar concluído na totalidade (Dezembro do presente ano), para beneficiar parte de cidadãos que já pagaram ao Estado e aguardam pelas moradias, de acordo com o presidente da Comissão Executiva da Sonangol Imobiliária e Propriedade, Lda, Orlando Veloso.

Os três projectos habitacionais abarcam a construção de escolas primárias e secundárias, creches, estação de tratamento de água, central de captação, redes eléctricas, assim como áreas reservadas para quem para

serviços sociais e instituições públicas, quer para investimento privado.

## 6.9 Nem tudo é mar de rosas

*Novo Jornal*

*07 De Março de 2014*

KILAMBA, Vida Pacífica e Cacuaco são as centralidades de referência, em Luanda. Todas foram construídas há cerca de cinco anos. Nos últimos 24 meses, qualquer uma delas absorveu um significativo número de moradores.

De todas, a cidade do Kilamba que segundo dados oficiais alberga cerca de 40 mil pessoas - é a que, de momento, acarreta menos problemas, em termos de infra-estruturas sociais.

Esta opinião, defendida por muitos luandenses, é igualmente partilhada por muitos habitantes do Kilamba. "Temos um grupo de interacção nas redes sociais (facebook) onde discutimos' sobre os problemas que afectam em, particular, a cidade do Kilamba. Na verdade, é bom viver aqui, mas nem tudo ainda é um mar de rosas. Seria melhor se pudéssemos ultrapassar alguns problemas que a cidade ainda vive", desabafou ao Novo Jornal, sem entrar em detalhes, o jovem Manuel Henriques.

Além de ter recorrido ao grupo de debate dos "kilambistas" no Facebook, o Novo Jornal efectuou uma ronda à centralidade em causa e constatou que, tal como avançou o jovem Henriques, nem tudo ali é "um mar de rosas". Alguns dos velhos problemas que enfermam Luanda terão, aparentemente, sido transferidos para aquela nova cidade.

O caso mais problemático tem a ver com o fornecimento de água. Segundo relatos de distintos moradores, o precioso líquido está a ser distribuído com muitas restrições na centralidade. Ou seja; "escorre pela torneira por algumas horas no período da manhã e, depois, somente à noite".

Durante uma breve visita à repartição local da Empresa Pública de Águas (EPAL) uma das funcionárias confirmou ao Novo Jornal a informação avançada por alguns dos moradores. "Neste momento, garantimos o fornecimento de água apenas das 5 às 7 horas da manhã e, depois das 20 às 22 horas", afirmou a trabalhadora da EPAL, que preferiu falar sob anonimato.

Recentemente, a direcção da EPAL admitiu publicamente haver problemas com o fornecimento de água à cidade do Kilamba, mas prometeu, igualmente, que a situação deverá estar minimizada a

partir do mês de Junho ou Julho do corrente ano, altura em que se prevê que possa ser captado (por via de uma estação de tratamento de água) a partir do Rio Kwanza, localizado a 50 quilómetros da centralidade em causa.

Além deste problema, a cidade do Kilamba carece de outras infra-estruturas sociais. A nível do sector da saúde, o que se verifica é que não há, até ao momento, um único hospital e tão-pouco espaço para a realização de velórios.

Em relação à educação, existem denúncias (não confirmadas oficialmente) de falta de professores nalgumas escolas do primeiro ciclo.

A nível da circulação rodoviária parece haver igualmente problemas. Segundo relatos de moradores, registam-se, durante quase todas às manhãs, longos engarrafamentos à saída da centralidade. E, aos fins-de-semanas, os acidentes entre viaturas são cada vez mais comuns.

Mas o Kilamba não vive só problemas. A energia eléctrica que, de acordo com declarações dos moradores, já constituiu problema é agora uma questão que pouco preocupa os "kilambistas".

A Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) , além de ter melhorado o fornecimento de energia, instalou contadores pré-pagos em todos os apartamentos da centralidade, o que estará a permitir um maior controlo sobre o consumo, quer por parte da empresa, quer dos clientes.

Segundo dados oficiais, a cidade do Kilamba tem 710 prédios, num total de 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. O projecto contempla ainda 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias, com capacidade para albergar cada 1200 alunos, por turnos.

Este ano, a centralidade ganhou novas infraestruturas escolares do ensino superior: o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED); o Instituto Superior de Educação Física e Desportos; o Instituto Superior de Artes e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo, da Universidade Agostinho Neto.

O saneamento básico é da inteira responsabilidade da administração local. O Novo Jornal constatou que actualmente a recolha do lixo é feita duas vezes ao dia. Os apartamentos do tipo T5 têm direito a dois parqueamentos e as outras tipologias com um. Já a convivência com animais não é permitida aos moradores.

A centralidade do Kilamba conta também com uma unidade da Polícia Nacional que, além dos postos policiais que tem montados na entrada das duas vias de acesso ao interior da cidade, montou uma esquadra móvel na avenida Imperial Santana e um posto policial contentorizado nas imediações do quarteirão K.

Cacuaco, problemas "mil" Inexistência de transportes públicos, falhas no fornecimento de água, escolas encerradas. Estes são só alguns dos problemas que os moradores da centralidade de Cacuaco estarão a enfrentar, segundo relatos dos mesmos ao Novo Jornal.

"O nome é cidade, mas, a meu ver, estamos no queto", lamentou Kátia Jorge, moradora da centralidade.

"Faltam-nos elementos básicos que constituem um mínimo social. Eu vivia no Rangel e aqui tenho mais dificuldades" r desabafou, aborrecida. Isabel Domingos, outra moradora da centralidade de Cacuaco, disse que para ela tudo começou quando descobriu a possibilidade de ver realizado o sonho de adquirir a casa própria e de viver numa cidade bem organizada.

Mas, considerou tudo não passa de um paradoxo, sendo que a grande cidade com que sonhou "parece estar a transformar-se numa autêntica sanzala".

"Para muitos dos moradores da centralidade de Cacuaco há uma certa desigualdade urbana em relação às outras. O Kilamba tem problemas, mas não tão graves e básicos quanto os nossos. Lá as crianças têm parques, há escolas e elevadores a funcionar, subestação da EPAL, enfim. E nós?", questionou Isabel Domingos.

Esta interlocutora, tal como muitos outros inquilinos da centralidade de Cacuaco, partilham da opinião de que a empresa responsável pela venda das habitações em causa, a SONIP, não deveria apressar-se com a comercialização, sabendo que ainda não estavam criadas as condições básicas para tal.

"Onde é que já se viu, um bairro sem administração? Nem os bairros novos de lata. Precisamos de uma administração local. porque sempre que pretendemos fazer uma reclamação, nada conseguimos", reclamou a jovem Isabel.

Segundo Isabel Domingos, existem, na centralidade de Cacuaco, pequenos aproveitadores que se estarão a servir da suposta falta de segurança que impera na cidade para, de madrugada, protagonizar assaltos aos moradores.

"Há ladrões por aqui, mas desconfio que sejam os jovens que trabalham com os chineses. De manhã

observam tudo e de noite voltam para fazer das suas", declarou.

De acordo com a interlocutora, a centralidade de Cacuaco conta com uma esquadra policial. mas, que a seu ver, não tem sido suficiente para os moradores.

"Ao contrário das outras centralidades, aqui (em Cacuaco) não temos polícias em quase todas as avenidas. Há tempos, assaltaram-me o carro e nem adianta apresentar queixa", disse.

Segundo afirmou, os assaltos a viaturas estão a preocupar os moradores. "Os meliantes sabem que para quem vem viver aqui, a condição primordial é adquirir uma viatura. Só vive aqui quem tem carro, porque transportes públicos, só Deus sabe quando é que teremos", desabafou.

Outro dos dramas vividos pelos moradores da centralidade de Cacuaco está ligado ao fornecimento de água. Segundo declarações de moradores, para se adquirir 20 litros de água chega, por vezes, a pagar 200 kwanzas.

"Temos acarretado água que as kupapatas (moto táxi) vendem e somos obrigados a poupar, porque nunca chega para nada", lamentou um dos moradores.

A direcção da EPAL já se pronunciou também publicamente em relação ao problema da distribuição da água, na centralidade de Cacuaco. Segundo Leonídio Ceita, o PCA da empresa, o problema da água naquela centralidade deverá ser resolvido brevemente.

"Estamos a terminar o centro de distribuição e, brevemente, haverá água para todos", afirmou Leosídio Ceita, em declarações recentes à imprensa.

## ESCOLAS FECHADAS

O ano lectivo 2014 não terá começado também da melhor forma para os moradores da centralidade de Cacuaco. Cerca de seis mil alunos, matriculados pelo Ministério da Educação, continuam privados de assistir às aulas porque as escolas, aí construídas, continuam encerradas e sem equipamentos.

Recentemente, alguma imprensa angolana - citando moradores desta centralidade - publicou notícias segundo as quais as chaves das referidas escolas encontravam-se em posse da igreja Católica.

Em reacção a estas informações,

delegado provincial da Educação de Luanda, André Soma, afirmou desconhecer que as escolas em causa tenham sido entregues à igreja Católica.

"Estamos à espera que os órgãos competentes nos notifiquem, que nos entreguem as chaves, porque nós somos apenas os gestores", disse o responsável, em recentes declarações à imprensa.

Face ao imbróglío, a vida complica-se para muitos dos encarregados de educação que escolheram a cidade de Cacuaco para viver. Maria Ant6nio, mãe de quatro filhos, mudou-se para a centralidade, logo no início do ano lectivo, quando se apercebeu que já estava tudo confirmado sobre o arranque das aulas nas demais escolas da capital.

"Senti-me muito emocionada, ao saber que teria uma escola próximo de casa para os meus filhos. Mas agora só tenho desespero. As aulas nunca arrancam. Alegam que não há carteiras para os alunos se sentarem, mas esquecem-se de que a educação é algo primordial para uma criança", lamentou.

## 6.10 Números de Projectos Habitacionais Cresce Exponencialmente

*Jornal Angolense*  
08 De Março 2014

O Executivo angolano tem dado mostras, nos últimos anos, que pode fazer mais e melhor pela população angolana e por aqueles que escolhem o país como destino, no que concerne às condições de vida dos cidadãos e, particularmente, no que diz respeito à habitação. Prova disto são os vários projectos habitacionais que estão a ser implementados um pouco por todo o país, de forma particular, nas capitais das respectivas províncias, com alguma prioridade para a província de Luanda por se tratar da capital do país e, por possuir de alguma forma uma população maior em relação às outras.

Pelo menos, em Luanda, os projectos habitacionais do Estado executados por empreiteiras chinesas estão a ser maioritariamente habitados por aqueles que celebram o contrato com a Sonip.

Em 2010 fez-se a apresentação pública do Projecto da Cidade do Kilamba, onde o Executivo e uma empreiteira chinesa haviam celebrado um acordo para a construção da referida cidade com aproximadamente mais de 20 mil apartamentos em edifícios. A notícia foi recebida com um grande nível de satisfação, pois, para um país que viveu décadas de conflito armado, há muitos cidadãos sem casa própria e, a efectivação deste sonho, passou a ser uma das maiores realizações pessoais.

O plano de construção da Cidade do Kilamba esteve simultaneamente acompanhado com a construção de outros projectos, nomeadamente, o projecto habitacional de Cacuaco, o de Capari, o projecto habitacional do Zango e mais tarde, o Executivo foi estendendo os projectos pelo país, beneficiando numa primeira fase as capitais das províncias e, posteriormente, o resto dos municípios. Luanda, a título de exemplo, é como referimos acima a província mais privilegiada, pois, esta possui vários projectos que na sua maioria já estão habitados. A cidade do Kilamba que foi arquitectada para albergar mais de 20 mil famílias, já tem 80 por cento dos apartamentos ocupados, ao contrário do projecto de Cacuaco, onde as inscrições para a aquisição de apartamentos continuam a ser feitas. Mas, a ocupação das residências por clientes que já celebraram contratos com a Sonip ainda é de alguma forma lenta, o que faz com que a cidade permaneça desértica.

### Novos projectos

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) convidou a imprensa para participar numa visita de campo que teve início no passado dia 2 de Março para, simultaneamente, aproveitar apresentar à Comunicação Social os mais variados projectos habitacionais que estão a nascer em muitos pontos do país e principalmente na sua capital, Luanda.

A visita de campo teve como ponto de partida Luanda, onde a Sonip começou por apresentar um grande projecto habitacional que está a nascer depois dos Zangos, aliás, é denominada como centralidade do Zango 5 e dista aproximadamente 30 quilómetros do centro da cidade. O prazo previsto para a conclusão das obras de construção da centralidade de oito mil habitações está para o segundo semestre de 2015.

Erguidas numa área de 416 hectares, as moradias unifamiliares, geminadas e apartamentos do tipo T3 estão a ser preparadas para receberem 48 mil pessoas. Orlando Veloso, Presidente da Comissão Executiva da SONIP, disse a imprensa que as primeiras 1.297 habitações serão entregues no primeiro semestre deste ano e no segundo semestre serão concluídas outras 1989 residências.

Na centralidade do Zango 5 estão envolvidos na construção das 2780 moradias, cerca de seis mil trabalhadores, sendo 1734 chineses e 4754 angolanos, estes, estão igualmente envolvidos na construção de 5220 apartamentos do tipo T3 de 103 metros quadrados.

No que tange aos serviços sociais, a centralidade vai contar com cinco escolas primárias, três secundárias e cinco creches, uma estação de tratamento de água,

uma central de captação de água, uma central eléctrica, 101 quilómetros de vias principais, secundárias e terciárias. Orlando Veloso não revelou o valor global que está a ser gasto no projecto, tanto a do Zango assim como outros que surgem por Luanda.

Naquela nova localidade encontram-se as tipologias H1, H2, H3 e H4. H1 é a vivenda isolada, H2 é a vivenda geminada, H3 é o edifício de dois pisos e o H4 é o edifício de três pisos.

No zango 5, «o processo de comercialização vai obedecer a um critério que estamos afinar neste momento e que na altura em que começarmos com a comercialização vai de alguma forma facilitar o processo», explicaram.

Um outro projecto designado K.K cinco mil está a ser erguido ao lado da centralidade do Kilamba, com o objectivo de albergar 30 mil pessoas. As habitações estão numa área de 75 hectares, onde também foram construídas uma escola primária e outra secundária, duas creches, infra-estruturas de fornecimento de energia e abastecimento de água. Relativamente ao número de trabalhadores envolvidos no projecto, há 337 angolanos e 450 chineses.

De acordo com Orlando Veloso, projecto adjacente à centralidade do Kilamba poderá partilhar alguns serviços sociais como: hospitais, algumas escolas com outros níveis até ao superior, serviços de bombeiros, esquadras policiais, entre outros serviços. A princípio, numa primeira fase os maiores beneficiários das habitações são seguramente aqueles clientes que efectuaram os pagamentos e não chegaram a beneficiar de residência.

«Temos menos de mil pessoas registadas e ainda este ano vamos contemplar todos que pagaram e não receberam suas casas, pois, não seria justo abriremos as inscrições para novos interessados enquanto estas pessoas não receberem suas casas», disse.

Já em Cabinda, Hamilton Faria, engenheiro da comissão executiva da SONIP, disse que o projecto é designado como urbanização especial de Cabinda, está localizado no Chibodo, que dista 15 quilómetros da cidade de Cabinda. O projecto está implantado numa área de 25 hectares e prevê a construção de 1002 fogos, numa perspectiva de 6 pessoas por habitação, que corresponderá a seis mil pessoas.

O projecto começou em 2008, com uma previsão de conclusão para este mês até ao dia 31 de Março. Os fogos estarão distribuídos por 384 apartamentos de tipologia T3, 618 apartamentos de tipologia T4. Os apartamentos T3 têm uma área de 120 metros quadrados e os T4 têm uma área de 150 metros

quadrados. Estão também previstos alguns serviços sociais como uma escola, uma creche, um posto médico e uma praça central. «Houve posteriormente a necessidade de se aumentar os serviços sociais, razão pela qual estamos actualmente a construir uma esquadra policial e um edifício administrativo».

Quanto a província da Huíla, o projecto está implantado no Kilamba, numa área de 1100 hectares. O projecto teve início em Julho de 2009 e a previsão de conclusão é o segundo semestre de 2016. No que concerne às habitações, o projecto prevê a construção de 11 mil, distribuídas em moradias e apartamentos, num total de 6160 moradias, 4840 apartamentos; fala-se ao certo de tipologias T3, as moradias têm uma área de 103 metros quadrados e os apartamentos com uma área de 106 metros quadrados.

Quanto aos serviços sociais, o projecto contempla cinco escolas primárias, cada uma delas com uma capacidade para 24 salas de aulas, cinco escolas secundárias, também com uma capacidade de 24 salas de aulas e cinco creches, cada uma delas tem a capacidade para oito salas de aula. No ponto de vista das infra-estruturas, há uma demanda energética de 45. MVA, existem 132. 25 quilómetros de vias de comunicação e há um consumo de água avaliado em 2526 metros cúbicos dia.

Apesar do projecto estar numa extensão avaliada em 11000 hectares, apenas 7500 foram aproveitados devido a uma resistência que certos moradores daquela localidade fizeram na negociação com o Estado. É maior que a cidade do Kilamba em termos de extensão territorial.

A SONIP apresentou igualmente outros projectos habitacionais na província do Namibe, com duas áreas, nomeadamente o projecto Red Namibe, na praia Amélia, o projecto Red Namibe 5 de Abril, com as mesmas tipologias dos restantes projectos habitacionais. Apresentou ainda os projectos habitacionais da província de Benguela, também com as mesmas características das restantes províncias da zona mais a sul do país.

## 6.11 Km 44 fica mais longe

*Jornal A Capital*  
08 De Março de 2014

Estamos a viver mal aqui", foi assim que desabafou uma moradora ao repórter A Capital, acrescentando que são obrigados a percorrer longas caminhadas para fora da cidade, para se ter água em casa, líquido que já não jorra nas torneiras há tempos.

De acordo com os moradores, a mesma água que lhes foi cortada, nem sequer servia para o consumo. "Energia eléctrica não temos há um ano. Ou seja, desde que a cidade foi construída não há", disse, por seu turno, Vunge Sebastião Kalau Bunga, agastado com a situação crítica da cidade, marcada com a falta gritante das condições básicas sociais mínimas.

A preocupação dos moradores é tanta, que clamam por uma pronta intervenção da empresa gestora da centralidade. "Aqui estamos a sobreviver. Tudo está difícil. A nossa vida está péssima", desabafou, mencionando ainda a falta de escolas para as crianças bem como de um mercado, sendo que na maioria das vezes, são obrigados a se deslocar ao mercado do Km-30 para compras.

Adelino de Novato, 61 anos, tem motivos de sobra para ficar saturado e inconformado com a situação crítica na sua nova moradia. Mudou-se para à centralidade do Km-44 há quase dois meses. Mas a verdade é que, o velho não esperava encontrar os problemas com que se depara.

"Vivemos de geradores. Penso que eu, e mesmo a minha esposa e as crianças, podemos ter problemas auditivos devido o barulho infernal dos geradores", dramatizou, ao reclamar direitos iguais à semelhança das outras centralidades, designadamente, Kilamba e de Cacucaco.

"Se estamos numa centralidade, onde se adquire uma casa a 25 mil dólares norte-americanos, devemos ter condições básicas, por direito", atirou o interlocutor, que se queixa ainda da falta de saneamento básico na centralidade do Km-44. O temor por picadas de serpentes vive com eles, como consequência daquilo que é o excesso de capim que rodeia os edifícios.

"O pessoal que vive aqui há mais tempo já tem estado a fazer alguma limpeza, sempre que há uma folga", observou o mais velho.

Ao que nos foi permitido ver, alguns edifícios continuam inabitados, por, supostamente os proprietários alegarem a falta de condições na nova cidade.

Em virtude do dilema, ouvimos o coordenador da Comissão dos Moradores, Gaspar Paulo Dala. Descreveu a situação de crítica e preocupante para os cerca de 250 moradores que habitam actualmente aquela centralidade, por sinal, a menos falada, talvez por se considerar ainda em construção. "Muitas situações nos inquietam.

Anteriormente a centralidade Km-44 considerava-se ainda em obras, isso, até Agosto do ano passado", mas, depois das reclamações feitas junto da Sonip, empresa

responsável pelas centralidades de Luanda, se aperceberam de que já havia pessoas a residir.

"Foi assim que a Sonip começou a agilizar o processo. Mas mesmo assim, não faz da mesma forma", registou Dala, descontente com a impotência da entidade gestora da centralidade, apontando o caso de o lixo estar acumulado nos baldes, por exemplo, já estão a caminho de três semanas.

"Os homens da recolha do lixo passam ocasionalmente", constatou, implorando que a sonip lhes preste mais atenção, nem que para isso a empresa indicasse um representante, ainda que não residisse lá, mas que seja, pelo menos alguém que conheça os problemas que a centralidade está a enfrentar.

## 6.12 Sonip deu mão a palmatória

*Jornal A Capital*

*08 De Março de 2014*

A Sonip, na pessoa do presidente da sua Comissão Executiva, reconheceu os erros registados no processo de vendas das habitações disponíveis nas primeiras centralidades sob sua tutela. Entretanto, descarta que tal venha a repetir-se com as centralidades agora apresentadas.

Orlando Veloso considerou que a primeira fase constituiu um desafio e uma etapa de aprendizagem para a empresa, referindo que, desta vez, a Sonip terá a oportunidade de corrigir os erros da fase anterior.

As modalidades de venda, segundo ele, serão entre as melhores possíveis, depois da lição aprendida com o Kilamba, Cacucaco e as demais centralidades iniciais, anunciando a introdução de novidades que vão acautelar a ocorrência de problemas antigos.

### Modalidade de pagamento

Os preços das moradias não foram reduzidos com as alterações da modalidade de pagamento. Mas a Sonip, conforme Orlando Veloso, abre, a partir deste mês de Março a possibilidade do cliente efectuar o pagamento das respectivas rendas numa periodicidade mensal.

### Outros serviços

Esquadras policiais e postos de bombeiros estão a ser erguidos nas centralidades do Kilamba e Cacucaco. Apesar de o Estado estar a construir já alguns serviços sociais, Orlando Veloso reiterou que os projectos habitacionais são concebidos, prevendo-se já a possibilidade do surgimento de projectos de iniciativa privada.

A Sonangol Investimentos Industriais (SIIND), por exemplo, iniciou estudos de mercado para dar respostas

às eventuais necessidades que possam existir durante as obras nas centralidades, sob tutela da Sonip.

Num futuro próximo, a Sonip poderá ter à sua disposição toda gama de produtos das unidades fabris que já operam na Zona Económica Especial (ZEE) que possam servir as construções das centralidades.

### 6.13 Vêm aí mais centralidades

*Jornal A Capital*

*08 De Março de 2014*

Até 2015, cerca de 18 mil novas habitações sociais estarão à disposição da população na província de Luanda, onde, a Sonangol Imobiliária e Propriedade (SONIP) promove, para o efeito, a construção de três novas centralidades.

Sem adiantar os valores investidos de qualquer um dos projectos habitacionais, o presidente da Comissão Executiva da SONIP, Orlando Veloso, referiu que os preços das residências ainda estão em estudo.

Destes projectos sociais faz parte a Urbanização KK - cinco mil, que será o único a estar concluído na totalidade até Dezembro de 2014, na sequência de obras iniciadas em Junho de 2012.

Até Junho de 2014, será entregue a primeira fase do projecto, que são cerca de 2 mil e 190 fogos do tipo T3, ao passo que até ao fim do ano, estarão concluídas as outras duas mil 810 residências, que compõem os 188 edifícios. O projecto tem capacidade para albergar cerca de 30 mil pessoas.

O projecto está distribuído em duas partes, uma das quais o "R1" cujo grau de execução anda à volta dos 90 por cento. Já o R2, a que será entregue no final do ano, caminha nos 40 por cento de execução.

Os fogos estão distribuídos em três tipos de edifícios: Os "Estrela" que têm quatro apartamentos em cada um dos cinco pisos; os edifícios "lineares" que acomoda seis apartamentos por andar, sendo que o terceiro, com apenas duas entradas, dispõe de quatro apartamentos em cada um dos cinco pisos.

Na hora da comercialização, a prioridade, conforme Orlando Veloso, será para os cidadãos que já têm pagamentos efectuados para acesso a uma das moradias na cidade do "Kilamba", O PCE da Sonip disse que, no momento oportuno, os cerca de mil candidatos que aguardam pelas respectivas chaves, serão chamados para obterem as suas casas na nova

centralidade, após concertação com o promotor imobiliário.

Em função da sua proximidade com a Cidade do Kilamba, o projecto "KK-cinco mil" vai partilhar algumas infra-estruturas do primeiro, no que diz respeito à água e energia eléctrica. Mas, sob sua tutela, terá, à princípio, uma escola primária, uma secundária e duas creches.

À semelhança do projecto "KK -cinco mil", as obras da Urbanização do Zango 5, cuja denominação do projecto é "Zango 8 mil", também iniciaram em Junho de 2012 e já se encontram em 75 por cento de execução, mas a sua conclusão será em 2015.

O total de residências previstas nesse projecto é de cerca de oito mil, cuja entrega das primeiras mil e 297 casas está apazada para o primeiro semestre de 2014, ao passo que o segundo lote, composto por mais mil 989 moradias deve estar disponível até o final do ano, mas o prazo limite para o fim das obras desta urbanização vai até 2015, quando em duas fases também se procederá a entrega das restantes residências, conforme avançou Orlando Veloso.

O responsável fez saber que das oito mil habitações que estarão à disposição da população, 5 mil e 220 são apartamentos, enquanto que 2 mil e 780 serão vivendas da tipologia T3.

Segundo Orlando Veloso, a entrega faseada das residências tem a ver com a necessidade de permitir que estas sejam ocupadas, na medida em que forem sendo concluídas. Pelo que garante o compromisso dos prazos estabelecidos serem respeitados.

Outro projecto habitacional em implementação em Luanda é a Urbanização "CIF- cinco mil", localizada na circunscrição da Centralidade do Kilamba. Abarca a construção de cinco mil residências do tipo T3, e, à semelhança do "Zango Oito mil", começou a ser erguido em Junho de 2012 e deve estar finalizado em 2015.

Oitenta mil fora da capital

A Sonangol Imobiliária e Propriedade tem, igualmente, em carteira a construção de centralidades e respectivos serviços sociais em cerca de 13 províncias. Mas, neste momento, as prioridades vão para as províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e Namíbe, onde o objectivo é o de erguer cerca de 80 mil fogos.

O ano de 2015 é a altura estimada para a entrega das moradias cujas obras já tiveram início, enquanto que as previstas noutros projectos, tudo está dependente



da calendarização e conclusão de alguns estudos em tomo dos mesmos.

## 6.14 Bairros desordenados ofuscam as cidades

*Jornal de Angola*

*12 De Março de 2014*

Em declarações Angop, António Abílio disse que as construções anárquicas dificultam o saneamento básico, sobretudo em zonas onde as empresas de limpeza têm dificuldades de acesso.

As grandes quantidades de resíduos domésticos que são depositadas em lugares impróprios, as águas estagnadas por falta de esgotos e o abate indiscriminado de árvores provocam danos ao ambiente. Por essa razão, defende a necessidade de se regular as construções, com base numa política de gestão e urbanização.

António Abílio lembrou que as construções anárquicas vêm do tempo do conflito armado, durante o qual, por razões de segurança, as pessoas que fugiam do interior construía nas periferias das cidades. Agora, o processo de requalificação urbanística das cidades, em curso no país, deve pôr termo a esse tipo de construções.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, António Abílio referiu que, na província da Huíla, o Governo já deu início ao processo de requalificação do Lubango, no âmbito do qual as moradias construídas à beira de estradas, rios, caminho-de-ferro, em encostas e sobre esgotos são demolidas.

O Lubango está ladeado de construções anárquicas, situação que deve ser corrigida no quadro do processo de requalificação urbana, que tem permitido o realojamento de várias famílias em novas áreas urbanizadas da cidade.

### Mulher Rural é prioridade

António Abílio revelou que o Governo Provincial tem 53 reservas fundiárias, a maioria das quais no Lubango, onde a procura de terrenos é maior. A cidade tem uma população estimada em mais de 1,6 milhões de habitantes. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) vai ajudar a melhorar substancialmente a qualidade de vida das mulheres rurais, garantiu na segunda-feira, em Luanda, a chefe da secção da Família e Promoção da Mulher do distrito urbano da Maianga.

Ana Domingos, que falava à Angop, disse que o PND prevê acções específicas dirigidas à mulher rural que

vão ajudar a ultrapassar as dificuldades que ainda enfrenta no seu processo de desenvolvimento. A alfabetização da mulher rural, disse, é um dos instrumentos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento, por o Executivo entender que, dotando as mulheres de conhecimentos académicos, maior é o seu contributo no desenvolvimento do país.

As autoridades do distrito urbano da Maianga desenvolvem regularmente campanhas de alfabetização no Mercado do Catinton.

## 6.15 BESA quer ser o primeiro a lançar fundos mobiliários no país

*Semanário Económico*

*13 De Março 2014*

Tornar-se pioneiro na introdução de fundos mobiliários em Angola é um dos grandes objectivos do Banco Espírito Santo Angola (BESA), logo que a legislação angolana o permitir. Os seus responsáveis aguardam com expectativa o lançamento do mercado de capitais, diz o presidente executivo, Rui Guerra, em entrevista ao "Semanário Económico" (SE).

Que balanço faz das actividades desenvolvidas pelo banco?

2013 foi para o Banco Espírito Santo Angola um ano muito positivo. Os próprios accionistas, no final de 2012, decidiram que estava na altura de dar um novo rumo ao banco, um pouco em sintonia com o crescimento continuado da economia que se perspectiva. Há uma forte expectativa de haver uma classe média emergente e conseqüentemente muito mais acesso ao crédito e a outros tipos de produtos. Por isso, o BESA criou uma nova equipa de gestão que entrou em funções em 2013, que introduziu algumas modificações com intuito de ser multidisciplinar, com uma experiencia local e internacional no sentido de trazer tudo que pode ser mais positivo na implementação dessa nova estratégia.

Como caracteriza os resultados concretos de 2013?

Fechámos o ano de 2013 com cerca de 54 milhões de dólares. Estes resultados estão, mais ou menos, em sintonia com os do ano anterior. Foi um ano que serviu para se lançarem as bases para o que perspectivamos para o BESA no futuro. Neste momento, o BESA é o banco mais capitalizado de Angola, tem fundos próprios de 1,6 mil milhões de dólares. Esta nova equipa de gestão procurou adoptar medidas de impacto, a curto e a médio prazo, tendo em vista a preparação para esta nova era que Angola vive o que também implica outro tipo de clientes.

Estamos a falar da classe média que tudo indica vai continuar a crescer em Angola. Queremos ser o banco dessa classe emergente portanto 2013 foi um ano que em que estabilizamos o banco e recrutamos cerca de 240 novos colaboradores.

E que desafios estão previstos para este ano?

Temos uma grande aposta na realização não so das áreas comerciais mais também de tudo que tem a ver com áreas de back Office de organização e de informática. Lançamos um novo plano de transformação operacional, que foi desenhado em 2013, mas se vai desenvolver nos próximos dois ou três anos. Há a ambição muito grande de nos equiparmos o melhor possível para sermos de facto um banco líder para os clientes que pretendemos conquistar, 2014 será um ano para consolidar o que começamos em 2013.

Relativamente ao plano de expansão do BFSa, confirma a abertura, este ano, de 80 a 90 agências e seis centros de empresa?

Queremos estar mais próximo possível dos clientes, por isso, apostamos no aumento do número de balcões e de centros de empresa. Abrimos cerca de 31 balcões num único ano e três centros de empresa. O plano estratégico que foi fechado no final de 2012 prevê a abertura de 80 a 90 agências. Abrimos 31 balcões em 2013, o que totaliza 71 e programamos para este ano a abertura de mais 14 agências, o que irá completar o número previsto de novas agências. Já temos seis centros de empresa e esperamos abrir mais seis este ano.

Em 2013 houve um reforço no capital do BFSa de 50 mil milhões de kwanzas, cerca de 500 milhões de dólares. A que se deve de facto esse aumento?

Este capital permite-nos ser um banco com uma solvabilidade muito grande, já que a confiança que os clientes têm em nós, é também resultado do capital que o banco possui. Como lhe disse, passámos a ser o banco mais capitalizado e, por outro lado, esse incremento permitiu - nos ter capital suficiente para desenvolver, de forma permanente, esse forte programa de desenvolvimento. A abertura de 31 balcões num só ano, a que se juntarão mais cerca de 14 este ano, implica um grande investimento. Pensamos também na formação e no recrutamento de novos colaboradores.

Até Abril, prevemos também ter uma nova plataforma de internet vocacionada para empresas e particulares e daí a necessidade de capitais suficientes para que o banco esteja equilibrado financeiramente.

O BESA vai abrir o seu capital para novos accionistas?

Não.

Qual é a política seguida pelo BESA em relação aos depósitos?

Queremos a maior captação de depósitos possível. Para 2014 temos um plano muito ambicioso de captação de recursos. Para isso, pensamos que além daquilo que é a questão da taxa de remuneração que queremos oferecer aos clientes' pretendemos também alargar a nossa base de produtos, para ser mais especializada em termos de segmentos, seja para particulares como para empresas.

O facto de o BES ser um dos accionistas principais do BESA e existir em vários países do mundo irá atrair mais investimentos para Angola?

Gostaríamos muito que isto acontecesse. Temos um posicionamento único relativamente à concorrência para atrair investidores estrangeiros. Por um lado, temos os accionistas angolanos, que são de primeira ordem e, por outro, temos um grupo internacional que é o BESA que está presente em mais de 20 países e tem cerca de 140 anos. Temos vindo a promover encontros com investidores que vêm conhecer o mercado, alguns com projectos no sector da energia, da agricultura e outros. E estes investidores vêem o BESA como um veículo que os pode ajudar a apostar em Angola.

Que balanço faz do volume de crédito concedido a empresas e a particulares em 2013?

O BESA continua a apostar na diversificação da economia e por isso continuamos a crescer no que respeita ao crédito, essencialmente ao crédito destinado aos sectores não petrolíferos. No final do ano de 2013, fechámos o crédito com cerca de 7,8 mil milhões de dólares. Tem havido também uma aposta grande do BESA na promoção do programa "Angola Investe", mas de facto, o número de projectos fechados não são muitos, por causa do perfil dos nossos clientes.

Que acções tem o BESA, no âmbito do programa de "Educação Financeira" promovido pelo BNA? Temos um projecto muito específico que vai permitir aos nossos clientes disporem de informações privilegiadas com tudo que se relaciona com literacia financeira.

Queremos lançar um protocolo com o Ministério da Educação, no sentido de levar às escolas alguns programas de educação financeira.

O BNA tem como meta aumentar para 30 por cento a taxa de bancarização. Na sua opinião, o que deve ser feito para a concretização deste objectivo?

O maior incentivo, penso já ser uma realidade: diz respeito ao desenvolvimento da economia angolana acelerada, que tem vindo a verificar-se nos últimos anos e isso vai levar a uma maior distribuição da riqueza no país. Com essa distribuição haverá uma tendência de bancarização. Os bancos têm feito o seu papel, basta olharmos para os balcões que têm vindo a abrir em todo o país. Em 2006, Angola tinha cerca de 300 balcões, hoje tem à volta de 1200 espalhados por todas as províncias. Penso que isso é reflexo de uma aposta muito grande da banca' que acompanha o crescimento de Angola.

A seu ver quais os principais desafios que se colocam à banca angolana?

Há um desafio universal para o sector bancário: a existência de uma muito maior regulamentação no sentido de beneficiar o controlo dos bancos e os seus depositantes, porque o banco existe para servir os clientes. O BESA apercebeu-se desses desafios, por isso aprovou e está a implementar o seu plano estratégico 2012 2017.

OBESA destaca-se pela forte política voltada para a banca de investimento. Como funciona exactamente esse segmento? Temos uma equipa dedicada a esta área composta por especialistas em banca de investimento, que permite o melhor aconselhamento no que respeita ao desenvolvimento dos seus "business" planos. Essa equipa tem também a missão de encontrar parceiros para os empreendedores angolanos. Algumas dessas operações são depois financiadas pelo banco.

É um bom exemplo de com o BESA encontra soluções proactivas, com essa equipa de especialistas. Voltando à questão anterior, pelo facto de termos um grupo internacional (BES) connosco muito activo na banca de investimento em muitos países, podemos encontrar melhores soluções para o mercado angolano.

Foi no âmbito da política de investimento que o banco desenvolveu as sociedades gestoras denominadas Besa1easing e o Besaactif? Evidentemente. Essas associadas gestoras foram criadas na óptica de o nosso banco se centrar na aposta de ter equipas e produtos especializados. São empresas autónomas mas que fazem parte do grupo BESA. São equipas especializadas com o objectivo único de se dedicarem apenas ao cliente.

Ainda no âmbito da banca de investimento, qual a política de gestão que o banco vai implementar no fundo de investimento imobiliário, por exemplo?

Temos neste momento dois fundos imobiliários mas queremos aumentar esse número. Logo que seja possível e que a legislação permitir, queremos ser o primeiro banco a lançar fundos mobiliários. Tudo isso está muito associado ao lançamento do mercado de capitais que pensamos ser fundamental para o desenvolvimento do país. Acreditamos que haverá novos produtos no mercado, quer através dos fundos de investimento quer através das equipas especializadas nessa matéria e associadas ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Qual é a sua expectativa em relação à futura bolsa de valores de Luanda?

A expectativa é muito grande. Acreditamos que a bolsa de valores vai, numa primeira fase, abraçar tudo que tem a ver com empréstimos obrigacionistas do Estado e de empresas, para depois, se calhar em 2015 ou 2016, haver alguma maturidade para ter algumas empresas cotadas no que respeita a acções. Pensamos que é uma fonte alternativa de financiamento muito importante para o desenvolvimento da economia angolana, que pode ser utilizada pelos bancos e pelo próprio Estado.

## 6.16 Centenas de novas casas erguidas no Soyo

*Jornal de Angola*  
09 De Março 2014

Com o objectivo de resolver o défice habitacional na região, cem casas sociais vão ser construídas, nesta fase inicial, no bairro Quitona, e a primeira pedra foi colocada pelo secretário de Estado para a Construção, Ilídio Brás Martins, na presença da vice-governadora provincial do Zaire para o sector técnico e infra-estruturas, Ângela Diogo.

O projecto, que prevê a construção de 2.000 casas, no Soyo, Mbanza Congo e Nzeto, vai contar com infra-estruturas integradas, que contemplam toda a rede de serviços técnicos' como esgotos para as águas pluviais e residuais, instalações eléctricas, linhas telefónicas, tubagem de água potável, vias de circulação, passeios e outros.

O secretário do Estado para Construção, após a consignação da empreitada, disse que a construção de cem casas sociais se destina, igualmente, a combater a pobreza no seio das populações, através da melhoria das condições de habitabilidade para os cidadãos.

Ilídio Brás Martins salientou que o projecto de construção de casas vai ser contínuo até à conclusão das 2.000 habitações para o Soyo e aconselhou a população beneficiária a cuidar bem dos imóveis, quando estes estiverem em sua posse.

A vice-governadora Angela Diogo, em representação do governador do Zaire, Joanes André, disse que as casas a serem construídas vão ajudar a dar mais dignidade à população, pelo que esta deve participar activamente na sua execução.

O governo vai estudar a possibilidade de expandir uma parte das 2.000 casas sociais a outras localidades do município, para abranger outras pessoas que vivem longe do centro da cidade. "Vamos fazer um estudo interno com a Administração Local e as autoridades tradicionais, para ver se vamos construir todas as casas aqui, no centro, ou se vamos distribuí-las por outras localidades, e permitir que abranjam outras populações desta região", explicou a responsável.

Ilídio Brás Martins, antes de se deslocar ao Soyo, esteve nos municípios de Mbanza Congo e Nzeto, onde também colocou as primeiras pedras para a construção de 100 casas sociais em cada uma das regiões, no âmbito do programa de fomento habitacional.

## 6.17 Mais empresas entrarão no negócio das casas nas centralidades

*Jornal O PAÍS*

*14 De Março de 2014*

O cidadão João Pedro, de 29 anos, morador da província do Namibe, no município com o mesmo nome, tal como muitos jovens, almeja realizar o sonho de ter casa própria numa das duas centralidades erguidas naquela província.

Fez-nos saber que tenciona concorrer no projecto RED Namibe - Praia Amélia, que se encontra quase acabado mas, por estar à beira-mar, "temos ouvido que só os indivíduos que têm renda alta poderão viver naquela centralidade, pois o preço das residências e apartamentos é bastante alto", disse.

O que preocupa aquele cidadão, que conversou com o nosso jornal dias antes de nos deslocarmos às centralidades do Namibe, é o facto de surgirem rumores sobre os preços das casas, pois segundo ele fala-se em USD 70.000 - o que muitos dos futuros domiciliados acham ser um valor exorbitante devido à pequena dimensão da residência.

Outro aspecto que o nosso interlocutor e os seus conterrâneos querem ver esclarecido, e que acham ser esta a altura, é o molde de pagamento. De acordo com João Pedro, muitos dos concidadãos não entendem nada sobre o que é uma venda resolúvel e, entretanto, "enquanto ainda não está aberta a comercialização, devia haver um esforço da empresa responsável em esclarecer aspectos inerentes à mesma, aos cidadãos", reforçou.

A preocupação daquele interlocutor é partilhada por muitos cidadãos residentes nas províncias de Cabinda, Luanda, Huila, Namibe e Benguela, onde a Sonangol Imobiliária e Propriedades construiu um total de cerca de 35.000 fogos habitacionais e realizou um périplo, por forma a dar também respostas a uma série de questões colocadas pelos órgãos de Comunicação Social nos últimos tempos.

A visita às centralidades das províncias supracitadas serviu para aquela imobiliária abordar questões inerentes à comercialização das residências e tantas outras que foram surgindo durante o périplo, como a legalidade ou não de alguns habitantes da centralidade do Kilamba, por exemplo.

Novos agentes na venda das casas

No que concerne à comercialização' Orlando Veloso, presidente da Comissão Executiva da Sonip, enquanto falava ao colectivo de jornalistas, fez saber que serão criados mais pontos de venda, isto é, "existirão mais actores a comercializar, para além da Delta, de modo a minimizar as dificuldades que tivemos na primeira fase de comercialização", referiu, mas não precisou quem são os novos agentes imobiliários.

O PCE simplesmente adiantou que dado o número elevado de casas que serão comercializadas, há necessidade de diversificar os agentes para reduzir os transtornos.

Os jornalistas ficaram sem saber se esta extensão na comercialização não irá fazer com que voltem a acontecer casos idênticos aos que se registaram em algumas centralidades de Luanda - onde uma casa foi comercializada por duas entidades diferentes.

Para que a comercialização tenha início, segundo esclareceu a Sonip, devem estar asseguradas as condições de habitabilidade de cada um dos projectos, como a energia, água e luz, por exemplo, que estão a ser processadas e, tão logo concluíam a cem por cento, haverá um pronunciamento.

Quanto ao custo, Orlando Veloso reconheceu a existência de construções em solos difíceis e que "muitas dessas construções ainda não têm o custo devidamente avaliado, de modo que não estamos em

condições de, neste momento, dar os números formais.

Quando estivermos numa fase mais adiantada do programa estaremos em condições de o fazer", acrescentou.

## 6.18 Sonip sem data prevista para iniciar vendas nas novas centralidades

*Jornal de Angola*

*14 De Março 2014*

A Sonip não avança para já com datas para o arranque da comercialização de novas centralidades, nem se compromete com o valor do preço que vai praticar. Numa visita realizada com a imprensa nas urbanizações de Luanda, Cabinda, Benguela, Huila e Namibe nos dias 2, 5 e 6 do mês em curso, Orlando Veloso, presidente da comissão executiva da empresa, explicou que a Sonip está a "afinar" os mecanismos de comercialização, para que o processo decorra sem os problemas verificados, por exemplo, na centralidade do Kilamba.

"Estão a ser tratadas todas as questões ligadas à comercialização. Uma vez afinadas, os órgãos de comunicação irão ser informados", garantiu Orlando Veloso.

Na semana passada, recorde-se, como o Expansão revelou, a Sonip afirmou que a Delta deixará de ser o único parceiro na comercialização das novas centralidades. A empresa decidiu também que só vai permitir a ocupação dos edifícios quando estiverem garantidas as condições de habitabilidade, nomeadamente fornecimento de água e luz.

Nas urbanizações de Cabinda, por exemplo, as 1.002 habitações estão totalmente acabadas, assim como as infra-estruturas técnicas e os equipamentos sociais - excepto algumas que foram projectadas mais tarde e que ainda não estão concluída suma esquadra policial e um edifício administrativo, já em fase avançada.

Fazendo um paralelismo com as centralidades do Kilamba, Zango e Cacuaco, recordar que a indecisão nas modalidades e preços de venda nestas centralidades levaram a que as mesmas ficassem muito tempo desocupadas com a centralidade do Kilamba, sequencialmente, a ganhar o apelido de "cidade fantasma".

A venda livre nestas centralidades aconteceu cerca de um ano e meio depois desde as respectivas inaugurações com as modalidades de comercialização

e os preços a sofrerem alterações. Juntou-se à venda directa, as modalidades de renda resolúvel e renda simples, enquanto os preços (no Kilamba) reduziram entre 10% e 44%, na sequência de uma visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos à referida centralidade, em Novembro de 2012.

Desta feita, restam dúvidas em relação aos preços dos imóveis e se também haverá demora nas vendas, ao ponto de algumas urbanizações ganharem também o título de "cidades fantasmas", tal como aconteceu com a cidade do Kilamba.

Apesar de estarem praticamente concluídas, a urbanização de Cabinda, a par da K.K 5000 (nos arredores da cidade do Kilamba) e a do Zango 8000, ambas em Luanda, não têm ainda datas previstas para o início da comercialização. A primeira tem conclusão prevista para o final deste mês, a segunda para o final do ano em curso, enquanto a terceira tem o término marcado para 2015, com a entrega das primeiras 1.297 casas programa para o final do 10 semestre deste ano.

### 31 mil novas habitações

Os projectos visitados correspondem a um total de 31 mil novas habitações, todas construídas pela empresa chinesa CITIC, das 80 mil que a Sonip prevê erguer em 13 províncias, até 2016, "para os casos que já arrancaram, sendo que para as que não arrancaram precisam de ser calendarizadas", como explicou Orlando Veloso, sem no entanto adiantar o custo dos projectos.

"Estamos a assistir a um esforço financeiro extremamente grande e muitos destes custos 'ainda não são conhecidos, de modo que não estamos em condições de adiantar", argumentou no balanço da visita, onde também aproveitou para apelar aos agora inclinados que ocupam as moradias a honrarem com os compromissos financeiros, no sentido de permitirem a sustentabilidade do projecto. "O programa tem que ser sustentável.

Nós Sonip para podermos continuar a construir precisamos que os cidadãos paguem", argumentou. Além dos projectos visitados estão em curso os da Lunda Norte, Huambo, Kwanza-Sul e Malange.

### Populares de Cabinda querem centralidade

A urbanização de Cabinda é a única de classe média/alta visitada na ocasião e, como tal, considerada "a mais bonita" pelos visitantes. As demais são de casas sociais com os modelos a repetirem-se em grande parte dos projectos, excepção feita na urbanização K.K 5000 em Luanda.

Apesar do referido estatuto, a Urbanização Especial de Cabinda está longe de causar unanimidade, em termos

de satisfação, entre os populares que defendem a construção de uma centralidade naquela província.

"Mil casas são poucas, precisa mos de um projecto maior, uma centralidade como a do Kilamba, por exemplo", reclamou ao Expansão um dos populares. Um argumento que, no entanto, contrasta com o dos que defendem o projecto de construção dirigida em detrimento do de urbanizações. Enquanto se espera pelo anúncio do início das vendas, estão disponíveis para os interessados em terem urna ideia das residencias, duas casas- modelo totalmente equipadas e decoradas.

A urbanização de cabinda é constituída por casas da tipologia T3 e T4, que ocupam, respectivamente, áreas de 120 e 150 metros quadrados.

Sonip finta Jornalistas

Apesar da iniciativa de levar a imprensa a conhecer alguns dos projectos em curso, a Sonip furtou-se a atender as questões que os jornalistas pretendiam colocar e que inquietam a maioria dos interessados. Aquando do balanço do périplo, o PCE da Sonip não deu qualquer oportunidade para que os jornalistas colocassem questões.

Desta feita, muitas questões ficaram por se esclarecer, entre as quais o valor dos investimentos dos projectos visitados, nas diferentes províncias.

Ficou-se ainda sem se saber, por exemplo, qual a modalidade de pagamento mais usada, o valor médio mensal pago pelos proprietários nas diferentes modalidades, bem como se o dólar continuará a ser a moeda de referência dos contractos e ainda qual é a perspectiva de rentabilidade das centralidades.

Orlando Veloso, no entanto, reconfirmou a possibilidade de deixar de ter a Delta como único parceiro na comercialização, mas não adiantou que passos já foram dados no sentido de encontrar outros. Falou ainda do caso dos contractos ilegais, sublinhando que quem conseguiu o apartamento de forma ilegal deverá deixar, apelando calma aos que respeitaram os procedimentos legais.

Por outro lado, é quase dado adquirido que alguns cidadãos conseguiram as respectivas casas de forma irregular, ou seja, depois de a Sonip ter anuncia o encerramento do processo. Ainda assim, depositaram o valor exigido na conta da imobiliária da Sonangol, além do valor que pagaram a ao suposto funcionário da empresa que facilitou o processo. Deste modo, a provar-se que as pessoas nesta condição estão ilegais, a Sonip devolverá o valor?

Os projecto visitados correspondem a um total de 31 mil habitações, das 80 mil que a Sonip prevê construir

em 13 províncias até 2016 Entretanto, sobre os pendentes de pessoas que por vias legais se candidataram a compra de residências, tendo feito inclusível o pagamento da primeira prestação anual exigida e que ainda não receberam as respectivas residências, a Sonip fezaber que vão ser acomodadas na urbanização K.K 5.000, com um modelo de casas sociais. Adiantou que os que não estiverem de acordo poderão requerer o reembolso do valor depositado.

## 6.19 Chuvas revelam em mau Estado

*Nono Jornal*

*14 De Março de 2014*

O governo provincial de Luanda diz estar preocupado com o mau estado de conservação dos edificios sobretudo, depois das últimas chuvas que se abateram sobre a capital. ONJ quis saber quantos prédios estão nestas condições, mas não obteve uma resposta precisa.

Há um considerável número de edificios em Luanda em mau estado de conservação. Para a Direcção Provincial da Habitação de Luanda, este fenómeno deve-se aos anos que já contam. Outros estão degradados por causa do mau uso e da falta de responsabilidade dos moradores e senhorios.

Dário Bamba, director do gabinete jurídico do GPL, disse ao NJ que estão a ser tomadas medidas para responsabilizar os donos dos edificios com fissuras. Salientando que o grande problema das fissuras começa nas partes comuns, nas escadas, pátios, terraços, fossas e outros. As chuvas dos últimos dias fazem prever consequências sérias, sobretudo depois da queda dos alpendres do prédio do livro no Sambizanga, esta terça-feira, 11, aconselham medidas urgentes.

O responsável do GPL alerta que a má conservação dos edificios, além de constituir uma transgressão administrativa, permite, no caso dos edificios públicos, que o Estado tome medidas para a rescisão dos contratos de aluguer.

Quanto ao facto de poucos edificios, até ao momento, terem merecido novas pinturas, depois dos apelos lançados pelo GPL, o jurista Dário Bamba frisou que, após análise, a conclusão a que se chegou é que" cada prédio é um prédio e um apresenta um problema, portanto, achamos melhor reunir com as assembleias de moradores e os seus administradores para, paulatinamente, diagnosticarmos quais os problemas que cada prédio tem", explicou.

o director garantiu ainda que a onda de despejos por eventuais proprietários, ausentes por muitos anos, estão acauteladas. Os ocupantes dos edifícios podem ficar sossegados. "Mas, atenção, se na verdade, lhes forem intentadas acções judiciais não guardem esses documentos, devem recorrer logo às instâncias superiores", aconselhou.

#### Falta de manutenção

Agostinho Silva, vice-governador de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, esclareceu ao NJ que os edifícios em mau estado de conservação na cidade de Luanda, a maioria foi construída nas décadas 70 e 80 e não foi alvo de manutenção desde então.

Agostinho Silva disse ainda que Governo Provincial de Luanda não tem o número exacto de edifícios que estão em mau estado ou em risco de desabamento, porque aqueles que apresentavam grande gravidade já foram demolidos, como, por exemplo, o antigo edifício da Angola Telecom, o prédio da Cuca, no Kinaxixi, os prédios de tijolos na cidadela desportiva, entre outros. Resta saber os que, estando em mau estado de conservação, constituem perigo e a qualquer momento podem desabar.

o engenheiro Manuel Molares D'Abril, director do Laboratório de Engenharia de Angola, revelou ao NJ que o mau estado de alguns edifícios da cidade de Luanda tem muito a ver com a qualidade dos materiais que foram utilizados pelos empreiteiros e projectistas, que definem os requisitos, os produtos e os materiais de construção que devem ser utilizados nas suas obras e, para isso, utilizam os cadernos de encargos ou as especificações técnicas que os fornecedores de obras deverão satisfazer quando entregam os seus materiais.

A obtenção da garantia de qualidade do sector de construção dos edifícios em Luanda implica também uma actuação em todo o processo de fabrico ou nos requisitos definidos pelo projectista.

Molares D'Abril salientou que a construção de edifícios exige vários intervenientes, começando pelo dono da obra, passando pelos autores do projecto e pelos produtores e distribuidores dos materiais de construção e manutenção.

#### Bombeiros em alerta

Grande parte dos edifícios da cidade de Luanda foram construídos há mais de duas décadas. O Laboratório de Engenharia é o órgão a quem o Estado deu a responsabilidade de atestar a segurança e a qualidade dos edifícios que são construídos no nosso país.

o caso mais recente de perigo envolveu os moradores do prédio do livro, na rua do Kikabo, localizado no

distrito urbano do Sambizanga, que, na madrugada desta terça-feira, 11, não ganharam para o susto.

Angélicé Pascoal, moradora do prédio há mais de 25 anos, confirma o pânico que viveu, quando ouviu um barulho muito estranho no tecto do seu apartamento. "Fiquei muito preocupada e, ao mesmo tempo, fui ao quarto dos meus filhos acordá-los. Quando nos levantámos, ouvimos o grito dos outros moradores que não sabiam o que se passava. Fomos ao terraço do edifício e lá nos deparámos com o sucedido".

Tânia Manuel Narciso, outra moradora do edifício, ouviu um ruído muito atípico na parte superior do seu apartamento, quando se preparava para ir para o trabalho. Nessa altura, chamou o seu esposo e subiram ao terraço do prédio. Lá encontraram mais de duas dezenas de moradores, que observavam os escombros.

Faustino Sebastião, porta-voz do Comando Central dos Bombeiros, assegurou ao NJ que a instituição que dirige está atenta à situação das chuvas. Os bombeiros estão em sistema de alerta, para que, a cada momento que surja uma situação grave, tenham uma intervenção rápida.

Sobre a queda de alguns alpendres do prédio do livro, Faustino Sebastião confirmou que o corpo de bombeiros esteve presente no local, logo que tomou conhecimento do incidente.

A situação está calma e os moradores serão informados, nos próximos dias, sobre os resultados do desabamento, logo após, foi instaurado um inquérito que está a ser feito por um grupo técnico da Comissão Administrativa de Luanda.

## 6.20 Inquilinos do Kilombo recebem ordem de despejo

*Jornal Continente*

*07 De Março de 2014*

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) notificou com uma ordem de despejo os moradores dos apartamentos A, T, W e Z da Centralidade do Kilamba por terem ocupado os apartamentos ilegalmente.

O Continente esteve na central idade e conversou com os ocupantes que contam que há duas semanas foram surpreendidos por agentes dos Serviços de Fiscalização e da Polícia Nacional que os notificaram a abandonarem as residências De acordo com os moradores estão legais e têm todos os documentos e os contratos firmados com a Delta. Domingos Damião, 38 anos, funcionário público, disse que ficou

surpreendido com o comportamento da SONIP. "Estamos a um bom tempo aqui e ninguém veio reclamar da nossa presença, e agora aparecem aqui os homens da Fiscalização a dizerem que temos que abandonar as nossas casas, é complicado", lamentou Domingos.

Maria da Conceição, 40 anos, afirmou que é triste o que está a passar neste momento, não tem para onde ir, por isso vai ficar até que as coisas sejam resolvidas.

Paula Neves, indignada com a pesadosa situação, sublinhou não ter outro sítio para ficar. "É muito triste o que estamos a passar, tenho cinco filhos e três sobrinhas, aonde vou levar esta família?" Interroga-se. Maria do Céu, de 30 anos, mãe de 4 filhos não sabe quanto tempo vai demorar o caso para que seja solucionado.

Albertina da Silva garantiu que deu todos os passos necessários que a empresa Delta lhe exigiu e pagou o devido e foi-lhe cedido o contratado. Com 50 anos, Figueiredo Domingos disse que é demais, "nem respeitam os mais velhos", "estamos a ser humilhados e ninguém nos defende, peço ao governo no sentido de solucionar este caso que está a dar que falar".

Atormentados com a triste situação, os moradores contactaram a SONIP onde foram recebidos por um responsável da direcção de infra-estruturas imobiliárias que os remeteu para a Delta Imobiliária, empresa contratada para proceder à comercialização das habitações e com quem eles assinaram os contratos.

A SONIP manda os moradores tratar do assunto com uma empresa que já nada tem a ver com o assunto. "A Delta disse-nos que está tudo bem e que não há problemas", disse Paulo. Um dos moradores avançou que receberam da Delta Imobiliária uma resposta positiva.

"Em função dessa resposta voltamos à SONIP de quem recebemos a garantia de que a situação estava resolvida e que podíamos continuar a residir nas nossas casas", disse Fernanda. A ordem de despejo deixou centenas de moradores em pânico porque o documento foi acompanhado de agentes da Polícia Nacional, bem armados.

O presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, revelou terem sido detectados contratos falsos na Centralidade do Kilamba. Em função disso a empresa apresentou queixa junto da Polícia Nacional.

## 6.21 Kilamba: invasores serão expulsos da cidade

*Jornal O PAÍS*

*14 De Março de 2014*

Correm informações de que algumas pessoas ocuparam ilegalmente apartamentos na centralidade do Kilamba. A respeito disso o PCE da Sonip disse que foi feita uma auditoria a todos os contratos assinados e, ao longo da mesma, constataram ter havido assinatura de alguns contratos duvidosos.

Quanto ao modo como aquelas pessoas assinaram o contrato e se poderá haver colaboração de alguém ligado à imobiliária, o PCE não adiantou nada. Acrescentou apenas que "encaminhámos aos órgãos competentes para averiguarem' as medidas serão tomadas e tornadas pública".

Sabe-se que alguns moradores dos blocos A, T, W e Z, da supracitada centralidade, receberam ordem de despejo emitido pela Sonip, por terem ocupado ilegalmente os apartamentos.

Por outro lado, Orlando Veloso esclareceu que todos que assinaram o contrato, que tem um valor e período de pagamento, e hoje não estão a conseguir pagar, não serão poupados. "Não devem se esquecer que uma das modalidades do contrato é a venda resolúvel por 20 anos. Os cidadãos ao aderirem ao programa conheciam os custos e sabiam qual seria o esforço que teriam de incorrer ao longo destes anos", deixou claro. De mais a mais, o responsável reconheceu que é preciso também consciencializar a população que este projecto imobiliário da Sonip tem de ser sustentável, pois, para que se possa continuar a construir, precisam que os cidadãos paguem ou honrem com os seus compromissos contratuais.

## 6.22 Os serventes angolanos na 'pedreira chinesa'

*Jornal o PAÍS*

*14 De Março de 2014*

Enquanto visitávamos a centralidade do Namíbe, conversámos também com o jovem Popiene Dinemua, de 19 anos, que trabalha como servente naquela urbanização. Disse não ter um trabalho definido e, algumas vezes, tem feito trabalhos esforços os cujo salário que auferir não compensa.

"Ganho 20.000 kwanzas, faço perfuração de parede para instalação eléctrica e, às vezes, transportamos cimento ou colocamos postes", disse. Trabalha há 2 anos na centralidade da Praia Amélia e sonha poder ter



uma casa ali, mas segundo o que nos conta, não será possível com o dinheiro que ganha.

Além disso, aquele cidadão, que conversou conosco muito rapidamente, mostrou que está ciente da sua permanência temporária naquele estaleiro, pois fez saber que não assinou nenhuma papelada aquando da sua "contratação".

Quem também está na mesma situação é o jovem que se identificou apenas por Tchiema. Faz serviços diversos, desde a perfuração, transpor te de areia até à limpeza das residências. Ganha o mesmo salário que o primeiro entrevistado e está satisfeito por ter conseguido aquele emprego.

O nosso interlocutor explicou que apenas foi pedido que entregasse o cartão de eleitor para que fosse em pregado e não assinou, também, nenhum papel, mas "isto não importa, o mais importante mesmo é trabalhar", disse ele, acrescentando que vários são os jovens que diariamente batem à porta do estaleiro pedindo emprego.

"A procura é tanta que, independentemente das condições de trabalho que temos, procuramos fazer de tudo para permanecer aqui", disse ele que não pode adiantar mais nada porque tinha de retomar o trabalho (fazia limpeza, na altura).

## 6.23 Perguntas sem resposta

*Jornal O PAÍS*  
14 Março de 2014

Algumas questões ficaram sem ser respondidas pelo responsável da Sonangol Imobiliária e Propriedades, que apartou-se da entrevista colectiva, sem mais nem menos, quando o primordial objectivo da realização daquela digressão era esclarecer todas as inquietações relacionadas às centralidades, além de as conhecer materialmente.

Boa parte da classe jornalística que ali se fez presente mostrou-se insatisfeita e reprovou a atitude tomada pelo presidente executivo e, consequentemente, pela comissão da Sonip.

Ficámos sem entender a razão daquele posicionamento diante da imprensa - que por sinal tem contribuído para o esclarecimento e resolução de alguns problemas das centralidades convidada pela própria Sonip.

Entretanto, fica aqui uma nota negativa à Sonip por se ter furtado a responder às perguntas que foram surgindo durante a visita às centralidades. Esperamos que das próximas vezes sejam mais

compreensíveis com os jornalistas e nos dêem a devida oportunidade de esclarecimento.

## 6.24 SONIP coloca à disposição 40 mil casas no mercado

*Jornal A Capital*  
14 De Março 2014

Até agora, Luanda foi a prioridade do programa do Executivo para a construção de habitações sociais, no sentido de reduzir a problemática do défice habitacional que ainda afecta milhares de angolanos.

Segundo o presidente da Comissão Executiva (PCE) da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), a aposta estende-se, actualmente, para o interior do país, onde 13 províncias acolherão novas urbanizações de média renda, oferecendo conforto aos seus beneficiários.

Orlando Veloso fez estas declarações no final a visita aos projectos habitacionais do Zango 8000, onde estão a ser erguidas 8 mil casas sociais, distribuídas em 2.780 moradias e 5.220 apartamentos do tipo T3 e ao KK5000, outro complexo residencial que, quando for concluído, acolherá 30 mil habitantes em 5 mil fogos.

Questionado sobre outras centralidades pelo país, o engenheiro assegurou que a aposta do Executivo se estende agora para o interior do país onde 13 províncias já foram notificadas.

Mas apesar deste programa, nesta fase, as províncias de Cabinda, Benguela, Namibe, Huila e Luanda são o destaque das actividades da SONIP que, até 2016, terá à disposição 40 mil habitações, um número que poderá beneficiar perto de 240 mil pessoas.

Projectos em curso.

Desde 2008, estão em curso obras de construção da Urbanização Especial de Cabinda, um aglomerado arquitetónico de 90 edifícios de três pisos, para 1.002 apartamentos de alto-padrão.

As obras de construção dos edifícios estão concluídas e, neste momento, as autoridades criam mecanismo para a sua comercialização e entrega, faltando apenas a entrega das infra-estruturas externas, designadamente o abastecimento de água e energia eléctrica, a partir da subestação que está a ser montada nas proximidades da nova cidade. Em termos de tipologia, 768 residências são T4, com uma área de 150 metros quadrados, enquanto os restantes 234 apartamentos T3 foram construídos numa de 120.

Por sua vez; o vogal da SONIP, Hamilton Jorge, que apresentou o projecto aos jornalistas, em Cabinda, disse que a urbanização apresenta modelos de alto-padrão. "Neste momento, estão a ser feitos estudos que irão determinar o preço e datas exactas para a comercialização dos fogos construídos e, em momento oportuno, faremos um comunicado para o efeito", afirmou, tendo revelado que contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 120 crianças, posto médico com 13 camas, uma estação de tratamento de água e uma malha rodoviária de seis quilómetros de estrada.

Huíla, NAMIBE E BENGUELA - três províncias com realidades diferentes

Na localidade da Quilemba, município do Lubango, na Huíla, nasceu, em 2012, o maior projecto habitacional, em termos de área de implementação, com uma superfície de construção de 1.100 hectares e a perspectiva da construção de 11 mil fogos do tipo t3.

Mas, nem tudo é um 'mar de rosas' para a SONIP na Huíla. A ocupação de terrenos por populares e fazendeiros que se instalaram na reserva, constituem o maior constrangimento.

"Das 11 mil habitações que prevemos construir nesta centralidade, cerca de 3.500 moradias estão impossibilitadas de serem erguidas, devido à existência de fazendas e casa que foram erguidas dentro do perímetro da reserva fundiária", notou.

As moradias variam entre apartamentos de tipologia T3 em edifício de três pisos e habitações, perfazendo um total de 4.000 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro secundárias e oito creches, para uma população estimada em mais de 60 mil habitantes.

A cidade no meio do deserto.

No Namíbe, o deserto está a dar vida a duas modernas cidades com duas mil habitações cada, na Praia Amélia e no bairro 5 de Abril, numa área de 295 hectares, onde estão a ser construídas 1.656 habitações sociais e 344 apartamentos e, quando concluídos, estes projectos, acolherão 12 mil habitantes.

O projecto, que está a ser executado pela construtora chinesa eme e fiscalizada pela Soapro, teve início em Junho de 2012 e prevê-se que esteja concluído até ao segundo semestre de 2016.

Na ronda feita nas cinco províncias, os diferentes órgãos de comunicação social da capital que faziam parte da comitiva da SONIP, foram informados de que Benguela terá disponível, até 2016, 6 mil fogos

habitacionais, repartidos entre o município da Baía Farta que ganhou mil moradias, Catumbela, no Luhongo, duas mil residências e Lobito, 3 mil casas.

Numa breve radiografia do que a SONIP apresentou aos jornalistas, o Pca, Orlando Veloso perspectiva alargar o processo de venda às outras entidades, enquanto aguarda que o Executivo determine o valor de cada moradias.

"O grande objectivo é evitar os atropelos do passado que constituíram para nós um motivo de aprendizagem, mas tudo será feito para tornar mais célere o processo de cedência das habitações aos beneficiários", referiu, explicando, ainda, que para os casos pendentes do Kilamba onde foram detectados casos de ilegalidades, em termos de contratos as autoridades estão no encalço dos prevaricadores. "Das irregularidades apuradas até ao momento, 90% dos notificados estão ilegais e brevemente a questão será esclarecida", concluiu o patrão da SONIP.

Novas centralidades em 'stand by'.

O programa de construção de centralidades em mais províncias do país, como tinha sido anunciado, foi suspenso. O anúncio foi feito pelo vogal da SONIP, Hamilton Jorge, na cidade do Namíbe, alegando o ajustamento no desenvolvimento de projectos e fazer avaliação do trabalho desenvolvido até ao momento.

A questão de avançar com as outras iniciativas passa pela concessão de um programa mais apurado e balancear as actividades desenvolvidas até agora que visam melhorar a vida de milhares de famílias em questões habitacionais.

"A expansão para as outras regiões do país com novos projectos imobiliários foi suspensa e, neste momento, estão a ser feitas avaliações, nas diferentes vertentes, desde a económica e social", disse.

A SONIP aguarda, do Executivo, por novas propostas, para que a imobiliária continue a projectar outras centralidades.

Reconheceu, por outro lado, que "é intenção da SONIP avançar com outros projectos, desde que a situação financeira seja favorável, mas é fundamental o aval do Executivo que concebeu a iniciativa de construção de habitações de diferentes padrões."

Questionado sobre as causas da suspensão, nosso interlocutor remeteu a resposta a pronunciamentos posteriores.

## 6.25 Habitacionais começam nos próximos dias

*Jornal de Angola*  
15 De Março 2014

A construção de seis mil fogos habitacionais no Bairro da Carreira de Tiro, anunciada pelo governador de Malanje Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", vai começar nos próximos dias.

O director-geral da Di visão Africana da Companhia Chinesa de Crédito e Investimentos (CITIC), Liu Gui Gen, no fim da audiência que lhe foi concedida pelo governador de Malanje, disse que tudo está acertado e dentro de alguns dias começa a construção dos fogos destinados à província. Liu Ge manifestou a disponibilidade da sua empresa para o desenvolvimento da província, particularmente na recuperação das infra-estruturas económicas e sociais.

"Já foram realizados os estudos e os desenhos das respectivas residências, aguardando-se apenas pelo seu começo."

A participação daquela empresa chinesa no desenvolvimento agrícola em grande escala foi igualmente abordada na audiência.

A empresa CITIC está a desenvolver, no município de Cacuso, em Malanje, um projecto agrícola de grande dimensão para a produção de cereais no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza.

## 6.26 Parlamentares elogiam Kilamba

*Jornal de Angola*  
15 De Março 2014

José Santiago, que chefia a delegação de deputados do partido MLSTP-PSD que está em Angola desde segunda-feira, afirmou que os jovens estão a ser privilegiados nos projectos habitacionais desenvolvidos pelo Executivo em todo o país.

A delegação do partido são-tomense visitou a centralidade do Kilamba e as futuras instalações da Assembleia Nacional que, na visão do líder do grupo parlamentar, são obras imponentes.

Segundo José Santiago, a centralidade do Kilamba é provavelmente a mais nova cidade de África, construída em três anos. Por este feito, o líder do grupo parlamentar do MLSTP-PSD elogiou o Presidente José Eduardo dos Santos, "pela sua visão estratégica e pelas medidas tomadas para o desenvolvimento de Angola".

"Vimos um país que é uma referência em África e no mundo", disse, defendendo ser necessário que o MLSTP-PSD afirme com clareza as suas posições e sentimentos de irmandade para com Angola, que neste momento é um parceiro estratégico.

A visita a Angola, acrescentou, permitiu reforçar o relacionamento entre o MLPA e o MLSTP-PSD com vista a alcançar o bem-estar dos cidadãos dos dois países.

José Santiago anunciou que vão ser realizadas eleições gerais em São Tomé e Príncipe em Julho ou Agosto próximo. Neste momento, referiu, está a ser feita a actualização do caderno eleitoral pela comissão nacional eleitoral e a sua consulta pelos eleitores.

A nível do MLSTP-PSD, José Santiago disse que decorrem acções de organização interna e de disseminação da estratégia eleitoral do partido pelas estruturas intermédias e de base. "Vamos cimentando a nossa unidade interna para que os objectivos sejam cumpridos e esperamos a mão solidária do MPLA", disse, reconhecendo haver insuficiência de meios financeiros para a realização das eleições, o que pode causar algum embaraço se essa questão não for solucionada. "Com o nosso empenho e trabalho abnegado, vamos cumprir com este desiderato democrático."

## 6.27 Sonip procura Guerra

*Jornal Folha 8*  
15 De Março 2014

E a Sonangol Imobiliária e Propriedade, Sonip, anunciou duas decisões que, mais tarde ou mais cedo, irão provocar embaraços. Uma destas situações tem que a solução. que têm para atender as pessoas que se encontram na lista de espera para receber as chaves das casas pelas quais pagaram, acerca de um ano, a primeira prestação para a modalidade de renda resolúvel.

Apenas estão disponíveis casas sociais e quem não quiser receber estas, segundo explicações do PCE da Sonip, Orlando Veloso, deve requerer a devolução do valor que pagou. Os que quiserem receber as respectivas casas, beneficiarão do reajusto que será feito no valor pago visto que os imóveis a receber serão mais baratas que as que foram pagas. Parece uma situação pacífica se se ignorar a possibilidade de as pessoas que rejeitarem as referidas casas exigirem a devolução dos valores devidos, acrescidos de juros pelos transtornos. Uma situação que poderá ser de fácil resolução se as pessoas que rejeitarem a oferta da Sonip, exigindo juros for significativamente inferior as que aceitarem. Se acontecer o inverso poderá

transformar-se em um problema "bicudo", mesmo sendo a Sonip uma empresa do grupo empresarial mais forte do País, quiçá, do continente: Sonangol.

Outra situação que também promete muita tinta é a dos moradores ilegais nas centralidades do Kilamba e do Zango. A Sonip garante que apenas irão ficar os que provarem estar de forma legal, acrescentando que O caso está entregue a DNIC, esta que, já deteve mais de 40 pessoas no Zango.

Trata-se um problema cuja resolução também seria simples se muitos dos ocupantes ilegais não tivessem condições de provar que depositaram os valores da primeira prestação na conta da Sonip. Pelo que o FolhaS sabe, são muitos os que têm os respectivos comprovativos do depósito que fizeram para as contas da Sonip. "Eu pelo menos paguei (na Sonip)", garantiu um dos cidadãos notificados pelas Sonip, confessando que conseguiu fazer parte da lista depois da Sonip dar por encerrado o processo e pagou 2 mil dólares (além do valor que depositou à Sonip) à pessoa que com quem falou. "Se estou ou não de forma ilegal não sei. O que sei é que e consegui depois do processo encerrar, mas depusitei na conta da Sonip (mais de 6 mil dólares) e assinei um contrato", argumentou. Entretanto, a Sonip garante existir muitos contratos falsos que terão sido criados pelos burladores que, no entanto, deixaram escapar algumas situações. "Por exemplo, há contratos supostamente entre a Sonip e o morador mas que está assinado pelo administrador da Delta, assim como há contractos supostamente da Delta assinados pelos responsáveis da Sonip. Como é possível?", Argumentou um funcionário sénior da Sonip.

Portanto, trata-se de duas. Situações que, decerto, provocarão embaraços à Sonip que, por outro lado, promete estar a estudar a entrada de outras empresas na comercialização. Ou seja, a delta deixaria de ser o único parceiro da Sonip na comercialização dos imóveis.

## 6.28 Casas Sociais á disposição da população

*Jornal de Angola*  
19 De Março 2014

As autoridades administrativas vão distribuir em breve à população pelo menos 100 residências T-3, construídas nos últimos três anos, no município do Bocoio, província de Benguela.

As residências foram construídas de 20 11 a 20 13 e constam do Programa de Investimentos Públicos

(PIP) do Executivo, cujo projecto contempla 200 moradias na região.

O chefe de Repartição para os Serviços Técnicos da Administração Municipal do Bocoio, João Manuel, disse que a venda das residências aguarda uma orientação do Governo Provincial, para definir as modalidades de aquisição.

João Manuel, ao referir-se ao programa de reconstrução e desenvolvimento do município (PRDM) afirmou que foram igualmente construídas dez casas sociais em cada uma das quatro comunas do município, Chila, Monte-Belo, Cubal do Lumbo e Passe, para os técnicos em serviço.

O responsável indicou que na fase inicial do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento do município foram construídas na sede 70 casas evolutivas, das quais 20 apetrechadas com mobiliário e distribuídas aos chefes de Repartição e técnicos superiores da Administração, Educação, Saúde e oficiais das FAA e Polícia Nacional.

As outras 50 casas evolutivas foram distribuídas gratuitamente a 100 pessoas.

## 6.29 'Não sei qual será o destino das famílias do Morro'

*Jornal O PAÍS*  
21 De Março de 2014

O administrador do Distrito Municipal da Samba, Adão Malungo, disse que "temos conhecimento de que muitos moradores do Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e desejam viver noutra lugar com melhores condições. Mas, esta situação ultrapassa as nossas competências. Por lá vivem mais de três mil famílias e as obras crescem dia após dia. A situação não é favorável mas algumas pessoas continuam a construir casas em lugares inapropriados, factores que aumentam o nível de risco de vida daquilo que eles já possuem".

Contudo, o Estado é sempre o 'pai' que tem que velar por todos. Mas, também estamos a viver uma era na qual os cidadãos devem cumprir com os seus deveres. Há deveres e preocupações que nós passámos todos os dias a essa população, mas eles continuam a construir. Todo o esforço a nível da fiscalização tem sido para persuadir e desencorajar esses moradores a não construírem, temos realizado algumas demolições mas, na calada da noite, eles voltam a erguer. E, isto complica o nosso serviço administrativo".

Por outro lado explica que "a enumeração das casas não quer dizer que seja um compromisso. Há

moradores que reforçam a construção de novas casas quando vêem um fiscal a enumerar as casas, pois julgam que isso representa atribuição de casas.

O número de pessoas que vivem na montanha é elevado, se fosse menor, creio que este assunto já estaria resolvido. Mas admitimos que é da nossa responsabilidade informar o problema tal como ele é aos órgãos acima de nós, para que possam intervir nessa área, e aguardamos pela solução".

O administrador explica que, de momento, não é possível uma esquadra móvel no morro porque "a própria localização geográfica do Morro não permite que a esquadra móvel da polícia esteja lá inserida, porque aquela área carece de espaço.

Não existe a mínima condição para se instalar mais uma obra, seja de que natureza for. E, as recomendações feitas são que as instituições da polícia não podem estar 'coladas' às residências civis, é necessário um maior desdobramento da área. Porém, há o patrulhamento da polícia no morro, que controla a Situação. É certo que o Morro da Samba não vai permanecer assim como está. Existem estudos para aquela área, pois a Samba é um dos distritos que entrará no processo de requalificação do Estado".

O futuro dos moradores é incerto, mas o administrador está confiante de que dias melhores vêm aí. "Sinceramente, não sei qual será o destino das famílias do Morro, ainda não foi definido.

Mas eu acho que vai chegar o tempo que a situação será resolvida, aliás os estudos estão a ser feitos para a nova requalificação e a transferência daquela população para um lugar mais seguro" afirmou Adão Malungo.

### 6.30 Por dentro do morro da Samba

*Jornal O PAÍS*

*21 De Março de 2014*

Um pedido de licença, aqui e acolá, para caminhar pelo quintal e pela residência do morador para se alcançar a ribanceira do Morro da Samba. O trajecto assemelha-se a uma "intrusão" no espaço do vizinho. Mas a população é acolhedora e parece estar acostumada com os passos dos outros no seu território.

"Normalmente, aqui sobe carros", informa Pedro Cardoso, funcionário da Clínica Sagrada Esperança para área de Nutrição e morador do Morro. Todavia, as ruas são muito estreitas, o condutor precisa de ser muito astuto na hora de fazer as manobras. Além do espaço reduzido, as ruas não possuem sinalização e são

faixas de dois sentidos, o que custa a crer mas, como referimos, é uma questão de astúcia.

Se fosse para ordenar numa lista os problemas que assolam' os moradores do Morro da Samba, o tamanho da rua ocuparia uma das últimas posições. As condições de habitação, a falta de energia eléctrica, água potável, saneamento, delinquência e comércio de drogas constituem uma das maiores queixas dos habitantes da Samba, Nascimento Jungo, funcionário público, natural do Kwanza - Norte, vive no Morro desde 1992. Lamenta a situação que a população vive no Morro. "Temos energia eléctrica, mas não é muito boa. Muitas vezes a arca eléctrica não funciona e a comida acaba por apodrecer. E, o abastecimento de água é péssimo! Não tenho tanque mas utilizo dois bidons e baldes grandes. Os meus irmãos, que são mais jovens, têm que ir 'cartar' água o bairro Correia ou no Prenda. Hoje não conseguimos água. Tive que pedir à vizinha para dar banho às crianças para que elas fossem para a escola. Gostaria que o Governo olhasse por nós" disse Jungo.

desabamentos de terra e rochas. A estudante é dona de casa, Josefina Manuel afirma que no período seco o desabamento de terra é recorrente e o perigo é constante, que causa medo. "E, nos dias que chove, a lama vem toda para baixo, a nossa sorte é que temos barreiras de protecção que impossibilitam o lixo de entrar na casa" disse.

Para a educadora infantil, Yala de Carvalho, moradora da rua da Cerâmica' "o morro está a desmoronar! O escoamento do lixo é todo. para as casas debaixo, o nosso ar é poluído".

Ela também afirma que "nesta área, existe muito fluxo de mão armada. Os adolescentes realizam assaltos na nossa rua, depois correm para as nossas casas para depois subirem o morro. A polícia funciona muito pouco por aqui". E, suplica pela presença da polícia no bairro. Sem as devidas medidas mais casos podem surgir.

Acostumado a caminhar, diariamente, pelo quintal da casa o jovem Vladimir António, 24 anos de idade, ficou surpreso por ter caído do alto do morro. A área era -lhe familiar há cinco anos. Mas no dia oito do presente mês, no meio da madrugada, Vladimir levantou-se da cama para urinar, conforme explicou ao jornal O País - o piso estava húmido e, de repente, escorregou lá para baixo do morro.

A razão que o levou a fazer as suas necessidades fora do lugar apropriado deve-se ao facto da casa de banho ficar localizada na casa principal, que estava trancada, e ele dormia no quintal. Vladimir não quis incomodar

os familiares e resolveu aliviar a "tensão" no espaço público.

Vladimir ficou desacordado e à espera de socorro por um longo tempo: apenas às oito horas da manhã do dia seguinte é que alguns moradores se aperceberam que ele tinha caído.

Com ajuda dos vizinhos e a boa vontade de alguém que se sensibilizou com o ocorrido, Vladimir foi internado no hospital Maria Pia.

O estado clínico do jovem continua instável. Há uma semana internado no hospital, ele ainda não sente as pernas, mas os médicos informaram-no que os exercícios de fisioterapia põem ajudar a inverter a situação. Porém, o paciente confidenciou-nos que, desde o momento que está internado não consegue sentir alguma melhora, contudo o pessoal médico já assegurou que pode continuar com tratamento em casa.

Esta questão preocupa o pai do jovem, Alfredo Tunguno. Afirma que o filho ainda não possui condições para regressar a casa pois queixa-se de imensas dores. E não possuem uma cadeira de roda para o apoiar.

Segundo os moradores, só neste ano foram quatro as pessoas que caíram e houve um caso de deslizamento de terra com danos materiais. Vladimir aconselha os vizinhos e as pessoas que forem caminhar no Morro da Samba a serem prudentes pois o que aconteceu com ele podia ocorrer a qualquer um. Por sorte, ele sobreviveu a queda, mas já houve casos no qual pessoas tiveram destinos fatais.

### 6.31 Construção dirigida em debate

*Jornal de Angola*  
24 De Março de 2014

Flávia Massua e Pereira Dinis

O Ministério do Urbanismo e Habitação abre hoje em Saurimo os trabalhos do seu Conselho Consultivo, que tem como tema principal em debate a auto construção dirigida. O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, acompanhado do secretário de Estado para a Habitação, Joaquim Silvestre, e técnicos superiores do Urbanismo e Habitação estão desde ontem na capital da Lunda Sul. Ontem, no período da tarde, a delegação visitou a reserva fundiária provincial, o Bairro da Juventude, que já tem 92 casas habitadas, o Projecto Habitacional de Catoca e o Bairro Terra Nova, cujas obras de requalificação são lançadas hoje.

Após a chegada a Saurimo, recebeu da governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, informações detalhadas sobre a execução dos projectos habitacionais em curso na cidade e arredores.

"Observámos atentamente os 430 hectares de reserva fundiária marcados no Bairro Santo António, onde vai ser construída a nova centralidade de Saurimo e outros projectos habitacionais", disse o ministro.

O ministro do Urbanismo e Habitação realçou que vários assuntos estão agendados para debate no Conselho Consultivo. "Estamos certos que todos os participantes vão dar a sua melhor contribuição", sublinhou. O Jornal de Angola soube que alguns vice-governadores para as áreas técnica e infra-estruturas de outras províncias, com destaque para os da Lunda Norte e Moxico, participam nesta segunda reunião do Conselho Consultivo.

A apresentação do Programa de Investimentos Públicos de 2014, a implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação da Província da Lunda Sul e a consignação da empreitada de infra-estruturas integradas de Saurimo são alguns dos assuntos em debate hoje e amanhã. De acordo com o programa a que o Jornal de Angola teve acesso, a abertura da reunião do Conselho Consultivo é presidida pela governadora provincial Cândida Narciso. No último trimestre do ano passado, o Ministério do Urbanismo e Habitação realizou na vila de Catete o Fórum Nacional do Urbanismo, que discutiu o Plano de Requalificação do Sambizanga e Cazenga.

### 6.32 O que deve ser modelo wall Up?

*Jornal O País*  
28 De Março de 2014

O modelo Wall Up, com a sua parede técnica (concertação das infra-estruturas), torna mais rápido e fácil o processo de auto-construção pois assegura uma execução correcta e a evolução controlada da habitação.

Unidades mínimas modulares e autónomas das funções da habitação estar, cozinhar, dormir podendo adoptar implantações diversas de acordo com as necessidades da família de forma versátil e evolutiva e a sua adaptação a configurações diferentes de lote.

O modelo Wall Up, através da sua intervenção nos diferentes níveis: urbano, infra-estruturais, qualidade de habitação e acesso à terra para produção de alimentos, garante o cumprimento do papel do Estado na persecução dos objectivos do Millennium.

O modelo WALL UP é o resultado de um conjunto de estratégias que centradas no desenvolvimento da infra-estruturação do território promove a geração de economia local, o combate à pobreza, a melhoria da saúde pública e o surgir de economia formal.

O seu modelo incremental de infra-estruturação assegura o modelo de planeamento urbano, e a parede técnica a satisfação das necessidades básicas de infra-estruturas para combate ao assentamento informal.

### 6.33 Uma dor de cabeça pala os governadores

*Jornal O País*

*28 De Março de 2014*

Cláudio Pemeça, director do gabinete do vice-governador da província da Lunda-Sul, disse que no que concerne a ocupação e uso de solo, aquela província tem tido muitas dificuldades em colmatar o problema.

"As ferramentas, que o executivo angolano propôs aos respectivos departamentos ministeriais, concretamente, ao Departamento de ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente e às administrações, não têm sido usadas como se deve.

À este importante documento, que faz com que se delibere o direito e poder de quem deve gerir e de quem deve planejar o espaço físico, deve-se ter especial atenção", disse.

A Direcção do Ornamento e Território, segundo o que defende o referido documento, de acordo com o nosso entrevistado, é o planeador de todo o processo do tecido urbano, enquanto as administrações municipais apenas gerem tais tecidos, uma vez que este último conhece o número de municípios e tem recebido os seus requerimentos.

Actualmente, continuou o nosso entrevistado, existe uma confusão entre a direcção de ornamento e território e a administração todos praticamente distribuem terrenos. "Este problema é a nível nacional, porque também trabalhei na administração de Viana. Acontecia precisamente o mesmo, mas conseguimos contornar", acrescentou ele.

Tudo têm feito para que a situação esteja resolvida, na província da Lunda-Sul, segundo Cláudio Pemeça, de modo com que esteja claro que quem deve distribuir terrenos entre aquelas duas instituições é a administração.

### Auto-construção dirigida

O também engenheiro de construção civil falou sobre a auto-construção dirigida, alegando que este projecto deve carecer da participação directa do Governo provincial e central para que haja financiamento, porque "o munícipe pode apresentar o interesse em construir uma casa: E se ele não estiver capacitado para executar a tipologia dada?"

O interlocutor de O País é de opinião que neste projecto deviam estar envolvidos também os bancos, o Ministério do Urbanismo e Habitação, directamente, para que não venha acontecer muitos casos em que o cidadão recebe o terreno e não consegue construir por incapacidade financeira,

"É importante que haja financiamento, que o munícipe chega a um acordo de pagar faseadamente a sua casa, antes de erguê-la, por exemplo. É verdade que o ministério não tem como financiar todos os projectos, mas se entrar em contacto com a banca estaríamos, talvez, a minimizar o problema", reforçou o engenheiro.

### 6.34 Maior celeridade na elaboração das leis Conselho Consultivo recomenda a valorização do crescimento demográfico

*Jornal de Angola*

*28 De Março de 2014*

Flávia Massua

Os participantes no 11 Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Construção recomendaram, na cidade de Saurimo, Lunda Sul, a valorização do crescimento demográfico como via obrigatória para o desenvolvimento económico, através da adopção de modelos de concentração urbana e facilitação do acesso à alimentação, água e aos cuidados de saúde e reduzir as desigualdades.

Uma vez cumpridos estes pressupostos, refere o documento final do Conselho, que decorreu sob o lema "Autoconstrução dirigida realizando o sonho do cidadão", as populações vão minimizar os custos nas despesas inerentes à saúde pública e outros serviços, e vão dinamizar o desenvolvimento social e solidificar a economia nacional, além de garantir um território mais organizado.

Os membros do Conselho Consultivo pediram celeridade nos trabalhos de elaboração dos diplomas ligados ao sector, nomeadamente a proposta de lei sobre o arrendamento urbano, regime jurídico de

acesso ao crédito habitacional, Lei da Habitação Social, diplomas reguladores das Cooperativas de Habitação e sobre a Administração de Condomínios. O melhoramento do envio de dados provinciais às entidades centrais para facilitar a sua actualização e garantir a projecção em tempo oportuno a nível nacional, através da Comissão da Economia Real, consta também das recomendações.

Para as equipas técnicas de elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território Nacional, o Conselho recomendou novas estratégias que permitam a participação pública. Os participantes concluíram que se deve criar o Sistema de Informação Territorial em todo o país, para acelerar a operacionalidade, e um banco de dados geo-referenciados que possibilite efectuar a monitorização dos projectos a fim de melhorar a sua planificação física.

O Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Construção recomendou a produção de cartilhas publicitárias para a divulgação da Lei de Terras e dos outros diplomas legais referentes à gestão dos direitos fundiários.

### 6.35 Luanda Sul tem bons exemplos na construção e casas

*Jornal de Angola*  
31 De Março de 2014

Pereira Dinis e Flávia Mussua

António Teixeira respondeu que o projecto é da inteira responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos, cabendo ao Governo Provincial zelar pelas infra-estruturas sociais, o que foi executado na primeira fase onde estão concluídas e habitadas 97 casas.

Sobre a matéria em debate, o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, pediu a António Teixeira para explicar aos presentes, principalmente aos vice governadores, como resolveu a questão das infra-estruturas na construção de 200 fogos por cada município, tendo em conta os valores que recebeu, que é igual ao das outras províncias.

António Teixeira respondeu que antes da contratação houve reuniões "duras" com os empreiteiros: "depois de tudo acertado passámos à acção". Essa reposta animou o secretário de Estado da Habitação, que disse aos vice-governadores convidados, Lunda Norte, Malanje, Huambo e Moxico: "se construímos fogos sem infra-estruturas, estamos a criar novos musseques e não é isso que se pretende". Os vice-governadores

presentes apresentaram as dificuldades que tiveram de enfrentar. Joaquim Silvestre respondeu "há coisas que entristecem, como é o caso de todas as províncias receberem os mesmos valores para a construção dos fogos, e algumas, como a Lunda Sul, conseguem apresentar casas condignas e nas outras províncias não".

Houve alguns murmúrios no interior do anfiteatro do Instituto Politécnico de Saurimo, onde durante os dois dias se realizou o Conselho Consultivo sob o lema "Auto-Construção Dirigida Realizando o Sonho do Cidadão". Joaquim Silvestre pediu aos colegas para dialogarem e certamente com os empreiteiros e 03 fiscais das obras como forma de evitar construções de casas que "qualquer um de nós reclama".

o ministro José Silva teve uma intervenção onde afirmou que para alcançar o objectivo de oferecer uma habitação condigna a todos é preciso ter em conta as recomendações do Programa de Urbanismo e Habitação, que define objectivos, princípios e compromissos. José Silva referiu que são chamados a participar

fortemente os diferentes agentes económicos do sector privado, cabendo ao Estado facilitar a obtenção de crédito bancário os agentes executores e para os consumidores.

Com esta política, disse o ministro, o Estado tem com objectivo garantir o bem-estar social e contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a criação de cidades inclusivas.

#### Ordenamento do Território

Os arquitectos Manuel Zangui, director nacional do Ordenamento do Território Urbanístico, e Manuel Pimentel, director do Instituto Nacional do Ordenamento do Território, debruçaram-se sobre a Lei do Ordenamento do Território Urbanístico.

Durante a sua intervenção, foram unânimes em afirmar que o Sistema de Informação Territorial no processo de ordenamento do território tem um papel preponderante que não pode ser ignorado. O Sistema de Informação Territorial (SIT) permite captar, recolher, processar e analisar informações fornecidas por diferentes instituições. Permite, ainda, a criação de bancos de dados com vista a efectuar a monitoria especial dos projectos, melhorar a planificação das acções, a localização dos equipamentos sociais e industriais, infra-estruturas técnicas, comunidades e áreas sociais. O Conselho Consultivo recomendou uma célere de conclusão do relatório do estado do Ordenamento do Território Nacional.



### Governadora Cândida Narciso

A governadora Cândida Narciso mostrou a sua satisfação pelo facto do Conselho Consultivo ter decorrido em Saurimo, uma cidade que considerou "humilde e hospitaleira". Como a actividade foi programada e realizada no "Março Mulher", a governadora acompanhou todos os passos do Conselho Consultivo. E soube fazer as honras da casa realçando que "são todos bem-vindos, estamos sempre abertos e com condições para acolher bons actos a favor das nossas populações como é o caso deste Conselho Consultivo".

A governadora ficou emocionada no momento da assinatura do auto de consignação das obras de Saurimo no local, a governadora disse que "até 2017 estamos em condições de realizar aquilo que o Executivo projectou".

### Alegria dos jovens

O jovem Manuel António, disse à nossa reportagem que a Lunda Sul tem uma gestão transparente, e pretendeu saber as conclusões do projecto. E quis saber quando ficava concluído o projecto "Saurimo". Um dos técnicos presentes, explicou de forma detalhada os passos do I projecto. Muitos jovens presentes ficaram satisfeitos com as explicações: "é assim que queremos. Achamos importante que sejam prestadas contas por parte de quem governa".

Um jovem disse que quando os governantes vão às aldeias, comunas e municípios: "devem informar as comunidades sobre o que estão a fazer. Gostamos da realização do Conselho Consultivo em Saurimo, porque tivemos muita informação". Os jovens do município de Cacolo souberam muito tarde da visita do ministro do Urbanismo e Habitação, "porque queríamos fazer-lhe perguntas sobre os projectos de auto construção dirigida", cidadão" disse Manuel António.

## 7. TERRA

### 7.1 Desalojados de Chuva de Cacuo continuam em tendas a sete anos

*Jornal Angolense*  
08 De Março 2014

São mais de três centenas de famílias que vivem, aliás sobrevivem em condições inóspitas desde 2007 em tendas de campanha localizadas no bairro Golfe-2, no distrito urbano do Kilamba-Kiayi. Dentre os desalojados, estão as vítimas das enxurradas que se abateram impiedosamente sobre o município do Cacuo há sete anos, como também os populares que foram despejados pelo Camartelo demolidor do GPL nos bairros do Iraque e Bagdad. Ironia do destino ou não: os desalojados, tanto os do Cacuo como os do «Iraque» e «Bagdad» vivem paredes-meias com duas congregações religiosas, mais concretamente as igrejas Iosafath - antiga Maná- e a Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, vulgo Simão Toco. Dada a proliferação de igrejas na zona pode-se inferir que as gritantes carências materiais a que têm sido sujeitos estarão a ser mitigadas de forma espiritual.

Há poucas esperanças entre os infelizes, já que não acreditam que o quadro sombrio venha a inverter-se a curto ou médio prazo, depois de terem passado 7 anos a assistir à mudança de governadores provinciais: primeiro, Francisca do Espírito Santo, depois, José Maria dos Santos, e, por último, Bento Bento. Agora, as esperanças, ainda que ténues, recaem sobre este último edil, já que de outros guardam tristes recordações.

Logo à entrada do campo de refugiados, o Semanário Angolense deu com uma tenda gigante, de eor castanha, já bastante deteriorada. Apesar do castanho dominante, na tenda são ainda visíveis sinais de que a mesma era antes verde, pelo que tudo aponta que as chuvas, os fortes raios solares e as poeiras ofuscaram a vivacidade daquele alojamento precário.

Na tenda gigante, um pano estendido ao comprido faz a vez de porta. Na parte exterior da mesma, duas crianças debruçadas sobre uma fogueira têm o olhar concentrado numa panela que, a avaliar pela hora, seria a do almoço.

O cenário no local é, de resto, bastante desolador: junto às tendas existem várias poças de águas paradas que empestam a atmosfera com um cheiro nauseabundo, ao ponto de obrigar os visitantes a levarem, com alguma frequência, as mãos às narinas.

Indiferentes ao perigo, algumas crianças brincam sobre as águas paradas, sem que tenham por perto um adulto a chamá-las à atenção para as consequências nefastas' que poderão advir daquelas brincadeiras inocentes.

Um rasgão de dimensões consideráveis na lona da tenda reduz ainda mais a privacidade deste alojamento precário, já que a partir da fresta aberta pode-se divisar o seu interior e observar os utensílios domésticos e outras bugigangas. A um canto da cobertura de lona, um saco de lixo atrai uma fauna de insectos, moscas, baratas e ratos.

#### Testemunhos dramáticos

A presença do Semanário Angolense no local despertou a atenção de algumas famílias que se encontravam debaixo de um sol intenso.

Cada um, à sua maneira, foi desfiando o seu rosário, queixando-se das péssimas condições sociais naquela «campo de concentração». Disseram de sua justiça, os momentos difíceis que têm passado durante os sete anos que lá vivem.

Maria Fatez, mãe de três filhos, recorda, com profunda tristeza, o dia em que a sua residência foi arrasada pelas águas da chuva. Diz que não tem estado a receber nenhum tipo de apoios por parte do Estado, estando a sobreviver de «pequenos negócios de medicamentos tradicionais» que vende diariamente na «zunga». Sentada à porta da tenda já bastante carcomida pelo tempo, ela afirma que tem vivido «momentos difíceis, que só Deus sabel».

Maria lembra, com nostalgia, a sua antiga moradia, que, segundo ela, dava-lhe o «mínimo de conformo», mas que há sete anos viu-se obrigada a viver naquela tenda.

Diz que tem estado a sofrer muito com as crianças. «Enfrentamos de dia um sol insuportável e, quando chove, a situação torna-se mais complicada. De noite, não temos energia eléctrica» lamenta, com o semblante desanimado.

Apurou-se que não existe naquele espaço nenhum género de saneamento básico, nem casas de banho, daí que os moradores sejam obrigados a defecar em sacos de plásticos. «Não temos outra alternativa senão fazermos as necessidades ao ar livre, por falta de casas de banho», desabafa António Manuel, que clama ao mesmo tempo por água potável, alimentos e serviços de saúde. Entre os descontentes, está igualmente Doroteia Vuluca, 45 anos, que se queixa igualmente das péssimas condições de habitabilidade. «Vivemos mal, sem condições mínimas. Quando começarem as

chuvas, a nossa desgraça irá aumentar, já que corremos o risco de contrair várias doenças».

A sinistrada conta que as péssimas condições de habitabilidade naquele recinto já levaram à morte de alguns moradores, cujo número não precisou, uma vez que, segundo apurou a nossa reportagem, existe entre os populares um número considerável de familiares com pacientes que padecem de tuberculose e outras doenças contagiosas.

Soube-se também que várias crianças que vivem no «campo de concentração» estão fora do sistema de ensino, por falta de escolas.

Uma anciã revelou que o índice pobreza é muito elevado e que muitas famílias têm-se limitado a fazer apenas a uma refeição por dia. «Há famílias que nem conseguem comprar um pão para comer», afirmou Domingas Vuluca.

Emília Panzo, outra anciã vítima da «maldita» chuva que se abateu sobre o Cacucaco em Janeiro de 2007, diz que o local tem sido alvo de várias de acções de marginais, que, às vezes, aparecem «munidos de facas para ameaçar os residentes».

Os sinistrados disseram também que, atendendo a situação anómala que os mesmos enfrentam, no ano transacto endereçaram cartas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de verem os seus problemas resolvidos, «mas a coisa continua na mesma senda, sem qualquer resposta plausível sobre o assunto», frisou um dos moradores, que falou sob anonimato.

Entretanto, um dos coordenadores do «Centro», que falou também sob anonimato, disse ao Semanário Angolense que os moradores estão cansados com as falsas promessas dos governantes. «As pessoas aqui não têm dignidade humana, falta-lhes de tudo um pouco».

Soube-se que o único Centro de Saúde que lá existia está encerrado há muito tempo devido à falta de medicamentos e materiais gastáveis. De igual modo, o Centro de Alfabetização fechou à míngua de verbas e material didácticos para os alunos.

## 7.2 Dirigentes do MPLA usurpam terras numa clara neocolonização negra

*Jornal de Angola*  
08 De Março 2014

A ocupação de terrenos de populares por parte de alguns dirigentes do partido no poder em Angola, o MPIA, é um dos grandes problemas na Huíla. A maioria das vítimas são herdeiros e pouco podem fazer para proteger as suas terras.

O fenómeno não é novo. As formas de ocupação é que são diferentes. Simula-se que o terreno será expropriado pelo Estado por ser aliciante e estar numa zona bem localizada. Começam então as chantagens por parte dos interessados, que na sua maioria são políticos do MPLA. Localizam depois os documentos na Administração Municipal e o título de propriedade passa a ficar em nome dos interessados. Entre vários casos encontramos o da família Santos, no bairro do Tchico, nos arredores da cidade do Lubango. Urna zona bem localizada, junto à estrada principal, onde os seus antepassados viviam desde o tempo colonial. Uma parte servia para habitação e outra para agricultura de sub-sistência.

Segundo a família, a situação da piorou em 2004. Domingos dos Santos, de 62 anos, é um dos herdeiros que foi surpreendido com obras de estranhos no terreno que os seus pais lhe deixaram.

Recorreu a administração local do Lubango a fim de impedir a continuação das obras. No momento recorremos a fiscalização da Administração do Lubango para poder mandar parar as obras e assim não foi feito. A família foi forçada a contactar o antigo Administrador, na altura o senhor Adriano Tyova", conta.

Mas para o espanto desta família não era dado seguimento ao seu processo.

"Os documentos entraram na administração do Lubango e assim foi andando, íamos pondo lá e eram constantemente anulados. Afinal na ajuda que fomos pedindo ao Vigílio Tyova ele passou os documentos em nome dele", explica Domingos dos Santos.

As ameaças para deixarem o terreno aumentaram, como relata Nádia Santos, outra das herdeiras do terreno em litígio. "O senhor Vigílio Tyova diz que ele é o poder, manda e desfaz, e já nos provou isso e por conseguinte veio aqui intimidar-nos", relata. Mas a lesada não se sente intimidada com o cargo político de Tyova. "Só porque ele é membro do partido MPLA e segundo secretário na província da Huíla, o senhor

Vigílio Tyova é excelência? Lá quando está a exercer os seu cargos. Mas quando vem aqui ao nosso terreno a querer roubar ele passa a ser simplesmente o cidadão Tyova", sublinha.

A lesada exige, por isso, que não haja dois pesos e duas medidas: "A lei não pode ser uma para os ministros e outra para o povo.

Nós não nos vamos calar, se nos matam temos filhos, netos, temos criações e gerações a não ser que ele tenha que destruir uma família.

O advogado Bernardo Peso, que representa a família Santos, afirma que se trata de um caso de espoliação de terreno e abuso de poder por parte de Vigílio Tyova, na época administrador municipal do Lubango e hoje segundo secretário provincial do MPLA, partido no poder, e deputado da Assembleia Nacional.

Para Bernardo Peso, o que se passa aqui é quase a lei da selva "onde o mais forte serve-se dos seus poderes para extinguir direitos de terceiros."

Para o advogado da família Santos trata-se de um caso de abuso de poder. "Quando aqui há indivíduos ou entidades bem posicionadas que expropriam terrenos de outros, tecnicamente isto não é expropriação, mas sim esbulho, porque expropriação está ligada ao interesse público, neste caso estamos diante de abuso de autoridade", afirma.

Bernardo Peso, que também é presidente da Associação SOKA YOLA, ligada à defesa dos direitos humanos, diz que para além do Lubango também há casos semelhantes no município da Humpata.

O governador da província da Huila e primeiro secretário do MPLA, João Marcelino Tchippingui, prometeu trabalhar para se poder pôr fim a estas situações: "Este fenómeno não é novo ele vem se repetindo por i so pensamos que precisamos de tomar medidas grandes para males grandes."

### 7.3 Bairros desordenados ofuscam as cidades

*Jornal de Angola*

*12 De Março de 2014*

Em declarações Angop, António Abílio disse que as construções anárquicas dificultam o saneamento básico, sobretudo em zonas onde as empresas de limpeza têm dificuldades de acesso.

As grandes quantidades de resíduos domésticos que são depositadas em lugares impróprios, as águas estagnadas por falta de esgotos e o abate

indiscriminado de árvores provocam danos ao ambiente. Por essa razão, defende a necessidade de se regular as construções, com base numa política de gestão e urbanização.

António Abílio lembrou que as construções anárquicas vêm do tempo do conflito armado, durante o qual, por razões de segurança, as pessoas que fugiam do interior construam nas periferias das cidades. Agora, o processo de requalificação urbanística das cidades, em curso no país, deve pôr termo a esse tipo de construções.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, António Abílio referiu que, na província da Huila, o Governo já deu início ao processo de requalificação do Lubango, no âmbito do qual as moradias construídas à beira de estradas, rios, caminho-de-ferro, em encostas e sobre esgotos são demolidas.

O Lubango está ladeado de construções anárquicas, situação que deve ser corrigida no quadro do processo de requalificação urbana, que tem permitido o realojamento de várias famílias em novas áreas urbanizadas da cidade.

#### Mulher Rural é prioridade

António Abílio revelou que o Governo Provincial tem 53 reservas fundiárias, a maioria das quais no Lubango, onde a procura de terrenos é maior. A cidade tem uma população estimada em mais de 1,6 milhões de habitantes. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) vai ajudar a melhorar substancialmente a qualidade de vida das mulheres rurais, garantiu na segunda-feira, em Luanda, a chefe da secção da Família e Promoção da Mulher do distrito urbano da Maianga.

Ana Domingos, que falava à Angop, disse que o PND prevê acções específicas dirigidas à mulher rural que vão ajudar a ultrapassar as dificuldades que ainda enfrenta no seu processo de desenvolvimento. A alfabetização da mulher rural, disse, é um dos instrumentos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento, por o Executivo entender que, dotando as mulheres de conhecimentos académicos, maior é o seu contributo no desenvolvimento do país.

As autoridades do distrito urbano da Maianga desenvolvem regularmente campanhas de alfabetização no Mercado do Catinton.

## 7.4 Indígenas podem perder Terra

*Jornal Folha 8*

*15 De Março 2014*

Um clima de instabilidade agiganta-se na província do Huambo, devido ao eterno problema sobre a posse e a propriedade das terras, em função da actual política governativa, que não se coíbe em vender terras de famílias cujas gerações aí nasceram.

A camponesa Rosalina, 55 anos de idade, natural do Lomato-Huambo, desabafou ao F8, nos seguintes termos: "querem nos receber as nossas terras, para entregar aos estrangeiros", afirmou, adiantando o facto de "nós como natos destas terras, não podemos ser corridos, pois também as precisamos, para trabalhar e nos alimentar".

A maioria dos camponeses e autóctones do interior e mesmo das zonas urbanas do Huambo, condenam a visão e interpretação da constituição e da lei de terras feita pelo executivo local, principalmente, nas pessoas dos senhores, Kalunga Kissanga, Francisco Fato e Guilherme Tuluka e ainda André Milo, administrador da comuna do Benfica, de estarem a cumprir ordens do executivo central para retirada de terra de pacatos cidadãos.

As referidas terras têm proprietários e nelas estamos a praticar o cultivo de, milho, feijão, mandioca, batata-doce, para além de bananeiras, mangueiras e é aqui também onde estão as nossas humildes casas, recorda um camponês. "Agora querem nos receber e vamos comer o quê e ficar aonde", disse quetionando, "que governo é esse que nos tira a terra deixada pelos nos os ancestrais, uma coisa que nem o colono fazia

## 7.5 Casas impróprias, delinquência e chuva complicam a vida

*Semanário Angolense*

*15 De Março de 2014*

Os moradores retirados da Chicala-2 continuam em situação dramática e, agora, estão a passar por grandes dificuldades por causa da invasão das águas da chuva, que encheu as fossas e está a derrubar as paredes das residências por não terem sido bem construídas.

Os moradores estão deveras preocupados nesta época chuvosa e alegam que naquela localidade não se faz a recolha do lixo, nem há meios que os ajude a esvaziar as fossas que estão totalmente cheias de água pluvial. A maior preocupação daquela gente é com a saúde das crianças porque o bairro ainda não dispõe de um posto médico.

Outra situação que deixa os pais muito tristes e apreensivos é o facto de não haver sequer uma escola, o que faz com que as crianças provenientes da Chicala-2 se encontrem fora do sistema de ensino. Apenas alguns pais com alguma possibilidade conseguiram pôr os seus filhos em colégios.

O Semanário Angolense (SA) foi ao terreno e conversou com alguns moradores que mencionaram a falta de água potável como água não corre nas torneiras das residências e só tivemos acesso a ela nas duas primeiras semanas após a retirada da Chicala», contaram.

Na situação em que se encontram, nem todos têm a possibilidade financeira para comprar água todos os dias. «No bairro vizinho os moradores que têm reservatórios de água vendem o recipiente de 20 litros ao preço de 100kz. Para uma família são predia e nem todos o podem fazer», lamentou um dos moradores.

Assim sendo, os mesmos aproveitaram a presença do SA para apelar a administração do município de Viana ou a quem de direito para ajudá-los enviando camiões cisternas com água para os abastecer.

Nos últimos dias os populares estão a ser assaltados constantemente pelos amigos do alheio que roubam todos os seus haveres na calada da noite. Os moradores afirmam que os assaltantes estão identificados e moram no bairro das casas de chapa, chegam com motas de carroça e transportam tudo o que tiver algum valor, sobretudo o mobiliário que, pela exiguidade das casas, teve que ficar no exterior.

Como se não Polícia teme ladrões

Outra situação preocupante portas das residências de armas em punho e facas e levam mais alguns meios. Os moradores dizem que já fizeram várias queixas à esquadra mais próxima mas nunca foram atendidos, porque alegam que têm poucos agentes em serviço e não têm meios para prender os bandidos.

A população, descontentes com a situação, afirma que foram transferidos para a «boca do leão», ao invés de um bairro onde pudessem fazer a sua vida de forma pacífica. O Zango -2 tem muitos problemas como a falta de energia, água, escolas, hospitais e saneamento básico. «Atiraram-nos aqui e abandonaram-nos, ninguém faz nada, nem mesmo a administração local», reclamou uma moradora.

A senhora Feliciano Iumbi, ex-moradora da Chicala-2, mãe de seis filhos, agora moradora do Zango-2, está preocupada com a casa que lhe foi entregue proque a mesma encontra-se junto de um pequeno monte que, quando chove, faz com que as águas vão de encontro às paredes que estão a desfazer-se. Temendo que a casa

desabe ela está a retirar os seus haveres mais importantes e a guardam.

## 7.6 Entregues Lotes de Terreno para a construção de casas

*Jornal de Angola*  
*21 De Março 2014*

Antigos militares residentes no Município de Baía Farta, Província de Benguela, receberam ontem lotes de terreno para construção de residências, no Bairro 11 de Novembro, no âmbito do projecto de auto construção dirigida desenvolvido pela Administração do município pesqueiro.

O responsável da associação dos ex-militares no município, Vinho Betatela, disse que na construção das residências os vinte antigos combatentes beneficiaram de 50 por Baía Farta, Maria João, anunciou que a partir de Abril vão ser em gues mais 100 hectares de terreno loteados a outros beneficiários.

Maria João apelou às pessoas que vivem em zonas de risco para aderirem ao processo de inscrição para cedência de terrenos.

No quadro do plano de urbanização e ordenamento dos bairros mais de 60 hectares foram cedidos à população no Bairro 11 de Novembro, e estão projectadas áreas para a construção de infra-estruturas sociais como escolas postos médicos passeios e lancis.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 "Água para Todos" ganha dinamismo

*Jornal de Angola*  
02 De Março de 2014

Os participantes na reunião de balanço do programa "Água para Todos" recomendaram a adopção de mecanismos de coordenação entre as direcções provinciais de Energia e Águas e os gabinetes de Estudos e Projectos, para garantir a correcta provisão orçamental de recursos para a execução dos projectos.

No encontro, que terminou na sexta-feira, os participantes recomendaram igualmente a coordenação entre as direcções provinciais de Energia e Águas e as administrações municipais, enquanto entidades responsáveis pela aplicação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

A adopção desses mecanismos permite uma correcta coordenação metodológica e uma maior eficácia das acções. O encontro decidiu também a prestação de informações regulares sobre a execução do programa "Água para Todos", devendo os directores provinciais compilar os dados das Administrações Municipais e remetê-los mensalmente à comissão técnica de coordenação do programa.

Os participantes concluíram ainda que as Direcções Provinciais devem garantir a inserção de recursos financeiros nos parcelares provinciais do Orçamento Geral do Estado, de modo a garantir a materialização dos projectos.

Na abertura do encontro, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que um dos principais objectivos do Programa "Água para Todos" é estimular o fomento da produção agrícola nas zonas rurais.

### 8.2 "Água para todos" atinge 57 por cento do território nacional

*Economia e Finanças*  
07 De Março de 2014

A implementação do programa "Água para Todos", que teve início em 7.007 e que Pretende assegurar o acesso à água potável a 80 por cento da população das zonas rurais, atingiu uma taxa de cobertura na ordem dos 57 por cento, em 70 sedes municipais, estimando-se um universo de 375.799 de novos beneficiários. A

informação foi avançada pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, quando na passada semana procedia ao balanço da execução dos projectos. Segundo o governante, o incremento da taxa de cobertura, em termos de infra-estruturas está a garantir melhores indicadores no abastecimento de água. Dados indicam que em 7.013 foram construídos 364 novos pontos de água e 167 novos pequenos sistemas de abastecimento de água, distribuídos pelo território nacional.

"Uma vez construídos os sistemas de abastecimento, será necessário garantir a sua operacionalidade, o que passa por encontrarmos um modelo para a sustentabilidade técnica e financeira destes empreendimentos, que como sabemos representa elevados custos para o erário público", revelou.

Lembrou que o desafio do Executivo não se resume no fornecimento de água potável nas zonas rurais, mas estende-se nas zonas urbanas, com o desenvolvimento do vasto programa de reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água, além da extensão das redes de distribuição.

As empreitadas em curso decorrem nas capitais provinciais de Luanda, Huambo, Kuito (Bié), Ondjiva (Cunene), Menongue (Kuangubango), Luena (Moxico), Uíje, Namíbe, Malanje, Ndalatando (Kwanza-Norte), Lubango (Huíla) e Sumbe (Kwanza-Sul).

Decorrem também obras de ampliação das redes de distribuição de água e construção de ligações' domiciliárias, nas cidades de Malanje (72.260 ligações), Ndalatando (6.400), Uíje (9.400), e Huambo (19.000). Para a monitorização e controlo da qualidade da água, à escala nacional, decorrem um conjunto de acções que visam a construção de novos laboratórios, que permitirão permanente a caracterização da qualidade de água para o consumo humano.

#### Oferta de água em Luanda

De modo a reduzir o défice do abastecimento de água na província de Luanda, está prevista a construção de dois novos sistemas de captação e tratamento, bem como o projecto que contempla a construção de novas condutas adutoras, centros e redes de distribuição de água. Na ocasião, o titular da pasta revelou que estão também em curso, acções de reabilitação e ampliação dos reservatórios da Maianga, Marçal e do Cazenga. Estes investimentos vão melhorar, significativamente a qualidade de vida das populações.

Em Luanda, destaca-se a execução do programa de estabilização, que deverá assegurar a recuperação de 15°.000 metros cúbicos (m3) de capacidade de adução,

com a reabilitação de centros de distribuição e instalação de novas adutoras. Ainda em Luanda perspectiva-se a construção de 75.000 ligações domiciliárias. A Epal realizou, um conjunto de 120.000 ligações, com particular incidência nos bairros do Cazenga e Benfica. Como resultado, estima-se que mais 600.000 habitantes dessas áreas tenham passado a beneficiar água canalizada. Incremento Por sua vez, o secretário de Estado das Águas e coordenador da comissão técnica do programa "Água para todos", Luís Filipe, referiu que o projecto está com altos níveis de cumprimento, tendo destacado que este ano as acções serão incrementadas. O governante destacou que nas províncias do Uíje, Lunda-Sul e Benguela são as localidades onde as atenções serão redobradas.

Dados do Ministério da Energia e Águas indicam que em 2013, registou-se a entrada em serviço do sistema de abastecimento de água de Ondjiva, cuja empreitada encontra-se em fase de conclusão. Esse sistema assegura o atendimento às localidades de Xangongo, Môngua, Bulunganga, Ondjiva, e deverá em breve, atender as localidades de Namacunde e Santa Clara. A entrada em serviço desse sistema, dotado de mais de 100 km de conduta adutora, contribuiu consideravelmente para mitigar os efeitos da seca que vem assolando a província do Cunene.

### 8.3 Em 2013 'Água para Todos' beneficiou mais de 432 mil nas zonas rurais

*Jornal O PAÍS*

*07 De Março de 2014*

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, considerou em Luanda, que estimular o fomento da produção agrícola nas zonas rurais do país constitui um dos principais objectivos da materialização do 'Programa Água para Todos'.

Falando na abertura da 9ª Reunião de Balanço do Programa Água para Todos', João Baptista Borges, ressaltou que o projecto visa promover o aumento da produção agrícola de forma a se reduzir a pobreza no país.

O ministro enfatizou, que o programa, está a melhorar a qualidade e quantidade do fornecimento de água potável à população da zona rural do país, sendo que, em 2014, o projecto vai abranger todos os municípios do interior do país.

O titular do pelouro da Energia e Águas, salientou também que, em relação a 2013, foi positiva a taxa de execução do programa.

### Novos sistemas de captação em Luanda

O Minea vai construir dois novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, nos próximos tempos, em Luanda.

O projecto, ressaltou, o ministro, contempla também a instalação de novas condutas adutoras, centros e redes de distribuição, que vão permitir aumentar a qualidade e a quantidade de água a ser fornecida para Luanda, este momento, precisou, decorrem acções de reabilitação e ampliação dos reservatórios de água do município do Cazenga, do distrito urbano da Maianga e da zona do Marçal. 'Estes investimentos vão melhorar significativamente a qualidade e a quantidade de água a ser fornecida na capital do país. Essas acções são parte de um conjunto de investimentos estruturantes que vão melhorar os nossos serviços, a médio e longo prazo', referiu, adiantando que, a par desses projectos, estão a decorrer acções formativas de técnicos do sector para permitir a sustentabilidade dos programas, assim como garantir a durabilidade e manuseamento dos equipamentos.

Programa 'Água para Todos' com taxa de cobertura de 57% O secretário de Estado para Águas, Luís Filipe da Silva, precisou, na ocasião, que 432.701 habitantes das zonas rurais do país beneficiaram do abastecimento de água potável em 2013 em resultado da materialização do 'Programa Água para Todos', que teve uma taxa de cobertura de 57%, no período em referência. Luís Filipe da Silva referiu que o programa está a permitir aumentar a quantidade e qualidade da água para o consumo da população das zonas rurais do país, assegurando que a execução do programa está a decorrer sem qualquer sobressalto a nível das províncias, municípios, comunas e aldeias angolanas.

O secretário de Estado das Águas, ressaltou ainda que, durante o ano 2013, foram construídos 466 pontos de águas e instalados 167 pequenos sistemas de abastecimento de água,

Refira-se que o programa 'Água para Todos' é uma iniciativa do Executivo materializada pelo Minea, tendo arrancado em 2007 e estendendo-se até 2017. Actualmente, mais de quatro milhões de habitantes das zonas rurais beneficiam já do projecto.

Na 9ª Reunião de Balanço do Programa Água para Todos', participaram do encontro, representantes dos ministérios da Comunicação Social, Ambiente, académicos, além de responsáveis do Minea oriundos das 18 províncias do país.



## 8.4 Especialista em políticas públicas diz: metade da população angolana não consome água potável

*Jornal Actualidade*  
07 De Março de 2014

No terceiro mês de cada ano, o mundo promove discussões sobre os diversos temas relacionados com este importante bem natural. No mesmo dia, mês e ano, a ONU também divulgou a "Declaração Universal dos Direitos da Água".

No contexto angolano, nota-se um escoamento superficial anual estimado em cerca de 140km cúbicos que comporta 47 bacias hidrográficas, tornando o país num dos mais ricos da região austral de África.

Para que os cidadãos possam ter acesso a água potável, o Executivo angolano lançou em 2007, o projecto "Água para todos" que, segundo dados, mais de quatro milhões de habitantes das zonas rurais beneficiam do programa que visa combater a fome e a pobreza.

Durante o ano de 2013, foram construídos 466 pontos de água e instalados 167 pequenas cisternas de abastecimento.

Em recente entrevista concedida aos órgãos públicos, no passado dia 27 de Fevereiro, pelo ministro de Energia e Águas, João Baptista Borges, avançou que em 2013 o programa "Água para todos" teve uma cobertura de 57% da população concentrada nas zonas rurais.

Em reacção, David Kissadila, pós-graduado em Gestão de Administração Pública na especialidade de Políticas Públicas, disse não concordar com a percentagem avançada pelo ministro angolano.

Em declarações ao Manchete, esta segunda-feira, o especialista afirmou que os números contrastam com a realidade. "Como é que 57% da população rural consome água do projecto, se em Luanda, capital do país, aí nao Tunga Gó, no Cazenga, no K9 em Viana, as populações não bebem água potável?", questionou-se, tendo adicionado que esteve recentemente na província do Namibe e constatou a escassez do precioso líquido nas localidades da Bibala e Virei. "A metade da população angolana não consome água potável", acrescentou.

David Kissadila, apontou a falta de água na Central idade de Cacuo, construída no âmbito do fomento à habitação, como exemplo claro que revela o pequeno grupo de cidadãos que consomem água potável. Segundo o perito, a OMS - Organização Mundial da

Saúde - indica os principais elementos que determinam o líquido próprio para consumo humano. "E, o que se consome é água de chafarizes, cacimbas e tanques em mau estado de conservação", rematou.

Em seu entender, os números avançados pelo ministro, seriam credíveis se o senso populacional já tivesse sido realizado. De acordo com o nosso entrevistado, as estimativas "não são fiáveis porquanto revelam percentagens longe da actual realidade".

O especialista afirma ainda que projectos do género deviam ser melhor implementados por contribuírem positivamente no combate à fome e à pobreza, um dos itens enquadrados nos objectivos do desenvolvimento do milénio e que devem ser alcançados até 2015.

Entretanto, Kissadila, pensa que o Governo deve adoptar políticas claras e implementar um processo de monitorização. Em cada ano comemorativo sobre a água, A organização das Nações Unidas aconselha sempre o seguinte: "Água é vida, vamos usar com inteligência para que ela nunca falte".

## 8.5 Luanda agregada 35% dos casos de malária de todo o país

*Jornal A capital 2014*  
07 De Março de 2014

A capital registou, no ano passado, 1 milhão e 100 mil casos de malária, tendência que se deverá manter em 2014: só no mês de Janeiro, houve 60 mil diagnósticos. Os dados foram avançados pela directora provincial da Saúde de Luanda, Rosa Bessa, durante o m 'Encontro Provincial do Programa de Controlo da Malária', realizado na quarta-feira, no município do Cazenga. Segundo a responsável, o Cazenga é um dos principais focos da doença na capital, tal como Belas e Icolo e Bengo.

Dos casos registados, 63% acorreram em cidadãos com menos de 14 anos, sendo que, destes, 38% foram crianças com idade inferior a 5 anos. As grávidas contribuíram em 12% para estas estatísticas. O balanço indica ainda que todas as faixas etárias até aos 14 anos representam 83% do total de vítimas fatais.

Rosa Bessa alertou, igualmente, para a falta de rigor no diagnóstico da doença, adiantando que 40% dos doentes recebem tratamento sem diagnóstico confirmado, 45%, tratamento com taxa negativa e há 41% de falsos positivos.

Por isso, a directora exortou as instituições hospitalares a investirem na implementação dos testes rápidos, lembrando que reduzem o tempo de espera do paciente, acelerando o diagnóstico.

## 8.6 Panguila com mais água potável e energia

*Jornal de Angola*  
09 De Março de 2014

A falta de água e de energia eléctrica na localidade do Panguila vai ser ultrapassada com a substituição da canalização (de água) e a construção de uma subestação móvel de energia eléctrica, anunciou na quinta feira o administrador do município do Dande, província do Bengo.

Mateus Manuel, que falava à imprensa no final de um encontro com responsáveis da administração do Dande, da EPAL, EDEL e da coordenação do projecto habitacional do Panguila, declarou que as principais preocupações da circunscrição estão relacionadas com o fornecimento de energia eléctrica, água potável, recolha de lixo (saneamento básico) e melhoramento das ruas.

Ao referir-se à situação da água, garantiu que ela fica resolvida com a aplicação de uma outra conduta que vai ligar Quifangondo ao Panguila, devido ao facto de a actual tubagem estar velha e ser vandalizada com ligações clandestinas, factores que provocam roturas e condicionam o abastecimento em quantidade suficiente e de forma regular. Enquanto durar o processo de colocação da nova tubagem, a Administração vai recorrer ao Governo Provincial do Bengo, para adquirir camiões cisternas para o abastecimento de água aos habitantes.

"Este problema não se deve pôr na urbanização do Panguila, mas nas localidades mais recônditas desta circunscrição, designadamente Muzondo, Ludy e Quissomeira, e nas comunas do Quicabo e Úcua, onde a estiagem se faz sentir", realçou o gestor da municipalidade.

Quanto à energia eléctrica, disse estar minimamente ultrapassada, com a construção de uma subestação móvel no Panguila, para diminuir a carga da subestação do Quifangondo.

"Anima-nos o facto de a EDEL, EPAL, coordenação do projecto habitacional do Panguila e Administração Municipal do Dande sentirem a necessidade de se emvidar esforços para o abastecimento de água e energia à população local, o melhoramento dos acessos e a diminuição do lixo", realçou.

Relativamente aos arruamentos, disse que este ano, através do Ministério da Construção, vai prosseguir a execução do projecto de recuperação das ruas, dando prioridade, desta forma, às ruas estruturantes, que dão melhor acesso às pessoas entre os seus sectores e a

Estrada Nacional, tanto no tempo chuvoso como no tempo seco.

Manuel Mateus, que considerou positiva a visita ao Panguila, através da qual procurou inteirara-se dos principais problemas da população da localidade, salientou que há tarefas que dependem da sua jurisdição e outras do Governo Provincial, enquanto no caso da EDEL e EPAL depende das direcções das empresas encontrar soluções para os problemas que afectam as populações.

O Dande é um município do Bengo, cuja sede é Caxito. Tem 6.529 quilómetros quadrados pelo menos 83 mil habitantes. É limitado a Norte pelos municípios de Ambriz e Nambuagongo, a Este pelos municípios dos Dembos, Bula Atumba e Pango Aluquém, a Sul pelos municípios de Icolo e Bengo e Cacuaco (Luanda) e a Oeste pelo Oceano Atlântico. É constituído pelas comunas de Barra do Dande, Caxito, Mabubas, Quicabo e Úcua.

## 8.7 Sistema de água em Caparacassa

*Jornal de Angola*  
09 De Março 2014

Mais de 2.000 habitantes da povoação de Caparacassa, município de Chinjenje, província do Huambo, vão passar a ter acesso a água potável, graças à instalação de um sistema de abastecimento.

Inaugurado na quinta- feira, pelo secretário-geral do MPLA, Dino Matrosse, o sistema foi construído à base de furos de água e dispõe de um tanque com capacidade para bombear 50 mil litros e um chafariz, cujo funcionamento é assegurado por energia solar.

Dino Matrosse esteve na província do Huambo para avaliar o funcionamento das estruturas intermédias e de base do partido, assim como o grau de crescimento económico-social da região.

## 8.8 Água da EPAL desviada para abastecer fábrica de gelo de chineses

*Jornal A Capital*  
14 De Março 2014

Moradores do bairro Boa Esperança 11 e Balumuka contaram ao Agora que Marcelina Tavares se tem aproveitado do facto de a sua residência estar fixada a sete metros do chafariz que fornece água aos residentes.

Rebeca Salomão, moradora no Boa Esperança II, adianta que a cidadã em causa "sempre defendeu, perante os vizinhos, que a parcela de terra por onde passa o cilindro de água da EPAL é da sua propriedade", alegando que, por essa razão, pode usá-la "a seu bel-prazer", o resultado, relatam os residentes, é um negócio de venda de água a chineses e costarriquenses, o qual se expande diante do prejuízo de cerca de 2.000 pessoas, obrigadas a gastar cerca de 100 Kz por cada bidão de água. Apesar de não desmentir as transacções -que têm como finalidade a produção de gelo e refrigerantes caseiros -, a acusada alega que a apropriação da tubagem, sita na rua da Conduta, foi realizada com o consentimento da Comissão de Moradores, entidade responsável pela administração do imóvel.

Acusada garante ter o aval da comissão de moradores

Por sua vez, a Comissão de Moradores diz desconhecer as manobras feitas por Marcelina Tavares, demarcando-se da polémica. "Isso não corresponde à verdade. Não é nosso direito privatizar ou dar em exclusivo o consumo dos bens públicos a particulares", disse fonte da comissão.

Marcelina Tavares insiste, contudo, na ideia de que não está a lesar ninguém. "Faço isto somente de noite, para reservar água e abastecer a fábrica de gelo", argumenta, acrescentando que os clientes "são legítimos proprietários" das instalações que estão a ser abastecidas. "Nunca tive a intenção de prejudicar ou pôr em causa o direito das pessoas ao consumo do bem público", assegura a moradora.

Embora os transtornos se arrastem há dois anos, Luís Vieira, responsável da EPAL naquela área, garantiu ao nosso jornal que só agora está a ter conhecimento do caso. "É difícil acreditar que situações dessas aconteçam diante dos olhos dos cidadãos lesados, sem que haja denúncias. Esperamos que os moradores colaborem, a fim de que os garimpeiros sejam punidos nos termos da lei", disse.

O responsável garante também que o caso vai ser averiguado, criando-se condições para "bloquear as perfurações introduzidas no cilindro da EPAL pela cidadã acusada, permitindo-se que os moradores voltem a usufruir do bem público". Luís Vieira avançou ainda que o processo vai ser submetido à investigação policial.

População aguarda resposta da polícia

Além das acusações de apropriação indevida do património colectivo, os moradores lembram que está em causa um problema de saúde pública.

"A situação é deveras lamentável, pelo facto de estarmos a consumir água turva proveniente de cacimbas e reservatórios domésticos não desinfectados", alerta Rebeca Salomão.

Ademais a esta realidade, está também em causa a poluição causada pela fábrica de gelo, de propriedade chinesa. No dizer dos moradores, nem a Polícia consegue intervir a favor do bem-estar comunitário. "É uma situação assustadora porque, além de estarmos privados de água potável, somos obrigados a suportar todas as noites o barulho ensurdecedor e a inalação do dióxido de carbono proveniente do local", defende Paulo Jorge.

O morador acrescenta que a população já apresentou queixa à Polícia, sem que, até ao momento, a mesma tenha produzido qualquer consequência.

## 8.9 Águas para Todos aumenta a taxa de cobertura em 5%

*Jornal O PAÍS*

*14 De Março de 2014*

Os participantes a IX Reunião de Balanço do Programa Água para Todos, constataram haver um incremento de cerca de 5% na taxa de cobertura relativamente à situação existente em final de 2012, fixando a taxa actual em cerca de 57%.

No comunicado final produzido na reunião, os participantes, concluíram da necessidade de estudo e implementação de um modelo de gestão operacional dos sistemas, enquadrado nas leis vigentes, assim como da sustentabilidade operacional dos sistemas.

Concluíram igualmente que os mecanismos de recrutamento e admissão de quadros ao nível da administração pública têm impedido o aproveitamento do pessoal formado, nas acções de operação e manutenção dos sistemas construídos.

Os participantes à reunião recomendam, por essa via, a adopção de soluções que visem o enquadramento do pessoal técnico, formado, responsável, pela operação e manutenção dos sistemas e a adopção de soluções simples e, sempre que possível, que utilizem energias renováveis.

Entre as recomendações avultam a criação ao nível local, de uma 'bolsa' de empreiteiros e fiscais, 'certificados' e qualificados, para consulta em termos de potencial contratação, a adopção de mecanismos de coordenação, entre as direcções provinciais de Energia e Águas, e os gabinetes de estudos e projectos provinciais, com vista a garantir quer a correcta provisão orçamental de recursos financeiros para os

projectos em carteira, quer a execução financeira dos projectos em curso.

Os participantes referiram ainda a necessidade da adopção de mecanismos de coordenação entre as Direcções Provinciais de Energia e Águas e as Administrações Municipais, enquanto entidades responsáveis pela implementação dos programas municipais integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, que permitam uma correcta coordenação metodológica e uma maior eficácia das acções, bem como a necessidade de prestação de informações regulares sobre a execução do Programa, sendo que, os directores provinciais de Energia e Águas deverão centralizar e compilar os dados das administrações municipais e, seguidamente, remetê-los com uma periodicidade mensal à Comissão Técnica de Coordenação do Programa Água para Todos.

Garantir a instalação de recursos financeiros Consta ainda entre as conclusões e recomendações que as direcções provinciais devem garantir a inscrição de recursos financeiros nos parcelares do Orçamento Geral do Estado provinciais, de modo a garantir a materialização dos projectos em carteira e destaca que todos os intervenientes mantêm o empenhamento no objectivo social e humano do programa, a garantia do abastecimento da água potável à generalidade das populações rurais.

Na reunião, que foi orientada pelo Ministro de Energia e Águas, João Baptista Borges, com a presença dos secretários de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, e do Ambiente, Syanga Abilio, participaram, os membros da Comissão Técnica de Coordenação do Programa Água para Todos, directores e representantes das direcções provinciais de Energia e Águas, consultores e convidados.

Foi feita a apresentação do Balanço Global do Ano 2013, a apresentação dos relatórios de balanço pelos directores ou representantes provinciais de Energia e Águas, bem como das iniciativas de promoção central e orientações metodológicas para a implementação do Programa.

A apresentação de experiências na perspectiva das empresas parceiras, assim como a apresentação do equipamento JERRYCAN LIFESAVER SYSTEMS e o Modelo MOGECA (Modelo de Gestão Comunitária de Água), constaram ainda dos temas debatidos e discutidos.

## 8.10 Auscultados os problemas da população

*Jornal De Angola*

*15 De Março de 2014*

O governador da província (Luanda, Bento Bento, deslocou-se ao município de Cacuaco, onde viu a população e aferiu os problemas sociais do município.

As dificuldades que mais afligem a população de Cacuaco relacionam-se com o fornecimento de energia eléctrica e água potável e os sectores da Saúde, Educação, Obras Públicas e Segurança Pública.

Os municípios pediram a Bento Bento uma maior presença da Polícia, através da abertura de mais postos policiais, a drenagem das valas, terraplenagem e colocação de asfalto nas vias secundárias e terciárias a promoção de concursos locais para o recrutamento de novos funcionários para os sectores da Saúde e Educação, com o objectivo de evitar absentismo por parte de profissionais que não residem no município.

A população transmitiu ainda ao governador ser necessária a instalação de pontes para ligar o bairro Paraíso ao mercado do Quicolo ao bairro da cerâmica e a nomeação de um administrador para a Centralidade de Cacuaco.

Em resposta, o governador pediu aos responsáveis da EPAL e da EDEL presentes no encontro para explicarem os projectos que têm m área e os prazos para a conclusão das obras. AEPAL efectua ligações domiciliárias, devendo instalar 51.947 torneiras nos bairros da Nova Urbanização, Bate Chapa, 4 de Fevereiro, Vidrul, Cemitério 14, Combustíveis Ndala Mulemba e Quicolo.

## 8.11 Agua continua rara na centralidade de Cacuaco

*Novo Jornal*

*21 De Março de 2014*

O problema da falta de água na centralidade de Cacuaco parece não ter ainda um fim à vista, embora a Sonangol Imobiliária e Propriedades Lda (SONIP) preveja a solução do problema no final do primeiro semestre. Os moradores andam com bidões e bacias à cabeça para conseguir o precioso líquido.

A reclamação continua e a solução do problema dos cerca de 10 mil habitantes tarda em chegar. Dona Luzia reside há três meses na centralidade de Cacuaco. A moradora do bloco 12 disse ao Novo Jornal que tem

de pagar 300 a 150 Kwanzas, por um bidon de 20 litros de água.

"Saímos do Cazenga, a pensar que tudo estaria resolvido. Mas não. Temos de subir escadas com os bidões à cabeça porque a água ainda não corre nos nossos apartamentos", explicou a interlocutora, acrescentando que compra água nas carrinhas que ali se deslocam para comercializar o precioso líquido.

"As pessoas vêm nos vender água com bidões, trazem carrinhas e vendem 300 a 150 kwanzas cada bidon. Isto, quando não há água em parte alguma da cidade", acentuou.

Dos 12 blocos existentes na nova urbanidade, apenas dois jorram água nas torneiras, de forma intermitente, de acordo com os moradores. "Mas, também, é só no primeiro piso. Se a água correr algumas horas de manhã, já não corre de tarde, nem de noite. Dizem que vamos ter água restabelecida somente no final de Junho", disse, ansiosa Filomena Gaspar, residente da zona.

A presença da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) ainda não se faz sentir no local, o que deixa mais apreensivo os moradores da centralidade que há mais de três meses anseiam ver a água correr nas suas torneiras.

"Enquanto não resolvem o problema, estamos condenados a ir buscar água distante com os nossos carros. A EPAL não se faz sentir. Dizem que a SONIP entregou as chaves das casas sem conclusão dos trabalhos. O Presidente da República disse que o povo tem direito à habitação, então, o trabalho tem de ser completo", reclamou Vasconcelos Luanda, outro residente da centralidade.

Com o início das aulas na centralidade, Miguel Fortes disse estar preocupado com o uso das casas de banho por parte das crianças. "As crianças vão começar a estudar e não temos água nas casas de banho. Como é que isto vai ficar daqui a dois meses? Depois vão dizer que os moradores não estão a cuidar das instituições que o Estado está a fazer, não é?", questiona, com preocupação.

Reagindo sobre o assunto, o presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, garantiu recentemente em Luanda, que o problema da água deverá ser ultrapassado até ao final do primeiro semestre do corrente ano.

"Os problemas da falta de água nas centralidades de Cacuaco e do Kilamba estão a ser resolvidos junto da Empresa Pública de Águas de Luanda", garantiu, o responsável.

Além da falta de água, os moradores reclamam também da falta de administração, transportes públicos, hospitais, débil saneamento básico e segurança pública, falta de mercados e outros serviços sociais.

A centralidade de Cacuaco está localizada no Musseque Sequele, a cerca de dez quilómetros da Via Expresso. A urbanização conta, nesta primeira fase, com cerca de dez mil e dois apartamentos. A urbanidade está dividida em 12 blocos e 426 edifícios.

## 8.12 Requalificação na Terra-Nova dificulta fornecimento de água e luz

*Semanário Continente*  
21 De Março de 2014

As obras na referida zona estão a ser executadas I por duas empresas de construção civil, uma portuguesa e outra de nacionalidade chinesa. O atraso na finalização dos trabalhos de reconstrução das vias alternativas e recuperação do sistema de saneamento básico, deixa cada vez mais insatisfeitos os habitantes daquela circunscrição de Luanda, pelos constrangimentos causados com as empreitadas.

No local, a reportagem do Continente encontrou um dos responsáveis das obras em curso, que responde pela empresa MCA, de nacionalidade portuguesa que atende pelo nome de Marinho. Ele descartou qualquer cumplicidade pelas inúmeras dificuldades que os moradores do citado bairro estão a atravessar.

A este jornal, o empreiteiro disse que a obra foi consignada à sua empresa em Março de 2011, mas até ao momento as obras não têm fim à vista. Marinho justificou o atraso para a conclusão da empreitada alegando incumprimento no acordo feito com o Governo Provincial de Luanda, que, de acordo com o responsável da obra, recebeu à verba tardiamente, facto que implicou a sua retomada dois anos depois, isto é, em Março do ano passado, tendo remetido outras questões de atraso às empresas Teixeira Duarte, China Construtions e Casais.

Face aos constrangimentos causados pelas obras, os automobilistas dizem não ser fácil circular pela avenida Hoji-Ya-Henda, atendendo o trânsito congestionado por causa do estreitamento da via. "Essas obras estão a provocar enormes problemas, principalmente o engarrafamento que nos leva muito tempo na via. O taxista trabalha com o tempo", desabafou à nossa reportagem um dos taxistas que não se quis identificar, para quem "o Governo da Província de Luanda, deve

fiscalizar com rigor o cumprimento do prazo estabelecido para a conclusão das obras".

O mesmo descontentamento foi manifestado pelo senhor António José, funcionário público e morador há mais de 30 anos no bairro da Terra-Nova. De 59 anos, o ancião lamenta o facto e diz que "estamos a enfrentar momentos complicados com o andamento demorado dessas obras, e, o mais agravante é que, as mesmas não têm tempo determinado para a sua conclusão, algo que está a dificultar o fornecimento constante da água e luz", frisou o munícipe, visivelmente agastado com a situação que dura há dois anos, sob olhar impávido e sereno das autoridades do GPL.

Entre as moradoras "zangadas" com cenário na zona do "Nelito Soares", no Rangel, está a dona Ângela, moradora há dez anos, algures na Terra-Nova. Ao contemplar o passado, a cidadã recorda, apresentando como exemplo, o estado em que se encontrava a famosa rua das "Pedrinhas".

"É simplesmente de lamentar, o estado em que se encontra pois, as obras estão há dois anos", sublinhou a moradora, acrescentando "várias empresas já passaram por aqui, começam com o trabalho e nunca terminam, depois vem mais outra e, assim vai o nosso Nelito Soares", lamentou.

Os moradores já realizaram várias reuniões com a Comissão de Moradores, que por sua vez encaminhou as preocupações à Administração local, mas segundo ela, a situação prevalece, uma vez que nunca foram respondidos os seus clamores. Aqueles moradores temem pelo pior, com o ameaçar das chuvas que já começam a cair com alguma intensidade sobre à cidade de Luanda, e muitas das vezes, quando chove, a vida de muitos "deixa de ter sentido".

Com as chuvas, os buracos provocados pelas obras que nunca acabam vão se transformar em lagoas e que poderão provocar doenças à população, com maior vulnerabilidade às crianças que, não tendo noção do perigo exposto vão querer brincar nas valas criadas.

A falta de água é outro "calcanhar de Aquiles" que deixa a dona Ângela e outros moradores de "mãos atadas", porquanto, alegam que todos os dias têm de desembolsar no mínimo 100 Kwanzas, para conseguir um bidão, e, em muitas circunstâncias, têm de percorrer longas distâncias para encontrar o precioso líquido.

E, mesmo entre os trabalhadores que executam a obra, houve quem se manifestou repugnante pelo tratamento que recebem da entidade empregadora. Falando sob anonimato, um dos operadores angolanos

da Construtora portuguesa MCA, disse que o salário que auferir não condiz ao trabalho árduo que tem sido evidenciado na referida empresa, "são muitas as obras feitas com muito trabalho, mas infelizmente não recebemos o salário merecido", sustentou a fonte.

### 8.13 Sector de energia e águas no Huambo aborda normas de aquisição de serviços

*Jornal Manchete*

*21 De Março de 2014*

A província do Huambo, acolheu em finais da primeira quinzena do mês em curso, o seminário interprovincial sobre "normas e procedimentos de aquisição de bens e serviços", que juntou nesta cidade, 40 técnicos, em representação das direcções provinciais do sector de energia e águas das províncias de Cabinda, Cuanza Sul, Bié, Benguela, Zaire, Huila, Namibe, Cunene, Cuando Cubango e Huambo como anfitriã, e visou reforçar os conhecimentos dos responsáveis da área, sobre os princípios e normas de aquisição de bens e serviços.

Durante a formação, os participantes foram divididos em grupos de trabalho, e submetidos a sessões teóricas e práticas, em relação aos procedimentos a observar no acto da aquisição de bens e serviços. O evento, conta com a assistência técnica da Direcção Nacional de águas de Portugal, e com o financiamento da União Europeia.

No final do encontro, "os participantes manifestaram, em comunicado final, a sua satisfação pela realização da referida acção formativa e, encorajaram o Ministério da Energia e Águas, no sentido de prosseguir com acções do género, visando a elevação das habilidades profissionais dos quadros do pelouro. Os formandos apelam, na nota, a necessidade da realização de encontros periódicos do género, tendo em conta a dinâmica do sector da energia e águas na actual fase do desenvolvimento do País, em que o sector, é chamado a desempenhar um papel preponderante" conclui o documento.

Domingos Felício, da província do Cuando Cubango, disse à nossa reportagem ter gostado da realização do encontro e, espera aplicar na prática, todos os conhecimentos adquiridos ao longo da formação.

"Precisávamos deste tipo de actualização porque o País, tem estado a produzir muita legislação e, como gestores públicos, temos que estar a par das leis que estão em vigor, para além de outros conhecimentos que os nossos formadores trouxeram, fruto das suas próprias realidades, que são muito diferentes da nossa" destacou.

Outro profissional ouvido pela reportagem Manchete, é Pedro Donga, da província do Zaire, para quem, "o seminário, serviu como uma plataforma de troca de experiências entre os profissionais do sector espalhados por diferentes cantos do nosso País, o que permite, obter' informações, sobre a realidade objectiva de outras províncias, em relação as actividades que têm estado a desenvolver, e, propiciar um intercâmbio entre os quadros do Ministério".

Manuel Eduardo, porta-voz do encontro, disse aos jornalistas, que o seminário superou todas as expectativas, tendo em conta o grau de participação dos formandos nos diferentes temas e nas respectivas sessões práticas de simulação em que estiveram engajados, durante 4 dias.

"Estamos muito satisfeitos pela forma como decorreu o encontro. Os técnicos e os formadores, deram todos o seu máximo e, quando assim acontece, os resultados, não poderiam ser outros," Concluiu.

Temas como: Gestão e Manutenção, Descentralização, Lei da Contratação Pública, Notas Técnicas Básicas sobre Sistemas de Abastecimento de Águas, Preparo de Águas Superficiais e Subterrâneas, bem como, Preparação de Contrato e Identificação de Necessidades, preencheram a jornada formativa.

## 8.14 Agua potável chega às aldeias

*Jornal de Angola*

*27 De Março de 2014*

*Texto: Fernando Neto(Tomboco) e*

*Tatiana Marta (Huambo)*

No entroncamento da aldeia da Casa de Telha, com aproximadamente 870 habitantes, foi instalado um sistema de abastecimento, que inclui um chafariz com uma dezena de torneiras.

A aldeia passou a ter igualmente um tanque de dez mil litros para o armazenamento de água e uma placa solar que fornece energia ininterruptamente.

O governador provincial, Joanes André, que inaugurou estes empreendimentos, ofereceu aos habitantes da aldeia recipientes de 20 litros para poderem transportar a água do chafariz e poderem guardá-la em casa. O director provincial da Energia e Águas disse que o sistema de água ainda não satisfaz a procura e que por isso vão ser feitos mais três furos artesianos, que podem começar a funcionar dentro de dois meses.

António Mossito afirmou que os sistemas de água instalados nas várias aldeias têm capacidade para

abastecer no máximo 350 pessoas e que no caso da Casa de Telha, que tem cerca de 870 habitantes, são precisos mais três.

O director provincial da Energia e Águas prometeu a instalação de mais painéis solares na Casa da Telha, "uma solução mais viável do que a de grupos geradores, que têm custos elevados com os combustíveis". Nos bairros de Santo António e Capango, na província do Huambo, foram inaugurados, pelo administrador municipal, dois sistemas de captação e distribuição de água potável.

José Marcelino anunciou que sistemas idênticos vão ser instalados nos restantes bairros da cidade onde se verificam carências de distribuição e que a iniciativa se destina a levar as pessoas a consumir água potável e a acabar com a frequência de algumas doenças. Os sistemas, que funcionam com painéis solares, são construídos no âmbito do programa Água para Todos.

## 8.15 Água potável vai atingir todo território nacional

*Jornal Economia e Finanças*

*28 De Março de 2014*

*Texto:Yola do Carmo*

O programa do Executivo angolano, para o sector das águas tem contribuído significativamente para melhorar a distribuição e o acesso da população ao precioso líquido. Segundo o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, quando discursava, em Luanda, na abertura da jornada comemorativa ao dia mundial da Água.

Na sua intervenção, o governante disse que as acções conducentes à melhoria dos níveis de acesso à água e à electricidade constituem parte importante da agenda do Executivo, enquadradas no plano de acção do sector da energia e águas, para o período 2013/2017. De acordo com o titular da pasta, ainda persistem em Angola, significativas limitações no acesso à água e à electricidade.

Quanto às acções que estão a ser desenvolvidas para se inverter a situação, João Baptista Borges referiu que está em curso a ampliação e construção de novos sistemas de abastecimento de água a nível nacional (tanto no meio urbano como no rural), o que vai proporcionar um aumento progressivo da taxa de cobertura dos serviços de abastecimento de água.

### Desafios

O responsável destacou a elaboração do plano nacional das águas, que assenta na reabilitação da rede

hidroeléctrica nacional, associados a elaboração dos planos gerais das bacias hidrográficas, pretende-se assegurar um adequado mapeamento das disponibilidades hídricas das 47 bacias nacionais e o eficiente balanço hídrico em todo o território nacional. A sustentabilidade económica da actividade do sector é outra das preocupações do Executivo, tendo destacado que a disponibilidade do serviço de abastecimento de água e da sua valorização económica estão independentes.

"Está em curso o processo de criação das empresas provinciais de águas, como a de Benguela, Cunene, Uíje, Malanje, Kwanza-Norte, Bié e Huambo", disse, antes de acrescentar que este processo vai culminar com a acção de criação de empresas provinciais em todas as províncias. Em relação à legislação, sublinhou a aprovação da regulamentação que assegura a lei de águas, numa altura em que está em preparação a criação da entidade reguladora do sector.

"Todos estes instrumentos criam condições para o serviço de abastecimento de água em todo o país", assegurou.

#### Incremento das acções

No seu pronunciamento, o ministério sublinhou a necessidade da consolidação dos projectos do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos.

Por outro lado, João Baptista Borges frisou os avanços da implementação do programa "Água para todos", a adopção de um processo de reforma e desenvolvimento institucional do sector das águas, aliado à construção de novos sistemas de abastecimento nas capitais provinciais e sedes municipais, que também constam das realizações do Executivo. O ministro salientou também o programa de represamento de água e o transvase de caudais, na região Sul do país, em áreas afectadas pela seca, com a redução dos impactos negativos resultantes de ocorrências hídricas extremas, como seca e cheias.

#### Beneffcios

Das 700 mil ligações domiciliare previstas para a província de Luanda, actualmente o projecto atingiu a cifra das 240 mil. Segundo o presidente do conselho de administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Lionildo Ceita, o garimpo de água continua a ser uma das principais causas de "algum insucesso do projecto", tendo-se mostrado esperançoso com a aplicação da lei das águas, que na sua visão irá contribuir na diminuição dessas acções que prejudicam o bom funcionamento da empresa. Na ocasião, o responsável avançou que a Epal procedeu

a ligação de mais de 11.000 nas localidades do Cazenga e 2.000 nos Mulenvos.

"Recentemente foram entregues duas mil ligações na Zona Verde do Benfica. No final deste mês, a zona do quilómetro 44 começa a ser abastecida com água potável e, em breve, a nova Centralidade de Cacucaco também será abrangida", anunciou.

Actualmente, a Epal está a construir uma nova estação de tratamento de água no Calumbo, que será concluída no mês de Agosto, e vai abastecer a zona do Zango, Centralidade do Kilamba.

#### Projecções.

Segundo a Organização das Nações Unidas, a actividade humana ao longo dos últimos 50 anos tem sido responsável pela degradação dos recursos hídricos, remetendo à seca cerca de mil milhões de cidadãos em todo o mundo. Estima-se que 1,3 mil milhões de pessoas vivem sem electricidade e 780 milhões de pessoas não tem acesso à água potável e 2,5 mil milhões não beneficiam de saneamento básico.

Em 2050, comparativamente ao ano em curso, será necessário disponibilizar mais de 44 por cento de água e mais de 50 por cento de energia. Estas estimativas reforçam a pertinência da adequada gestão de água, do consumo racional de água e de electricidade exige um equilíbrio entre os imperativos da protecção das origens de água e das necessidades de ordem económica.

## 8.16 Melhora o fornecimento de Água potável à região

*Jornal de Angola*

*28 De Março de 2014*

Manuel Fontoura e Kátia Ramos

Ovos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, em fase de execução avançada, orçados em 45 milhões de dólares, segundo o director provincial da Energia e Águas, Joaquim João Jerónimo, beneficiam cerca de 100 mil habitantes de sete localidades da província do Cuanza Norte, até Início do próximo ano.

O projecto arrancou em finais do mês de Julho de 2013 e abrange a ampliação e distribuição da rede eléctrica das cidades de Ndalatando Dondo, com custos estimados em cerca de 35 milhões de dólares.

As obras começaram na vila de Bolongongo, Quiquiamba, Zenza do Itombe e Dange ia Menha.



Depois da terraplenagem do local e estudos geológicos, começaram os trabalhos para a edificação das estações de captação e distribuição de água. A segunda fase prevê a construção dos sistemas de Camame, Cercae Samba-Lucala.

A execução destas obras de impacto social segue as orientações da Organização Mundial da Saúde, que orienta o consumo de 100 litros por dia por cada habitante.

Além de sistemas de captação e distribuição de água, o projecto contempla estação de filtragem e tratamento, estações elevatórias, reservatórios, redes de transporte e distribuição, sendo estas de carácter domiciliar e em chafarizes.

A captação para Zenza do Itombe, Cassualala e localidades ao longo do curso é a partir do rio Lucala. A estação tem capacidade de captar e tratar 15 mil litros de água por hora, com um tanque de armazenamento de cerca de 25 mil litros. As estações elevatórias, três no total, possuem tanques de 18.700 litros cada, com um caudal de saída de cerca de 300 litros por minuto. A comuna de Dange ia Menha é abastecida a partir de uma captação a ser instalada no rio Lucala II, com capacidade para bombear cerca de 10.500 litros por hora, a serem captados e tratados num tanque de 225 mil litros, além de outros tanques intermédios para duas estações elevatórias, que conseguem bombear mais de 300 litros por minuto.

A captação na vila de Bolongongo tem capacidade de 25 mil litros por hora, não se diferenciando em termos técnicos das demais localidades. A comunade Quiquiemba tem 12.900 metros cúbicos de capacidade de captação e tratamento, com um tanque de 225 mil litros, com duas estações elevatórias semelhantes às anteriores e uma tubagem de 13.800 metros.

A província está já coberta com redes de distribuição de água em cerca de 75 por cento. A rede de captação, tratamento e distribuição a partir do rio Lucala está a ser preparada, com a intervenção do Ministério da Energia e Aguas, contando igualmente com o aumento do volume para o abastecimento e reforço das zonas onde a água chega com dificuldade.

Após a conclusão dos trabalhos no Lucala, são montadas em Ndalatando mais de duas mil ligações domiciliárias. A distribuição da água em Ndalatando regista alguns percalços, devido ao avançado grau de degradação da rede interna, muito antiga, construída numa época em que a circunscrição era habitada por cerca de 25 mil habitantes, contra os mais de 70 mil na actualidade.

## Distribuição a Ndalatando

Ndalatando dispõe de cerca de 1.600 ligações domiciliárias e 110 chafarizes, distribuídos nos bairros periféricos. Está em curso um novo projecto para ampliar a rede, que já tem cerca de 55 quilómetros, e as ligações domiciliárias. Após a conclusão dos trabalhos, Ndalatando vai ter mais seis mil ligações domiciliárias e mais 35 quilómetros de rede de tubagem, que abrangem algumas áreas da periferia da cidade, com prioridade para os bairros da Vieta, a área reservada para a nova Centralidade no bairro Catome de Baixo e o bairro São Filipe.

A cidade de Ndalatando e arredores recebem actualmente água de duas fontes, a primeira a partir da represa do rio Mucari, a cerca de 17 quilómetros, com capacidade de abastecer 96 litros por segundo, e a do Monte Redondo, que fornece cerca de 20 litros por segundo. A fraca distribuição em algumas zonas da cidade tem a ver com a pouca água na represa do rio Mucari, que impossibilita que os pontos mais altos de Ndalatando sejam abastecidos, segundo Joaquim Jerónimo.

## Represa do Mucari

Indicadores mostram que os desperdícios de água nos pontos mais baixos, particularmente a zona baixa do centro da cidade, impedem que a água chegue ao reservatório, impossibilitando a distribuição eficiente para as zonas mais altas, como a zona do Hospital Provincial, bairro Popular e outras zonas.

"A represa do Mucari não tem capacidade para abastecer a cidade de Ndalatando, fruto da demanda e do crescimento da cidade e bairros. Os estudos hidrográficos indicam que até este ano Mucari não tem capacidade para aguentar a demanda do crescimento de Ndalatando. Portanto, há necessidade de captação da água a partir do rio Lucala, a 34 quilómetros de Ndalatando", disse.

Os desenhos técnicos, estudos de viabilidade e também demarcações das linhas onde vão estar os reservatórios ao longo da linha e a estação de tratamento já estão em curso.

Além dos projectos ligados ao sector de Energia e Águas estão também em curso diversas acções de impacto social, que visam melhorar a qualidade e o nível de vida da população da província do Cuanza Norte.

## 8.17 Mais água potável e energia para os habitantes da Caála

*Jornal de Angola*  
28 De Março 2014

O sector da Energia e Águas no município da Caála, província do Huambo, registou durante os 12 anos de paz avanços significativos, com a ampliação da rede de distribuição aos consumidores.

O facto foi dado a conhecer quarta-feira à Angop pelo chefe do sector, Tomás Jesus, que lembrou que antes do 4 de Abril de 2002 apenas 250 municípios tinham acesso a energia e água, contra os actuais quatro mil. Muitas localidades que antes não eram abastecidas contam com sistemas de distribuição de água e postos de fornecimento de corrente eléctrica, para as residências e iluminação pública.

O clima de paz permitiu ao executivo direccionar investimentos para este sector, dando origem a várias infra-estruturas.

## 8.18 Água e luz em Lunda: ano novo velhos problemas

*Jornal Continente*  
28 De Março de 2014  
Texto: Mbokeno Elizabeth

Tornou-se quase tradição a restrições no fornecimento de energia eléctrica na capita do país. As crianças, estas nunca se cansam de gritar "luz", sempre que, mesma é restabelecida, condição que parece não ter fim à vista. A situação é, segundo os moradores, recorrem em todos os anos, sem qualquer esperança que um dia o quadro venh: a mudar.

Os sucessivos apagões, que tiram, paciência dos luandenses, voltaram à carga logo no início do ano. Algumas vezes, a cidade é quase vista na sua totalidade às escuras por longo períodos. Já nas zonas peri-urbanas a situação torna-se mais preocupante, visto que os cortes no fornecimento de energia eléctrica chegam a durar dias para o seu restabelecimento.

Além dos transtornos normais que a falta de energia tem causado à população, isto de acordo com moradores, levanta-se outro problema de fórum da saúde, tendo em conta os meios alternativos, como geradores, que a sociedade, na sua maioria, tem utilizado, em virtude das falhas constantes de energia eléctrica. Os habitantes afirmam que, são várias as consequências que advêm do uso de geradores, muitas delas terminam em tragédias, causando inclusive mortes de famílias.

Domingos Daniel, morador do Distrito Urbano da Samba, argumentou ao Continente que "é muito lastimável o que está acontecer. Os constantes cortes no fornecimento de energia eléctrica têm tirado o sono a muita gente que muito precisa deste bem", disse o cidadão de 40 anos, revelando que "sou serralheiro e, durante este tempo, não consigo trabalhar. Muitas vezes, tenho de devolver a obra por falta de energia".

A fonte afirmou, igualmente, que a dança do liga e desliga começou novamente no final de 2012, após as eleições de 31 de Agosto, facto que vem agudizando cada vez mais. "Antes das eleições, a energia não falhava constantemente. Se falhasse era apenas por alguns minutos e, depois, era restabelecida. Já conseguíamos comprar frescos e conservar nas arcas, mas, depois de uma hora para outra, a situação volta a estar como era antes", desabafou o cidadão, acrescentando que "passados mais de um ano e meio, depois das eleições, a história se repete em 2014, e, logo no princípio do ano".

Conforme o site oficial da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL), no quadro da política de expansão da rede e melhoria no fornecimento de energia eléctrica às populações, esta inaugurou desde meados de 2012 ao final do ano passado, dezenas de postos de transformação, um pouco por toda a província de Luanda: com maior destaque para os municípios do Cazenga, Viana, Belas para além dos Distritos Urbanos do Rangel, Maianga e Sambizanga.

Na ronda efectuada por este jornal, os moradores afirmaram que o fornecimento de energia e água tem sido muito ínfimo, face aos constantes cortes registados que chegam a durar dias. Afonso Dala, morador do bairro Grafanil disse à nossa reportagem que "não basta só a instalação de mais e novos PT's, mas a necessidade de distribuir permanentemente a energia e água potável às populações"; quando a luz vem, não faz um dia, vai logo, o mesmo acontece com a água, que também é outro dilema", lamentou o morador que disse não ver o cintilar da lâmpada há já três dias, na zona em que vive.

Quem também não vê o acender da lâmpada, há mais de uma semana, altura em que fazíamos essa reportagem, é Isabel Cândido, moradora do bairro Rocha Pinto. Ela afirma que já está acostumada com o "vai e vem" da energia do seu bairro e lamenta simplesmente pela persistência do problema, que para a cidadã, atendendo o~ recursos hídricos que o país tem, "o fornecimento de energia que é um bem maior, não seria uma dor de cabeça às populações", frisou, para quem "os governantes devem se preocupar em garantir o básico aos cidadãos, essencialmente água e luz, pois, na ausência destes bens, complica a vida das pessoas".

Este Semanário constatou que a situação é genérica e afecta quase toda a cidade de Luanda, com maior incidência às áreas periféricas, onde os marginais, de acordo com os nossos interlocutores, aproveitam-se muitas das vezes da escuridão dos bairros para à prática de acções indecorosas, como assaltos à mão armada. Quanto à água, os munícipes clamam pelo precioso líquido que demora dias para jorrar nas torneiras.

Os moradores asseguram que a falta de iluminação pública tem na sua visão, contribuído para o aumento dos índices de criminalidade as vulgarmente chamadas "rápidas" para levarem a cabo as suas acções inconspicuas. "É muito triste o que se passa connosco, a criminalidade está a aumentar cada vez mais, tudo porque a luz vem uma vez ou outra", disse ao Semanário Contínente Josefina Sebastião, funcionária pública e moradora do bairro Kassequel Terra-Vermelha, um zona afectada ao Distrito Urbano da Maianga, que de acordo com a fonte, enfrenta muitos problemas no fornecimento de energia eléctrica.

Na ronda, o Contínente constatou igualmente que os apagões não se limitam apenas às residências dos "pacatos cidadãos", mas muitas vezes, chegam a afectar inclusive unidades hospitalares públicas e privadas, incluindo instituições policiais por falta de fontes alternativas (geradores), facto que tem dificultado o trabalho tanto da corporação, assim como as equipas médicas em serviço no período noturno nos hospitais e centros médicos, para a tristeza dos pacientes. "Estou internada há duas semanas aqui no Centro Ana Paula, com a minha filha, e, por duas vezes à noite, a luz foi e só foi restabelecida no dia seguinte", contou uma jovem que falou sob anonimato, em Viana.

Recentemente o Presidente do Conselho de Administração da EDEL, Hélder Adão, perante a actual realidade disse à imprensa que a energia eléctrica na capital seria fornecida num quadro de restrições, dando prioridade às instituições de grande importância social, como hospitais.

## 8.19 Expansão de serviços na Huíla

*Jornal de Angola*

*29 De Março 2014*

O abastecimento de água potável aos municípios da província da Huíla conhecem este ano novo incremento, com a execução de 114 projectos, disse o director provincial do sector. Abel da Costa salientou que os projectos são executados no quadro dos programas "Água para Todos" e de Investimentos públicos e Combate à Fome e Redução da Pobreza, que vão ser abertos furos, criadas subestações de tratamento e abastecimentos e melhorados os equipamentos já existentes em todos municípios da Huíla.

O Governo Provincial, referiu, tem 114 projectos no domínio das águas e 33 no da energia, num valor de 3.758 mil milhões de kwanzas. Hoje, declarou, devido ao programa do Executivo "Água para Todos", a província regista melhorias consideráveis a nível de tratamento e distribuição, mas é preciso continuar a desenvolver acções para os resultados serem ainda mais satisfatórios.

A região Sul do país, lembrou, passou a ter, no Lubango, um laboratório de análise da água destinada a consumo, cuja instalação foi financiada pelo Executivo, Governo Provincial e União Europeia.

O laboratório serve, além da Huíla, as províncias do Cuando-Cubango, Cunene e Namíbe. Abel da Costa recordou igualmente que na Huíla também são feitas análises da água nos municípios de Chicomba, Matala e Caconda.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Habitantes do Benfica/Tendas dormem sobressaltados

*Jornal o Continente*  
07 De Março de 2014

Contam os moradores que todos os dias duas ou três casas são assaltadas à mão armada, assim como também os alunos que não encontram sossego. Infelizmente ninguém consegue fazer nada, naquela área (bairro das Tendas), não há quem não tenha uma história de assalto em sua residência ou outro sítio e "por sorte só estão a ameaçar com arma de fogo os cidadãos", mas um dia os assaltantes podem mudar de ideias

e comecem a matar, se alguém reagir,

Os alunos assim que saem das escolas têm sido interpelados pelos meliantes, são ameaçados, assaltados e agredidos, são vítimas de tudo e mais alguma coisa que os marginais os infligem. As cantinas e os seus proprietários também são alvos dos marginais. Há, inclusive, casos de violação na zona. Esta onda de criminalidade é cada vez mais acentuada e não pára de crescer o número de indivíduos que se dedicam a estas práticas.

A zona do Benfica (Tendas) até gora não tem iluminação pública e apresenta acessos difíceis e complicados que facilitam a prática de assaltos. "O policiamento é quase inexistente, apesar de a esquadra se situar a poucos metros".

Falar da criminalidade neste bairro é manifestamente incontornável. Todas as noites ouve-se tiroteio, praticado quase sempre por marginais, que, muitas vezes, tira o sono aos moradores que não sabem o que fazer, dormem sobressaltados, de certo que respira na zona.

O Continente fez uma visita em toda extensão do bairro e constatou o quadro que os moradores passam. Na ocasião, a nossa reportagem ouviu alguns moradores, alunos, proprietários de estabelecimentos comerciais e frequentadores daquele bairro.

Domingas João da Costa, aposentada de 70 anos, disse que o bairro está cada vez mais aterrorizante. "Temos vivido momentos difíceis, tomaram-se num espaço fértil onde os bandidos aproveitam-se para saquear as coisas dos estudantes e dos comerciantes. Na minha módica apreciação deviam colocar em cada escola uma brigada escolar da Polícia para proteger os alunos,

assim principalmente no período nocturno orno o policiamento constante no onde os munícipes não conseguem bairro". pregar o olho. "Actualmente a zona Dão Mbaxi, de 40 anos, professor, das Tendas tem sido o inferno e se a sublinhou que os moradores das Ten- Polícia não tomar medidas urgentes, as vivem momentos assustadores e então, muito pessoalmente terei que deixar o bairro para outra zona", declara.

Armando Garcia da Costa, de 28 anos, funcionário público, no que se refere à delinquência, nesta zona, sublinhou que "eu penso que o governo tem que levar uma luta cerrada e não dar tréguas aos bandidos que têm infernizado o povo desta zona".

Avançou ainda dizendo "o que vivemos actualmente no bairro é muito chocante, os delinquentes fazem e desfazem e as autoridades não tomam medidas adequadas para acabar com esta chatices".

Francisco Marcelino Mendes Azevedo, comerciante, mais conhecido por Chico, fez saber que a criminalidade no bairro das tendas tem aumentado

### 9.2 Discriminação e Violência continuam a Somar

*Jornal Angolense*  
08 De Março 2014

Depois da Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, no fim do último quinquénio do século XX, com a adopção das doze resoluções pelos vários países então presentes, que as foram pondo em prática como medidas de combate à violência doméstica, previa-se que passadas cerca de duas décadas as coisas estariam um tanto amenizadas. Porém, a violência doméstica continua a aumentar em todo mundo, constituindo um flagelo que põe em causa a própria vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana.

Os países visavam, depois da conferência, em primeiro lugar, proteger as vítimas, na sua maioria mulheres, permitindo-lhes obter os meios materiais, psicológicos e físicos para se libertarem da situação de submissão em que se encontram quando face ao agressor.

Dados recentes apresentados em todo mundo revelam que a maioria das agredidas é domésticas e casadas, sendo agressor o próprio cônjuge. Associado a estes casos está sempre o consumo de álcool e outras drogas, para além de questões culturais em que se julga que a mulher é pertença do homem e este pode fazer-lhe o que bem entender, sem descurar a pobreza que, para os especialistas, também gera violência.

Constatou-se igualmente que é na família, a coberto da intimidade do lar que as mulheres sofrem grande parte da violência de que são alvo. Um número elevado destas pessoas tem de recorrer aos cuidados médicos, dada a gravidade dos actos sofridos.

Contudo, não há dados concretos sobre a violência doméstica em países africanos, incluindo Angola, uma vez que não é habitual as mulheres denunciarem ou queixarem-se deste tipo de situações, por se considerarem, ainda (por razões sobretudo culturais), pertença dos maridos. Outras não o fazem porque têm vergonha de denunciar a sua situação ou aguentam tudo por causa dos filhos.

A violência doméstica não se limita a agressões físicas e manifesta-se de variadas formas. As mulheres são maltratadas não só quando são agredidas e feridas, mas também quando são objecto de insultos, vexames, abandono, isolamento e violação de correspondência.

A humilhação, chantagem, ameaças, a destruição dos seus bens pessoais e expulsão de casa, constituem outras formas de violência doméstica. A eliminação da violência doméstica, ou mais propriamente, da violência contra a mulher, é um factor indispensável à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, assente nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da justiça.

A situação em Angola

Apesar da aprovação, há cerca de três anos, da Lei contra a Violência Doméstica, enquanto instrumento de protecção jurídica para a contenção de excessos de natureza violenta no seio das famílias e no interior das residências, no país a situação não melhorou e tende em piorar.

Segundo especialistas na matéria, a lei, por si só, não vai resolver os diversos problemas que descambam em violência no seio das famílias e entre cônjuges.

«Não basta haver uma lei no papel, tem de haver uma reacção», dizem os especialistas, que acusam as instituições governamentais vocacionadas e a comunicação social de alguma falta de empenho, esforço e acutilância, na divulgação da legislação em causa e na sua implantação junto das populações. São necessárias mais acções de sensibilização, de educação, de formação e monitorização junto das comunidades para que percebam a importância da mudança de comportamentos. É um desafio que não se restringe aos órgãos do Estado, mas também às organizações da sociedade civil e Igrejas, sobretudo às famílias, cujo papel é insubstituível.

O Ministério da Educação devia já ter incluído nos seus programas curriculares de ensino, matérias que

ajudem a prevenir crimes de violência doméstica, para permitir às crianças e jovens adquirirem conceitos básicos sobre o assunto e os prejuízos que acarreta. A Lei Contra a Violência Doméstica deve ser transformada num mecanismo jurídico-legal de protecção à família angolana, constituindo um desafio para observância dos direitos humanos em Angola.

Entretanto, tem havido maior tomada de consciência por parte das famílias angolanas e diversos casos têm chegado ao conhecimento das autoridades, embora não tantos como seria desejável. Os casos têm tido tratamento policial e alguns vão parar a tribunal. Apela-se igualmente ao pessoal médico e hospitalar para, ao aperceberem-se de casos de violência doméstica, denunciar de imediato às autoridades policiais.

Pela (lei), é sim uma ferramenta que visa a observância plena dos direitos humanos, a prevenção e punição de actos de violência doméstica, sejam eles físicos, emocionais ou psicológicos, contra pessoas indefesas, sobretudo contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Além disso, responsabiliza os chefes de família para com os direitos sociais mínimos, como alimentação e moradia. Para os casos mais graves, a legislação prevê reclusão e assistência social disponibilizada pelo Estado.

### 9.3 Crimes violentos tomam conta de Luanda

*Jornal a Capital*  
08 De Março de 2014

Cacuaco é um dos exemplos desta realidade. Naquele município pesqueiro, existem zonas, como são os bairros Com pão, Paraíso e Kikolo, onde a criminalidade está em alta em qualquer período do ano.

A cidadã Verónica Chipepe é uma mulher que convive com as sequelas da criminalidade. Perdeu o marido em consequência de um assalto, o último dos três que a sua família sofreu.

O marido de Verónica perdeu a vida depois de ter sido ferido com gravidade por sete projecteis desferidos por meliantes, que o intersectaram quando deixava o mercado do Kikolo.

Antes, Domingos Chingondo, de 48 anos de idade, havia sido confrontado por jovens armados quando, numa manhã que parecia normal, seguia em direcção ao seu local de trabalho.

Por isso, a viúva falou em "azar", já que o seu companheiro vinha sendo confrontado com situações

que atestam o crescimento da onda de criminalidade na zona, "Estes jovens deixaram cair o meu marido da motorizada em que seguia, acabando depois por roubar a mesma mota, dinheiro e toda a documentação pessoal", contou.

O caso chegou à esquadra do Kawelele, mas a Polícia não conseguiu prender os autores daquela acção.

Na manhã de oito de Janeiro, já refeito do assalto que sofrera, em Dezembro, nas imediações da Igreja Católica do Bom Pastor, Chingondo resolveu ajudar a mulher.

"Enquanto eu comprava o meu negócio, ele resolveu ir ao mercado do Kikolo comprar alguns mantimentos para casa", notou a senhora, para depois referir que o regresso do seu companheiro foi para esquecer.

É que na zona do Muxangai, um largo bastante frequentado por grupos marginais, a 30 metros de casa, o seu marido seria novamente interpelado por meliantes.

"Foi ali mesmo onde os ladrões, que estavam em três motorizadas, receberam a sacola de compras que ele trazia e fizeram disparos", frisou.

De acordo com Verónica Chipepe, os vizinhos ainda levaram-no ao hospital municipal, de onde foi transferido para o josina Machel, permanecendo ali 18 dias em intenso tratamento.

Chegou a receber alta médica, mesmo a braços com fortes dores na perna. Foi nestas condições que Domingos Chingondo, sempre muito queixoso, teve como destino a casa do irmão mais novo.

"As dores não passavam, por isso tivemos de ir até à clínica Santa Pedra, em Cacucaco, onde os médicos sugeriram a evacuação (regresso) para o Josina Machel", lamentou.

Três dias depois, prossegue a cidadã, seria amputada a perna a Chingongo, dada a gravidade dos ferimentos que apresentava.

Tomada uma decisão preventiva, já que as dores podiam ser sentidas em todo o corpo, eis que o paciente se vê confrontado, quase uma semana depois, com sinais de irritação na garganta.

O que chegou a ser visto como um "solução passageiro", que podia ter tido solução pouco tempo depois, acabou, afinal, por roubar a vida ao companheiro de Verónica.

Ela ressalta que, agora mais do que nunca, a família acaba por ser uma presa fácil para os marginais. Tanto

é que uma das filhas foi ameaçada de morte pelos carrascos do pai. "Lembras-te de nós, tu também vais", disseram à filha os mesmos meliantes.

Precisamos de polícia

Manuel Teixeira, morador da zona, refere que a situação do Kikolo é insustentável. "Há muita criminalidade, é assim desde Dezembro, principalmente no bairro do Compão", descreve.

De acordo com o seu testemunho, esta situação tem vários autores, entre os quais um meliante identificado apenas por 'Marrã Marrã', que tem praticado várias acções criminosas, geralmente a bordo da sua motorizada.

Este indivíduo, segundo ainda Manuel Teixeira, dedica-se mais a assaltos à mão armada. "De dia ou de noite", resumiu o jovem, que fala ainda de um foragido das cadeias, embora circule com alguma liberdade por diversos bairros de Cacucaco.

"Para além de assaltos, já chegou a matar algumas pessoas", asseverou. Paralelamente a esta denúncia, o A Capital soube da existência de grupos como os 'CP' e os 'Bate à TOA', envolvidos em práticas criminais.

Presume-se que estejam implicados no assassinato de um jovem que aparentava ter 30 anos, que tentava impedir a violação de três jovens.

"Foi alvejado com um tiro ao tentar acudir as moças. O jovem, identificado apenas por Bartolomeu, não resistiu aos ferimentos", detalhou.

Perante este quadro, vários são os apelos que têm como destinatário a polícia Nacional, aguardando-se que o patrulhamento na zona venha a ser reforçado.

"Às vezes acontecem casos a escassos metros de dois ou três agentes, mas estes, incompreensivelmente, fazem ouvidos de mercador, acabando substituídos por taxistas", denunciam moradores, que solicitam a colocação de uma esquadra móvel na zona para a diminuição da onda de criminalidade.

## 9.4 Delinquência Juvenil aumenta em Luanda

*Jornal O Continente*  
07 De Março 2014

Entre os factores apontados pelos jovens ao Continente está a falta de emprego, baixa formação académica e carência de apoio da família que têm sido as molas impulsionadoras para a realização de acções

indecorosas, como assaltos com armas brancas e de fogo, roubos e furtos de bens e assessores nas viaturas.

Segundo alguns jovens abordados por este semanário, quando são frustradas as esperanças de conseguir um emprego, e, sem a possibilidade de ingressar numa instituição escolar, a única alternativa é enveredar por uma "vida mais fácil", ou seja, a prática de delinquência, sem, no entanto, medir as consequências da acção.

André Manuel, ou simplesmente Mandela, como é tratado pelos mais próximos, vive na rua desde os seis anos de idade. As razões, segundo o garoto, prendem-se com o facto de ter sido acusado, pelos seus progenitores, de prática de feitiçaria, facto que fez com que o mesmo abandonasse o lar dos pais, tomando rumo para um futuro incerto e, tendo como destino às ruas de Luanda, mais concretamente nas cercanias do Largo 10 de Maio. Acompanhado de amigos da sua faixa etária, Mandela deixou-se influenciar pelo ambiente dos seus companheiros, que na companhia destes, não teve alternativa, senão, entrar na "desgraça" de fumar canábis (liamba), chupar gasolina e consumo de outras drogas.

A fonte avança que para sustentar tais vícios teve que optar por uma "profissão" que nunca sonhou, transformando-se, para já, num lavador de carros, tendo como área preferencial o espaço adjacente à escola Njinga Mbandi, na zona conhecida como "Sindicato da cerveja". O jovem conta, igualmente, que o consumo de droga o tem incentivado à prática de actos criminosos. "Eu e outros amigos já fomos presos várias vezes, por termos assaltado um senhor e roubado o telefone de uma dona que nos pediu para lavar o carro", contou André Manuel, desanimado e com o rosto curvado ao chão.

"Infelizmente não temos apoio de ninguém, por isso mesmo, a solução é lavarmos os carros, e, se o dono está a demorar a nos pagar, tiramos uma coisa no carro e vendemos", frisou Antunes José, 17 anos, para quem "nunca estudei desde criança, sempre fui abandonado pelos meus pais, daí, tirando essa vida, não tenho mais alternativa", lamentou o jovem que ao mesmo tempo disse estar a alguns dias, sem conseguir um pão para comer.

Nas proximidades do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, a nossa reportagem encontrou três adolescentes, com idades compreendidas entre 8 e 15 anos, e respondem pelos nomes de Tony, Lau e Manucho. Sentados à paragem de autocarros, os petizes que volta e meia interpellam as pessoas que aí circulam, com o intuito de receberem um valor que os possibilite à compra de alimento, contaram o drama por que passam. Sem direito à educação escolar e longe

do círculo familiar, afirmam que das peripécias que já passaram, têm lembrança de violações sexuais de que foram vítimas pelos mais adultos, e, pior de tudo, relatam, testemunharam a morte de alguns de seus amigos, que terão sido espancados por elementos não identificados, para além de os adultos os mandarem roubar ou furtar.

Na avenida Ho Chi Min, encontramos o jovem Venâncio, vendedor de jornais e revistas. Abordado sobre o assunto, o ardina entende que a prática de delinquência por parte dos jovens, tem haver, na sua visão, com a falta de políticas claras de combate ao desemprego que muito grassa a população, que é maioritariamente jovem. Venâncio é de opinião que não se deve apenas atribuir a culpa aos jovens que assim procedem, pelo que o governo deve encontrar soluções urgentes para combater o fenómeno.

"O Executivo já fez tantas promessas aos jovens mas até agora a situação prevalece. Durante a campanha eleitoral para as eleições de 2012, houve promessas de habitação e emprego para os jovens, mas, nada estamos a ver", disse Filipe Eduardo, 25 anos e vendedor ambulante, acrescentando que "houve igualmente promessas de ensino para todos, mas não vimos nada, há muitas crianças fora do sistema de ensino", sustentou o jovem, visivelmente agastado com a situação.

João Alexandre, 22 anos, é outro jovem que muito luta pela sobrevivência. Sem formação técnico-profissional, o jovem natural de Benguela, veio à Luanda em 2010, com intuito de encontrar melhores condições de vida, o que, segundo o nosso interlocutor, não é fácil. O jovem contou à nossa reportagem que a "vida está difícil nos dias que correm", argumentando que "há inclusive jovens com licenciaturas feitas, mas infelizmente os seus diplomas estão engavetados, por falta de facilidades de emprego", frisou.

O jovem admite que em Angola, principalmente em Luanda, tudo é baseado por nepotismo, conivência e favorecimento. Por esta razão, frisou, milhares de jovens estão votados à sua sorte, sem esperança a um futuro melhor. Este facto, refere João Alexandre, tem incentivado os jovens a enveredarem por práticas de actos criminosos, como assaltos e outras acções maléficas. "Não é possível acabar ou combater à delinquência, quando na verdade, as autoridades não criam políticas que facilitem o acesso ao primeiro emprego", afirmou o cidadão, que exorta o Executivo a criar ocupações que desviem a atenção dos jovens em acções contrárias à lei.

## 9.5 Polícia de Viana estanca criminalidade no Camadeira

*Semanário Angolense*  
15 De Março de 2014

N um período inferior a quinze dias foram assaltadas mais de dez casas no bairro Camadeira, em Viana. Os moradores daquele bairro, mais concretamente das ruas 1, 2, 3 e arredores, dizem-se preocupados com o elevado índice de criminalidade que assola aquela área desde o mês de Setembro do ano findo.

De acordo com os populares, que falaram à nossa reportagem na passada sexta-feira (07), as casas estão separadas entre si por um espaço de aproximadamente 10 a 15 metros.

Relatos no local dão conta que os meliantes aparecem geralmente de motorizadas e armados, agressivos e alegadamente despreocupados por não temerem uma eventual resposta da Polícia.

Os mesmos realizam as suas acções, habitualmente, a partir das 18 horas, abordando pessoas na rua e evadindo casas e estabelecimentos comerciais como cantinas e roulottes. Segundo os moradores daquela área de Viana, os meliantes roubam, violam e intimidam as pessoas no mais completo à vontade, a pontos de nem usarem disfarces. «São tão ousados que algumas vezes, nas suas abordagens, se identificam como agentes da polícia». Tudo porque, contam os moradores, não existem naquela zona postos policiais próximos e a polícia nunca aparece no local, mesmo quando é solicitada em casos de assaltos.

Os malfetores têm como preferência objectos pequenos, mas de elevado valor, como é o caso de computadores portáteis, telemóveis, dinheiro e motorizadas. «Os roubos acontecem principalmente quando há falha de luz eléctrica», afirmam os populares angustiados. «A partir das 17h30 ninguém mais sai de casa, quem estiver na rua é alvo fácil para os marginais, porém, quem fica dentro de casa, nem sempre é poupado», dizem os moradores preocupados.

«Trancamos os portões e mesmo assim os vândalos batem a porta alegando que são da polícia ou que são os vizinhos do lado. Algumas vezes eles aproveitam-se do barulho dos geradores para que ninguém se aperceba do assalto», ressaltaram.

«Foi desta forma que aconteceu a semana passada na casa dos meus padrinhos», conta Fernanda Nhangá. «Não havia luz e os marginais entraram por volta das 20 horas. Eles bateram a porta dizendo que eram vizinhos que queriam uma informação. Quando se

abriu a porta, deram-se com três homens armados. Levaram computadores, todos telefones que havia dentro de casa, 80 mil kwanzas e violaram uma rapariga de 13 anos, filha mais nova do casal».

«Abalados com a situação e como a minha madrinha e a sua filha mais velha já tinham sido assaltadas uma semana antes, quando saíam da igreja, a família teve que se mudar para casa de um parente próximo, no sentido de evitar que aconteça o pior», reiterou.

«Durante a noite tem havido movimentações estranhas, não conseguimos dormir, ouvimos choros de pessoas a serem assaltadas, enfim... os marginais mostram ser mais fortes que a polícia», disse o morador Milton desesperado.

«Todas as cantinas desta zona já foram vandalizadas. Os marginais arrombam as portas e quando não conseguem, partem a parede e levam o que lhes interessa. Na noite de quinta-feira (06), os meliantes queriam entrar em minha casa, como encontraram dificuldades, assaltaram alguns jovens na rua e uma roulotte junto da linha férrea», relata a moradora Ruth Artur João Manuel, é nome fictício de um dos moradores do mesmo bairro, na rua 2, e conta que os marginais roubaram a motorizada do seu filho no quintal de casa no mês de Dezembro do ano transacto, «Faltava pouco para as 18h, ele saía do serviço de motorizada, quando dois jovens o perseguiram, também de motorizada, até ao quintal de casa. Ainda estava claro e havia gente na rua. Meu filho entrou e eles entraram de seguida.

No quintal disseram que eram da polícia, colocaram-lhe com uma arma e pediram-lhe a chave da motorizada e tudo que levava no bolso. Assustado, entregou a chave e algum dinheiro que tinha em mão. Depois os marginais saíram tranquilamente, cada um numa motorizada, como se estivessem a levar alguma coisa que de facto lhes pertencesse. No mesmo dia fizemos queixa à polícia, mas em nada resultou», lamentou o morador.

## 9.6 Pessoas morrem afogados

*Semanário Continente*  
21 De Março de 2014

Esclareceu que os casos ocorreram no rio Cunene, no município da Chicala Choholonga, e na comuna da Calima onde a vítima caiu num poço de água. No final de semana, segundo a fonte, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiro extinguiu um incêndio causado por fogo posto, no bairro do Bom Pastor, arredores da cidade do Huambo, tendo provocado a destruição de bens no interior de uma residência.



Efectuou também quatro trabalhos de asseguramento e igual número de actividades de ambulância, resultante da transportação de sinistrados dos locais dos acidentes de viação para o Hospital Geral do Huambo.

Ainda no huambo, doze cidadãos acusados de terem praticado 11 crimes foram detidos pela Polícia Nacional. Ao informar o facto, o intendente António Carlos, chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem da corporação, deu a conhecer que os crimes foram homicídio voluntário, furtos, fogo posto, posse ilegal de arma de fogo, introdução em casa alheia e consumo de marijuana (liamba).

Explicou que os 11 delitos representam um aumento de quatro em comparação ao final de semana anterior, tendo sido cometidos nos municípios do Huambo e do Cachiungo.

No capítulo da sinistralidade rodoviária, o intendente António Carlos disse que de sexta-feira a domingo foram registados 13 acidentes (menos cinco em relação ao período anterior). Estes aconteceram nas estradas dos municípios do Huambo, Caála, Chicala-Cholohanga, Mungo, Longonjo e Londuimbali.

De acordo com o chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional no Huambo, os sinistros, caracterizados por colisões entre motorizadas e bicicletas, carros e motorizadas, atropelamento, capotamento e choques entre carros, provocaram quatro mortos e 18 feridos, cujos prejuízos materiais estão por avaliar.

António Carlos suspeita como causa dos acidentes, o desrespeito ao código de estrada e o seu regulamento, baseado no excesso de velocidade, ultrapassagem irregular e a não cedência de prioridade de passagem.

O Hospital Geral do Huambo recebeu sessenta e cinco feridos provocados por acidentes de viação que deram entrada no banco de urgência.

O facto foi dado a conhecer pelo porta-voz da maior unidade sanitária da província, Carlos Andrade, salientando que foram assistidos um total de 1532 pacientes, 244 dos quais tiveram de ser internados por apresentarem complicações clínicas.

Quanto aos feridos, disse que o hospital geral atendeu 15 pessoas agredidas, cinco atingidos por armas brancas, uma por arma de fogo, cinco por acidentes de trabalho, quatro por queimaduras e um atacado por um cão.

Disse que os casos de ferimentos vieram de quase todos os municípios da província do Huambo, com maior incidência para o município sede.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Chuva torrencial provoca estragos

*Jornal de Angola*  
04 De Março de 2014

Mais de cinco centenas de pessoas estão desde domingo desalojadas na província de Cabinda, em consequência da intensa chuva que caiu sobre a cidade e arredores, acompanhada de fortes ventos.

A chuva destruiu bens domésticos e várias casas e criou grandes transtornos ao tráfego rodoviário em várias artérias da cidade e dos bairros periféricos. As valas de drenagem transbordaram, provocando inundações em áreas moradias.

O administrador de Cabinda, Artur do Carmo Manuel, considerou a situação "alarmante", devido aos avultados prejuízos causados pela chuva. O responsável referiu que as zonas mais críticas são as de Lomolombo, Lombe, Tchizo e toda a bacia hidrográfica do município, que ficou alagada e destruída.

O bairro 10 de Maio, sobretudo área de Luvassa Sul, e o troço que dá acesso ao mercado de São Pedro, foram fortemente afectados.

"Aqui tivemos de destruir algumas condutas de drenagem das águas pluviais para que a água corresse, o que nos permitiu evitar a situação mais complicada", informou o administrador.

As autoridades de Cabinda continuam a fazer o levantamento dos estragos causados para depois ser feita a intervenção de socorro aos desalojados, com o objectivo de serem garantidas as condições mínimas de sobrevivência humana.

A Administração Municipal de Cabinda, a Protecção Civil e Bombeiros e a Direcção Provincial da Reinserção Social estiveram reunidas para estudar os apoios a conceder, que passam pela oferta de chapas de zinco, bens alimentares e utensílios domésticos.

"O levantamento prossegue, mas, devo já adiantar que em função dos dados provisórios de que dispomos, mais de 200 famílias estão ao relento", informou o administrador, Armando do Carmo Manuel.

### 10.2 Famílias desalojadas são apoiadas

*Jornal de Angola*  
04 De Março de 2014

As 175 famílias do município da Quibala, cujas casas foram destruídas pela chuva de terça-feira receberam apoios em materiais de construção, alimentação, vestuário, tendas e detergentes.

Os meios entregues foram construídos no âmbito de um processo de mobilização, que envolveu Administração Municipal, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social e Grupo Cultural Cuanza Sul e teve a colaboração das empresas Organizações Macambá e a Casa Cambologi. Entre os meios entregues contam-se 18 tendas para realojar outras tantas famílias, cujas casas foram totalmente destruídas pela chuva.

O administrador municipal afirmou que as vítimas precisam de mais ajudas, pois foram afectadas 3.340 pessoas, entre as quais crianças. Manuel Fernando pediu às instituições públicas e privadas, às organizações da sociedade civil e às Igrejas que ajudem as vítimas da chuva que atingiu principalmente os bairros Quifangondo, Pedra Escrita, Zero e Marien Ngouaby.

### 10.3 Fundo contra seca no Cunene

*Jornal de Angola*  
12 De Março de 2014

A UNITA propôs ontem a instituição de um fundo que reforce o sistema de irrigação a partir do Cunene, à semelhança do sistema namibiano.

O secretário-geral da UNITA, Victorino Nhany, justificou a criação do fundo com a necessidade de ilimitar as dificuldades que os camponeses e criadores de gado nas províncias da Huíla e do Cunene enfrentam devido à longa estiagem na região.

Victorino Nhany falava à imprensa em Ondjiva no final da cerimónia em que apresentou o novo secretário provincial da UNITA no Cunene, Evaristo David Ndemupakepe sobre a actual situação social e económica do país. O deputado defendeu melhor distribuição do rendimento nacional. Disse que a má distribuição da renda nacional pode originar vários problemas, dividindo os angolanos.

O político lembrou que o seu partido se preocupa com o emprego e defende o princípio de que a prioridade deve ser dada ao angolano.

O novo secretário provincial da UNITA reiterou a vontade de dirigir os destinos do partido, através da mobilização permanente para o crescimento das suas fileiras na província e conta com o contributo de todos os militantes e simpatizantes.

Evaristo David substituiu Lazaro Oliveira Kacunha, que passa a exercer o cargo de comissário provincial eleitoral

## 10.4 Sofrimento causado pela chuva vai durar mais um pouco

*Jornal O PAÍS*  
07 De Março de 2014

O administrador do município do Cazenga, Nataniel Narciso, explicou que a questão das vias está sobre responsabilidade do Ministério da Construção. A direcção municipal ajuda no alojamento e no cadastro da população que venha a ser retirada por estar junto das vias, e na retirada dos vendedores ambulantes de forma a não dificultarem o trabalho das construtoras, "Estas são as responsabilidades da administração no que concerne 'as vias'", disse.

De acordo com o responsável municipal, a falta de asfalto tem sido um grande constrangimento na garantia da vida social das populações. "As vias não reparadas provocam uma série de constrangimentos e é uma das maiores reivindicações da população do Cazenga".

Nataniel Narciso disse que existe um pacote aprovado e já em execução, que inclui a estrada da Fiaco, a 5ª e a 6ª Avenidas, a rua do Patrício e a rua do Sete é Meio. O Administrador afirmou que gostaria que as obras andassem um pouco mais depressa.

O mau estado do asfalto cria dificuldade à população, pela mobilização que causa e à própria vida da população. impede a recolha do lixo e o acesso aos hospitais, realçou.

A 7ª avenida estava entregue à Camargo Correia, mas a obra foi suspensa devido à falta de financiamento para as empresas brasileiras completarem o pacote existente e também por falta de realojamento de ISO famílias, que na altura rejeitaram viver no Panguila, contou.

Na altura, a Camargo Correia já tinha aberto a primeira camada, mas a Administração viu-se na obrigação e necessidade de tapar a vala, com a orientação do Ministério da Construção, pois criou grandes transtornos, disse o responsável.

A continuação das obras está prevista, mas o que a está a impedir Nataniel Narciso, administrador do Cazenga neste momento é o realojamento da população. A empresa encarregue de uma determinada estrada é responsável pelo desalojamento das pessoas daquela área. O pacote que inclui a reparação da estrada inclui também a construção de casas para a população, daí o motivo do atraso das obras, esclareceu.

Segundo o administrador, a direcção municipal está preocupada e tem feito tudo para facilitar que o trabalho ande o mais rápido possível. "Estamos a contar com o processo de requalificação que está bastante adiantado e que vai proporcionar que algumas pessoas possam ser transferidas para essas casas", disse.

Para o administrador existe um grande esforço do Governo, quanto às vias e do bairro do Cariango que já foram reabilitadas.

"Enquanto as obras não terminam definitivamente temos que usar alternativas. A administração prontou-se para o período de chuva, preparou os carros de solução, equipamentos como motobombas e as mangueiras, para serem usados como paliativo para essas situações que ainda vão durar um pouco", adiantou.

## 10.5 Chuvas deixam muitas famílias sem casa

*Jornal de Angola*  
08 De Março 2014

O administrador municipal de Caungula, Katoco Sozinho, disse ontem, ao Jornal de Angola, que as enxurradas destruíram igualmente 'varias infra-estruturas administrativas e sociais, com destaque para a casa do administrador comunal de Camaxilo, uma escola, centro comunal de saúde e 22 postes de energia. As chuvas deixaram ainda intransitável a Estrada Nacional 225, que está em obras de reabilitação.

Katoco Sozinho assegurou que as famílias sinistradas estão alojadas em escolas e outras em casa de familiares, onde aguardam o apoio das autoridades da província, e lamentou as péssimas condições em que estão a viver neste momento, mas garantiu que a Administração Municipal não tem capacidade de assistência, tendo em conta o elevado número das pessoas afectadas.

"Mobilizámos algumas escolas para que essas famílias possam ser albergadas, até que sejam criadas as condições efectivas para a sua acomodação", salientou,

assegurando que a Administração Municipal está a fazer tudo para garantir as condições mínimas de sobrevivência a estas famílias.

Os apoios imediatos passam pela aquisição de chapas de zinco, para permitir que possam construir novas residências, cobertores, panelas, vestuário e alimentação.

Katoco Sozinho referiu que a Administração Municipal comunicou, em tempo oportuno, às instituições competentes, como é o caso da Protecção Civil e Bombeiros e a direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, e recebeu garantias de que, nos próximos dias, vão chegar os apoios necessários.

"É uma situação muito preocupante e esperamos que a resposta das autoridades competentes seja breve, porque as famílias sinistradas não podem ficar muito tempo nestas condições", realçou. As construções desordenadas contribuem, em grande medida, para a destruição de residências sempre que chove, porque as águas das chuvas não encontram caminho por onde passar. Para acautelar esta situação, o administrador apresentou como solução a urbanização de todos os bairros, principalmente aqueles que vão surgindo na periferia da sede municipal, para que a população possa viver num meio social com dignidade e fazer face às quedas pluviométricas. Outro passo que está a ser dado pela administração municipal é a aquisição de pára-raios, de modo a prevenir as descargas eléctricas. "É um desafio que temos, porque no ano passado registámos sete óbitos por descarga eléctrica. Como estamos numa zona que chove muito, é nossa obrigação prevenir esta situação, para proteger a população das calamidades naturais", afirmou o administrador municipal de Caungula.

## 10.6 Desalojados de Chuva de Cacuo continuam em tendas a sete anos

*Jornal Angolense*  
08 De Março 2014

São mais de três centenas de famílias que vivem, aliás sobrevivem em condições inóspitas desde 2007 em tendas de campanha localizadas no bairro Golfe-2, no distrito urbano do Kilamba-Kiáxi. Dentre os desalojados, estão as vítimas das enxurradas que se abateram impiedosamente sobre o município do Cacuo há sete anos, como também os populares que foram despejados pelo Camartelo demolidor do GPL nos bairros do Iraque e Bagdad. Ironia do destino ou não: os desalojados, tanto os do Cacuo como os do «Iraque» e «Bagdad» vivem paredes-meias com duas

congregações religiosas, mais concretamente as igrejas Iosafath - antiga Maná- e a Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, vulgo Simão Toco. Dada a proliferação de igrejas na zona pode-se inferir que as gritantes carências materiais a que têm sido sujeitos estarão a ser mitigadas de forma espiritual.

Há poucas esperanças entre os infelizes, já que não acreditam que o quadro sombrio venha a inverter-se a curto ou médio prazo, depois de terem passado 7 anos a assistir à mudança de governadores provinciais: primeiro, Francisca do Espírito Santo, depois, José Maria dos Santos, e, por último, Bento Bento. Agora, as esperanças, ainda que ténues, recaem sobre este último edil, já que de outros guardam tristes recordações.

Logo à entrada do campo de refugiados, o Semanário Angolense deu com uma tenda gigante, de cor castanha, já bastante deteriorada. Apesar do castanho dominante, na tenda são ainda visíveis sinais de que a mesma era antes verde, pelo que tudo aponta que as chuvas, os fortes raios solares e as poeiras ofuscaram a vivacidade daquele alojamento precário.

Na tenda gigante, um pano estendido ao comprimento faz a vez de porta. Na parte exterior da mesma, duas crianças debruçadas sobre uma fogueira têm o olhar concentrado numa panela que, a avaliar pela hora, seria a do almoço.

O cenário no local é, de resto, bastante desolador: junto às tendas existem várias poças de águas paradas que empestam a atmosfera com um cheiro nauseabundo, ao ponto de obrigar os visitantes a levarem, com alguma frequência, as mãos às narinas.

Indiferentes ao perigo, algumas crianças brincam sobre as águas paradas, sem que tenham por perto um adulto a chamá-las à atenção para as consequências nefastas que poderão advir daquelas brincadeiras inocentes.

Um rasgão de dimensões consideráveis na lona da tenda reduz ainda mais a privacidade deste alojamento precário, já que a partir da fresta aberta pode-se divisar o seu interior e observar os utensílios domésticos e outras bugigangas. A um canto da cobertura de lona, um saco de lixo atrai uma fauna de insectos, moscas, baratas e ratos.

Testemunhos dramáticos

A presença do Semanário Angolense no local despertou a atenção de algumas famílias que se encontravam debaixo de um sol intenso.

Cada um, à sua maneira, foi desfiando o seu rosário, queixando-se das péssimas condições sociais naquela

«campo de concentração». Disseram de sua justiça, os momentos difíceis que têm passado durante os sete anos que lá vivem.

Maria Fatez, mãe de três filhos, recorda, com profunda tristeza, o dia em que a sua residência foi arrasada pelas águas da chuva. Diz que não tem estado a receber nenhum tipo de apoios por parte do Estado, estando a sobreviver de «pequenos negócios de medicamentos tradicionais» que vende diariamente na «zunga». Sentada à porta da tenda já bastante carcomida pelo tempo, ela afirma que tem vivido «momentos difíceis, que só Deus sabel».

Maria lembra, com nostalgia, a sua antiga moradia, que, segundo ela, dava-lhe o «mínimo de conformo», mas que há sete anos viu-se obrigada a viver naquela tenda.

Diz que tem estado a sofrer muito com as crianças. «Enfrentamos de dia um sol insuportável e, quando chove, a situação torna-se mais complicada. De noite, não temos energia eléctrica» lamenta, com o semblante desanimado.

Apurou-se que não existe naquele espaço nenhum género de saneamento básico, nem casas de banho, daí que os moradores sejam obrigados a defecar em sacos de plásticos. «Não temos outra alternativa senão fazermos as necessidades ao ar livre, por falta de casas de banho», desabafa António Manuel, que clama ao mesmo tempo por água potável, alimentos e serviços de saúde. Entre os descontentes, está igualmente Doroteia Vuluca, 45 anos, que se queixa igualmente das péssimas condições de habitabilidade. «Vivemos mal, sem condições mínimas. Quando começarem as chuvas, a nossa desgraça irá aumentar, já que corremos o risco de contrair várias doenças».

A sinistrada conta que as péssimas condições de habitabilidade naquele recinto já levaram à morte de alguns moradores, cujo número não precisou, uma vez que, segundo apurou a nossa reportagem, existe entre os populares um número considerável de familiares com pacientes que padecem de tuberculose e outras doenças contagiosas.

Soube-se também que varias crianças que vivem no «campo de concentração» estão fora do sistema de ensino, por falta de escolas.

Uma anciã revelou que o índice pobreza é muito elevado e que muitas famílias têm-se limitado a fazer apenas a uma refeição por dia. «Há famílias que nem conseguem comprar um pão para comer», afirmou Domingas Vuluca.

Emília Panzo, outra anciã vítima da «maldita» chuva que se abateu sobre o Cacucaco em Janeiro de 2007, diz

que o local tem sido alvo de várias de acções de marginais, que, às vezes, aparecem «munidos de facas para ameaçar os residentes».

Os sinistrados disseram também que, atendendo a situação anómala que os mesmos enfrentam, no ano transacto endereçaram cartas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de verem os seus problemas resolvidos, «mas a coisa continua na mesma senda, sem qualquer resposta plausível sobre o assunto», frisou um dos moradores, que falou sob anonimato.

Entretanto, um dos coordenadores do «Centro», que falou também sob anonimato, disse ao Semanário Angolense que os moradores estão cansados com as falsas promessas dos governantes. «As pessoas aqui não têm dignidade humana, falta-lhes de tudo um pouco».

Soube-se que o único Centro de Saúde que lá existia está encerrado há muito tempo devido à falta de medicamentos e materiais gastáveis. De igual modo, o Centro de Alfabetização fechou à míngua de verbas e material didácticos para os alunos.

## 10.7 Administração Recupera Zonas mais Afectadas

*Jornal de Angola*  
14 De Março 2014

As ruas do Cazenga, Luanda, afectadas pela chuva dos últimos dias estão a ser reparadas e em breve é reposta a normalidade da circulação rodoviária e de peões, disse à Angop o administrador adjunto para a área Técnica.

José Bastos referiu que estão a ser retiradas águas nas vias públicas, limpas as escolas e desassoreadas as valas de drenagens.

A sucção das águas das chuvas, afirmou, é das prioridades da Administração Municipal por permitir melhorar a circulação rodoviária.

O administrador adjunto, que disse que os meios utilizados pelas equipas técnicas são insuficientes devido ao tamanho do município, considerou "preocupantes os estragos provocados pelas chuvas, principalmente na comuna do Hoji-ya- Renda, onde se registaram inundações nas ruas do Porto Santo, Funchal, Santa Cruz, Borracheira, Largo de Maio, Medicamentos e Mãe Preta, bem como no bairro Adriano Moreira. "A zona do Cazenga Popular, Encoi, Decorang, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava Avenidas, escola Só Padre e a 7058, Mercado das Peças, Bacia do BCA, Fiaco, também foram bastante fustigadas pelas

chuvas", afirmou. Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda..

## 10.8 Chuvas desalojam famílias em Luanda e Cabinda

*Jornal O Continente*  
14 De Março de 2014

Em Cabinda as zonas mais afectadas e difíceis são as áreas do Lombo Lombo, troço que vai do Rio Lukola, zona do Lombo Kizu, a zona do 10 de Maio mais conhecida por zona do Luvassa Sul, a zona das bombas de combustível, troço que liga o povo grande antes do cemitério municipal, ficando intransitável, obrigando a destruição de algumas condutas de drenagem para que a água pudesse correr, sendo alagada e destruída a bacia hidrográfica do município.

Luanda os constrangimentos das chuvas registaram-se com maior realce para os municípios do Cazenga, onde segundo dados, duas casas ficaram inundadíssimas, Viana e Cacuaco, esse último onde se localizam algumas valas que constituem uma das grandes preocupações da população a julgar pelas suas pontes consideradas como descartáveis.

Nestas circunscções, nas suas ruas, a circulação de automóveis não é possível devido o alagamento das vias de acesso.

Em Viana, a via que dá acesso entre a estalagem e o Kicolo encontra-se alagada de tal maneira que o transporte de pessoas se faz de camiões que pagam duzentos Kwanzas, estando as demais intransitáveis. Ainda na via do Ngola Kiluanje, estrada recentemente reparada, a partir do cemitério Mulemba (14) no Kicolo, registou-se o retomo da água dos esgotos para o asfalto, deduzindo-se, pelos moradores, que tal se deve ao não acabamento da estrada em reconstrução.

## 10.9 Chuvas revelam em mau Estado

*Nono Jornal*  
14 De Março de 2014

O governo provincial de Luanda diz estar preocupado com o mau estado de conservação dos edifícios sobretudo, depois das últimas chuvas que se abateram sobre a capital. ONJ quis saber quantos prédios estão nestas condições, mas não obteve uma resposta precisa.

Há um considerável número de edifícios em Luanda em mau estado de conservação. Para a Direcção Provincial da Habitação de Luanda, este fenómeno deve-se aos anos que já contam. Outros estão

degradados por causa do mau uso e da falta de responsabilidade dos moradores e senhorios.

Dário Bamba, director do gabinete jurídico do GPL, disse ao NJ que estão a ser tomadas medidas para responsabilizar os donos dos edifícios com fissuras. Salientando que o grande problema das fissuras começa nas partes comuns, nas escadas, pátios, terraços, fossas e outros. As chuvas dos últimos dias fazem prever consequências sérias, sobretudo depois da queda dos alpendres do prédio do livro no Sambizanga, esta terça-feira, 11, aconselham medidas urgentes.

O responsável do GPL alerta que a má conservação dos edifícios, além de constituir uma transgressão administrativa, permite, no caso dos edifícios públicos, que o Estado tome medidas para a rescisão dos contratos de aluguer.

Quanto ao facto de poucos edifícios, até ao momento, terem merecido novas pinturas, depois dos apelos lançados pelo GPL, o jurista Dário Bamba frisou que, após análise, a conclusão a que se chegou é que " cada prédio é um prédio e um apresenta um problema, portanto, achamos melhor reunir com as assembleias de moradores e os seus administradores para, paulatinamente, diagnosticarmos quais os problemas que cada prédio tem", explicou.

o director garantiu ainda que a onda de despejos por eventuais proprietários, ausentes por muitos anos, estão acauteladas. Os ocupantes dos edifícios podem ficar sossegados. "Mas, atenção, se na verdade, lhes forem intentadas acções judiciais não guardem esses documentos, devem recorrer logo às instâncias superiores", aconselhou.

Falta de manutenção

Agostinho Silva, vice-governador de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, esclareceu ao NJ que os edifícios em mau estado de conservação na cidade de Luanda, a maioria foi construída nas décadas 70 e 80 e não foi alvo de manutenção desde então.

Agostinho Silva disse ainda que Governo Provincial de Luanda não tem o número exacto de edifícios que estão em mau estado ou em risco de desabamento, porque aqueles que apresentavam grande gravidade já foram demolidos, como, por exemplo, o antigo edifício da Angola Telecom, o prédio da Cuca, no Kinaxixi, os prédios de tijolos na cidadela desportiva, entre outros. Resta saber os que, estando em mau estado de conservação, constituem perigo e a qualquer momento podem desabar.

o engenheiro Manuel Molares D'Abril, director do Laboratório de Engenharia de Angola, revelou ao NJ

que o mau estado de alguns edifícios da cidade de Luanda tem muito a ver com a qualidade dos materiais que foram utilizados pelos empreiteiros e projectistas, que definem os requisitos, os produtos e os materiais de construção que devem ser utilizados nas suas obras e, para isso, utilizam os cadernos de encargos ou as especificações técnicas que os fornecedores de obras deverão satisfazer quando entregam os seus materiais.

A obtenção da garantia de qualidade do sector de construção dos edifícios em Luanda implica também uma actuação em todo o processo de fabrico ou nos requisitos definidos pelo projectista.

Molares D'Abril salientou que a construção de edifícios exige vários intervenientes, começando pelo dono da obra, passando pelos autores do projecto e pelos produtores e distribuidores dos materiais de construção e manutenção.

Bombeiros em alerta

Grande parte dos edifícios da cidade de Luanda foram construídos há mais de duas décadas. O Laboratório de Engenharia é o órgão a quem o Estado deu a responsabilidade de atestar a segurança e a qualidade dos edifícios que são construídos no nosso país.

o caso mais recente de perigo envolveu os moradores do prédio do livro, na rua do Kikabo, localizado no distrito urbano do Sambizanga, que, na madrugada desta terça-feira, 11, não ganharam para o susto.

Angélicé Pascoal, moradora do prédio há mais de 25 anos, confirma o pânico que viveu, quando ouviu um barulho muito estranho no tecto do seu apartamento. "Fiquei muito preocupada e, ao mesmo tempo, fui ao quarto dos meus filhos acordá-los. Quando nos levantámos, ouvimos o grito dos outros moradores que não sabiam o que se passava. Fomos ao terraço do edifício e lá nos deparámos com o sucedido".

Tânia Manuel Narciso, outra moradora do edifício, ouviu um ruído muito atípico na parte superior do seu apartamento, quando se preparava para ir para o trabalho. Nessa altura, chamou o seu esposo e subiram ao terraço do prédio. Lá encontraram mais de duas dezenas de moradores, que observavam os escombros.

Faustino Sebastião, porta-voz do Comando Central dos Bombeiros, assegurou ao NJ que a instituição que dirige está atenta à situação das chuvas. Os bombeiros estão em sistema de alerta, para que, a cada momento que surja uma situação grave, tenham uma intervenção rápida.

Sobre a queda de alguns alpendres do prédio do livro, Faustino Sebastião confirmou que o corpo de

bombeiros esteve presente no local, logo que tomou conhecimento do incidente.

A situação está calma e os moradores serão informados, nos próximos dias, sobre os resultados do desabamento, logo após, foi instaurado um inquérito que está a ser feito por um grupo técnico da Comissão Administrativa de Luanda.

## 10.10 Governo lança campanha para plantação de 1 milhão de árvores

*Novo Jornal*

*14 De Março de 2014*

AS QUEIMADAS e a apanha de madeira pela população para serragem, construção de casas e lenha causaram em dois anos e meio uma redução de 22 por cento dos polígonos florestais do planalto central de Angola, revela um estudo oficial apresentado há dias.

Segundo o ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, a situação é classificada como "preocupante", anunciando que no próximo dia 23, para assinalar o Dia Mundial das Florestas, vai ser lançada a campanha de lantação de um milhão de árvores por ano na província do Huambo.

Estudo do ministério da Agricultura visou avaliar a situação actual e lançar um plano de acção para prevenção das queimadas e controlo da retirada de madeira de forma não sustentável nos polígonos florestais.

O documento alerta no entanto que, as florestas de Cuíma, Bunjei e Alto Chiumbo, nas províncias do Huambo e Huíla, deixarão de existir dentro de 7 a 8 anos caso o ritmo de exploração de forma não sustentada se mantenha.

## 10.11 Chuva danifica prédio em Luanda

*Jornal Folha 8*

*15 De Março 2014*

A queda parcial do parapeito do terraço de um prédio em Luanda, alagamento de travessias e derrube de árvores são as consequências da chuva insistente que caiem em Luanda desde a noite do dia 08.03. O incidente da queda parcial do parapeito ocorreu no chamado Prédio do Livro, devido ao seu formato - uma construção do período colonial -, localizado no distrito urbano do Sambizanga, provocando apenas estragos materiais. Nalguns pontos da cidade são visíveis os estragos provocados pela chuva que caiu, designadamente ruas alagadas e árvores derrubadas.

Ainda em Luanda, uma ponte no distrito urbano da Maianga, que liga os bairros Popular e Cassequel, ficou intransitável devido à chuva, que deixou ainda ruas alaga das e provocou o derrube de árvores.

Já em Cabinda, 200 famílias ficaram sem abrigo em consequência da chuva que caiu no dia 09 sobre aquela cidade, segundo o administrador municipal. Artur do Carmo Manuel disse a situação é "extremamente alarmante", tendo atingido proporções incalculáveis, a necessitar de uma intervenção ao mais alto nível para acudir os sinistrados.

## 10.12 Milhares de famílias afectadas pela seca

*Jornal de Angola*

17 De Março de 2014

A seca está a afectar 22.915 famílias camponesas no município do Bocoio, 102 quilómetros a nordeste da cidade de Benguela, enquanto em Passe mais de dez mil famílias estão à beira de uma crise alimentar.

O técnico do Instituto de Desenvolvimento Agrário no Bocoio (IDA) José Agostinho, disse que a sede municipal do Bocoio e a comuna do Passe estão entre as localidades mais afectadas pela estiagem.

O coordenador da comissão de gestão do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), no Bocoio, Lucas Comboio, disse que, para o asseguramento da campanha agrícola 2013-2014, tinham sido distribuídos aos camponeses, a crédito, 33 toneladas de milho que beneficiaram 3.300 famílias.

### Campanha agrícola

Foram igualmente distribuídas sete toneladas de feijão e duas de amendoim, que beneficiaram um total de 900 famílias camponesas.

Lucas Comboio assegurou que, com a seca, os camponeses do município do Bocoio vão ter dificuldades em reembolsar as sementes que receberam no início da campanha agrícola.

A colheita de cereais no município do Bocoio estava avaliada, na primeira época agrícola, em 760 toneladas de milho, 356 de feijão e 135 de amendoim, segundo Lucas Comboio.

## 10.13 Ministro Kussumua avalia o processo de apoio as vítimas

*Jornal de Angola*

19 De Março 2014

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, trabalha hoje em Menongue, Província do Cuando Cubango, para se inteirar do estado actual do processo de assistência às populações afectadas pela estiagem.

João Baptista Kussumua vai manter um encontro de trabalho com os membros da comissão multisectorial para a assistência às populações afectadas pela seca e desloca-se, depois, a comuna do Jamba Cueio para, a cerca de 70 quilómetros da cidade de Menongue para constatar, ao pormenor, ajuda que está a ser prestada à população. Cuando Cubango é das províncias mais afectadas pela seca atingiu nos últimos anos grande parte da região sul de Angola provocando grave carência alimentar.

## 10.14 Ajuda de emergência aos sinistrados das Chuvas

*Jornal de Angola*

21 De Março 2014

A Comissão Nacional de Protecção Civil reuniu cerca de cem toneladas de produtos diversos para acudir às populações sinistradas das chuvas que se abateram na semana passada sobre a cidade de Cabinda e arredores.

O secretário de Estado do Interior, que se deslocou a Cabinda para avaliar os danos, disse que foram entregues ao Governo Provincial bens alimentares, cobertores e chapas de zinco.

Depois de visitar as áreas sinistradas, Eugénio César Laborinho considerou "dramática" a situação tendo em conta "o grau de vulnerabilidade e de risco que a população afectada está neste momento a viver".

O ministro disse ser urgente acudir as pessoas afectadas pois "o nível de alerta subiu de tom", numa altura em que o Governo Provincial e a Comissão Provincial de Protecção Civil não dispõem de meios suficientes para solucionar a situação.

"A população afectada precisa de ajuda e estamos perante uma situação de emergência", sublinhou Eugénio Laborinho, que garantiu a chegada a Cabinda dos primeiros produtos, transportados graça ao apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas Angolanas. O objectivo da Comissão de Protecção Civil, 72 horas depois do impacto das chuvas, disse o



ministro, é levar às pessoas afectadas ajuda de emergência pelo facto de as mesmas terem ficado sem a maioria dos seus bens. "A situação que atravessam é preocupante sobretudo porque se trata de pessoas que vivem em zonas vulneráveis, próximas de valas de drenagem e cursos de água, consideradas de alto risco, propensas a desastres naturais." Eugénio Laborinho referiu-se aos problemas com a saúde, com o aparecimento de doenças diarreicas e respiratórias. "Vamos coordenar com o Ministério da Saúde e, através da Comissão Nacional de Protecção Civil, vamos fazer chegar essa assistência às populações necessitadas".

O secretário de Estado do Interior sublinhou que a campanha de sensibilização para as pessoas evitarem construir nessas áreas deve continuar para se evitarem situações do género no futuro.

"Geograficamente, a cidade de Cabinda e a sua periferia estão muito mal situadas. A situação é agravada com a existência de ravinas", acentuou Eugénio Laborinho.

O vice-governador Otiniel Niemba disse que há cerca de 400 famílias em condições difíceis resultantes das últimas enxurradas. "Vamos preparar a sexta básica para as populações que perderam quase todos os seus haveres. Em seguida, vamos cuidar para que essas populações não voltem a habitarem zonas de risco", enfatizou vice-governador.

Neste momento, garantiu, está-se a trabalhar na identificação de uma área onde vão ser criadas todas as condições para que as populações sinistradas comecem a erguer as suas casas, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigida.

## 10.15 Chuvas podem ter consequências graves

*Jornal de Angola*  
21 De Março 2014

António Nascimento declarou que a situação das zonas húmidas é preocupante em Angola, por estarem a ser cada vez mais invadidas pelo homem, uma acção que está a colocar também em risco a vida das aves migratórias internacionais que fazem das zonas húmidas o seu habitat natural.

"Há pessoas que estão a invadir esses terrenos para a construção, uma atitude que representa um grande perigo, porque as próprias águas não esquecem o caminho que devem percorrer, pelo que se um dia se registar uma chuva intensa num mínimo de cinco

horas em Luanda, temos danos muito graves", alertou o especialista do Ministério do Ambiente.

O responsável fez parte de um grupo de técnicos das Direcções Nacionais de Biodiversidade, Inspeção Nacional e de Estudo de Impacto Ambiental do Ministério do Ambiente que trabalhou há dias em Cacuaco para constatar as condições das zonas húmidas do município de Luanda.

O grupo de técnicos reparou que os entulhos colocados nas antigas salinas do município de Cacuaco e noutras zonas húmidas estão a degradar o habitat transitório das aves migratórias internacionais, colocando em risco a sua existência.

Os especialistas manifestaram o seu desagrado com o actual estado de Cacuaco, sobretudo as antigas salinas deste município de Luanda.

Neste local, foram encontradas oito espécies de aves migratórias vindas da Europa e do norte de África e verificou-se que empresas de construção civil entulham o espaço com areia e pedras.

"Por aquilo que vimos, podemos dizer que é lastimoso o estado de conservação do habitat provisório das aves migratórias", disse o chefe de departamento da Biodiversidade e áreas de Conservação, António Nascimento, que disse não concordar com a construção de moradias na zona húmida. A zona húmida repartir de Viana e das suas áreas adjacentes como Mulenvos. António Nascimento destacou a importância e grandeza da qualidade da "bacia hidrográfica".

"A zona húmida regional a nível de Luanda tem a sua bacia hidrográfica que se estende desde o limite da via expresso até ao Caminho-de-Ferro em Catete", salientou o responsável, que disse que a zona de Cacuaco tem a função de receptor das águas.

Se for restringida a bacia hidrográfica em Cacuaco, por ser o receptor, podem ocorrer vários danos, como a destruição paulatina de poder, do ponto de vista ambiental, destruir definitivamente o habitat das aves migratórias.

"As aves que frequentam este espaço e outras zonas húmidas vêm da Europa e de África. Se estas aves são protegidas a nível internacional, Angola também deve fazer a sua parte para a protecção destes ecossistemas importantes", declarou António Nascimento. A equipa de técnicos manteve um encontro com a administradora do município de Cacuaco, de quem receberam informações sobre as zonas húmidas do município. Incluindo a que se encontra junto a foz do rio Zenze.

## 10.16 Programa de limpeza na praia da Mabunda

*Jornal de Angola*  
21 De Março 2014

Mais de mil activistas ambientais participam 'segunda-feira de manhã numa campanha de limpeza da praia da Mabunda, na Samba, uma iniciativa que vai na segunda edição.

O Ministério do Ambiente, promotor da iniciativa, informou, em comunicado, que entre os activistas estão funcionários da instituição e da Sonangol.

O objectivo da campanha é a redução dos resíduos sólidos concentrados nos arredores da Praia da Mabunda, em Luanda, onde existe um mercado de peixe frequentado por milhares de pessoas da província devido ao baixo preço ali praticado.

A actividade realiza-se no âmbito da Campanha de Educação para um: Consciência Ambiental em curso em várias localidades do país.

Durante a campanha de limpeza realizada sob o lema "Ambiente limpo: um compromisso de todos" os activistas vão também sensibilizar a população para uma mudança de atitude e a adopção de bons hábitos para a prevenção do ambiente.

## 10.17 Juventude Ecológica defende a actualização dos dados florestais de Angola

*Jornal de Angola*  
24 De Março de 2014

Em comunicado, por ocasião do 21 de Março, Dia Mundial da Floresta, a organização não-governamental refere que, apesar das iniciativas públicas e privadas voltadas para a plantação de árvores, ainda se nota a falta de alguma consistência, uma vez que não existe um rigoroso acompanhamento das que estão plantadas.

"Ficamos apenas pelo dia da plantação", salienta a nota da ONG, para acrescentar que, devido à falta de acompanhamento, as árvores secam por não terem sido devidamente cuidadas.

No documento, assinado pelo seu presidente, José Silva, a Juventude Ecológica de Angola defende que as autoridades devem promover a criação de empregos para jovens com a instalação de viveiros comunitários para a produção de espécies locais ou estrangeiras que melhor se adaptam às condições climáticas do país.

A primeira associação de preservação do meio ambiente em Angola disse defender uma visão que não olhe só para a floresta como apenas um conjunto de árvores onde se explora a madeira para fins comerciais.

"Somos por uma maior atenção ou inclusão daquelas comunidades que dependem directamente das florestas para a sua subsistência", declara a associação, para a qual os espaços florestais cumprem um papel fundamental na vida de homens e mulheres, que são camponeses, artesãos e pescadores. O documento expressa também descontentamento pelo contínuo abate indiscriminado de árvores nas províncias do Uíge, Malanje, Huambo, Cuanza Norte, Bengo e Cuanza Sul, regiões onde ainda é expressivo o défice de fiscais, resultado, em sua opinião, das limitações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), ao qual apela para a necessidade de actualizar os dados florestais de Angola.

AONG angolana elogia a iniciativa para a contínua conservação da floresta tropical do Maiombe, em Cabinda, trabalho que está a contribuir para o abrandamento do abate indiscriminado de árvores por madeireiros ilegais.

Floresta de Luanda

Um grupo de 55 crianças, que estudam em colégios e escolas públicas do primeiro ciclo, lançou um apelo no sentido da árvore protegida e conservada. O apelo foi feito quando, num gesto simbólico, cada uma das crianças abraçou uma árvore da Floresta da Ilha do Cabo, um local que está abandonado há muitos anos.

A actividade foi realizada pela Juventude Ecológica de Angola (JEA), que decidiu envolverem torno da efeméride o grupo de crianças, para que estas pudessem vivenciar o quanto é importante a protecção daquele espaço verde urbano, que tem falta de protecção.

Sob o lema "Um abraço à floresta", a visita guiada permitiu que as crianças ouvissem de activistas informações sobre o que deve ser feito para a protecção de uma árvore e o papel que exerce sobre o planeta Terra.

"As crianças devem ter contacto directo com a floresta da Ilha de Luanda, para que comecem a ser consciencializadas sobre a sua protecção e conservação", disse o presidente da associação, José Silva. As crianças percorreram o viveiro criado na floresta, uma oportunidade que serviu para que cada uma delas pudesse observar "como e onde tudo começa", relativamente à criação de árvore.

Além disso, observaram o mau estado de conservação da floresta, situação que preocupa a JEA, que se afirma

contra a presença no local do estaleiro de uma empresa de recolha de lixo, de uma oficina de reparação de viaturas e outras infra-estruturas.

"O estado da floresta da Ilha de Luanda não é dos melhores. A floresta é utilizada com fins muito fora daquilo que é a utilidade de uma floresta", lamentou o ambientalista José Silva, quando falava à An gop no final da visita àquele local, concretizada graças ao apoio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e de uma empresa de transportes públicos.

#### Plantadas árvores em Cabiri

Ao todo, 250 árvores foram plantadas na sexta-feira na aldeia solar de Cabiri, localidade de Cassanjo, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, iniciativa ambiental realizada por ocasião 40s dias mundiais da Floresta e da Agua, assinalados sexta-feira e sábado.

O programa de plantação de árvores, entre as quais espécies como acácias rubras e americanas, é parte das jornadas de reflexão sobre a água e o saneamento nas comunidades, subordinadas ao tema "Saneamento ambiental: um compromisso de todos".

O coordenador da Unidade Técnica Nacional do Saneamento Ambiental, Nascimento Soares, disse à Angop que o programa de plantação de árvores foi desenvolvido na aldeia solar de Cabiri também com o objectivo de sensibilizar e mobilizar as comunidades para a importância da floresta e da água.

Por altura da celebração das duas efemérides, o Ministério do Ambiente e parceiros, entre os quais o Comité Planeta Terra, intensificam os debates em tomo dos fenómenos ambientais que ocorrem no mundo, na perspectiva da educação e mobilização das comunidades.

"As comunidades e a população em geral devem adquirir conhecimentos sobre a importância destes recursos indispensáveis aos seres vivos e, também, olhar para consciência ambiental dos angolanos", declarou o funcionário do Ministério do Ambiente.

### 10.18 Subida das águas do rio causa mortes a escuteiros

*Jornal de Angola*  
24 De Março de 2014

Pelo menos três pessoas morreram e outras quatro continuam desaparecidas, desde sábado à tarde, depois de terem sido arrastadas pela corrente do rio Cavaco quando faziam a travessia na povoação da Mina, arredores do município de Benguela.

Em declarações à Angop, Isaiás Fernandes, uma das testemunhas, disse que das sete pessoas levadas pela corrente, incluindo duas crianças, apenas três foram encontradas, mas sem vida.

As vítimas mortais e dois dos quatro elementos desaparecidos eram escuteiros da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré.

Regressavam de um retiro quaresmal na povoação da Mina e quando faziam a travessia apareceu, de repente, uma forte correnteza que os levou pelo rio abaixo. "Ao atravessarem o rio, eles e as crianças, que viviam na comunidade das Bimbas, foram apanhados de surpresa pela corrente", disse Isaiás Fernandes.

Os familiares das vítimas já solicitaram a intervenção do Instituto Nacional de Emergências Médicas de Angola (INEMA) e dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros para o resgate dos corpos.

O Sistema de Alerta Prévio de prevenção de inundações na província de Benguela não emitiu qualquer sinal sobre a possibilidade do aumento do volume do caudal do rio Cavaco provocado pelas intensas chuvas que caem em Benguela.

### 10.19 Chuvas deixam 230 pessoas sem abrigo no Cazengo e Ambaca

*Jornal Manchete*  
28 de Março de 2014  
Texto: Sebastião Kuzuka

237 cidadãos dos municípios de Cazengo e Ambaca, província do Cuanza Norte, encontram-se ao relento e desprovidos dos seus haveres, que foram destruídos pelas fortes chuvas que caíram sobre a região nos últimos três dias.

O facto foi anunciado à imprensa hoje, terça-feira, pelo porta-voz do comando provincial de Protecção Civil e Bombeiros, André da Costa referindo que, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre os municípios de Cazengo e Ambaca desabaram 47 residências construídas com material precário (adobe) e uma escola. Apontou as localidades do Luinga e Lobito, no município de Ambaca, bem como os bairros Camungo, 28

de Agosto e Ilha, no município de Cazengo, como os mais afectados pelas chuvas. Fruto da referida situação, André da Costa referiu que os serviços de protecção civil e bombeiros procederam já ao registo dos sinistrados para posterior apoio em bens alimentares, chapas de zinco e roupa usada, já em posse da instituição. "Neste momento os serviços de

protecção civil e bombeiros procederam já ao registo dos sinistrados, que no mais curto espaço de tempo beneficiarão do apoio do governo", disse o porta-voz. O responsável chamou atenção aos cidadãos no sentido de evitarem construir residências em zonas consideradas de risco, como valas de drenagem, bermas de rios e riachos, montanhas, precipícios, entre outros, de modos a evitarem colocar a própria vida e os seus haveres em risco. De acordo com porta-voz, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem cadastrados 13 mil cidadãos em perigo eminente de vida, por residirem em zonas consideradas de risco em vários municípios da região. O responsável, disse que os almente a residir em montanhas, valas de drenagem, bermas de rios e riachos, declives, entre outros espaços geográficos considerados impróprios para a fixação de habitações e que representam um perigo iminente para vida das populações e seus haveres. Segundo a fonte que vimos citar, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros catalogou um universo de duas mil e 274 residências rguidas nas referidas zonas. Fruto das chuvas que se abateram sobre a província ao registado o desabamento de 115 residências. Do balanço do corpo de bombeiros consta ainda 102 incêndios de pequena e médias proporções, maioritariamente ocorridos em residências e viaturas, que causaram 13 mortos, 32 feridos e danos materiais estimados em mais de 208 milhões de kwanzas.

## 10.20 Famílias vítimas da seca recebem apoio alimentarem

*Jornal de Angola*  
28 De Março de 2014

Mais de 80 mil famílias afectadas pela estiagem nos municípios de Sumbe e Porto Amboim, no Cuanza Sul, estão a receber da Direcção Provincial de Assistência e Reinserção Social (MINARS) bens alimentares e utensílios domésticos.

O director provincial do MINARS, Manuel Macedo, explicou que apesar da seca ter atingido outros municípios como Conda, Ebo, Q & i1enda e Seles, as circunscrições de Sumbe e Porto Amboim foram as mais afectadas.

Manuel Macedo anunciou que a direcção do MINARS está a trabalhar no sentido de estender o apoio a todos os municípios da província para ajudar as pessoas prejudicadas pela estiagem.

"A Província do Cuanza Sul não foi a única atingida pela seca, por isso os produtos adquiridos ainda não chegaram para satisfazer as necessidades das populações

afectadas, razão pela qual temos priorizado determinadas comunidades", frisou Manuel Macedo.

## 10.21 Exploração de inertes

*Jornal de Angola*  
30 De Março de 2014

A directora provincial da Indústria em Malanje denunciou que empresas privadas incorrem em práticas ilegais na exploração desenfreada de inertes na zona do Cassembele, Quéssua. Mudile Capaça Xiquito disse que a Direcção Provincial da Indústria está a trabalhar no sentido de disciplinar a exploração dos inertes nas diversas localidades da província, onde apenas duas empresas privadas têm licença de exploração de inertes.

Outras cinco empresas aguardam a legalização. Mudile Capaça Xiquito sublinhou que para pôr cobro à desordem, foi criada uma Brigada de Inspeção e Fiscalização que integra membros da Administração Municipal de Malanje, do Ambiente e da Polícia Nacional.

A directora da Indústria admitiu que em função das escavações que muitos garimpeiros fazem, as comunidades que vivem nas proximidades correm sérios riscos de serem prejudicadas pelas ravinas, Para estancar a onda de

exploração ilegal de inertes, a Direcção Provincial da Indústria tem levado a cabo campanhas de sensibilização, no sentido de as empresas terem uma conduta responsável.

## II. IMIGRACAO

### II.1 Trabalho direito/dever, do não declarado formal

*Jornal Agora*

*14 De Março de 2014*

Enquanto força de trabalho com qualificação de base, não qualificado, cidadãos provenientes das terras de Mao Tsé- Tung na parte sul desta urbe cavavam caboucos e outros pendurados em andaimes, não de bambu, claro, sob um sol escaldante, jovens angolanos com, aparentemente, robustez física, também para a actividade laboral, faziam parte dos milhares que assistiam, em dois estádios, no mesmo dia, a dois jogos do girabola. Gente de férias? Trabalhadores por conta própria? Desempregados? Empreendedores? Estes e outros que deambulam pela capital à busca do nada também merecem a nossa reflexão. Estamos seguros que a maioria é desempregada no sentido formal do termo.

Se é difícil saber quantos somos, vivendo até à data de estimativas (que venha o bendito senso!), mais difícil é apresentar a taxa de desemprego por cá. Assim é que, com a devida sensatez, no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, é reconhecida a situação de desemprego "relativamente" elevado e são definidos os objectivos de política neste domínio. Entendemos que a referida relatividade se prende com as dezenas de ocupações informais, trabalhos não declarados, com todas as suas consequências, mormente no plano fiscal, mas que, de uma forma ou de outra, garantem a sobrevivência de milhões. No entanto, a sobrevivência de muitos não pode pôr em causa direitos de outros, a ordem e a saúde pública.

Referimo-nos ao comércio desregrado. Há que, em nome da lei e da ordem, impor autoridade, que também deve ser, sem contempções, imposta aos que, com actos de abuso de poder, arbitrariedades de vária ordem, violam direitos de sobrevivência de milhares e seus familiares.

O ano transacto, no plano dos trabalhos preparatórios da produção da legislação do país, deu-se início à discussão do anteprojecto da nova Lei Geral do Trabalho, o que, dada a sua importância, é em todo indispensável. O Trabalho constitucionalmente é consagrado como direito/dever desde o texto de 75 (artigo 26.º) à actual Constituição (artigo 76.2), passando pela lei constitucional da transição, no seu artigo 46.2. Se no início da construção da Nação, muitos de nós, inspirados pelos ventos do leste, sonhávamos com o pleno emprego, com base numa

economia planificada, isto não passou de um sonho, certo é que os ventos neoliberais que alguns pretendem impor por este muno fora faz que, para milhões de trabalha dores, o sonho do pleno emprego seja transformando no pesadelo do desemprego galopante. Há que, no plano legislativo, do estabelecimento e concretização das políticas públicas, encontrar os devidos equilíbrios, composição de interesses, a harmonia entre o trabalho e o capital, a criação de postos de trabalho que passa, necessariamente, pela igualdade de oportunidades, apoio à criatividade, à democracia económica, a bem de todos.

Se a redução do desemprego é um dos objectivos nobres de qualquer sociedade que se preze, com responsabilidades acrescidas do Estado, enquanto promotor do desenvolvimento e bem-estar social geral, poderá não ser visto como sadismo político, um paradoxo, para quem defende intransigentemente direitos fundamentais, de entre os quais ao trabalho, considerar que, em determinados momentos e circunstâncias, uma aumento da produtividade, da qualidade dos serviços, melhoria do desempenho profissional, responsabilização da força de trabalho, disciplina laboral, mesmo que seja transitório, até atingirmos o nível de consciência sócio-laboral que dispense tal factor externo de pressão.

É claro que o quadro acima não poderá levar a "chantagem" das entidades patronais, ao desrespeito pelos direitos dos trabalhadores. Em face disto - a procura de emprego superior à oferta, o papel do Estado, a dinâmica dos sindicatos, a eficiência do sistema judicial, a operacionalidade dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, a educação da massa trabalhadora, a inspecção rigorosa das condições de trabalho, o controlo do cumprimento da legislação laboral, a responsabilização dos infractores constituem as garantias básicas para o equilíbrio nas relações juridico-laborais.

Importa ainda referir que o projecto da Lei Geral do Trabalho, no seu preâmbulo, considera que a nova lei se constituirá num meio mais eficaz que contribua para o aumento da geração de emprego, para uma crescente dinamização da actividade económica, para uma maior responsabilização e dignificação dos sujeitos da relação laboral e para a consolidação da justiça social. Há que realçar o facto de, neste texto, se pretender estender a responsabilização e a dignificação as duas partes contratuais. Entenda-se a busca do equilíbrio entre o patronato e os empregados, o que não se verificava, por razões óbvias na lei 6/81 de 24 de Agosto, com um extenso preâmbulo de teor socializante, no qual o desequilíbrio era favorável à entidade empregadora. A lei n.º 2/00 de 11 de Fevereiro dá corpo aos princípios de uma economia de mercado, num Estado

democrático de direito, com base nos princípios patentes na Lei constitucional de 1992, mas equilibrada.

Assim sendo, a continuidade da discussão do projecto da Lei Geral do Trabalho impõe-se como um imperativo nacional, permitindo que os destinatários da lei conheçam o seu teor os seus direitos e deveres, já que a criação de postos de trabalho, a generalização do trabalho justamente remunerado, é uma das garantias de uma efectiva estabilidade sociopolítica e bem-estar social geral.

## 11.2 Colonização Chinesa ainda mas Forte

*Jornal Folha 8*

*15 De Março 2014*

A Câmara de Comércio Chinesa em Angola, no âmbito da sua estratégia siamesa de unir ou assimilar mais um país irmão, mesmo que à revelia dos seus habitantes, criou em Luanda algo que fazia falta como pão para a boca dos sessenta e tal por centos de angolanos que passam fome: um centro de serviços para assistência legal e apoio logístico às cada vez mais empresas e cidadãos chineses estabelecidos no nosso país. Uma espécie de filial neo-colonial.

"Actualmente há pelo menos 500 empresas chinesas a operar em Angola e mais de 100 mil - expatriados chineses que trabalham em projectos de reconstrução do pós-guerra, dando um notável contributo para o desenvolvimento socioeconómico do país africano", afirma a agência noticiosa Nova China. 100 mil? Os chineses não são, nesta matéria, grande coisa. Facturam por cima e pagam por baixo.

A criação do centro de serviços é justificada, como se isso fosse necessário perante a constatação diária de todos nós, pelos "imensos desafios e dificuldades" resultantes da falta de conhecimento da legislação angolana e das "diferenças culturais" entre os dois países, segundo o secretário-geral da Câmara de Comércio, Zhao Hongbing.

Em matéria de "diferenças culturais", pelo andar da carruagem "made in China" tudo leva a crer que não tardará muito e os angolanos já estarão assimilados e prontos a ombrear com os seus camaradas da pátria de Mao Tsé-Tung, bem como a ler "O Livro Vermelho" na versão em mandarim. A nova estrutura, que cooperará com a Embaixada da China em Luanda, vai ajudar as empresas e cidadãos chineses na obtenção e renovação de vistos, registo de negócios e arbitragem em disputas comerciais. Por outras palavras, vai ajudar a acelerar a colonização chinesa, tal como é desejo de

Pequim e perante a permissividade do nosso regime, parte dele formatado pelos mesmos ideais chineses.

"Vai ainda, entre outros aspectos, garantir assistência aos expatriados chineses com dificuldades financeiras", acrescenta ainda a organização. De facto, o proletariado chinês também precisa de ajuda, sabido que é que funciona como carne para canhão dos grandes interesses do capitalismo comunista chinês.

Angola, assinala a agência noticiosa Nova China, "expulsa anualmente milhares de imigrantes ilegais, na sua maioria provenientes dos países vizinhos e que vêm à procura de oportunidades de emprego". É verdade.

Mas, convenhamos, os chineses não vêm à procura de emprego, pelo contrário. Tiram é o emprego que deveria ser dos nossos cidadãos, mas essa é também uma história conhecida que não tira o sono às autoridades angolanas.

Os dois países estabeleceram em 2010 uma parceria estratégica, que começou na passagem à prática do princípio "oil for money" (petróleo por dinheiro), em que às linhas de crédito chinesas correspondem as exportações de petróleo angolano. Um bom negócio para as duas partes, diz o governo. Maus, afirmam os autóctones que, contudo, nada contam para as contas do regime. Por alguma razão a China é actualmente, e assim continuará por muitos anos, destino de cerca de metade das exportações de crude angolano. Os efeitos desta parceria estratégica são evidenciados pelo enorme crescimento das, trocas comerciais bilaterais, que de aumentaram mais de dois mil por cento entre 2002 e 2012, tornando Angola no segundo país lusófono com relações -comerciais mais intensas com a China. As trocas comerciais entre Angola e a China, cresceram mais de 42 por cento em 2011, atingiram o valor de 37,5 mil milhões de dólares em 2012, um aumento significativo comparativamente a 2002, quando era apenas de 1,8 mil milhões de dólares. Os números mais recentes das trocas comerciais bilaterais, demonstram que continuam a crescer. A China concedeu a Angola, com o fim da guerra civil em 2002, apoio financeiro para a reconstrução do país, destruído por um conflito fratricida a de cerca de quatro décadas, compensando assim a falhada intenção do Governo angolano de realizar uma conferência internacional de doadores. Inicialmente baseada em empréstimos monetários, pagos com o petróleo angolano, a cooperação bilateral entre os dois países ficou rapidamente marcada pela presença em Angola de várias empresas chinesas, a investirem nos projectos de reconstrução e de desenvolvimento, sobretudo no sector da construção de edifícios, estradas, pontes, escolas, instalação de

fábricas e em outros sectores sociais e económicos. Apesar do número avançado pela China relativamente a cidadãos chineses ser apenas de 100 mil, as autoridades estimam que residam em Angola, na realidade, cerca de 260 mil chineses, maioritariamente trabalhadores de empresas chinesas da construção civil.

Noutro patamar registre-se que são decepcionantes os números sobre a economia chinesa. Pequim anunciou uma queda inesperada de 18,1% das suas exportações e um défice comercial surpresa de 22,98 mil milhões de dólares.

A estes números acrescentou-se uma diminuição da inflação anual para 2%, em Fevereiro, o que foi visto como uma perda de força do consumo e da actividade da segunda maior economia do mundo.

Mesmo que parte da fraqueza subjacente a estes indicadores seja imputada ao novo ano lunar, no final de Janeiro, durante o qual grande parte de fábricas e lojas suspenderam as actividades, estes dados "confirmam a ideia, observada desde há meses, que a economia chinesa está a perder força", observou Jack Ablin, da BMO Capital Markets, acrescentando que "isto afecta em particular o mercado de matérias-primas", de que a China é uma consumidora particularmente importante".

### 11.3 Imigração Clandestina

*Jornal A Capital*  
15 De Março 2014

Tadeu Inácio, 49 anos, disse, à nossa reportagem que no Martires de Kifangondo há muitos estrangeiros ilegais e que sem sombras para dúvidas fazem lavagem de dinheiro.

"Todo mundo sabe que os malianos dedicam-se ao comércio, têm cantinas e tudo mais, mas quem sabe o que está por detrás de tudo isso? Com certeza que há outros negócios obscuros como o tráfico de drogas e falsificação de dinheiro", para não dizer que eles são autênticos mentores da prostituição.

"É notória a forma como aliciam as jovens com dinheiro", avisou, tendo acrescentado que às vezes os Serviços de Migração e Estrangeiros fazem algumas detenções, "às vezes levam alguns deles, mas não demoram muito tempo até regressarem. Eles manejam muito dinheiro e entre eles fazem-se cobertura, pelo facto de muitos serem familiares. Têm casas alugadas aqui que servem como «comités de recepção" dos outros. Isto todo mundo sabe, até a polícia", denunciou o morador.

A prostituição, segundo alguns moradores, é prática antiga no Martires e quem a comanda são mulheres congolezas, cujo átrio é a discoteca "Mamã Monick". "Elas ficam aí a partir das 20h00, para saírem só no dia seguinte", no entanto, muitas angolanas de baixa renda também frequentam o mesmo local em busca de subsistência

### 11.4 A "crimigração" nas políticas de combate à imigração ilegal

*Jornal de Angola*  
20 De Março de 2014

O impacto das políticas de combate à imigração ilegal e a nova forma como os Estados começaram a observar e a tratar o fenómeno da imigração e respectivos meios de concretização prática, ganham terreno no âmbito governamental a nível mundial.

O paradoxo da globalização também acaba por se encontrar relacionado com estas novas políticas. Sem prejuízo do facto de este fenómeno exigir uma sincronização eficiente de sectores e de pessoas, que não se coaduna com políticas excessivamente restritivas quanto à imigração, como seja o fenómeno recente da crimigração, a verdade é que com a globalização tudo parece vulnerável, não só economicamente, como social e culturalmente e ou mesmo politicamente.

Como exemplo palpável, este último tem-se constituído na fonte de conflitos que se registam nalguns países do centro de Africa e até mesmo no velho continente. Os imigrantes querem integrar-se, no entanto o sentimento de diferença perturba essa integração. Quanto ao velho continente apontamos a situação recente da Suíça e Dinamarca que, por via de referendos, decidiram restringir a circulação e o livre acesso ao emprego de estrangeiros, onde se incluem também os cidadãos da União Europeia e que ameaçam romper os acordos anteriormente assumidos.

Chegados aqui facilmente concluímos que a imigração tem vindo a ser interpretada como um problema de segurança, e que, por conduzir progressivamente à conjugação de termos correlacionados, nascidos entre a imigração ilegal e a respectiva criminalização, tem conduzido à adopção de políticas nacionais com um objectivo único: proteger os nacionais da ameaça que, actualmente, os imigrantes podem representar.

Mas ainda assim é no exercício da sua acção que os Estados se permitem de forma clara actuar como protectores do sentimento de pertença, cujo entendimento vezes sem conta se torna difícil perante

os seus actores, que agem neste processo como parceiros, ainda que ilegais, no acto do cumprimento de medidas que levam a uma separação prática, por via da aplicação da lei, dos imigrantes. Abrindo um parêntesis importa esclarecer que a expressão "crimigração" surge da convergência da lei migratória com a lei penal. É um conceito que nasceu com as novas abordagens sobre o fenómeno migratório emergido nos Estados Unidos e na Europa, de que é pioneira a estudiosa Julian Stamp.

Hoje em dia torna-se fácil definir o imigrante ilegal como um potencial criminoso. Por varias razões, é clandestino ao ambiente social, não contribui para a segurança social e é visto como o "outro" nas comunidades em que tenta arranjar enquadramento.

A "crimigração" é a classificação encontrada para definir aquelas situações em que, para além dos estrangeiros estarem em condição migratória irregular, serem em grande e cala e em todo mundo iscas fáceis para o ingresso no submundo do crime organizado. Isto está relacionado, em grande parte, com a concepção generalizada que encara os imigrantes como factores de perturbação da segurança interna. Com maior incidência de efeito, os fenómenos associados ao terrorismo e ao estrangulamento das iniciativas económicas são os principais factos que levam muitos países, particularmente as suas sociedades, a considerar os imigrantes como pessoas indesejáveis.

Em Angola, os factos não são diferentes. Apesar de ser um Estado novo na perspectiva de crescimento e desenvolvimento, os crimes associados e/ou com concurso a estrangeiros são bem conhecidos. Como exemplo, e segundo relato das autoridades policiais, este assunto ganha relevância nas províncias mais a norte do país. Cabinda é uma amostra disso. Além de ser o local onde, depois da Lunda Norte e Lunda Sul, se verifica o maior número de expulsões administrativas, o quadro prisional apresenta níveis iguais aos dos cidadãos nacionais, o que é preocupante, com a agravante de muitos dos imigrantes detidos estarem envolvidos na prática de crimes com recurso a armas de fogo.

Mas, apesar de todos estes embaraços, Angola privilegia a legalidade e integridade no trato com os estrangeiros, preservando os direitos humanos. Na segunda Conferência Internacional sobre Crime, Imigração e Lei, realizada em Coimbra (portugal), a intervenção da delegação do Serviço de Migração e Estrangeiros fez com que Angola ganhasse destaque durante parte do evento, face ao interesse manifesto dos participantes em compreender a posição político-migratória dos novos Estados que estão a tomar-se receptores de grandes fluxos migratórios, mas também

no papel que os Estados assumem no fomento da emigração dos seus nacionais.

A coesão nacional nas acções de combate à imigração ilegal e a adequação permanente da legislação aos novos tempos são factores que se juntaram ao reconhecimento unânime para que estes Estados novos, como o Brasil e Angola, que nos próximos anos se apresentam como candidatos a registar um aumento substancial de fluxos migratórios, como indicam estudos, não cometam os mesmos erros de países tidos como desenvolvidos na adopção de políticas de combate e separação de fluxos migratórios desfavoráveis aos seus países.



